Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

Ao Senhor ANTÔNIO VICENTE DA SILVA
Endereço Rua Santa Catarina nº96, Nova Olimpia – PR
Assunto: INTIMAÇÃO PARA COMPARECIMENTO EM AUDIÊNCIA
Processo de Ação de Investigação Judicial Eleitoral nº 0000603-71.2016.6.16.0127, em trâmite perante o Juízo da 127ª Zona Eleitoral – Cidade Gaúcha/ PR.
Investigantes: PAULO CEZAR FAGAN e outros.
Investigados: JOSÉ DE ALMEIDA NETO e outros.
Nos termos do artigo 455, §1º do Código de Processo Civil é o presente para INTIMAR Vossa Senhoria para comparecer, na qualidade de testemunha, à audiência que será realizada dia 05 de Junho de 2018 às 14h00min, no Cartório da 127ª Zona Eleitoral de Cidade Gaúcha/ PR, localizado na Alameda Santa Maria, nº 46, Centro, Cidade Gaúcha - PR, CEP: 87820-000.
Caso Vossa Senhoria deixe de comparecer sem motivo justificado, será conduzida coercitivamente e responderá pelas despesas do adiamento da ação, nos termos do artigo 455, §5º do Código de Processo Civil.
Qualquer dúvida poderá ser sanada através do telefone (42) 9 9997-7593 ou através do endereço eletrônico alinesoares.pen@gmail.com.
Curitiba, 30 de maio de 2018.
ALINE CZAPIEWSKI SOARES
OAB/PR 69.660

Ao Senhor EDER TUROZI
Endereço Praça da Republica nº34, Nova Olimpia - PR
Assunto: INTIMAÇÃO PARA COMPARECIMENTO EM AUDIÊNCIA
Processo de Ação de Investigação Judicial Eleitoral nº 0000603-71.2016.6.16.0127, em trâmite perante o Juízo da 127ª Zona Eleitoral – Cidade Gaúcha/ PR.
Investigantes: PAULO CEZAR FAGAN e outros.
Investigados: JOSÉ DE ALMEIDA NETO e outros.
Nos termos do artigo 455, §1º do Código de Processo Civil é o presente para INTIMAR Vossa Senhoria para comparecer, na qualidade de testemunha, à audiência que será realizada dia 05 de Junho de 2018 às 14h00min, no Cartório da 127ª Zona Eleitoral de Cidade Gaúcha/ PR, localizado na Alameda Santa Maria, nº 46, Centro, Cidade Gaúcha - PR, CEP: 87820-000.
Caso Vossa Senhoria deixe de comparecer sem motivo justificado, será conduzida coercitivamente e responderá pelas despesas do adiamento da ação, nos termos do artigo 455, §5º do Código de Processo Civil.
Qualquer dúvida poderá ser sanada através do telefone (42) 9 9997-7593 ou através do endereço eletrônico alinesoares.pen@gmail.com.
Curitiba, 30 de maio de 2018.
ALINE CZAPIEWSKI SOARES
OAB/PR 69.660

Ao Senhor GERMANO SALVADOR BERGAMASCHI
Endereço Rua Rio Grande do Sul, S/N – Estância GB, Nova Olimpia PR
Assunto: INTIMAÇÃO PARA COMPARECIMENTO EM AUDIÊNCIA
Processo de Ação de Investigação Judicial Eleitoral nº 0000603-71.2016.6.16.0127, em trâmite perante o Juízo da 127ª Zona Eleitoral – Cidade Gaúcha/ PR.
Investigantes: PAULO CEZAR FAGAN e outros.
Investigados: JOSÉ DE ALMEIDA NETO e outros.
Nos termos do artigo 455, §1º do Código de Processo Civil é o presente para INTIMAR Vossa Senhoria para comparecer, na qualidade de testemunha, à audiência que será realizada dia 05 de Junho de 2018 às 14h00min, no Cartório da 127ª Zona Eleitoral de Cidade Gaúcha/ PR, localizado na Alameda Santa Maria, nº 46, Centro, Cidade Gaúcha - PR, CEP: 87820-000.
Caso Vossa Senhoria deixe de comparecer sem motivo justificado, será conduzida coercitivamente e responderá pelas despesas do adiamento da ação, nos termos do artigo 455, §5º do Código de Processo Civil.
Qualquer dúvida poderá ser sanada através do telefone (42) 9 9997-7593 ou através do endereço eletrônico alinesoares.pen@gmail.com.
Curitiba, 30 de maio de 2018.
ALINE CZAPIEWSKI SOARES
OAB/PR 69.660

Ao Senhor GERSON LUIZ URBANO
Endereço Rua São Paulo nº 638, Nova Olimpia PR
Assunto: INTIMAÇÃO PARA COMPARECIMENTO EM AUDIÊNCIA
Processo de Ação de Investigação Judicial Eleitoral nº 0000603-71.2016.6.16.0127, em trâmite perante o Juízo da 127ª Zona Eleitoral – Cidade Gaúcha/ PR.
Investigantes: PAULO CEZAR FAGAN e outros.
Investigados: JOSÉ DE ALMEIDA NETO e outros.
Nos termos do artigo 455, §1º do Código de Processo Civil é o presente para INTIMAR Vossa Senhoria para comparecer, na qualidade de testemunha, à audiência que será realizada dia 05 de Junho de 2018 às 14h00min, no Cartório da 127ª Zona Eleitoral de Cidade Gaúcha/ PR, localizado na Alameda Santa Maria, nº 46, Centro, Cidade Gaúcha - PR, CEP: 87820-000.
Caso Vossa Senhoria deixe de comparecer sem motivo justificado, será conduzida coercitivamente e responderá pelas despesas do adiamento da ação, nos termos do artigo 455, §5º do Código de Processo Civil.
Qualquer dúvida poderá ser sanada através do telefone (42) 9 9997-7593 ou através do endereço eletrônico alinesoares.pen@gmail.com.
Curitiba, 30 de maio de 2018.
ALINE CZAPIEWSKI SOARES
OAB/PR 69.660

Ao Senhor WANDINES MARQUES PILOTO
Endereço Avenida Higienopolis nº76, Nova Olimpia – PR
Assunto: INTIMAÇÃO PARA COMPARECIMENTO EM AUDIÊNCIA
Processo de Ação de Investigação Judicial Eleitoral nº 0000603-71.2016.6.16.0127, em trâmite perante o Juízo da 127ª Zona Eleitoral – Cidade Gaúcha/ PR.
Investigantes: PAULO CEZAR FAGAN e outros.
Investigados: JOSÉ DE ALMEIDA NETO e outros.
Nos termos do artigo 455, §1º do Código de Processo Civil é o presente para INTIMAR Vossa Senhoria para comparecer, na qualidade de testemunha, à audiência que será realizada dia 05 de Junho de 2018 às 14h00min, no Cartório da 127ª Zona Eleitoral de Cidade Gaúcha/ PR, localizado na Alameda Santa Maria, nº 46, Centro, Cidade Gaúcha - PR, CEP: 87820-000.
Caso Vossa Senhoria deixe de comparecer sem motivo justificado, será conduzida coercitivamente e responderá pelas despesas do adiamento da ação, nos termos do artigo 455, §5º do Código de Processo Civil.
Qualquer dúvida poderá ser sanada através do telefone (42) 9 9997-7593 ou através do endereço eletrônico alinesoares.pen@gmail.com.
Curitiba, 30 de maio de 2018.
ALINE CZAPIEWSKI SOARES
OAB/PR 69.660

MUNICIPIO DE ALTO PIQUIRI
Estado do Paraná
Exercício: 2018

TERMO DE ADITIVO

1º Termo aditivo do contrato nº.148/2017, decorrente de Pregão nº 30/2017 de Contratação de empresa jornalística para prestação de serviços de divulgação com publicações diárias dos atos oficiais da Administração Pública Municipal de Alto Piquiri PR, como LEIS, DECRETOS, COMUNICADOS, REGULAMENTOS, PORTARIAS, EDITAIS, RELATÓRIOS, DESPACHOS, BALANÇOS E BALANCETES, ETC) por um período de 12 (doze) meses. Conforme anexo parte integrante do edital.

O **MUNICIPIO DE ALTO PIQUIRI**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.247.352/0001-08, com endereço em RUA SANTOS DUMONT, 341, CENTRO, ALTO PIQUIRI-PR, 87580000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr. LUIS CARLOS BORGES CARDOSO, e a **EMPRESA JORNALISTICA UMUARAMA LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº. 04.233.582/0001-07, com sede no endereço AVENIDA TIRADENTES, 2680, CENTRO, CENTRO UMUARAMA-PR neste ato representada por **ILIDIO COELHO SOBRINHO,** portador do RG nº 6513050, portador do CPF sob nº 046.473.359-68, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto - Reajuste de Valores na importância de R$ 48.840,00 (quarenta e oito mil, oitocentos e quarenta reais). Fica aditivado o saldo para mais 12 meses, com fundamento art. 65, I, alínea b, c/c §1º, da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS

As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 03 (três) vias de igual forma e teor.

ALTO PIQUIRI 04 de junho de 2018.

CONTRATANTE
MUNICIPIO DE ALTO PIQUIRI
CNPJ:76.247.352/0001-08

CONTRATADA
EMPRESA JORNALISTICA UMUARAMA LTDA
CNPJ:042.335.820-00107

LUIS CARLOS BORGES CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

ILIDIO COELHO SOBRINHO
RG:6513050
CPF:046.473.359-68
REPRESENTANTE LEGAL

MUNICIPIO DE ALTO PIQUIRI
Estado do Paraná
Exercício: 2018

TERMO DE ADITIVO

2º Termo aditivo do contrato nº.148/2017, decorrente de Pregão nº 30/2017 de Contratação de empresa jornalística para prestação de serviços de divulgação com publicações diárias dos atos oficiais da Administração Pública Municipal de Alto Piquiri PR, como LEIS, DECRETOS, COMUNICADOS, REGULAMENTOS, PORTARIAS, EDITAIS, RELATÓRIOS, DESPACHOS, BALANÇOS E BALANCETES, ETC) por um período de 12 (doze) meses. Conforme anexo parte integrante do edital.

O **MUNICIPIO DE ALTO PIQUIRI**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.247.352/0001-08, com endereço em RUA SANTOS DUMONT, 341, CENTRO, ALTO PIQUIRI-PR, 87580000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr. LUIS CARLOS BORGES CARDOSO, e a **EMPRESA JORNALISTICA UMUARAMA LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº. 04.233.582/0001-07, com sede no endereço AVENIDA TIRADENTES, 2680, CENTRO, CENTRO UMUARAMA-PR neste ato representada por **ILIDIO COELHO SOBRINHO,** portador do RG nº 6513050, portador do CPF sob nº 046.473.359-68, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência término 03/06/2019. Fica aditivado o prazo do presente contrato para mais 12 meses, com fundamento art. 57, II da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS

As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 03 (três) vias de igual forma e teor.

ALTO PIQUIRI 04 de junho de 2018.

CONTRATANTE
MUNICIPIO DE ALTO PIQUIRI
CNPJ:76.247.352/0001-08

CONTRATADA
EMPRESA JORNALISTICA UMUARAMA LTDA
CNPJ:042.335.820-00107

LUIS CARLOS BORGES CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

ILIDIO COELHO SOBRINHO
RG:6513050
CPF:046.473.359-68
REPRESENTANTE LEGAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Paraná
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão N.º 42/2018
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 173/2018
DATA DA ABERTURA.: 25/06/2018
HORÁRIO.:09:30 horas
LOCAL.: EDIFÍCIO DO PAÇO MUNICIPAL/DIVISÃO DE COMPRAS
OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de 02 (dois) veículo 0km ano/modelo 2018/2018, c/ 4 portas, cor branca, fabricação nacional. Conforme Incentivo Financeiro de Investimento para implantação do Transporte Sanitário nos município - Programa de Qualificação da Atenção Primária a Saúde - APSUS. Órgão solicitante Secretaria Municipal de Saúde. Conforme especificações no Anexo I.
TIPO: Menor Preço
REGIME CONTRATAÇÃO: unitário
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal
PREÇO MÁXIMO TOTAL VALOR DA DESPESA POR EXTENSO
114.490,00 Cento e Quatorze Mil, Quatrocentos e Noventa Reais
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal
PRAZO DE ENTREGA: 120 (cento e vinte) dias - Os produtos licitados deverão ser entregues no município, em local especificado pela Secretaria Municipal de Saúde ,conforme solicitação e autorização de empenho, sem custo adicional no valor licitado. Acesso ao Edital pelo site oficial do Município www.cruzeirodooeste.pr.gov.br - Acesso à Informação Municipal, maiores informações poderão ser obtidas junto à Divisão de Licitações do Departamento de Compras, sito na Rua João Ormindo de Rezende, nº 686, Centro, Cruzeiro do Oeste - Paraná ou pelo telefone nº (44) 3676-8150 ramal 169.
Cruzeiro do Oeste, 29/05/2018
MARCOS GONÇALVES RIBEIRO
AUTORIDADE COMPETENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Paraná
P O R T A R I A Nº 0538/2018
O Prefeito Municipal de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
DETERMINAR LOTAÇÃO, a contar do dia 29 de maio de 2018, o servidor GABRIEL SEVILHA BUZELI, CPF nº 068.273.999-58, ocupante do cargo de Técnico Desportivo, no Ginásio de Esporte Franciscão, junto à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.
Registre-se
Publique-se
Cumpra-se
Cruzeiro do Oeste, aos 04 (quatro) dias do mês de junho de 2018.
HEDILBERTO VILLA NOVA SOBRINHO
-Prefeito Municipal-

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Paraná
PORTARIA Nº.539/2018-Secretaria Saúde
SUMULA: Concessão de Diária
HENRY DHAYRON VIEIRA PRETTI, O SECRETARIO MUNICIPAL DE SAÚDE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º Fica autorizado ao Senhor Flávio William Nascimento Lage, Motorista Municipal, com base na Lei Municipal nº.24/2013 e tendo em vista solicitação formulada, a concessão de 01 (uma) diárias no valor de R$150,00 para transporte de pacientes para a cidade de Curitiba.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
EDIFICIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AOS 04 (quatro) DIAS DE junho DE 2018.
HENRY DHAYRON VIEIRA PRETTI
Secretario Municipal
Marcos Gonçalves Ribeiro
Secretario Municipal de Finanças

SOLICITAÇÃO DE DIÁRIAS
UNIDADE REQUISITANTE:
NOME BENEFICIÁRIO
FLÁVIO WILLIAM NASCIMENTO LAGE
LOTAÇÃO
Governo Municipal CARGO/FUNÇÃO
MOTORISTA MUNICIPAL CLASSE/NÍVEL
ENDEREÇO BENEFICIÁRIO
Rua Laranjeiras do Sul, nº. 544 – Centro
CPF
049.255.979-14 AGÊNCIA BANCÁRIA
0516-9 Nº. CONTA
16694-4
DESTINO
Curitiba
MOTIVO
Transporte de pacientes
PERÍODO
01 e 02 de junho QT. DIÁRIAS
01 diária
VALOR UNITÁRIO
150,00 VALOR TOTAL
150,00 Nº. EMPENHO
OUTRAS INFORMAÇÕES
ASSINATURA E CARIMBO DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ORIGEM SOLICITANTE
ASS. UNIDADE GESTORA
(AUTORIZAÇÃO) ASS. SECRETÁRIO/DIRIGENTE DO ORGÃO/ENTIDADE
__/__/____ (RECEBIMENTO)
ASS. DO SERVIDOR
___/___/____

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Paraná
PORTARIA Nº. 540/2018
SUMULA: Concessão de Diária
HENRY DHAYRON VIEIRA PRETTI, O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º Fica autorizado ao Senhor LUCIANO SENAS DOS SANTOS, Motorista Municipal, com base na Lei Municipal nº.24/2013 e tendo em vista solicitação formulada, a concessão de 01 (uma) diária no valor de R$150,00 para transporte de pacientes para as cidade de Curitiba.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AOS 04 (quatro) DIAS DE junho DE 2018.
HENRY DHAYRON VIEIRA PRETTI
Secretário Municipal da Saúde
Marcos Gonçalves Ribeiro
Secretário Municipal de Finanças

SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA
UNIDADE REQUISITANTE:
NOME BENEFICIÁRIO
LUCIANO SENAS DOS SANTOS
LOTAÇÃO
Governo Municipal CARGO/FUNÇÃO
MOTORISTA MUNICIPAL CLASSE/NÍVEL
ENDEREÇO BENEFICIÁRIO
CPF
000.429.029-16 AGÊNCIA BANCÁRIA
3352 Nº. CONTA
21.584-9
DESTINO
Curitiba.
MOTIVO
Transporte de pacientes
PERÍODO
01 e 02 de junho de 2018. QT. DIÁRIAS
01 diária
VALOR UNITÁRIO
150,00 VALOR TOTAL
150,00 Nº. EMPENHO
OUTRAS INFORMAÇÕES
ASSINATURA E CARIMBO DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ORIGEM SOLICITANTE
ASS. UNIDADE GESTORA
(AUTORIZAÇÃO)
ASS. SECRETÁRIO/DIRIGENTE DO ORGÃO/ENTIDADE
__/__/____ (RECEBIMENTO)
ASS. DO SERVIDOR
___/___/____

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Paraná
DECRETO Nº 240/2018
SÚMULA: Regulamenta o art. 154 da Lei Complementar nº 008/2013, que trata sobre o recolhimento e prazos do IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano) e dá outras providências.
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1º - O IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano) referente a 2018 poderá ser pago nos seguintes vencimentos:
I- Pagamento integral, em quota única, no prazo final de 05 de julho de 2018, com desconto de 25% (vinte e cinco por cento).
II- Pagamento integral, em quota única, no prazo final de 05 de agosto de 2018, com desconto de 15% (quinze por cento).
III- Pagamento parcelado, em até 08 (oito) vezes, sem desconto, com vencimento para:
a) primeira parcela: 05 de julho de 2018;
b) segunda parcela: 05 de agosto de 2018;
c) terceira parcela: 05 de setembro de 2018;
d) quarta parcela: 05 de outubro de 2018;
e) quinta parcela: 05 de novembro de 2018;
f) sexta parcela: 05 de dezembro de 2018;
g) sétima parcela: 05 de janeiro de 2019;
h) oitava parcela: 05 de fevereiro de 2019.
Art. 2º - O desconto de que trata o artigo anterior deverá ser calculado sobre o valor total lançado, incluindo todas as taxas constantes no carnê.
Parágrafo único: Desde que observados os requisitos da Lei Municipal nº 89/2009, o contribuinte terá direito ainda ao desconto do Programa IPTU Verde.
Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se o Decreto 225/2018.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AOS 04 (QUATRO) DIAS DO MÊS DE JUNHO DE 2018.
HEDILBERTO VILLA NOVA SOBRINHO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA

Estado do Paraná
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE FORNECIMENTO REF. AO PREGÃO PRESENCIAL N.º 044/2015, FIRMANDO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA – PR E A EMPRESA WORSERV DESENVOLVIMENTO E COMERCIO DE SOFTWARES LTDA - ME.
O MUNICÍPIO DE CIDADE GAÚCHA, ESTADO DO PARANÁ, inscrito no CNPJ/MF n.º 75.377.200/0001-67, com sede a R. 25 de Julho, 1814, neste Município de Cidade Gaúcha, Estado do Paraná, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. ALEXANDRE LUCENA, brasileiro, solteiro, advogado, portador da cédula de identidade civil RG n.º 5.192.076-7/SSP-PR, inscrito no CPF n.º 036.950.609-05, residente e domiciliado na Rua J. K., Município de Cidade Gaúcha, Estado do Paraná, doravante denominada CONTRATANTE, e de outro lado à empresa WORSERV DESENVOLVIMENTO E COMERCIO DE SOFTWARES LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CMPJ/MF sob n.º 10.786.517/0001-01 e cadastrado pela Inscrição Estadual n.º 90478123-10 devidamente instalada e em pleno funcionamento na Rua independência, n.º 880, Sala 02, Centro, Telefone: (44) 3254-9473, no Município de Marechal Cândido Rondon – Estado do Paraná, CEP: 85.960-000 neste momento representado por o Sr. CARLOS EDUARDO ZANQUETTA CARDOZO, brasileiro, portador da cédula de identidade civil RG n.º 7.500.065-0 SSP/PR e inscrito pelo CPF n.º 045.143.419-67, residente e domiciliado no Município de Marechal Cândido Rondon – Estado do Paraná, doravante denominado CONTRATADO, considerando o § 1ª, art. 65, da lei n.º 8666/93 e considerando a necessidade de software de cartão ponto, instalação, treinamento e assistência e aquisição de novos equipamentos para diversos setores da prefeitura Municipal de Cidade Gaúcha - PR, resolvem pelo presente instrumento ADITAR O CONTRATO DE FORNECIMENTO, celebram o presente instrumento conforme estipulado nas cláusulas abaixo.
CLÁUSULA PRIMEIRA
Através do presente Termo Aditivo, as partes resolvem alterar a cláusula 2 (segunda) do contrato original sob n.º 094/2015 que vem acrescer o prazo de vigência do presente em até 19 de Junho de 2019.
CLÁUSULA SEGUNDA
Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas, e condições do contrato original, datado de 19 de Junho de 2015.
E por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma para que produza seus efeitos jurídicos e legais.
Cidade Gaúcha - PR, 04 de Junho de 2018.
ALEXANDRE LUCENA
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE
CARLOS EDUARDO ZANQUETTA CARDOZO
REPRESENTANTE LEGAL
CONTRATADO
TESTEMUNHAS:

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
Expirado o prazo recursal, sem que tenha havido impugnação e recursos, já adjudicado a licitante vencedora anteriormente, declaro homologado o presente Processo Licitatório nº 028/2018 - Pregão Presencial nº 014/2018, para que produza os devidos efeitos legais e jurídicos esperados, para a empresa seguinte:
- G. RAGONEZI FILHO - CNPJ Nº: 12.642.332/0001-59
A fim de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA SERVIÇOS DE TORNEARIA E SOLDA EM GERAL, PARA O MUNICIPIO DE BRASILÂNDIA DO SUL.
Brasilândia do Sul-PR, 04 de junho de 2018.
Marcio Juliano Marcolino
Prefeito do Município
Departamento de Licitações e Contratos.
Brasilândia do Sul-PR
Fone/fax: (44)3654-1235

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAISO

Estado do Paraná
EXTRATO DE CONTRATO nº 064/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2018
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 053/2018
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAISO
CONTRATADO: BIO RESÍDUOS TRANSPORTES LTDA
OBJETO: Constitui objeto deste contrato a Contratação de uma empresa, para a prestação de serviços de coleta, transporte e encaminhamento para tratamento de resíduos de saúde, para local de tratamento que atenda aos requisitos e os padrões técnicos da ABNT e Normativas Ambientes Vigentes, em conformidade com a Resolução da ANVISA – RDC 306/04, juntamente com a Resolução n° 358/04 do CONAMA que define a coleta, transporte e destinação final sobre resíduos de serviços de saúde dos Grupos A, B e E.
VALOR: R$ 28.800,00 (vinte e oito mil oitocentos reais) dividido em 12 (doze) parcelas de R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais).
VIGÊNCIA: 13 de Maio de 2019.
FORUM: Comarca de Xambrê.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAISO

Estado do Paraná
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO nº 106/2017
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAISO
CONTRATADO: ASSIS PEREIRA DA SILVA & CIA LTDA ME
OBJETO: Contratação de uma empresa para prestação de serviços de tornearia, solda e usinagem em veículos, maquinários e implementos pertencentes ou cedidos a Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, utilizados pelas Secretarias de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos, Agricultura, Meio Ambiente e Educação. Os serviços serão realizados conforme relação descrita no Anexo I". A CONTRATADA se declara em condições de prestar os serviços em estrita observância com o indicado nas Especificações e na Documentação levada a efeito pelo pregão n.º 053/2017, devidamente homologada pela CONTRATANTE, em 02/05/2017.
CLAUSULA SEGUNDA
Fica alterado a clausula doze da Vigência do Contrato n° 106/2017, prorrogando o prazo de vigência do contrato para 15/05/2019.
FORUM: Comarca de Xambrê.

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI

Estado do Paraná
CNPJ 78.202.181/0001-26
Rua Sebastião Pereira de Oliveira, 2.131 - Centro – Cx. Postal 02 - 3656-1333 44- □ - CEP 87580-000
ALTO PIQUIRI - Paraná
www.cmaltopiquiri.pr.gov.br camalpi@hotmail.com
ATO DA MESA Nº. 014/2018
Autoriza viagem e concede diárias.
A MESA EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI, Estado do Paraná, no uso das suas legais atribuições,
RESOLVE:
Art. 1º. AUTORIZAR, o vereador GESSE ALVES DE SOUZA a viajar a cidade de Curitiba – PR., nos dias 04, 05 e 06 de junho de 2018, acompanhando o senhor Prefeito Municipal, onde farão visitas a Deputados Estaduais e algumas Secretarias, com o intuito de apresentar projetos e angariar recursos para atender as necessidades do nosso Município.
Cabendo-lhe o pagamento de 3 (três) diárias, conforme Resolução Nº. 002/13, de 07 de Maio de 2013.
Art. 2º. Este Ato da Mesa entra em vigor nesta data.
SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI, Estado do Paraná, aos 04 dias do mês de junho de 2018.
MIZAEL GOLFIERI BINATTI Presidente
WILSON P. DA SILVA 1º Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI

Estado do Paraná
PRIMEIRO ADENDO AO EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO nº 52/2018
MODALIDADE: . . . . PREGÃO nº 28/2018
TIPO DE LICITAÇÃO: . . . . . . Menor preço - Item
A Prefeitura Municipal de Alto Piquiri PR, com sede à Rua Santos Dumont 341, Alto Piquiri, Estado do Paraná, através da Pregoeira e Equipe de Apoio, faz saber a todos, que se acha aberto o presente ADENDO AO EDITAL do Processo Licitatório nº 52/2018, na modalidade Pregão nº 18/2018, conforme o que se segue:
Onde se lê: dia 07/06/2018
Leia-se: dia 15/06/2018.
1 – DOCUMENTAÇÃO DA HABILITAÇÃO
Incluem –se no 9.5. Na documentação para habilitação deverá apresentar:
* Prova de registro da empresa e do (s) responsável (eis) técnico (s) no CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo-CAU.
*Comprovação que possui em seu quadro permanente, profissional (is) de nível (eis) superior com atribuição de Engenheiro Civil e/ou Arquiteto Urbanista os quais serão os responsáveis técnicos pelo objeto da licitação.
2 - FUNDAMENTAÇÕES LEGAIS
O presente adendo está fundamentado no Artigo 21 § 4º da Lei Federal 8666/93, ressaltando que tal alteração não afetará a formulação de propostas.
3– DOS DEMAIS ASSUNTOS
Todos os demais assuntos inerentes ao Edital original, não mencionados neste ADENDO, seguem o disposto no Edital.
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI
Claudia Cristina do Nascimento
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL

Estado do Paraná
LEI N.º 706/2018.
AUTORIZA O MUNICÍPIO DE BRASILÂNDIA DO SUL ESTADO DO PARANÁ A ASSOCIAR-SE E INTEGRAR ASSOCIAÇÕES MUNICIPAIS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
A CÂMARA Municipal de Brasilândia do Sul, Estado do Paraná, APROVOU e Eu, MARCIO JULIANO MARCOLINO, Prefeito Municipal SANCIONO a seguinte Lei:
Art. 1º - Fica expressamente autorizado o Município de Brasilândia do Sul Estado do Paraná. a associar-se e integrar as seguinte Associações municipais: AMOP - Associação dos Municípios do Oeste do Paraná, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ n. 75.907576/0001-36:
Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar termo de adesão e/ou associação, bem como, contribuir mensalmente com referidas associações, conforme critérios e diretrizes definidas no Estatuto Social de cada entidade/associação municipal, aprovado em Assembleia na forma estatutária vigente.
Parágrafo Único - A contribuição visa assegurar a representação institucional por parte da associação municipal referida, em favor do Município de Brasilândia do Sul Estado do Paraná, nas esferas administrativas regionais e perante órgãos do Governo do Estado do Paraná e da União, e demais órgãos públicos de todas as esferas, bem como perante a iniciativa privada, quando necessário, atuando na defesa e promoção dos direitos, em demandas de relevante interesse público do Município associado, incluindo o aprimoramento da Gestão Pública Municipal.
Art. 3º - Ficam ratificados os atos de vinculação, associação, delegação e contribuição realizada pelo Executivo Municipal junto as referidas associações municipais abrangidas por esta Lei, até a data da publicação da presente Lei.
Art. 4° - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, e se necessário, devidamente suplementadas.
Art. 5° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
PAÇO MUNICIPAL "Deputado Ulisses Guimarães" aos 04 de junho de 2018..
MARCIO JULIANO MARCOLINO
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÃNDIA DO SUL

Estado do Paraná
PORTARIA Nº. 017/2018
SÚMULA: Concede diária ao Senhor UILSON JOSÉ DOS SANTOS
UILSON JOSÉ DOS SANTOS, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições conferidas na Lei Orgânica do Município;
Considerando a solicitação de diária conforme Requisição n.º 014/2018, datada de 30 de Maio de 2018;
Considerando as disposições contidas na Resolução n.º 002, datada de 28 de março de 2011;
R E S O L V E
Art. 1º. Fica concedida diária ao Senhor UILSON JOSÉ DOS SANTOS ocupante do cargo de Presidente desta Câmara Municipal, para empreender viagem de interesse do Processo Legislativo, nas seguintes condições:
a) Data de inicio: 06/06/2018;
b) Data do fim: 08/06/2018;
c) Quantidade de diária concedida: três diárias
d) Destino da viagem: Maringá– Pr
Objetivo do deslocamento: Participar do Treinamento: LICITAÇÕES – ROTEIRO PROCESSUAL NAS LICITAÇÕES E IRREGULARIDADES A SEREM EVITADAS; - ORIENTAÇÕES TÉCNICAS PARA A COMISSÃO DE LICITAÇÃO.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÃNDIA DO SUL, Estado do Paraná, 04 de Junho de 2018.
UILSON JOSÉ DOS SANTOS
Presidente da Câmara

PORTARIA Nº. 018/2018
SÚMULA: Concede diária ao Senhor FRANCISCO FERREIRA DA COSTA
UILSON JOSÉ DOS SANTOS, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições conferidas na Lei Orgânica do Município;
Considerando a solicitação de diária conforme Requisição n.º 015/2018, datada de 30 de Maio de 2018;
Considerando as disposições contidas na Resolução n.º 002, datada de 28 de março de 2011;
R E S O L V E
Art. 1º. Fica concedida diária ao Senhor FRANCISCO FERREIRA DA COSTA ocupante do cargo de Vereador desta Câmara Municipal, para empreender viagem de interesse do Processo Legislativo, nas seguintes condições:
a) Data de inicio: 06/06/2018;
b) Data do fim: 08/06/2018;
c) Quantidade de diária concedida: três diárias
d) Destino da viagem: Maringá– Pr
Objetivo do deslocamento: Participar do Treinamento: LICITAÇÕES – ROTEIRO PROCESSUAL NAS LICITAÇÕES E IRREGULARIDADES A SEREM EVITADAS; - ORIENTAÇÕES TÉCNICAS PARA A COMISSÃO DE LICITAÇÃO.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÃNDIA DO SUL, Estado do Paraná, 04 de Junho de 2018.
UILSON JOSÉ DOS SANTOS
Presidente da Câmara

PORTARIA Nº. 019/2018
SÚMULA: Concede diária ao Senhor VALDECIR ANDRADE DA SILVA
UILSON JOSÉ DOS SANTOS, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições conferidas na Lei Orgânica do Município;
Considerando a solicitação de diária conforme Requisição n.º 016/2018, datada de 30 de Maio de 2018;
Considerando as disposições contidas na Resolução n.º 002, datada de 28 de março de 2011;
R E S O L V E
Art. 1º. Fica concedida diária ao Senhor VALDECIR ANDRADE DA SILVA ocupante do cargo de Vereador desta Câmara Municipal, para empreender viagem de interesse do Processo Legislativo, nas seguintes condições:
a) Data de inicio: 06/06/2018;
b) Data do fim: 08/06/2018;
c) Quantidade de diária concedida: três diárias
d) Destino da viagem: Maringá– Pr
Objetivo do deslocamento: Participar do Treinamento: LICITAÇÕES – ROTEIRO PROCESSUAL NAS LICITAÇÕES E IRREGULARIDADES A SEREM EVITADAS; - ORIENTAÇÕES TÉCNICAS PARA A COMISSÃO DE LICITAÇÃO.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÃNDIA DO SUL, Estado do Paraná, 04 de Junho de 2018.
UILSON JOSÉ DOS SANTOS
Presidente da Câmara

PORTARIA Nº. 020/2018
SÚMULA: Concede diária ao Senhor CLAUDEMIR PEDRICONI
UILSON JOSÉ DOS SANTOS, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições conferidas na Lei Orgânica do Município;
Considerando a solicitação de diária conforme Requisição n.º 017/2018, datada de 30 de Maio de 2018;
Considerando as disposições contidas na Resolução n.º 002, datada de 28 de março de 2011;
R E S O L V E
Art. 1º. Fica concedida diária ao Senhor CLAUDEMIR PEDRICONI ocupante do cargo de Vereador desta Câmara Municipal, para empreender viagem de interesse do Processo Legislativo, nas seguintes condições:
a) Data de inicio: 06/06/2018;
b) Data do fim: 08/06/2018;
c) Quantidade de diária concedida: três diárias
d) Destino da viagem: Maringá– Pr
Objetivo do deslocamento: Participar do Treinamento: LICITAÇÕES – ROTEIRO PROCESSUAL NAS LICITAÇÕES E IRREGULARIDADES A SEREM EVITADAS; - ORIENTAÇÕES TÉCNICAS PARA A COMISSÃO DE LICITAÇÃO.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÃNDIA DO SUL, Estado do Paraná, 04 de Junho de 2018.
UILSON JOSÉ DOS SANTOS
Presidente da Câmara

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL

Estado do Paraná
DECRETO Nº 125/2018, DE 03 DE JUNHO DE 2018
SÚMULA: DECRETA LUTO OFICIAL E PONTO FACULTATIVO, EM RAZÃO DO FALECIMENTO DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR EX-PREFEITO MUNICIPAL SR. SHIZUO TAKADA.
MARIO JUNIO KAZUO DA SILVA – Prefeito Municipal de Cafezal do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e: CONSIDERANDO o falecimento do honroso Sr. SHIZUO TAKADA, que, em vida, prestou grandes serviços ao Município de Cafezal do Sul, como Vice Prefeito e Secretário Municipal de Saúde na gestão 1993/1996 e como Prefeito Municipal na gestão de 1997/2000; CONSIDERANDO o consternamento geral da comunidade Cafezalense e o sentimento de solidariedade, dor e saudade que emerge pela perda de um respeitável líder político, de ilibado espírito público e cidadão pioneiro deste município; CONSIDERANDO a relevância dos serviços prestados a toda a comunidade, e o legado de contribuição para o desenvolvimento de Cafezal do Sul, como gestor e como servidor público municipal; e CONSIDERANDO, finalmente, que é dever do Poder Público render justas homenagens àqueles que com o seu trabalho, seu exemplo e sua dedicação, contribuíram para o desenvolvimento e progresso desta cidade,
DECRETA:
Art. 1º – LUTO OFICIAL por 03 (três) dias no município de Cafezal do Sul-PR, em sinal de profundo pesar pelo falecimento do Sr. SHIZUO TAKADA, ocorrido nesta data.
Art. 2º – PONTO FACULTATIVO no dia 04 de junho de 2018, em todos os órgãos e repartições do município, sem prejuízo da prestação dos serviços considerados essenciais.
Paço Municipal de Cafezal do Sul, Estado do Paraná, aos 03 de junho de 2018.
MARIO JUNIO KAZUO DA SILVA
Prefeito Municipal

CONSELHO MUNICPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ESPERANÇA NOVA – PR.

RESOLUÇÃO: 004/2018
Resolução nº 004/2018. Súmula: Apreciação e aprovação do repasse de recursos referente à Deliberação nº 34/2012 – CEAS PR. Termo de Adesão e Plano de Aplicação para o Cofinanciamento do Governo Estadual.
O CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 071/98 de 18 de Novembro de 1998 e, considerando reunião extraordinária realizada em quatro de Junho de 2018, às 09h00min na sala de Reuniões da Terceira Idade, situada na Rua Floresval Paganini Nogueira 1280.
RESOLVE:
Art. I. Aprovar o repasse de recursos referente à Deliberação nº 34/2012 – CEAS PR, no valor de 4.356,00; conforme Termo de Adesão e Plano de Aplicação para o Cofinanciamento do Governo Estadual, destinados ao Município de Esperança Nova Paraná.
Art. II. Substituir em relação ao Plano de Aplicação anterior, 50% desses valores para aquisição de prancha tampão para mesa em madeira revestida em fórmica branca, destinadas ao refeitório onde são atendidas crianças e adolescentes de 06 a 15 anos e 50% para aquisição de toners para impressoras.
Art. III. Esta Resolução entra em vigor na data de sua Publicação. Esperança Nova Paraná, aos quatro dias do mês de Junho de 2018.
Esperança Nova - PR, 04 de Junho de 2018.
Valquiria dos Santos Ochman
Presidente do CMAS

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CRUZEIRO DO OESTE – PR

RESOLUÇÃO Nº 05/2018
SÚMULA – Aprova o Relatório Quadrimestral do 1º quadrimestre de 2018.
O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CRUZEIRO DO OESTE – PR, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI Nº 013/2015, CONFORME DELIBERAÇÃO EM REUNIÃO DE 30 DE MAIO DE 2018.
RESOLVE:
Art. 1º - Aprovar o relatório referente ao 1º quadrimestre de 2018 do Município de Cruzeiro do Oeste.
Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Cruzeiro do Oeste, 04 de Junho de 2018.
Cleicy Ferreira de Souza
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA

Estado do Paraná
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 41/2018
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 41/2018
LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 30/2018
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA-PR.
Aos 21(vinte e um) dias do mês de maio do ano de 2018, às 09:00 horas, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Douradina, Avenida Barão do Rio Branco, nº. 767, Centro, em Douradina-Pr, o MUNICÍPIO DE DOURADINA, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor João Jorge Sossai, brasileiro, casado, agente público, portador da C. I. R. G. nº. 1.759.085 SSP/PR e do CPF/MF sob o nº. 238.684.069-72, residente e domiciliado na Rua Bússola, nº. 131, Jardim Leoni, nesta Cidade, e a empresa: R. DE SOUZA CAMARGO & CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 04.278.215/0001-20, sito na Rua Paraná, nº. 339, Centro, CEP. 87.490-000, na cidade de Nova Olímpia, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Senhor Ricardo de Souza Camargo, portadora do CPF nº 024.227.959-78, RG nº 5.945.970-8 SSP-PR, residente e domiciliado na Rua São Paulo, nº. 403, Centro, CEP. 87.490-000, cidade de Nova Olímpia, Estado do Paraná, nos Termos do Decreto Municipal nº. 227, de 01 de junho de 2006, Lei Federal 8.666/93 e demais normas aplicáveis a espécie, resolvem REGISTRAR OS PREÇOS, em conformidade com as seguintes condições abaixo especificadas:
Fornecedor: R. DE SOUZA CAMARGO & CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 04.278.215/0001-20, sito na Rua Paraná, nº. 339, Centro, CEP. 87.490-000, na cidade de Nova Olímpia, Estado do Paraná, por seu representante legal, ao final assinado, com o valor total de R$81.000,00(oitenta e um mil reais) com os preços dos itens abaixo relacionados.
Lote Ordem Descrição Marca Unidade
Quant. Valor Unit. Valor Total
1 01 GÁS DE COZINHA; recarga, composição básica propano e butano, altamente tóxico e inflamável; fornecido em botijão; de 13kgs; e suas condições deverão estar de acordo com a (PORT, 47, DE 24/03/99 ANP), (NBR-14024 DA ABNT). NACIONAL GÁS Unidade 200
75,00 15.000,00
1 02 GÁS DE COZINHA; recarga, composição básica propano e butano, altamente tóxico e inflamável; fornecido em cilindro; de 45kgs; e suas condições deverão estar de acordo com a (PORT, 47, DE 24/03/99 ANP), (NBR-14024 DA ABNT). NACIONAL GÁS Unidade
200,00 330,00 66.000,00
01. Do Objeto e Valor: Registro de preços, por Item, de seleção de propostas no sentido de contratar empresa para fornecer gás de cozinha, destinada à Prefeitura Municipal de Douradina-Pr para manutenção dos prédios públicos e correlatos, conforme a seguir:
01.1. As quantidades constantes no(s) quadro(s) acima são estimativas de consumo, não se obrigando a administração à aquisição total.
02. Da Utilização do Registro de Preços: O registro de preços será utilizado para atender as necessidades da Administração Municipal Direta, Autárquia e fundacional, fundos especiais, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas, direta ou indiretamente pelo Poder Executivo Municipal.
03. Do Prazo de Vigência: O prazo de vigência do Registro de Preços será pelo período de 12(doze) meses, contados a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços.
04. Dos Pagamentos: Os pagamentos serão efetuados em 30(trinta) dias, contados a partir da entrega do bem objeto do fornecimento, desde que o mesmo esteja de acordo com o solicitado pela Prefeitura do Município de Douradina-PR.
05. Da Garantia de Qualidade: O objeto será recebido e aceito após sumária inspeção pelos órgãos técnicos da Prefeitura, podendo ser rejeitado, caso a qualidade e especificações não atendam ao que foi licitado, e deverá ser substituído pelo fornecedor, imediatamente, sem ônus para o Município, sob pena de suspensão da empresa de participar de licitação de acordo com a legislação vigente;
05.1. Responder, na forma prevista no Código do Consumidor, pela qualidade do produto fornecido.
06. Da Entrega: Em 24(vinte e quatro) horas, mediante solicitação formal, e aceita devidamente, após a verificação da qualidade e quantidade do bem fornecidos e consequente aceitação pela Administração.
07. Recomposição dos Preços Registrados: Durante a vigência do Registro de Preços, os valores registrados não serão reajustados; somente poderá ocorrer a recomposição de valores nos casos enquadrados no disposto no Artigo 65, alínea "d", da Lei 8.666/93; para ocorrer a recomposição, deverá a empresa encaminhar documento comprobatório e solicitante, constando o motivo/causa, os índices a serem utilizados; que deverá ser aprovada e pactuada entre as partes; caso a empresa não encaminhe antecipadamente este documento, não ocorrerá a recomposição.
08. Do cancelamento do Registro: O Registro de Preços poderá ser cancelado nas seguintes ocasiões: I - a pedido, quando comprovar estar impossibilitado de cumprir as suas exigências por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, devidamente comprovado; II - por iniciativa do órgão ou entidade responsável, quando a empresa: descumprir as condições da Ata de Registro de Preços; não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido no edital, a respectiva ordem de compra ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável; não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; presentes razões de interesse público. O cancelamento de registro do fornecedor será devidamente autuado no respectivo processo administrativo, e ensejará aditamento da Ata pelo órgão ou entidade responsável, que deverá informar aos demais fornecedores registrados a nova ordem de registro.
09. Das Penalidades: Ao proponente que não satisfizer os compromissos assumidos na Ata de Registro de Preços, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:
09.1. No caso de não cumprimento do prazo de entrega do objeto adjudicado, constante no Anexo V, será aplicável à Contratada multa moratória no valor equivalente a 0,1% (um décimo percentual), calculada sobre o valor total do objeto contratado, solicitado, por dia excedente ao respectivo prazo.
09.2. Pela inexecução total, parcial, ou na recusa de assinar a Ata de Registro de Preço, ou que ainda não satisfazer os compromissos assumidos na Ata de Registro de Preços o Município de Douradina-Pr, garantida a defesa prévia, poderá aplicar a contratada às sanções previstas no art. 87, da Lei nº. 8.666/93, de 21.06.1993 e multa correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto adjudicado.
09.3. As multas mencionadas nos itens 12.1 e 12.2 serão descontadas dos pagamentos a que a contratada tiver direito ou mediante pagamento em moeda corrente, ou ainda, judicialmente quando for o caso.
09.4. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções administrativas ou penais cabíveis.
10. Fazem parte integrante desta ata, para todos os efeitos legais, o Edital de Licitação Pregão Presencial nº. 30/2018, seus anexos e proposta da proponente.
Fica eleito o foro do Município de Umuarama, Estado do Paraná, para dirimir quaisquer dúvidas referentes ao presente ajuste.
CONTRATADA
Ricardo de Souza Camargo
R. DE SOUZA CAMARGO & CIA LTDA
CONTRATANTE
João Jorge Sossai
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA-PR.

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CRUZEIRO DO OESTE – PR

RESOLUÇÃO Nº 04/2018
SÚMULA – Aprova o SISPACTO para o ano de 2018.
O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CRUZEIRO DO OESTE – PR, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI Nº 013/2015, CONFORME DELIBERAÇÃO EM REUNIÃO DE 30 DE MAIO DE 2018.
RESOLVE:
Art. 1º - Aprovar o SISPACTO para o ano de 2018 do Município de Cruzeiro do Oeste.
Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Cruzeiro do Oeste, 04 de Junho de 2018.
CLEICY FERREIRA DE SOUZA
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CRUZEIRO DO OESTE – PR

RESOLUÇÃO Nº 06/2018
SÚMULA – Aprova o Plano de Ação Intersetorial do Programa Bolsa Família para o exercício de 2018.
O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CRUZEIRO DO OESTE – PR, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI Nº 013/2015, CONFORME DELIBERAÇÃO EM REUNIÃO DE 30 DE MAIO DE 2018.
RESOLVE:
Art. 1º - Aprovar o Plano de Ação Intersetorial do Programa Bolsa Família para o exercício de 2018 do município de Cruzeiro do Oeste.
Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Cruzeiro do Oeste, 04 de Junho de 2018.
CLEICY FERREIRA DE SOUZA
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA

Estado do Paraná
PORTARIA Nº. 148/2018
Súmula: Concede férias regulamentares ao servidor Valdemir Garcia Munhoz, e dá outras providências.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao servidor Valdemir Garcia Munhoz, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº 2.099.685-6 relativas ao período aquisitivo 22/02/2017 a 21/02/2018 por trinta dias, devendo entrar em gozo da mesma a partir do dia 04/06/2018.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.
Publique-se, Cumpra-se e Arquive-se.
Gabinete do Prefeito Municipal de Esperança Nova, Estado do Paraná, aos quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito.
Valdir Hidalgo Martinez
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 213/2.018
DE 04 DE JUNHO DE 2.018
SÚMULA: "Concede diárias para cobrir despesas de alimentação e hospedagem.".
O PREFEITO MUNICIPAL DE DOURADINA, no uso de suas atribuições legais, e considerando a Lei Municipal n°. 1.709 de 30 de novembro de 2015, que institui o pagamento de diárias á servidora pública municipal para cobrir despesas de alimentação e hospedagem, em viagem de trabalho;
RESOLVE:
Art. 1° - CONCEDER 03 (três) diárias de viagem, no valor de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), totalizando 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais), para o servidor municipal Alan Alves da Costa, matrícula n°. 1615, ocupante do cargo de Agente Administrativo 40 horas, lotado na Manutenção da Divisão de Promoção Social.
Art. 2º - A diária será concedida no seguinte dia, local e finalidade:
Data Horário Saída/Chegada Destino Motivo
11/06/2018 à 14/06/2018 Saída dia 11/06/2018 ás 14:00 horas
Chegada dia 14/06/2018 às 08:00 horas
Curitiba - Pr Capacitação SIBEC – Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário – MDSA/ Caixa Econômica Federal.
I – Na concessão da diária mencionada no caput, estão inclusos os períodos de deslocamento do servidor do local de origem até o destino final.
II – O deslocamento até o destino será realizado transporte coletivo.
Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4° - Dê-se ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Douradina/PR, 04 de Junho de 2018.
João Jorge Sossai
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA

Estado do Paraná
DECRETO N° 049/2018
SÚMULA: Decreta como Feriado Municipal a data de 11 de junho de 2018.
O Prefeito Municipal de Esperança Nova, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,
CONSIDERANDO que no dia 13 de junho é comemorado o dia de Santo Antônio, Padroeiro Municipal;
CONSIDERANDO que a data este ano cai em dia útil, quarta-feira, e que todos os anos a data é considerada como feriado Municipal;
CONSIDERANDO que as festividades alusivas à comemoração do Padroeiro do Município será realizada na Paróquia nos dias 09 e 10 de junho, para melhor adequar o feriado, antecipa-se o dia de sua comemoração;
CONSIDERANDO, por fim, as atribuições contidas no Artigo 75, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal e, a necessidade de se decretar feriado por ato oficial, para que se cumpram as formalidades necessárias nas repartições/órgãos e entidades públicas, instituições financeiras e comércio no âmbito do Município;
D E C R E T A:
Art. 1º - Fica decretado FERIADO no âmbito do Município de Esperança Nova, Estado do Paraná, o dia 11 de junho de 2018, comemorando o dia do Padroeiro do Município, Santo Antônio.
Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.
CERTIFIQUEM-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Gabinete do Prefeito Municipal de Esperança Nova, Estado do Paraná, aos quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito.
Valdir Hidalgo Martinez
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL

Estado do Paraná
PORTARIA Nº. 194/2018
Concede licença a Servidora.
O PREFEITO MUNICIPAL DE PEROBAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º CONCEDER licença a servidora pública municipal TATIANE SALLO FAVARIN DA SILVA, portadora da Cédula de Identidade Nº. 8.949.824-4 SSP/PR, ocupante do cargo de provimento efetivo de Educador Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para acompanhar seu filho em tratamento de saúde, sem prejuízo de seus vencimentos no período de 23.05.2018 a 29.05.2018.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL, Estado do Paraná, aos 29 de maio de 2018.
ALMIR DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA

Estado do Paraná
DECRETO Nº. 048/2018.
Abertura de crédito suplementar por anulação de dotação no orçamento para exercício de 2018, do município de Esperança Nova, Estado do Paraná.
O Prefeito Municipal de Esperança Nova, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei e especialmente contidas na Lei Nº 856/2017 de 11 de Dezembro de 2017.
DECRETA
Art. 1º - Abre um crédito suplementar no valor de R$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais), mediante a inclusão de rubricas das dotações orçamentárias:
DESPESA

Org.	Unid.	Funcional Programática	Fonte Recurso	Nomenclatura	Categoria Econômica	Valor
03	007	12.365.1012.2.115	126*	Manutenção das Atividades de Educação Infantil	3.3.90.30.00	2.600,00

TOTAL 2.600,00
* 126 – FNDE/PNAE;
Art. 2º - Para a cobertura dos créditos aberto no artigo anterior, serão cancelados total/parcialmente as seguintes dotação orçamentária vigente.
DESPESA

Org.	Unid.	Funcional Programática	Fonte Recurso	Nomenclatura	Categoria Econômica	Valor
03	007	12.365.1012.2.114	126*	Manutenção das Atividades de Ensino Fundamental	3.3.90.30.00	2.600,00

TOTAL 2.600,00
* 126 – FNDE/PNAE;
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Esperança Nova - PR, 04 de Junho de 2018.
VALDIR HIDALGO MARTINEZ
Prefeito

Publicações legais

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Paraná
DECRETO N.º 239/2018
SÚMULA: Dispõe sobre a abertura de CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, no valor de R$508.000,00(quinhentos e oito mil reais), destinados a suplementar as dotações do orçamento corrente do Executivo Municipal.
O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 5º, inciso I da Lei n.º 51, de 07/12/2017 (LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA) - Publicada em 09/12/2017.
CONSIDERANDO, a insuficiência de saldos nas rubricas de despesa específica no orçamento municipal vigente.
DECRETA:
ARTIGO 1º - Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, no valor de R$508.000,00(quinhentos e oito mil reais), destinados a suplementar as seguintes dotações do orçamento corrente do Executivo Municipal:
09.00-SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
09.02-DIVISÃO DO FUNDO DE SAUDE
10.301.0020.2043-Manutenção e Encargos da Secretaria Municipal de Saude
0000- recursos ordinários livres
(1860) 31.90.11.00-vencimentos e vantagens fixas-pessoal civil 130.000,00
09.00-SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
09.02-DIVISÃO DO FUNDO DE SAUDE
10.303.0021.2048-Manutenção e Encargos com Postos de Saude Municipais/PSF
0495-atenção básica
(2230)33.90.36.00-outros serviços de terceiros –pessoa fisica 100.000,00
10.00-SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL
10.03- DIVISÃO FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL
08.244.0016.2063-Repasse do Bloco de Proteção Social Especial
0935-bloco de financiamento da proteção social especial-SUAS
(2933) 31.90.11.00-vencimentos e vantagens fixas-pessoal civil 8.000,00
08.244.0017.2059- Repasse do Bloco de Proteção Social Basica- Suas
0934-bloco de financiamento da proteção social básica -SUAS
(2811)33.90.30.00-material de consumo 10.000,00
(2831)33.90.39.00- outros serviços de terceiros-pessoa juridica 10.000,00
11.00-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO,CULTURA E ESPORTE
11.01-DIVISÃO DE EDUCAÇÃO
12.361.0022.2073-Manutenção e Encargos com Ensino Regular
0000-recursos ordinários livres
(3400)31.90.11.00-vencimentos e vantagens fixas-pessoal civil 250.000,00
TOTAL DO CRÉDITO SUPLEMENTAR 508.000,00
ARTIGO 2º - Como recursos para a abertura do Crédito previsto no Artigo 1º deste Decreto, o Executivo Municipal, utilizar-se-á do seguinte
09.00-SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
09.02-DIVISÃO DO FUNDO DE SAUDE
10.301.0020.2041-Contabilização de Transferências a Consorcio de Saúde
0000- recursos ordinários livres
(1730)33.71.70.00-rateio pela participação em consorcio publico 120.000,00
10.301.0020.2043-Manutenção e Encargos da Secretaria Municipal de Saude
0000- recursos ordinários livres
(1830)31.90.04.00-contratação por tempo determinado 10.000,00
09.00-SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
09.02-DIVISÃO DO FUNDO DE SAUDE
10.302.0020.2047-Manutenção e Encargos com Farmacia Basica Municipal
0495-atenção basica
(2160)33.90.32.00-material,bem ou serviços para distribuição gratuita 100.000,00
10.00-SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL
10.03- DIVISÃO FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL
08.244.0016.2063-Repasse do Bloco de Proteção Social Especial
0935-bloco de financiamento da proteção social especial-SUAS
(2934)31.90.13.00-obrigações patronais 8.000,00
08.244.0017.2059- Repasse do Bloco de Proteção Social Basica- Suas
0934-bloco de financiamento da proteção social básica -SUAS
(2802)31.90.11.00-vencimentos e vantagens fixas-pessoal civil 20.000,00
11.00-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO,CULTURA E ESPORTE
11.03-DIVISÃO DE CULTURA
13.392.0028.2088-Manutenção e Encargos com a Divisão de Cultura
0000-recursos ordinários livres
(4380) 33.90.39.00- outros serviços de terceiros-pessoa juridica 250.000,00
TOTAL DO CANCELAMENTO 508.000,00
ARTIGO 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Edifício do Paço Municipal de Cruzeiro do Oeste, aos 30 (trinta) dias do mês de maio de 2018.
HEDILBERTO VILLA NOVA SOBRINHO
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE
SEDU/PARANACIDADE - PAM
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2018.

O MUNICÍPIO de **CRUZEIRO DO OESTE - PR**, torna público que às 10:00 horas do dia 25 de junho de 2018, na Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Oeste - PR, Setor de Compras/Licitações - www.licitacoes-e.com.br, realizará licitação na modalidade Pregão eletrônico, do tipo menor preço, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, de acordo com as especificações do edital, para aquisição de:

LOTE	OBJETO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL R$	PRAZO (DIAS)
01	Caminhão Chassis 6x4	01	299.900,00	60

Informações e esclarecimentos relativos ao edital, modelos e anexos poderão ser solicitados junto ao **Pregoeiro KEILA FERREIRA DE SOUZA, Paraná, Brasil - Telefone: (044) 3676-8150 RAMAL 169 - E-mail keila@cruzeirodooeste.pr.gov.br.** A Pasta Técnica, com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinada no seguinte endereço Rua João Ormindo de Resende, 686, Cruzeiro do Oeste - PR, das 07:30 às 13:30 horas.

Cruzeiro do Oeste - PR, 29 de maio de 2018.

KEILA FERREIRA DE SOUZA
PREGOEIRA

MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE
SEDU/PARANACIDADE - PAM
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/202018.

O MUNICÍPIO de **CRUZEIRO DO OESTE - PR**, torna público que às 11:00 horas do dia 25 de junho de 2018, na PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE - PR - SETOR DE COMPRAS/LICITAÇÕES, realizará licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, de acordo com as especificações do edital, para aquisição de:

LOTE	OBJETO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL R$	PRAZO (DIAS)
1	CAMINHÃO CHASSIS 4x2	01	125.000,00	60
2	VEÍCULO HATCH	01	50.180,00	60

Informações e esclarecimentos relativos ao edital, modelos e anexos poderão ser solicitados junto ao **Pregoeiro KEILA FERREIRA DE SOUZA, Paraná, Brasil - Telefone: (044) 3676 - 8150 - E-mail keila@cruzeirodooeste.pr.gov.br.** A Pasta Técnica, com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinada no seguinte endereço Rua João Ormindo de Resende, 686, das 07:30 às 13:30 horas.

Cruzeiro do Oeste - PR, 29 de maio de 2018.

KEILA FERREIRA DE SOUZA
PREGOEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUSEIRO DO OESTE
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº /13 – 2018

Município de Cruzeiro do Oeste - PR torna público que fará realizar, às 10:30 horas do dia 22 de junho do ano de 2018, na Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Oeste - PR nº 686 em Cruzeiro do Oeste , Paraná, Brasil, **TOMADA DE PREÇOS**, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, da(*s*) seguinte(*s*) obra(*s*):

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução (*dias*)
Av. Guilherme Rigolon	Construção de infraestrutura urbana	330,00 m² Área de Intervenção	150

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinada no endereço acima indicado, no horário comercial, ou solicitada através do e-mail keila@cruzeirodooete.pr.gov.br. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser encaminhados à Comissão de Licitação no endereço ou e-mail acima mencionados – Telefone 44-36768150 ramal 169.

Cruzeiro do Oeste - PR, 28 de maio de 2018.

Thiago Ziroldo - Presidente da Comissão de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL

Estado do Paraná
PORTARIA Nº. 195/2018
Concede licença premio a servidora CLAUDIA ANDREIA TRUJILO DA SILVA.
O PREFEITO MUNICIPAL DE PEROBAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º CONCEDER licença prêmio a servidora CLAUDIA ANDREIA TRUJILO DA SILVA, portadora da Cédula de Identidade Nº. 9.337.298-0 SSP/PR, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, referente ao qüinqüênio de 2010/2015, vencido e não fruído, no período de 01/06/2018 a 30/06/2018.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL, Estado do Paraná, aos 04 de junho de 2018.
ALMIR DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL

Estado do Paraná

LEI COMPLEMENTAR N.º 054/2018.

DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARREIRA, CARGOS E REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES EFETIVOS DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE BRASILÂNDIA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA Municipal de Vereadores de Brasilândia do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições APROVOU e Eu, MARCIO JULIANO MARCOLINO, Prefeito Municipal, SANCIONO a seguinte lei complementar:

Art. 1º Pela presente Lei Complementar fica criado o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Servidores Públicos do Poder Legislativo do Município de Brasilândia do Sul, Estado do Paraná.

Parágrafo Único. O regime jurídico dos integrantes do presente Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos servidores públicos efetivos do Poder Legislativo será o Regime Estatutário.

CAPÍTULO I

DA CRIAÇÃO E DEFINIÇÕES

Art. 2º. A estrutura básica do quadro de cargos de provimento efetivo será formada pelos cargos e padrão de vencimentos constante no anexo I da presente Lei.

Parágrafo Único. O Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Servidores Públicos do Poder Legislativo do Município de Brasilândia do Sul será constituído dos seguintes cargos efetivos:

I. Advogado;
II. Agente Administrativo;
III. Auxiliar Serviços Gerais;
IV. Contador.

Art. 3º. Para os efeitos desta Lei são adotadas as definições seguintes:

I. CARGO: é o conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas a um servidor, identificando-se pelas características de sua criação, denominação própria, número de vagas, carga horária de trabalho e pagamento pelo Erário municipal;

II. NÍVEL DE VENCIMENTO: é o numero que identifica o posicionamento do servidor na tabela de vencimento, relativo ao cargo que ocupa;

III. PROMOÇÃO: evolução do servidor dentro do plano de carreira;

IV. CARREIRA: conjunto estruturado de níveis, organizado para permitir o desenvolvimento do servidor, mediante progressão funcional;

V. VENCIMENTO: retribuição pecuniária básica, devida pelo exercício do cargo, fixada e alterada exclusivamente por lei;

VI. REMUNERAÇÃO: vencimento acrescido de vantagens pecuniárias permanentes, variáveis e temporárias;

VII. QUALIFICAÇÃO: conjunto de requisitos exigidos para o ingresso e o desenvolvimento mínimo na carreira e para obtenção de vantagens pecuniárias estabelecidas em lei;

VIII. PROGRESSÃO FUNCIONAL: passagem do servidor de um nível para outro superior dentro da faixa de referência ou entre as referências.

Art. 4º. O Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos de que trata esta Lei observará as seguintes diretrizes:

I. valorização da qualificação técnica continuada do servidor e efetivo tempo de serviço, específico na atual carreira;

II. vencimento e demais componentes do sistema remuneratório, fixados segundo a natureza, o grau de responsabilidade, a complexidade dos cargos.

CAPÍTULO II

DO PLANO DE CARGOS E CARREIRAS

Art. 5º. O Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos será integrado por cargos providos em carreira, cujas respectivas atribuições correspondem ao exercício de trabalhos continuados indispensáveis ao desenvolvimento do serviço público do Poder Legislativo do Município de Brasilândia do Sul.

Art. 6º. O Plano de Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos aprovado por esta Lei é disposto mediante:

I. organização dos cargos distribuídos em níveis;
II. provimento dos cargos;
III. enquadramento funcional e de vencimentos;
IV. desenvolvimento nas carreiras;
V. vencimento, nos níveis do Anexo II.

Art. 7º. A estruturação do plano com a organização em cargos, níveis e referências está definida nos Anexos I e II, que contêm as seguintes informações:

I. Anexo I: “Estrutura Administrativa”, número de cargos de provimento efetivo por cargo, antes e após a publicação desta lei, assim como a amplitude de suas carreiras;

II. Anexo II: “Tabela Exemplificativa de Níveis e Vencimentos”, tabela de pontuação para efeitos de obtenção da progressão funcional entre níveis salariais, nos termos do Capítulo IV da presente Lei.

Art. 8º. A capacitação dos servidores será feita por meio da realização de cursos e outras atividades inerentes, possibilitando o aperfeiçoamento e aprimoramento no desempenho das funções do cargo visando à obtenção de progressão por titulação.

Art. 9º. O enquadramento do servidor em seu respectivo nível, conforme o Anexo II, dar-se-á a partir da devida classificação que na data da publicação da presente Lei já possa ocupar.

§ 1º. O enquadramento previsto neste artigo deverá observar a estrutura dos cargos efetivos constantes no Anexo I.

§ 2º. O enquadramento e os critérios de progressão funcional adotados serão definidos no Capítulo IV.

Art. 10. Considera-se Carreira a distribuição dos cargos públicos em categorias funcionais e os diferentes níveis de vencimento do cargo.

Parágrafo Único. O Plano de Carreira aplica-se exclusivamente aos servidores concursados do Poder Legislativo do Município de Brasilândia do Sul, detentores de cargos efetivos, excluído qualquer outra categoria de servidores.

Art. 11. O servidor integrante do Plano de Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos de que trata essa Lei é ocupante do cargo efetivo e habilitado em concurso público.

CAPÍTULO III

DO PLANO DE VENCIMENTOS

Art. 12. Consideram-se vencimentos a contrapartida em espécie, regularmente paga pelo Poder Legislativo, por período mensal de trabalho, ao servidor ocupante de cargo pelo efetivo serviço prestado.

Parágrafo Único. As faltas ao serviço não justificadas ou não comprovadas serão descontadas do vencimento mensal do servidor, computadas ainda para efeito de concessão de férias nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Brasilândia do Sul, Estado do Paraná, ou, quando inexistente, na forma do Estatuto dos Servidores Públicos da União, e, subsidiariamente, caso necessário, às disposições da CLT.

Art. 13. Os cargos efetivos terão um vencimento básico ou inicial, estabelecido no Anexo II da presente Lei e mais 99 (noventa e nove) níveis, havendo progressão para o 100º (centésimo) nível de vencimento.

Art. 14 Assim que o servidor chegar ao 100º (centésimo) nível ficará obrigado o Poder Legislativo Municipal a criar outros subsequentes níveis para o regular avanço, desde que esse limite não ultrapasse o limite fixado nos artigos 17 e §7º do artigo 19 da presente Lei.

Art. 15. Fica instituída a Tabela de Níveis e Vencimentos (Anexo II), para a aplicação do instituto de progressão funcional, que consiste na elevação do nível de vencimentos do servidor de carreira.

Parágrafo Único. O Poder Legislativo atualizará obrigatoriamente os valores constantes da Tabela de Níveis e Vencimentos (Anexo II) sempre que houver alteração dos vencimentos dos servidores públicos.

Art. 16. Os vencimentos para os respectivos cargos serão aqueles constantes da Tabela de Níveis e Vencimentos (Anexo II), integrantes da presente Lei.

§1º. Os vencimentos considerados do básico até o último nível proporcionará ao servidor perceber aumento real de vencimento de acordo com o disposto na Tabela de Níveis e Vencimentos (Anexo II).

§2º. Os valores constantes do Anexo II poderão ser alterados, respeitadas as disponibilidades financeira e orçamentária do Poder Legislativo Municipal, bem como dos limites constitucionais.

Art. 17. O teto dos vencimentos dos servidores do Poder Legislativo do Município de Brasilândia do Sul é determinado pela norma do art. 37, inciso XI, da Constituição da República.

Parágrafo único. Não poderá servidor do Poder Legislativo do Município de Brasilândia do Sul, Estado do Paraná, auferir vencimento superior ao do Chefe do Poder Executivo Municipal.

CAPÍTULO IV

DA PROGRESSÃO FUNCIONAL

Art. 18. Considerar-se-á para fins da presente Lei ser período aquisitivo o período de 12 (doze) meses do servidor no cargo.

§ 1º. Independente do tempo de serviço na carreira ocupada na data de publicação desta Lei, o servidor somente progredirá obedecendo o lapso temporal mínimo de 6 (seis) meses.

§ 2º. O servidor que na data do enquadramento contar com tempo de serviço acima do exigido para o nível e referência em que se encontre, será enquadrado na respectiva referência subsequente, devendo, a partir daí ser observada a regra do § 1º deste artigo.

§ 3º. A progressão funcional definida neste artigo somente ocorrerá se houver disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 19. Dar-se-á progressão:

I. por tempo de serviço, ao final do decurso de cada período de doze meses no cargo, avançando o servidor de nível em que estiver, assim para o nível imediatamente subsequente;

II. por titulação, observando-se os seguintes critérios:

a) progressão de um nível no cargo, por uma única vez, pela conclusão de curso de ensino fundamental, desde que tal curso seja superior à escolaridade exigida para o cargo que o servidor ocupa;

b) progressão de um nível no cargo, por uma única vez, por ter concluído curso de ensino médio, desde que tal curso seja superior à escolaridade exigida para o cargo que o servidor ocupa;

c) progressão de dois níveis no cargo, por duas vezes, por ter concluído curso de graduação;

d) progressão de dois níveis no cargo, por duas vezes, por ter concluído curso de pós-graduação, em nível de especialização;

e) progressão de três níveis no cargo, por uma única vez, por ter concluído curso de mestrado;

f) progressão de quatro níveis no cargo, por uma única vez, por ter concluído curso de doutorado;

g) progressão de um nível no cargo, sempre que o servidor concluir ou ministrar cursos relativos à área de atuação no serviço público, exigindo-se carga horária mínima de 44 (quarenta e quatro) horas de evento;

h) ao término do estágio probatório, com a aquisição da estabilidade, o servidor terá progressão de dois níveis;

i) após o término do estágio probatório, a cada transcorrer de períodos de 5 (cinco) anos, o servidor terá progressão de dois níveis;

§1º. A titulação já contabilizada e utilizada para progressões anteriores, não poderá ser considera para novas progressões regidas pela presente Lei, sob risco da proibida duplicação do direito.

§2º. Para fazer a análise da titulação apresentada pelo servidor que desejar progressão funcional o Presidente da Câmara designará comissão de avaliação que será formada por três servidores efetivos, a qual terá um prazo máximo de 10 (dez) dias para emitir parecer conclusivo.

§3º. Formará a comissão de avaliação seu presidente e dois membros.

§4º. Deverá constar do processo de avaliação documento de estudo de impacto financeiro/orçamentário, bem como analise dos limites legais e constitucionais de gasto com pessoal, a serem emitidos pelo departamento contábil/financeiro da Câmara Municipal de Brasilândia do Sul.

§5º. Ao final do processo de avaliação caberá ao Presidente da Câmara a homologação das conclusões exaradas pela comissão de avaliação.

§6º. Não havendo concordância do servidor com as conclusões exaradas pela comissão de avaliação, poderá ele protocolar recurso dirigido a Mesa Diretora da Câmara, que ouvirá a comissão no prazo de 10 (dez) dias, quando após emitirá decisão final no prazo de 15 (quinze) dias.

§7º. Não haverá progressão caso os vencimentos a serem percebidos pelo servidor possam ultrapassar o valor do subsídio do Prefeito Municipal.

§8º. Na hipótese do paragrafo anterior, tão logo haja majoração do subsídio do Prefeito Municipal, o servidor poderá obter a progressão funcional, observando-se as seguintes regras:

I. progressão por tempo de serviço, computando-se de uma só vez o número de níveis que o servidor preencheu durante o período de vedação previsto no § 7º deste artigo;

II. progressão por titulação, considerando-se os critérios constantes das alíneas do inciso II do caput deste artigo.

Art. 20. Perde o direito à progressão funcional o servidor que durante cada período aquisitivo:

a) receber formalmente, por 02 (duas) vezes consecutivas ou alternadas, pelo mesmo ou diferente fato, suspensão do serviço;

b) faltar ao serviço, sem motivo justificado, em dias consecutivos ou alternados em números de dias úteis, igual ou superior a 20 (vinte);

c) caso fato ou ato pessoal seja objeto de apuração em processo administrativo que investigue o cometimento de falta funcional;

d) for julgado culpado por falta funcional ao final de processo administrativo;

Parágrafo Único. Na hipótese da alínea “c”, do artigo anterior, encerrado o processo administrativo, com a conclusão de improcedência ou inocência do servidor, este terá direito retroativo a aquisição.

Art. 21. Os requisitos cumulativos, tempo de serviço e mérito são aplicados a todos os servidores efetivos ocupantes de cargos de carreira.

Art. 22. Ao servidor, mesmo no estágio probatório ou no exercício de um cargo de confiança ou de função de chefia e/ou direção, não há impedimento para contagem de tempo para fins de progressão funcional.

I. Ao ser aprovado e nomeado no concurso público o servidor entrará no nível de padrão disposto no art. 9º.

II. Para fins de adequação dessa Lei, os servidores terão como nível inicial aquele adequado ao valor dos vencimentos atuais, que serão referenciados no Anexo I.

Art. 23. Não haverá progressão funcional para o servidor:

I. Em disponibilidade e/ou à disposição;
II. Que não tenha cumprido o interstício temporal mínimo de 06 (seis) meses em cada referência;
III. Cumprindo pena de suspensão ou que a tenha cumprido nos 12 (doze) últimos meses;
IV. Com vínculo funcional suspenso;

§ 1º. A vedação de que trata o inciso II não se aplica ao critério de antiguidade

§ 2º. Para efeitos de progressão na carreira será computado o período aquisitivo da estabilidade, prevista no art. 41, da Constituição Federal.

CAPÍTULO V

DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS

Art. 24. As Funções Gratificadas aos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivos do Poder Legislativo do Município de Brasilândia do Sul estão previstas nesta Lei, bem como em legislação municipal especifica.

§1º. As funções gratificadas serão preenchidas somente por servidores ocupantes de cargos efetivos que serão designadas por meio de portarias emitidas pela Presidência da Câmara Municipal.

§2º. As funções gratificadas não constituem cargos, sendo considerados como encargos especiais.

§3º. As gratificações poderão ser concedidas somente a servidores públicos ocupantes de cargos de provimento efetivos, mediante a ocorrência de pelo menos uma das seguintes hipóteses:

I. Execução de serviços ou atribuições não enquadradas no rol de atividades do cargo ou funções de origem do servidor público;

II. Frequentes realizações de serviços extraordinários;

III. Participação em comissões necessárias às atividades legislativas ou administrativas, tais como comissão parlamentar, de sindicância, licitação, entre outras.

Art. 25. Não perderá a gratificação o servidor que se ausentar em virtude de férias, luto, casamento, licença para tratamento de saúde, gestação, adoção, paternidade, por doença em pessoa da família e para serviço obrigatório por lei.

§1º. As gratificações serão concedidas pelo Presidente da Câmara no limite máximo de 80% (oitenta por cento) do valor do vencimento do servidor e será recebida concomitantemente com o vencimento do cargo efetivo.

§2º. A Função Gratificada não será incorporada ao vencimento fixo do funcionário efetivo, e será paga a título de “gratificação de função”.

§3º. Sobre as funções gratificadas incidem descontos previdenciários.

§4º. Os valores remuneratórios das funções gratificadas serão reajustadas sempre que houver revisão geral aos servidores.

Art. 26. O servidor designado para exercer função gratificada perceberá, além do vencimento do seu cargo, a gratificação de função enquanto estiver no exercício da respctiva função, de acordo com o símbolo e percentuais estabelecidos nesta Lei, bem como em legislação municipal especifica, que será pago em caráter de complementação ao vencimento do servidor.

Art. 27. Os ocupantes de cargos com direitos a função gratificadas não serão remunerados por horas extraordinárias no exercício do cargo ou função.

CAPITULO VI

DO AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO

Art. 28. O auxílio-alimentação será devido mensalmente aos servidores efetivos em atividade, a ser pago em pecúnia, na folha de pagamento do mês anterior ao de competência, independente de solicitação, inclusive nas férias, licenças e afastamentos.

§1º. O auxílio-alimentação terá caráter indenizatório.

§2º. O servidor que acumule funções gratificadas no âmbito do Poder Legislativo Municipal fará jus à percepção de um único auxílio-alimentação.

§3º. O auxílio-alimentação não será:

I. incorporado ao vencimento ou remuneração;

II. configurado como rendimento tributável e nem sofrerá incidência de contribuição para o plano/regime de seguridade social do servidor;

III. caracterizado como salário-utilidade ou prestação salarial in natura.

§4º. Considerar-se-á para o desconto do auxílio-alimentação, por dia não trabalhado, a proporcionalidade de vinte e dois dias

§5º. Para os efeitos deste artigo, considera-se como dia trabalhado a participação do servidor em programa de treinamento regularmente instituído, conferências, congressos, treinamentos, ou outros eventos similares.

§6º. O auxilio-alimentação terá o valor determinado a partir do levantamento do preço do conjunto básico de bens alimentícios na capital do Estado do Paraná no mês de janeiro de cada ano, realizado e divulgado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE, ou banco de dados de mesma natureza que vier a substituí-lo ou se equiparar.

§7º. Em não havendo valor determinado do preço do conjunto básico de bens alimentícios na capital do Estado do Paraná o valor do auxílio-alimentação será aquele utilizado no ano anterior corrigido pelo índice de inflação oficial daquele mesmo ano.

§8º. O auxílio-alimentação definida neste artigo somente será concedido se houver disponibilidade orçamentária e financeira.

CAPITULO VII

DO AUXÍLIO-SAÚDE

Art. 29. A assistência à saúde de servidor ativo, que compreende assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica e farmacêutica, terá como diretriz básica o implemento de ações preventivas e curativas voltadas para a promoção da saúde e será prestada mediante convênio ou contrato, ou ainda em forma de auxílio pecuniário, mediante ressarcimento parcial limitado a 50% (cinquenta por cento) do valor despendido pelo servidor ativo com planos ou seguros privados de assistência à saúde.

§1º. Para os fins do disposto no caput deste artigo fica o Poder Legislativo Municipal, alternativamente, autorizado a:

I. celebrar convênios exclusivamente para a prestação de serviços de assistência à saúde para os seus servidores ativos com planos ou seguros privados, por meio de instrumentos jurídicos competentes;

II. contratar, mediante licitação, na forma da Lei nº 8.666/1993, operadoras de planos e seguros privados de assistência à saúde que possuam autorização de funcionamento do órgão regulador;

III. conceder assistência à saúde em forma de auxílio a servidor em valor limitado 50% (cinquenta por cento) ao total despendido por este com planos ou seguros privados de assistência à saúde.

§ 2º. A assistência à saúde em forma de auxílio pecuniário, de caráter indenizatório, não será:

I. incorporado ao vencimento ou remuneração;

II. configurado como rendimento tributável e nem sofrerá incidência de contribuição para o plano/regime de seguridade social do servidor;

III. caracterizado como salário-utilidade ou prestação salarial in natura;

§3º. O auxílio-saúde definido neste artigo somente será concedido se houver disponibilidade orçamentária e financeira.

CAPITULO VIII

DA ASSIDUIDADE

Art. 30. Aos servidores no efetivo exercício de suas funções que não apresentarem faltas, licenças ou afastamentos durante o mês, ressalvando-se os casos justificados, conceder-se-á o Prêmio Assiduidade.

§1º. O Prêmio Assiduidade que trata este artigo corresponderá a 2,5% (dois vírgula cinco por cento) do valor do vencimento pago ao servidor.

§2º. O Prêmio Assiduidade será calculado mensalmente, acumulado e pago em uma única parcela em folha de pagamento no 1º trimestre do ano subsequente, limitado a 12 (doze) meses.

§3º. Para cada mês não computado, por não atender o disposto no caput deste artigo, reduzir-se-á em 20% (vinte por cento) o valor total acumulado do Prêmio Assiduidade.

§4º. O valor do Prêmio Assiduidade não se incorpora aos vencimentos, não integra o cálculo das férias, 13º (décimo terceiro) salário ou qualquer outra vantagem devida.

§5º. A concessão da assiduidade definida neste artigo somente ocorrerá se houver disponibilidade orçamentária e financeira.

CAPÍTULO IX

DA LICENÇA ESPECIAL

Art. 31. A cada 5 (cinco) anos de efetivo exercício conceder-se-á ao servidor 3 (três) meses de Licença Especial, a título de prêmio por frequência habitual, sem prejuízo da remuneração do cargo.

§1º. A licença poderá ser gozada de uma só vez ou fracionada em períodos de 01 (um) mês no interstício dos cinco anos subsequentes a sua aquisição.

§2º. É facultada, a juízo do Presidente da Câmara, a conversão da licença prêmio em pecúnia, total ou parcialmente (em patamar mínimo de 1/3 – um terço), com base na remuneração percebida na data da aquisição, desde que o servidor assim o desejar expressamente, bem como observando-se a disponibilidade de dotações orçamentárias e limite com os gastos de pessoal.

§3º. Será convertida em pecúnia e repassada à família do servidor falecido as eventuais Licenças Especiais vencidas e não gozadas.

§4º. Será convertida em pecúnia e repassada ao servidor aposentado ou exonerado as eventuais Licenças Especiais não gozadas na atividade.

Art. 32. Não se concederá licença especial ao servidor que, no período aquisitivo:

I. sofrer penalidade disciplinar de suspensão;

II. afastar-se do cargo em decorrência de:

a) licença para tratar de interesses particulares;

b) licença por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro;

c) haver sofrido condenação a pena privativa de liberdade por sentença definitiva.

Parágrafo Único. As faltas injustificadas ao serviço retardam a concessão da licença prevista neste capítulo, na proporção de 01 (um) dia para cada falta.

CAPÍTULO X

DA INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS

Art. 33. É possível converter 1/3 (um terço) do período de férias a que o servidor tiver direito em indenização pecuniária, no valor equivalente proporcional a remuneração que lhe seria devida nos dias correspondentes ao 1/3 (um terço) mencionado, vedada qualquer outra hipótese de conversão em pecúnia.

§1º. A indenização de férias não gozadas poderá ser paga ao servidor em face da acumulação de um ou mais períodos aquisitivos.

§2º. Em caso de férias coletivas, determinadas pela Mesa Diretora em ato próprio, não será deferido o pedido de conversão pecuniária de um terço das férias.

CAPÍTULO XI

DA LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES

Art. 34. A critério da Presidência do Legislativo Municipal poderão ser concedidas ao servidor ocupante de cargo efetivo, desde que não esteja em estágio probatório, licenças para o trato de assuntos particulares pelo prazo de até três anos consecutivos, sem direito a remuneração.

Parágrafo único. A licença poderá ser interrompida, a qualquer tempo, a pedido do servidor ou no interesse do serviço.

CAPÍTULO XII

DA DESTINAÇÃO DAS VERBAS DE SUCUMBÊNCIA

Art. 35. As verbas de sucumbência, garantia profissional de natureza privada e alimentar, serão destinadas exclusivamente ao advogado do Poder Legislativo Municipal, integrante do quadro funcional efetivo da Câmara Municipal de Brasilândia do Sul, regido pela Lei Municipal nº. 511, de 12 de março de 2015, nos termos do §19 do art. 85 da Lei Federal nº. 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).

Art. 36. Para os fins deste Capítulo são consideradas verbas de sucumbência aquelas provenientes das ações judiciais em que a Câmara Municipal de Brasilândia do Sul for parte, ajuizadas a partir da vigência da Lei Federal nº. 13.105, de 2015.

§1°. A ocorrência de compensação, transação, parcelamento e dação em pagamento não afasta a obrigação do pagamento das verbas de que trata o artigo 35 desta Lei.

§2°. Não existindo estipulação judicial quanto às verbas de sucumbência até o momento em que se derem quaisquer das hipóteses previstas no §1º deste artigo, o percentual devido será o patamar mínimo estabelecido na legislação processual civil.

§3°. As verbas de sucumbência provenientes das ações judiciais ajuizadas antes da vigência da Lei Federal nº 13.105, de 2015, iniciadas antes da entrada em vigor da mesma Lei, permanecem tendo a destinação prevista em legislação anterior.

Art. 37. As verbas de sucumbência de que trata o artigo 35 desta Lei serão destinadas, de forma exclusiva ao advogado do Legislativo Municipal, estável, integrante do quadro funcional efetivo da Câmara Municipal de Brasilândia do Sul, que esteja em efetivo exercício no Poder Legislativo do Município de Brasilândia do Sul.

Parágrafo Único. As verbas de sucumbência não integram:

I - o vencimento ou remuneração e não servirão como base de cálculo para adicionais, gratificações ou qualquer outra vantagem pecuniária; e

II - a base de cálculo, compulsória ou facultativa, de contribuição previdenciária e de natureza tributária.

Art. 38. Ao advogado do Legislativo Municipal destinatário das normas previstas neste Capítulo terá direito à receber integralmente todas as verbas de sucumbência a que se refere o art. 36 desta Lei, independentemente de lotação ou alocação, desde que esteja no exercício de atividade típica descrita entre as atribuições de sua função.

Parágrafo Único. Em caso de exoneração, demissão e aposentadoria, o advogado do Legislativo Municipal perceberá os valores correspondentes a proporção de sua atuação profissional nas ações judiciais em que a Câmara Municipal de Brasilândia do Sul for parte.

Art. 39. As verbas de sucumbência serão recolhidas mediante depósito em conta específica de titularidade do advogado do Legislativo Municipal, devendo o pagamento ocorrer até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente à arrecadação.

Parágrafo Único. O pagamento das verbas de sucumbência será realizado considerado o montante dos recursos arrecadados, observadas as disposições dos artigos 36 e 37 desta Lei, vedado a imposição de quaisquer critérios de regulamentação eventualmente baixados pelo Gestor do Orçamento do Poder Legislativo Municipal ou pelo Gestor do Erário Municipal.

Art. 40. Compete ao Gestor do Orçamento da Câmara Municipal:

I - fiscalizar a correta destinação das verbas de sucumbência;

II - adotar as providências necessárias para que as verbas de sucumbência sejam creditadas pontualmente;

III - requisitar dos órgãos e das entidades públicas municipais responsáveis as informações cadastrais, contábeis e financeiras necessárias à apuração do valor da verba referida no art. 36 desta Lei e à identificação da pessoa destinatária das verbas de sucumbência;

IV - O setor responsável pela contabilidade e finanças do Erário Municipal prestará ao setor responsável pela contabilidade e finanças do Poder Legislativo Municipal o auxílio técnico necessário para a apuração, o recolhimento e o crédito dos valores descritos no art. 36 desta Lei.

Parágrafo Único. A apuração e os valores correspondentes ao imposto de renda devido em razão do recebimento das verbas de sucumbência, bem como contribuição previdenciária, serão de única e exclusiva responsabilidade da pessoa destinatária.

Art. 41. As normas previstas neste Capítulo entram em vigor a partir da vigência da Lei Federal nº. 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).

CAPÍTULO XIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 42. O Poder Legislativo Municipal regulamentará a presente Lei no que for necessário.

Art. 43. Fica fixado o mês de janeiro de cada ano como data base para efeito de reajuste de vencimentos dos Servidores da Câmara Municipal de Brasilândia do Sul, os quais serão automaticamente refletidos na tabela constante do Anexo II.

Art. 44. Os servidores da Câmara Municipal de Brasilândia do Sul obedecerão às normas do Poder Legislativo.

Parágrafo Único. Subsidiariamente poderão ser aplicadas as normas dispostas no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Brasilândia do Sul, Estado do Paraná, Estatuto dos Servidores Públicos da União, e, ainda, caso necessário, às disposições da CLT e ao que dispõe sobre o Regime Geral de Previdência Social e demais disposições legais, sempre que não conflitantes.

Art. 45. Quando houver normas similares e/ou conflitantes no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Brasilândia do Sul, Estado do Paraná, aplicar-se-á as disposições previstas nesta Lei.

Art. 46. Os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em decorrência de concurso público serão estáveis após 3 (três) anos de efetivo exercício, na forma estabelecida no artigo 41 da Constituição da República.

Art. 47. Os valores estabelecidos para os vencimentos e constantes do Anexo II que integram a presente Lei deverão ser submetido a revisão anual visando recompor eventuais percas e defasagens.

Art. 48. Os atuais servidores efetivos da Câmara Municipal de Brasilândia do Sul ficam desde já enquadrados nos respectivos e devidos níveis de vencimentos dispostos na presente Lei e seus Anexos.

Parágrafo único. Não havendo recursos suficientes, o enquadramento e a progressão funcional, aguardará até que o Orçamento e disponibilidades financeiras estejam adequados para sua realização.

Art. 49. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias específicas do Poder Legislativo Municipal, consignadas nos Orçamentos vigentes, suplementadas se necessário.

Art. 50. O Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos, de que trata esta Lei, será revisado a cada 03 (três) anos, a contar da data de sua entrada em vigor.

Art. 51. A cessão de servidores à disposição de outros Poderes, Órgãos ou Entidades da Administração Pública do Paraná, de outros Estados, da União, de Municípios ou de organismos internacionais, mediante acordo, dar-se-á sem ônus para a Câmara Municipal de Brasilândia do Sul, mediante ressarcimento, caso necessário.

Parágrafo único. Fica vedada a cessão ou colocação à disposição de servidores da Câmara Municipal para entidades de natureza privada.

Art. 52. O servidor da Câmara Municipal, afastado para exercício de mandato eletivo, ou à disposição de outros Órgãos e de Entidades da Administração Pública do Estado do Paraná, de outros dos Estados, da União, ou de Municípios, fará jus à promoção por antiguidade e as outras modalidades de progressão.

Art. 53. O Poder Legislativo do Município de Brasilândia do Sul, poderá contratar profissionais autônomos ou liberais para prestação de serviços técnicos, mediante locação civil de serviços, precedido de processo licitatório, conforme determina a Lei 8.666/1993.

Parágrafo Único. Os contratados a que faz referencia o caput do presente artigo não integrarão, em qualquer hipótese, o quadro funcional próprio do Poder Legislativo do Município de Brasilândia do Sul.

Art. 54. O quadro funcional do Poder Legislativo do Município de Brasilândia do Sul, assim conforme previsto no Anexo I desta Lei, não comportará cargos de provimento em comissão.

Art. 55. Salvo as exceções expressamente previstas no presente diploma legal, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL “Deputado Ulisses Guimarães”., aos 28 de maio de 2018.

MARCIO JULIANO MARCOLINO
Prefeito Municipal

ANEXO I
ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

QUANTIDADE DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	NIVEL INICIAL NA TABELA DE NÍVEIS E VENCIMENTOS - ANEXO II
1 (um)	Advogado	66
1 (um)	Agente Administrativo	23
1 (um)	Auxiliar Serviços Gerais	04
1 (um)	Contador	52

ANEXO II
TABELA EXEMPLIFICATIVA DE NÍVEIS E VENCIMENTOS – PROVIMENTO EFETIVO

NÍVEL	Valor	%	NÍVEL	Valor	%	NÍVEL	Valor	%	NÍVEL	Valor	%
1	R$ 954,00	2,5	26	R$ 1.768,66	2,5	51	R$ 3.279,00	2,5	76	R$ 6.079,09	2,5
2	R$ 977,85	2,5	27	R$ 1.812,88	2,5	52	R$ 3.360,98	2,5	77	R$ 6.231,06	2,5
3	R$ 1.002,30	2,5	28	R$ 1.858,20	2,5	53	R$ 3.445,00	2,5	78	R$ 6.386,84	2,5
4	R$ 1.027,35	2,5	29	R$ 1.904,66	2,5	54	R$ 3.531,13	2,5	79	R$ 6.546,51	2,5
5	R$ 1.053,04	2,5	30	R$ 1.952,27	2,5	55	R$ 3.619,40	2,5	80	R$ 6.710,17	2,5
6	R$ 1.079,36	2,5	31	R$ 2.001,08	2,5	56	R$ 3.709,89	2,5	81	R$ 6.877,93	2,5
7	R$ 1.106,35	2,5	32	R$ 2.051,11	2,5	57	R$ 3.802,64	2,5	82	R$ 7.049,88	2,5
8	R$ 1.134,01	2,5	33	R$ 2.102,38	2,5	58	R$ 3.897,70	2,5	83	R$ 7.226,12	2,5
9	R$ 1.162,36	2,5	34	R$ 2.154,94	2,5	59	R$ 3.995,15	2,5	84	R$ 7.406,78	2,5
10	R$ 1.191,42	2,5	35	R$ 2.208,82	2,5	60	R$ 4.095,02	2,5	85	R$ 7.591,95	2,5
11	R$ 1.221,20	2,5	36	R$ 2.264,04	2,5	61	R$ 4.197,40	2,5	86	R$ 7.781,74	2,5
12	R$ 1.251,73	2,5	37	R$ 2.320,64	2,5	62	R$ 4.302,33	2,5	87	R$ 7.976,29	2,5
13	R$ 1.283,02	2,5	38	R$ 2.378,65	2,5	63	R$ 4.409,89	2,5	88	R$ 8.175,69	2,5
14	R$ 1.315,10	2,5	39	R$ 2.438,12	2,5	64	R$ 4.520,14	2,5	89	R$ 8.380,09	2,5
15	R$ 1.347,98	2,5	40	R$ 2.499,07	2,5	65	R$ 4.633,14	2,5	90	R$ 8.589,59	2,5
16	R$ 1.381,68	2,5	41	R$ 2.561,55	2,5	66	R$ 4.748,97	2,5	91	R$ 8.804,33	2,5
17	R$ 1.416,22	2,5	42	R$ 2.625,59	2,5	67	R$ 4.867,70	2,5	92	R$ 9.024,44	2,5
18	R$ 1.451,62	2,5	43	R$ 2.691,23	2,5	68	R$ 4.989,39	2,5	93	R$ 9.250,05	2,5
19	R$ 1.487,91	2,5	44	R$ 2.758,51	2,5	69	R$ 5.114,12	2,5	94	R$ 9.481,30	2,5
20	R$ 1.525,11	2,5	45	R$ 2.827,47	2,5	70	R$ 5.241,98	2,5	95	R$ 9.718,33	2,5
21	R$ 1.563,24	2,5	46	R$ 2.898,16	2,5	71	R$ 5.373,03	2,5	96	R$ 9.961,29	2,5
22	R$ 1.602,32	2,5	47	R$ 2.970,61	2,5	72	R$ 5.507,35	2,5	97	R$ 10.210,32	2,5
23	R$ 1.642,38	2,5	48	R$ 3.044,88	2,5	73	R$ 5.645,04	2,5	98	R$ 10.465,58	2,5
24	R$ 1.683,44	2,5	49	R$ 3.121,00	2,5	74	R$ 5.786,16	2,5	99	R$ 10.727,22	2,5
25	R$ 1.725,52	2,5	50	R$ 3.199,03	2,5	75	R$ 5.930,82	2,5	100	R$ 10.995,40	2,5

ANEXO III
TABELA DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS

QUANTIDADE	Especificação da Função	Símbolo	Percentual sobre o Vencimento Base
1 (um)	Direção Legislativa	FG-12	80%

MANUAL DA FUNÇÃO GRATIFICADA

FUNÇÃO GRATIFICADA - FG
FUNÇÃO: **DIREÇÃO LEGISLATIVA**

DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO GRATIFICADA

- Velar pela aplicação do princípio do *devido processo legislativo* à vista dos processos legislativos em trâmite;
- Zelar pela observância e aplicação das normas do Regimento Interno da Câmara e pelas demais disposições legais atinentes ao processo legislativo;
- Garantir que a técnica legislativa seja devidamente aplicada, pronunciando-se sempre que verificado qualquer erro, falha, omissão ou inconsistência;
- Providenciar a formação, organização e conferência dos autos dos processos legislativos em trâmite;
- Supervisionar o trâmite dos processos legislativos, prestando esclarecimentos, orientações quando necessário;
- Supervisionar o fluxo de tramitação dos processos legislativos e os prazos regimentais, garantindo que a legislação procedimental vigente seja cumprida;
- Garantir que seja dada publicidade, quando necessário, a determinados atos relativos ao trâmite de proposições legislativas;
- Elaborar pesquisas, redação e arquivamento de documentos de interesse do processo legislativo;
- Realizar tarefas burocráticas auxiliares relativas ao expediente do processo legislativo;
- Realizar outras tarefas administrativas e correlatas atinentes ao expediente do processo legislativo por iniciativa própria ou que lhe forem atribuídas por superior;
- Prestar orientação técnica, opinando formal ou informalmente, sobre questões de natureza procedimental à vista dos processos legislativos que tramitem na Câmara Municipal;
- Auxiliar na elaboração e análise de projetos de leis e demais expedientes legislativos em formação de autoria dos Órgãos e agentes políticos da Câmara Municipal;
- Responsabilizar-se pela consolidação da legislação vigente;
- Zelar pela conservação física dos autos dos processos legislativos em trâmite;
- Zelar pela conservação física do arquivo legislativo;
- Prestar auxílio à aos membros da Mesa Diretora na definição e organização da pauta de votação dos expedientes e proposições legislativas em Sessões Plenárias Deliberativas.

PRÉ REQUISITOS

CARGO NECESSÁRIO À OCUPAÇÃO: **ADVOGADO**
FORMA DE PROVIMENTO: **CONCURSO PÚBLICO**

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO ALVES

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 077 DE 04 DE JUNHO DE 2018.
SÚMULA: Autoriza viagem e concede diárias e dão outras providências,
ALIRIO JOSÉ MISTURA, Prefeito Municipal de Francisco Alves, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e na forma da Lei Municipal nº 847/2013 de 21 de outubro de 2013,
RESOLVE:
I – Conceder e autorizar em consonância com a Lei Municipal 847/2013 de 21 de outubro de 2013, o pagamento de três (03), diárias correspondentes aos dias 05, 06 e 07 de junho de 2018. Nas respectivas datas o Executivo desta municipalidade, o Sr. ALIRIO JOSÉ MISTURA, portador de Céd. De Ident. RG n.º 5.285.518-7 SSP/PR e devidamente inscrito no CPF/MF sob n.º 710.227.089-53, realizará viagem à Curitiba, visando visita FUNASA, Casa Civil, Secretaria de Estado da Saúde e Secretaria de Estado da Educação, para tratar de assuntos de interesse desta municipalidade.
II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Francisco Alves, Estado do Paraná, aos quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito.
Registre-se Publique-se Cumpra-se
ALIRIO JOSÉ MISTURA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO ALVES

Estado do Paraná
DESIGNAÇÃO DATA ABERTURA DOS ENVELOPES HABILITAÇÃO SEGUNDO CLASSIFICADO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 055/2018.
PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2018.
DATA DA REALIZAÇÃO: 07 DE JUNHO DE 2018.
HORÁRIO DO INICIO DA SESSÃO: 09h00min - LOCAL: Prefeitura Municipal de Francisco Alves - Sala de Licitações.
OBJETO: A presente licitação tem por objeto a aquisição de postes de concreto (INSTALADOS), aquisição de equipamentos e Câmeras de Segurança (INSTALADOS) em perfeito estado de funcionamento para monitoramento das ruas do Bairro Catarinense, município de Francisco Alves, Estado do Paraná conforme necessidade da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, observadas as características e demais condições definidas neste Edital e em seus Anexos.
Considerando as recursos interpostos pela empresa, BARAZETTI E GRIS LTDA, considerando o prazo de recurso e as contrarrazões, considerando a desclassificação da primeira colocada, resolvo designar para o dia 07 de Junho de 2018 a nova data para se prosseguir a abertura do envelope de habilitação jurídica do segundo classificado.
DEMAIS INFORMAÇÕES: Quaisquer esclarecimentos sobre o presente Edital poderão ser obtidos da comissão, diariamente, nos dias úteis das 09h:00min as 11h:00min e das 14h:min00 as 16h:00min, no endereço sito a Rua Jorge Ferreira, 627 município de Francisco Alves, Estado do Paraná, ou através do e-mail licitacaopmfa@hotmail.com. A licitante interessada deverá deixar por escrito na divisão de licitação e cadastro que obteve os esclarecimentos pretendido ou encaminhado através do FONE/FAX: (44)3643-8000.
Francisco Alves – Pr. 30 de Maio de 2018.
DANIEL DOS SANTOS TERCEIRO CHAMORRO
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO ALVES –PR

AVISO RETOMADA DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO n.º 059/2018
PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 039/2018
DATA DA REALIZAÇÃO DO PREGÃO: 15 DE JUNHO DE 2018.
HORÁRIO DE ENTREGA DOS ENVELOPES: 09:45 HORAS - LOCAL: Prefeitura Municipal de Francisco Alves - sala de Licitações.
HORÁRIO DO INICIO DA SESSÃO: 10:00 HORAS - LOCAL: Prefeitura Municipal de Francisco Alves - sala de Licitações.
O pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Francisco Alves, Paraná, designado pela portaria n° 055/2018, Comunica aos interessados que a licitação referente ao PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 039/2018, objetivando a contratação de empresa/pessoa física, para a prestação de serviços de Contratação de Profissional de Educação Física pra atividades de Esporte e Lazer, Instrutor de Informática e Facilitadora de trabalhos manuais com bordados em chinelos e pintura em tecidos, provenientes dos Recursos do Bloco de Proteção Básica – SCFV, e prestação de serviços de oficinas de artesanatos manuais, proveniente do Recurso Bloco de Proteção Social Básica do PAIF/SCFV, Reprogramação dos Saldos de 2017 em aplicação em 2018, está RETOMADA.
DEMAIS INFORMAÇÕES: Quaisquer esclarecimentos sobre o presente Edital poderão ser obtidos da comissão, diariamente, nos dias úteis das 09h:00min as 11h:00min e das 14h:min00 as 16h:00min, no endereço sito a Rua Jorge Ferreira, 627 município de Francisco Alves, Estado do Paraná, através do e-mail licitacaopmfa@hotmail.com, ou pelo endereço eletrônico: http://www.franciscoalves.pr.gov.br. A licitante interessada deverá deixar por escrito na divisão de licitação.
Francisco Alves – Pr. 04 de JUNHO de 2018.
DANIEL DOS SANTOS T CHAMORRO
PREGOEIRO

Câmara Municipal de Umuarama

ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DE TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 03/2018	
CONTRATANTE	- CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA/PR.
CONTRATADO	- F.L. RIGOLON – COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS – ME (POSTO 4 RODAS), CNPJ 21.583.577/0001-43
OBJETO	CLÁUSULA PRIMEIRA – DO VALOR: O valor do litro de combustível tipo gasolina comum passa a ser de R$ 4,48 (quatro reais e quarenta e oito centavos). CLÁUSULA SEGUNDA – O custeamento da despesa será por meio da dotação orçamentaria 3.3.90.30.00.00 – material de consumo. CLÁUSULA TERCEIRA – As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.
RECURSOS ORÇAMENTARIOS	DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
DATA DA ASSINATURA DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO	- 29 de maio de 2018.

MUNICIPIO DE GUAIRA - ESTADO DO PARANÁ/COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
CONVOCAÇÃO DOS LICITANTES
CONCORRÊNCIA N° 004/2018

Objeto: Contratação de empresa especializada em construção civil para edificação de uma CRECHE PRÓ-INFÂNCIA, tipo 1, a ser executada no bairro Vila Alta, Município de Guaíra, conforme memorial descritivo, planilhas, projetos e demais anexos do edital. Tal licitação visa atender o Termo de Compromisso Pac 2 7595/2013, recursos oriundos do FNDE/Governo Federal (CONCLUSÃO DA EDIFICAÇÃO).
O município de Guaíra, Estado do Paraná, por meio da Comissão Permanente de Licitações, torna público para o conhecimento dos interessados a CONVOCAÇÃO das empresas participantes da **Concorrência Pública n° 004/2018**, sendo: RA CONSTRUÇÕES LTDA-ME, CESAR AUGUSTO RODRIGUES & CIA LTDA-EPP e VILLARES CONSTRUTORA E METALURGICA LTDA-EPP, a comparecer no dia 05 de junho de 2018, às 16h00min, no Paço Municipal Kurt Walter Hasper, sito à Avenida Coronel Otávio Tosta, n° 126, Centro, nesta cidade de Guaíra-PR, para dar continuidade aos trabalhos referente a licitação em questão.
Publique-se.
Guaíra (PR), em 04 de junho de 2018.
Anildo Morais Peraçoli/Comissão Permanente de Licitações.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

Estado do Paraná
DECRETO Nº 205/2018
Data: 04.06.2018
Ementa: constitui Comissão Central Organizadora da 43ª Festa das Nações no Município de Guaíra, Estado do Paraná, e dá outras providências.
O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais, e consoante o artigo 84, inciso I, letra "O da Lei Orgânica do Município de Guaíra e os dispositivos da lei municipal 1380 de 27/03/2006", e, considerando o memorando on-line sob o nº 687/2017,
DECRETA:
Art. 1º Fica instituída a data de 1º a 05 de maio de 2019 para a realização da 43ª Festa das Nações do Município de Guaíra, Estado do Paraná.
Art. 2º Fica constituída a Comissão Central Organizadora doravante denominada CCO, composta pelos seguintes membros, com as atribuições de desempenhar todas as atividades inerentes à realização da 43a Festa das Nações de Guaíra:
Presidente José Carlos Teodoro Delfino
Vice-Presidente Edson Gomes Pepi
Assessores Jurídicos Wilson da Costa Lopes, João Fernando Pinto Grecillo e Mariana de Oliveira Cândido
Coordenadores de Segurança Ivanio Worms, Edson Manoel Auler e Gustavo Henrique Costa Vaz
Coordenadores da Fronteira do Leite Valberto Paixão da Silva, Emerson Nascimento, Roberto Soares, Zinaldo da Rocha e Danilo Dias
Coordenadores da Expo Guaíra Oswaldo Francisco Junior, Juliana Rigolon e Adriano Cezar Richter
Coordenadores de Logística Sinomar Maria Neto, Thomaz Luiz Zeballos e Fabiano Melanias Raddatz
Coordenadores de Eventos Marli de Souza Jardim, Lucinéia Raimunda de Souza, Luis Felipe Martins dos Anjos e Marcelo Aristides de Lima
Coordenadores de Marketing Marcelo Aquino, Cintia Marques da Silva, Adriane Schirmann e Adalton Raimundo da Cunha
Secretários Camila de Souza Terron, Ana Cláudia Eloy Folleto e Angélica Cristina de Matos
Tesoureiros Fabian Persi Vendruscolo, Walter Fabiano dos Santos e Claiton Schlindwein
Parágrafo único. Farão igualmente parte da CCO, os representantes indicados pelas organizações assistenciais do Município conforme seguem:
I. Lar São José de Guaíra, CNPJ 77.807.584/000136;
II. Associação Pestalozzi de Guaíra – Escola Mário Luiz, CNPJ 77.418.655/0001-09;
III. Associação Casa da Sopa Amor e Caridade, CNPJ 00.082.828/0001-36;
IV. Pastoral da Criança de Guaíra, CNPJ 81.588.873/0020-21;
V. Associação de Proteção a Maternidade e a Infância de Guaíra, CNPJ 75.426.510/0001-24;
VI. Associação Guairense de Pessoas com Deficiência Vida Nova, CNPJ 03.766.933/0001-82;
VII. Associação Assistencial de Guaíra, CNPJ 75.564.625/0001-85.
Art. 3º À Comissão Central Organizadora compete:
I. Coordenar a organização geral da 43ª Festa das Nações;
II. Apoiar o Município na definição do modelo de realização da 43ª Festa das Nações nos termos da Recomendação Administrativa nº 10/2013 pelo MPPR;
III. Divulgar a programação da 43ª Festa das Nações;
IV. Apoiar o Município na fiscalização da execução dos contratos de prestação de serviços;
V. Apoiar o Município na fiscalização do uso dos espaços do Centro Náutico Marinas;
VI. Realizar o concurso da Rainha da 43ª Festa das Nações;
VII. Prestar contas da 43ª Festa das Nações;
VIII. Outras atividades inerentes à realização da 43ª Festa das Nações de Guaíra.
Parágrafo único. É de inteira responsabilidade da CCO, o pagamento de suas contratações e aquisições diretas que não sejam através do erário municipal, e o recolhimento dos tributos e demais obrigações, vinculados as competências atribuídas no caput deste artigo, podendo delegar a responsabilidade à Associação Comercial e Empresarial de Guaíra – ACIAG, CNPJ nº 77.115.384/0001-12.
Art. 4º O exercício das funções descritas neste decreto, será considerado serviço público relevante e não será remunerado.
Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 04 de junho de 2018.
HERALDO TRENTO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA

Estado do Paraná
DECRETO Nº. 39/2018
Homologa Julgamento proferido pela Pregoeira Oficial e Equipe de Apoio, do Processo Licitatório nº. 13/2018, modalidade Pregão Presencial – nº. 08/2018 e dá outras providências.
O Prefeito Municipal de Esperança Nova - PR, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Pregoeira Oficial e Equipe de Apoio da Licitação na Modalidade Pregão Presencial, para Registro de preços para Aquisição parcelada e futura de medicamentos "DE REFERÊNCIA (ÉTICOS)" de A – Z, que tenham registro na ANVISA e que não fazem parte da Farmácia Básica deste Município conforme Relação Municipal de Medicamentos (REMUME), com maior percentual de desconto com base na tabela vigente na data do fornecimento da CMED/ANVISA (Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos), visando a distribuição gratuita à pacientes de acordo com prescrição médica, os quais deverão ser entregues na Divisão de Saúde e Vigilância Sanitária deste Município de Esperança Nova, por funcionário da empresa vencedora, sem nenhum custo adicional para o Município, a favor da empresa:
VENCEDOR VALOR R$
HENRIQUE ZAMARA VIGO, LTDA CNPJ; 23.252.973/0001-13.
Medicamentos éticos/referência no valor total de R$ 122.500,00 (cento e vinte e dois mil e quinhentos reais).
(12,50% de desconto do total de R$ 140.000,00)
Art. 2º. Fica o setor competente autorizado a elaborar a ata de registro de preços, depois de cumpridas todas as formalidades legais.
Art. 3º Este decreto entra em vigor nesta data.
Gabinete do Prefeito Municipal de Esperança Nova, Estado do Paraná, aos 04 (quatro) dias do mês de junho de 2018.
Valdir Hidalgo Martinez
Prefeito Municipal
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA

Estado do Paraná
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2018
O Vereador Júlio César Pradella – Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Nova Olímpia – Pr., no uso de suas atribuições legais:
CONVOCA
Os Senhores Vereadores para reunirem-se em 02 (duas) Sessões Extraordinárias a serem realizadas nos dias 04/06, após a sessão ordinária e no dia 05 de junho de 2018, para tratar da seguinte ORDEM DO DIA:
- Discussão e votação do projeto de Lei nº014/2018
Câmara Municipal de Nova Olímpia, 30 de maio de 2018.
Júlio César Pradella
Presidente
CIENTIFIQUE-SE E AFIXE-SE
Ciente do Edital de Convocação nº 003/2018
Erasmo Cardoso Santana ____________________
João Carlos Moreto Ramos ____________________
José Cícero dos Santos ____________________
José da Silva Guerra ____________________
José de Almeida Neto ____________________
Márcio Flores da Silva ____________________
Marciano Bezerra da Silva ____________________
Maria Maciel Lima Griffo ____________________

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA

PORTARIA Nº 214/2.018 DE 04 DE JUNHO DE 2.018
SÚMULA: "Concede diárias para cobrir despesas de alimentação e hospedagem.".
O PREFEITO MUNICIPAL DE DOURADINA, no uso de suas atribuições legais, e considerando a Lei Municipal n°. 1.709 de 30 de novembro de 2015, que institui o pagamento de diárias aos servidores públicos municipais para cobrir despesas de alimentação e hospedagem, em viagem de trabalho;
RESOLVE:
Art. 1° - CONCEDER 05 (cinco) diárias, no valor de R$ 30,00 (trinta reais), cada, totalizando o valor de R$150,00 (cento e cinqüenta reais) ao servidor municipal JOÃO PAULO LAURINDO, matrícula n° 1590, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Manutenção da Limpeza Publica, no seguinte dia, local e finalidade:
Data Horário Saída/Chegada Destino Motivo
04/06/2018 à 08/06/2018 07h00min/ 17h30min Cruzeiro do Oeste -Pr
Para transportes de tubos, para o Município de Douradina-Pr, com retorno para Douradina-Pr todos os dias.
I – Na concessão das diárias mencionadas no caput, estão inclusos os períodos de deslocamento do servidor do local de origem até o destino final.
II – O deslocamento até o destino será realizado por veículo próprio do Município.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3° - Dê-se ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Douradina/PR, 04 de junho de 2018.
João Jorge Sossai
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAIMA

Estado do Paraná
PORTARIA N.º162/2018
DATA: 04/06/2018
SÚMULA: Nomeia a servidora pública a Sra. Valdomira dos Santos Ferreira para o Cargo de Professora.
Considerando a aprovação da Sra. Valdomira dos Santos Ferreira, para o cargo de Professora no Concurso Público 005/2016 em 7º Lugar, devidamente publicado no Edital 005/2016-H de 18/11/2016..
Considerando, que a candidata preencheu todos os requisitos solicitados no Edital de convocação nº 001/2018 de 27/04/2018.
O Prefeito do Município de Icaraíma, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
1º. Nomear a Sra. Valdomira dos Santos Ferreira, portadora do RG n.º 14.120.564-1 SSP/PR e inscrita no CPF nº 630.566.232-00, para o Cargo de Professora 20 horas/semanais, devendo tomar posse no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da presente publicação.
2º. A servidora nomeada ao tomar posse submete-se a estagio probatório no cargo de Professora, conforme Lei 0228/2007, de 24/09/2007.
3º. Esta portaria entrará em vigor neste data.
Edifício da Prefeitura Municipal de Icaraíma, Estado do Paraná, aos 04 dias do mês de Junho de 2018.
MARCOS ALEX DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º163/2018
DATA: 04/06/2018
SÚMULA: Nomeia a servidora pública a Sra. Graziele Ribeiro para o Cargo de Professora.
Considerando a aprovação da Sra. Graziele Ribeiro, para o cargo de Professora no Concurso Público 005/2016 em 9º Lugar, devidamente publicado no Edital 005/2016-H de 18/11/2016..
Considerando, que a candidata preencheu todos os requisitos solicitados no Edital de convocação nº 002/2018 de 11/05/2018.
O Prefeito do Município de Icaraíma, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
1º. Nomear a Sra. Graziele Ribeiro, portadora do RG n.º 5,134.480 SSP/PR e inscrita no CPF nº 089.903.379-25, para o Cargo de Professora 20 horas/semanais, devendo tomar posse no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da presente publicação.
2º. A servidora nomeada ao tomar posse submete-se a estagio probatório no cargo de Professora, conforme Lei 0228/2007, de 24/09/2007.
3º. Esta portaria entrará em vigor neste data.
Edifício da Prefeitura Municipal de Icaraíma, Estado do Paraná, aos 04 dias do mês de Junho de 2018.
MARCOS ALEX DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAIMA

Estado do Paraná
DECRETO N.º 4.651/2018
DATA: 30/05/2018
SÚMULA: Adjudica e Homologa resultado do processo de Dispensa de Licitação.
O Prefeito do Município de Icaraíma, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e
CONSIDERANDO o resultado apresentado pela Comissão Permanente de Licitação,
DECRETA:
Art. 1º) Fica Adjudicado em favor da empresa S GOBETTI RONQUI ASSESSORIA E PROJETOS, o resultado do processo de Dispensa de Licitação 013/2018.
Art. 2º) Fica homologado o resultado do processo de Dispensa de Licitação 013/2018, em favor da empresa S GOBETTI RONQUI ASSESSORIA E PROJETOS, que tem como objeto a Contratação de empresa para prestar serviços Técnicos de Engenharia para a elaboração de 01 (um) Projeto de Revitalização da Orla do Rio Paraná, incluindo Estudo pré Projeto, Levantamento in-loco, Projeto de Revitalização de acordo com o Plano de Trabalho, elaboração dos Memoriais Descritivos, Planilhas Orçamentárias, Cronograma Físico Financeiro, ART do Projeto, Projetos complementares, além do acompanhamento até a aprovação do Projeto junto ao GIGOV/MR, e efetuando possíveis correções se necessárias..
Art. 3º) Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Icaraíma, aos 30 dias do mês de Maio de 2018.
Marcos Alex de Oliveira
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ

Estado do Paraná
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
É dispensável licitação para a despesa abaixo especificada, devidamente justificada, com fundamento no art. 24, II da Lei 8.666/93, e em conformidade com o parecer jurídico acostado aos autos, exigência do art. 38, inciso VI do mesmo diploma legal.
DISPENSA Nº 024/2018
PROCESSO Nº 758/2018
DEPARTAMENTO SOLICITANTE: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTES, CULTURA E LAZER.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 GELADEIRA COMERCIAL 04 PORTAS COM CAPACIDADE PARA 1.044 LITROS E 01 FREEZER HORIZONTAL COM CAPACIDADE PARA 411 LITROS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IVATÉ - PR.
CONTRATADA: ALIMENTAR EQUIPAMENTOS E REFRIGERAÇÃO LTDA
CNPJ: 03.751.276/0001-08
VALOR TOTAL: R$ 5.680,00 (CINCO MIL SEISCENTOS E OITENTA REAIS).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 30/08/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ

Estado do Paraná
EXTRATO DE CONTRATO
REF.: INEXIGIBILIDADE: 003/2018
CONTRATO Nº 1.118/2018
DATA DE ASSINATURA DOS CONTRATOS: 16 DE MAIO DE 2018.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IVATÉ, ESTADO DO PARANÁ.
CONTRATADO: JOAQUIM SEBASTIAO DA SILVA
CPF: 474.201.629-72
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS NO ANEXO I DO EDITAL.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 31/12/2018.
FORO: COMARCA DE ICARAÍMA - ESTADO DO PARANÁ.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ

Estado do Paraná
EXTRATO DE CONTRATO
Contrato nº 1.131-2018
REF.: PREGÃO: 036/2018
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 23 DE MAIO DE 2018.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IVATÉ, ESTADO DO PARANÁ.
CONTRATADO: AUTORAMA AUTOMOVEIS UMUARAMA LTDA
CNPJ: 76.350.115/0001-78
OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO DE PASSEIO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE MUNICÍPIO DE IVATÉ.
VALOR TOTAL: R$ 43.350,00 (QUARENTA E TRÊS MIL TREZENTOS E CINQUENTA REAIS).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 MESES
FORO: COMARCA DE ICARAÍMA - ESTADO DO PARANÁ.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ

Estado do Paraná
EXTRATO DE CONTRATO
Ata de Registro de preço nº 049/2018
REF.: PREGÃO: 029/2018
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 15 DE MAIO DE 2018
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IVATÉ, ESTADO DO PARANÁ.
CONTRATADO: HAGAP INSTALAÇÕES ELETRICAS EIRELI - EPP
CNPJ: 02.609.925/0001-60
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURO E EVENTUAL FORNECIMENTO DE LÂMPADA, REATOR E RELÉ PARA O MUNICÍPIO DE IVATÉ-PR
VALOR TOTAL: R$ 131.450,00 (CENTO E TRINTA E UM MIL QUATROCENTOS E CINQUENTA REAIS).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 MESES.
FORO: COMARCA DE ICARAÍMA - ESTADO DO PARANÁ.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ

Estado do Paraná
EDITAL Nº 03/2018 – HOMOLOGAÇÃO INSCRIÇÃO E ENSALAMENTO
EDITAL DE TESTE SELETIVO N.º 001/2018
O Presidente da Comissão Especial do Teste Seletivo da Câmara do Município de Ivaté - PR, no uso de suas atribuições legais, e considerando a Resolução nº 02/2017 e o Edital nº 01/2018 e suas alterações, TORNA PÚBLICO, a homologação das inscrições e ensalamento, conforme segue:
Art. 1º - Fica divulgada a homologação das inscrições e ensalamento do Teste Seletivo – Edital nº 01/2018, como segue abaixo:
DATA: 10/06/2018
LOCAL: COLÉGIO ESTADUAL RACHEL DE QUEIROZ
ENDEREÇO LOCAL: CRUZAMENTO DAS RUAS MARINGÁ E SERRA DOURADA, 4351 - IVATÉ - PARANÁ
HORÁRIO FECHAMENTO PORTÃO: 12HS45MIN

INSC	CARGO	NOME	DOCUMENTO	SALA
6655	ADVOGADO	ADRIANO PAULO GUEDES	12.644.160-6	01
6676	ADVOGADO	ADSON KIE ZAGO DE MELO	10001672-9	01
6475	ADVOGADO	ALINE DE SOUZA FERNANDES	101114341	01
6667	ADVOGADO	ALLAN VINÍCIUS LEME JORDÃO	81600414	01
6659	ADVOGADO	ANA MAURA PASSAMANI COLPO	10.578.526-7	01
6666	ADVOGADO	ANA PAULA ROSSI RONCOLETA	1050703390	01
6393	ADVOGADO	ANDREIA FERNANDES DOS SANTOS	69380239	01
6694	ADVOGADO	ÁTILA SILVESTRE	83815604	01
6640	ADVOGADO	BRUNO HENRIQUE GUEDES DE MELO	98019596	01
6625	ADVOGADO	CAIO ROSSATO DE CARVALHO	104431593	01
6674	ADVOGADO	CAMILA MARA NOGUEIRA	101385515	01
6654	ADVOGADO	CLEITON HENRIQUE BARREIRO	97385360	01
6665	ADVOGADO	DANILO MAGALHÃES VALERO	103558050	01
6690	ADVOGADO	ELIZANGELA DE FATIMA ARAUJO	80899335	01
6689	ADVOGADO	ELVIS GALVÃO MACHADO	76360693	01
6682	ADVOGADO	FABIANO PEREIRA	98125507	01
6668	ADVOGADO	FABRICIO BATISTA DE SOUZA	102045750	01
6699	ADVOGADO	FELIPE GUSTAVO KENDRICK GIORDANI	7248842	01
6626	ADVOGADO	JAIRO VARELLA BIANECK	59979957	01
6656	ADVOGADO	JÉSSICA CAMILA MONTEIRO FERNANDES	496499592	01
6701	ADVOGADO	JOSÉ MARIA DE SA	1505473	02
6622	ADVOGADO	JULIANO GREGÓRIO DA SILVA	73772834	02
6685	ADVOGADO	JUNIOR CESAR DIAS PIRES	87342751	02
6702	ADVOGADO	JUNIOR TORRES DE ALMEIDA	98099255	02
6629	ADVOGADO	KATIA APARECIDA SANTANA GONÇALVES PETRELI	143023095	02
6658	ADVOGADO	LAYS OLIVEIRA VEDOVOTO	98541829	02
6707	ADVOGADO	LETICIA DA SILVA BARBOSA	76813892	02
6643	ADVOGADO	LUCAS GUILHERME MALDONADO	131107994	02
6633	ADVOGADO	LUCAS HENRIQUE OSHIMA MARINO	98910930	02
6639	ADVOGADO	MARIA CLARA MARUSSI SILVA	126578075	02
6663	ADVOGADO	MARIO JUNIOR TRISTÃO BARBOSA	76618330	02
6630	ADVOGADO	NATAL GAIARINI JUNIOR	97420262	02
6704	ADVOGADO	NIVALDO MOREIRA DOS SANTOS	70517515	02
6642	ADVOGADO	NIVIA DE SOUZA TORREZAN	68213347	02
6651	ADVOGADO	RAFAEL DOS REIS CARVALHO LIMA	472842237	02
6706	ADVOGADO	RAIANY CRISTINA DE OLIVEIRA	1.595.047	02
6430	ADVOGADO	ROBERTO DERNER JUNIOR	78378743	02
6657	ADVOGADO	ROBSON PINHEIRO DA SILVA	94891868	02
6703	ADVOGADO	RODRIGO ALEX CABESTRÉ	14983133	02
6394	ADVOGADO	SARA DANIELE GONCALVES	108556218	02
6644	ADVOGADO	VICTOR RESKE DA SILVA	97742936	02

Ivaté, 02 de junho de 2018.
Paulo Cezar Henrique
Presidente da Comissão Especial

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIA HELENA

Estado do Paraná
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 008 (Contratação Temporária)
Referente ao Edital de Concurso Público Nº 002/2017
O PREFEITO MUNICIPAL DE MARIA HELENA, ESTADO DO PARANÁ, usando das faculdades outorgadas pelo art. 66, incisos VI e IX, da Lei Orgânica Municipal,
Tendo em vista o edital n.º 04/2018, que altera o edital de teste seletivo n.º 002/2017, e o ofício n.º 052/2018, da Secretaria de Educação e Cultura,
RESOLVE:
Convocar o (s) candidato (s) abaixo relacionado (s), aprovado (s) no Concurso Público aberto pelo Edital nº 002/2017, a fim de submeter-se ao Exame de Sanidade Física e Mental, e posterior contratação:
Cargo: Professor (20 horas)
NOME CLASSIFICAÇÃO
EDINEIA APARECIDA RODRIGUES 06º
O (s) candidato (s) convocado (s) por este Edital deverá (ão) comparecer (rem) em qualquer um dos locais do quadro abaixo para avaliação de sanidade física e mental:
Local: Endereço:
U.B.S. Rua Bom Sucesso, n.º 487, Vila Brasília– Fone: 44 3662-1029 (ao lado do CRAS) – Verificar disponibilidade de horário para atendimento.
Pronto Atendimento Av. Paraná, nº 991- Fone: 44 3662-1034 - Verificar disponibilidade de horário para atendimento.
Deverão portar consigo os resultados dos exames abaixo relacionados para que possa ser emitido, por médico do município de Maria Helena-Pr, o Atestado de Sanidade Física e Mental, sendo que os custos dos exames correrão por conta do candidato:
- Raio X do Tórax;
- Hemograma;
- Urina Tipo 1.
Após aprovação nos Exames Médicos, o candidato deverá comparecer até o dia 11 de junho de 2018, na Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Maria Helena, portando o original e fotocópia dos seguintes documentos:
- C.P.F.
- Cédula de Identidade (R.G.).
- Carteira de Trabalho e PIS/PASEP.
- Carteira Nacional de Habilitação, quando for o caso;
- Certificado de Reservista (se do sexo masculino);
- Título de Eleitor e Comprovante de voto na última eleição ou a justificativa da ausência;
- Certidão de Nascimento ou Casamento;
- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- Comprovante da escolaridade exigida para o cargo (acompanhado de histórico escolar) e, quando ser o caso, registro no órgão de classe;
- Comprovante de residência;
- Uma foto 3X4 recente;
- Atestado de Sanidade Física e Mental (Emitido por médico do município); e
- Certidão Negativa de Ações Civis e Criminais.
Maria Helena-PR, 04 de junho de 2018.
ELIAS BEZERRA DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

CORIPA

ATO Nº005/2018
Súmula: Autoriza crédito especial por excesso de arrecadação e da outras providências.
Faço saber que o Conselho de Prefeitos do Consórcio Intermunicipal para Conservação do Remanescente do Rio Paraná e Áreas de Influência – CORIPA aprovou e eu, José Carlos Baraldi, presidente do Consórcio autorizo o seguinte ato:
Art. 1º - Fica a Contabilidade do Consórcio autorizada o credito especial por excesso de arrecadação com base no art. 7º do Ato05/2017 – PLACIC, art. 43 § 1º inciso II da Lei Federal 4.320/64, na seguinte dotação orçamentaria:
01.001.04.123.0007.2006 – Planejamento e Gestão Ambiental
4.4.90.52.00.00.00 – Equipamento e Material Permanente – R$251.000,00 – Fonte 31831
Art. 2º - Para cobrir as despesas citadas no artigo anterior faz-se a pelo excesso de arrecadação da receita– Convenio 830773/2016 Ministério da Integração Nacional –
2.4.1.8.01.1.1.00.00 – Transferência da União a Consórcios Públicos – Principal – R$ 251.000,00 – Fonte 31831
Art. 3º - Revogam se as disposições em contrario, esse ato entra em vigor nesta data.
São Jorge do Patrocínio, 04 de junho de 2018.
José Carlos Baraldi
Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA

Estado do Paraná
1º TERMO ADITIVO
CONTRATO DE FORNECIMENTO N.º 066/2017
Que entre si celebram de um lado, o MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 75.799.577/0001-04, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal o Sr. JOÃO BATISTA PACHECO, brasileiro, estado civil casado, cartorário, portador da cédula de identidade n° 1.234.184-9 SSP/Pr, inscrito no CPF sob n.º 140.221.849-49, residente e domiciliado nesta cidade de Nova Olímpia – Paraná, e a CONTRATADA: VASTIR DE MELO LONARDONI & CIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua São Paulo, 375 na cidade de Nova Olímpia – Pr., inscrita no CNPJ sob o n.º 77.444.339/0001-01 , doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por seu sócio proprietário o Sr. João Felipe, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Rua São Paulo, n.º 375, na cidade de Nova Olímpia - Pr, portador da Cédula de Identidade RG. n.º 1.659.509 e inscrito no CPF sob o n.º 616.632.809-59., firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato n.º 066/2017, celebrado entre as partes em 14 de julho de 2017, mediante as cláusulas e condições a seguir enumeradas:
CLÁUSULA PRIMEIRA – Fica aditivado em 25% (vinte e cinco por cento) as quantidades do Contrato de Fornecimento nº 066/2017 de 14/07/2017, no valor de R$. 9.081,09 (nove mil e oitenta e um reais e nove centavos), passando estas a vigorar acrescidas das quantidades constantes no Anexo I deste Termo Aditivo.
CLÁUSULA SEGUNDA – Permanecem inalteradas e em pleno vigor, as demais Cláusulas e condições do Contrato originário.
Justas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento, com as testemunhas presentes no, a fim de que produza seus efeitos legais.
Paço Municipal Prefeito Edivaldo Rodrigues Pessanha, 15 de maio de 2018.
MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA VASTIR DE MELO LONARDONI & CIA LTDA
João Batista Pacheco João Felipe
Prefeito Municipal Sócio/proprietário
Contratante Contratada

ANEXO I
CONTRATO DE FORNECIMENTO nº 066/2017

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit Proposto	Valor Max Proposto
1	Pão francês assado	kg	375	8,00	3.000,00
2	Pão de leite	kg	62	8,33	516,46
3	Bolo simples sem confeito	kg	70	12,80	896,00
4	Bolo recheado e confeitado	kg	125	17,29	2.161,25
5	Presunto fatiado	kg	12	17,21	171,00
6	Apresuntado fresco	kg	12	12,42	206,52
7	Mortadela sem gordura	kg	17	14,25	211,14
8	Mussarela	kg	25	21,53	538,25
9	Salgados	cento	37	37,31	1.380,47
TOTAL MÁXIMO PROPOSTO..........R$.					9.081,09

(nove mil e oitenta e um reais e nove centavos)
Nova Olímpia, 15 de maio de 2018.
MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA VASTIR DE MELO LONARDONI & CIA LTDA
João Batista Pacheco João Felipe
Prefeito Municipal Sócio/proprietário
Contratante Contratada

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA

Estado do Paraná
2° TERMO ADITIVO
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 019/2017
Que entre si celebram de um lado, o MUNICÍPIO DE NOVA OLIMPIA, ESTADO DO PARANÁ, inscrito no CNPJ sob n.° 75.799.577/0001-04, com sede na Avenida Higienópolis, 821, nesta cidade de Nova Olímpia – Pr, neste ato representado pelo Prefeito Municipal SR. JOÃO BATISTA PACHECO, brasileiro, casado, cartorário, residente e domiciliado nesta Cidade, CPF. n.º 140.221.849-49 e da Cédula de Identidade Civil n.º 1.234.184-9 SSP/PR, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro, a Empresa SULMED ARTIGOS HOSPITALARES LTDA., inscrita no CNPJ sob nº. 03.407.436/0001-98, com sede à Rua Ministro Oliveira Salazar, 5.565 – Zona 03, na cidade de Umuarama, Estado do Paraná, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Genivaldo Marchini, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado à Rua Jandaia, 5.147 na cidade de Umuarama-Pr., portador do RG nº.4.025.233-9 SP/PR, firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato Administrativo de Prestação de Serviços Nº 019/2017, celebrado entre as partes em 23 de março de 2017, mediante as cláusulas e condições a seguir enumeradas:
CLÁUSULA PRIMEIRA – Fica aditivado em 25% (vinte e cinco por cento) as quantidades do Contrato de Fornecimento nº 019/2017 de 23/03/2017, no valor de R$. 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), passando estas a vigorar acrescidas das quantidades constantes no Anexo I deste Termo Aditivo.
CLÁUSULA SEGUNDA – Permanecem inalteradas e em pleno vigor, as demais Cláusulas e condições do Contrato originário.
Justas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento, com as testemunhas presentes no, a fim de que produza seus efeitos legais.
Paço Municipal Prefeito Edivaldo Rodrigues Pessanha, 09 de maio de 2018.
MUNICÍPIO NOVA OLÍMPIA SULMED ARTIGOS HOSPITALARES LTDA
JOÃO BATISTA PACHECO GENIVALDO MARCHINI
Prefeito Municipal Diretor Responsável
Contratante Contratada

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 094/2018
SÚMULA: Dispõe sobre o reenquadramento de servidores Comissionados entre Seção, dando outras providencias.
O Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:
Art 1º – Reenquadramento Pessoal de Provimento em Comissão com Base nas disposições da Lei n.º 1348 de 26/07/2017;
SITUAÇÃO ANTIGA
SITUAÇÃO ATUAL
NOME DO SERVIDOR CARGO SIMB NOME DO SERVIDOR CARGO SIMB
MARIA LUCIA DE MACEDO Chefe de Seção de Apoio Administrativo CC-06 MARIA LUCIA DE MACEDO Chefe Seção de Protocolo CC-06
RENATA KELLY DA SILVA Chefe de Seção de Protocolo CC-06 RENATA KELLY DA SILVA Chefe de Seção de Apoio Administrativo CC-06
Art 2º – Esta Portaria entra em vigor nesta data, convalidando o ato com a publicação oficial.
Paço Municipal Prefeito Edivaldo Rodrigues Pessanha, aos 04 dias do mês de junho de 2018.
JOÃO BATISTA PACHECO
Prefeito Municipal

PORTARIA: 095/2018.
SÚMULA: Dispõe sobre a nomeação de funcionário aprovado em Concurso Público para cumprimento de estágio probatório, dando outras providências.
O Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:
Art. 1º - Nomear ISABEL SATICO OSHIMA, portadora do RG: 3.910.990-5 SSP/PR e CPF 585.491.109-49, tendo em vista sua aprovação em Concurso Público para o Cargo de Professor do Ensino Fundamental, C/H 20 horas, devendo a mesma cumprir Estágio Probatório na respectiva função a partir de 04 de junho de 2018.
Art 2º – Esta Portaria entra em vigor nesta data, convalidando o ato com a publicação oficial.
Paço Municipal Prefeito Edivaldo Rodrigues Pessanha, aos 04 dias do mês de junho de 2018.
JOÃO BATISTA PACHECO
Prefeito Municipal

PORTARIA: 096/2018.
SÚMULA: Dispõe sobre a nomeação de funcionário aprovado em Concurso Público para cumprimento de estágio probatório, dando outras providências.
O Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:
Art. 1º - Nomear GRAZIELE BAILO FERRARI, portadora do RG: 8.967.334-8 SSP/PR e CPF 054.591.329-24, tendo em vista sua aprovação em Concurso Público para o Cargo de Professor do Ensino Fundamental, C/H 20 horas, devendo a mesma cumprir Estágio Probatório na respectiva função a partir de 04 de junho de 2018.
Art 2º – Esta Portaria entra em vigor nesta data, convalidando o ato com a publicação oficial.
Paço Municipal Prefeito Edivaldo Rodrigues Pessanha, aos 04 dias do mês de junho de 2018.
JOÃO BATISTA PACHECO
Prefeito Municipal

PORTARIA: 097/2018.
SÚMULA: Dispõe sobre a nomeação de funcionário aprovado em Concurso Público para cumprimento de estágio probatório, dando outras providências.
O Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:
Art. 1º - Nomear ANGELICA PATRICIA SOZZI RODRIGUES CARLOS, portadora do RG: 10.554.117-1 SSP/PR e CPF 066.649.649-88, tendo em vista sua aprovação em Concurso Público para o Cargo de Professor do Ensino Fundamental, C/H 20 horas, devendo a mesma cumprir Estágio Probatório na respectiva função a partir de 04 de junho de 2018.
Art 2º – Esta Portaria entra em vigor nesta data, convalidando o ato com a publicação oficial.
Paço Municipal Prefeito Edivaldo Rodrigues Pessanha, aos 04 dias do mês de junho de 2018.
JOÃO BATISTA PACHECO
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 098/2018
SÚMULA: Dispõe sobre a revogação de Gratificação de Função da servidora JULIANA TRENTINI MASCHIETTO, dando outras providências.
O Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:
Art. 1º - Revogar Gratificação de Função da servidora JULIANA TRENTINI MASCHIETTO, portadora do RG: 10.230.766-6 SSP/PR e CPF 074.433.099-88, ocupante do Cargo de Recepcionista, do Quadro de Servidores de provimento Efetivo deste Município, a partir de 01 de junho de 2018.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, com efeitos retroativos a 01/06/2018, convalidando o ato pela publicação oficial.
Paço Municipal Prefeito Edivaldo Rodrigues Pessanha, aos 04 dias do mês de junho de 2018.
JOÃO BATISTA PACHECO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 099/2018
SÚMULA: Dispõe sobre a revogação da designação da servidora JOSY DAIANE PREVIATI BRASSO, como responsável pelo Sistema de Cadastro Único -Bolsa Família, dando outras providências.
O Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:
Art. 1º – Revogar a designação da servidora JOSY DAIANE PREVIATI BRASSO, portadora do RG: 9.907.536-8 SSP/PR e CPF 056.261.819-89, das funções como responsável pelo Sistema de Cadastro Único-Bolsa Família, retornando-a às funções do cargo efetivo de recepcionista a partir de 01/06/2018.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, com efeitos retroativos a 01/06/2018, convalidando o ato com a publicação oficial.
Paço Municipal Prefeito Edivaldo Rodrigues Pessanha, aos 04 dias do mês de junho do ano de 2018.
JOÃO BATISTA PACHECO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA

Estado do Paraná
RESUMO
· 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 047/2017.
Contratante: MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA.
Contratada: KAIQUE RIBEIRO MESCHIAL 09059599900
Objeto: CLÁUSULA PRIMEIRA – Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato até a data de 31/05/2019.
CLÁUSULA SEGUNDA – Permanecem inalteradas e em pleno vigor, as demais Cláusulas e condições do Contrato originário.
Data da Assinatura: 17 de maio de 2018.
Fundamentação: Pregão Presencial nº 024/2017

· 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 047/2017.
Contratante: MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA.
Contratada: KAIQUE RIBEIRO MESCHIAL 09059599900
Objeto: CLÁUSULA PRIMEIRA – Pela prorrogação do contrato fica aditivado o valor pago à Contratada, sendo 12 (doze) parcelas mensais no valor de R$. 1.900,00(um mil e novecentos reais) por mês, totalizando o valor global de R$. 22.800,00 (vinte e dois mil e oitocentos reais).
.CLÁUSULA SEGUNDA – Permanecem inalteradas e em pleno vigor, as demais Cláusulas e condições do Contrato originário, acrescido dos dispositivos do 1º Termo Aditivo.
Data da Assinatura: 17 de maio de 2018.
Fundamentação: Pregão Presencial nº 024/2017
JOÃO BATISTA PACHECO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA

Estado do Paraná
RESUMO DE TERMO ADITIVO
· 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO 040/2018
Contratante: MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA.
Contratada: TEMPERCLIMA REFRIGERAÇÃO EIRELI
Objeto: CLÁUSULA PRIMEIRA – Fica aditivado em 25% (vinte e cinco por cento) o item 09 (nove) do Contrato de Fornecimento nº 040/2018 de 04/05/2018, no valor de R$. 1.250,00 (um mil e duzentos e cinqüenta reais).
CLÁUSULA SEGUNDA – Permanecem inalteradas e em pleno vigor, as demais Cláusulas e condições do Contrato originário.
Data da Assinatura: 29 de maio de 2018.
Fundamentação: Pregão Presencial 014/2018
Paço Municipal Prefeito Edivaldo Rodrigues Pessanha, aos 29 dias do mês de maio de 2018.
JOÃO BATISTA PACHECO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL

Estado do Paraná
EXTRATO DE CONTRATO
Contrato n°64/2018.
Contratante: Município de Perobal
Contratado: GIDEONE MATEUS OSTI 08706606911.
Objeto: contratação para prestação de serviços de instrutor de violão e fanfarra para atendimento dos Programas de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, realizados pelo CRAS do Município de Perobal - Pr.
Valor Total: R$ 8.050,00.
Vigência: 04/06/18 a 04/01/19.
Fundamentação: Pregão nº17/2018.

EXTRATO DE CONTRATO
Contrato n°65/2018.
Contratante: Município de Perobal
Contratado: JEFTE RODRIGO DE OLIVEIRA 05547309958.
Objeto: contratação para prestação de serviços de instrutor de violão e fanfarra para atendimento dos Programas de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, realizados pelo CRAS do Município de Perobal - Pr.
Valor Total: R$ 8.750,00.
Vigência: 04/06/18 a 04/01/19.
Fundamentação: Pregão nº17/2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL

Estado do Paraná
PORTARIA Nº. 196/2018
Concede Férias aos Servidores Públicos Municipais.
O PREFEITO MUNICIPAL DE PEROBAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º CONCEDER férias aos servidores públicos municipais, abaixo relacionados, como segue:

Nome	RG	Aquisição	Período de Fruição
Alan Aparecido Farina Bambolim	10.361.211-0	2017/2018	21/05/2018 a 04/06/2018
Ana Paula de Oliveira Cirino	6.008.326-6	2016/2017	04/06/2018 a 03/07/2018
Daniely Vaccari Ulian	13.494.970-8	2017/2018	28/05/2018 a 26/06/2018
Grasieli Cristiane Marchi	7.580.335-4	2017/2018	28/05/2018 a 26/06/2018
Kellen Patrícia C. de Oliveira Guelsi	9.320.555-3	2016/2017	08/06/2018 a 07/07/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL, Estado do Paraná, aos 04 de junho de 2018.
ALMIR DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicações legais

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA

Estado do Paraná
LEI Nº. 880/2018
SÚMULA: Autoriza o Executivo Municipal a efetuar a abertura de crédito especial por excesso de arrecadação no orçamento para 2018, inclusão nas diretrizes orçamentária para 2018 e inclusão no plano plurianual 2018-2021 do município de Esperança Nova, Estado do Paraná.
A Câmara Municipal De Esperança Nova, Estado Do Paraná, APROVOU, e eu Valdir Hidalgo Martinez, Prefeito Municipal Sanciono a Seguinte:
LEI
Art. 1º - Esta Lei autoriza o executivo municipal a efetuar a abertura de crédito especial para o exercício de 2018, inclusão nas diretrizes orçamentária para o exercício de 2018 e inclusão no Plano Plurianual de 2018 a 2021, do município de Esperança Nova - Paraná.
Art. 2º - Fica o Executivo autorizado a abrir um crédito especial no valor de 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), mediante a inclusão de rubricas e fontes de receita e despesa das dotações orçamentárias:
DESPESA

Org.	Unid.	Funcional Programática	Fonte Recurso	Nomenclatura	Categoria Econômica	Valor
03	008	10.782.1014.2.120	* 807	Manutenção das Atividades de Transporte	4.4.90.52.00	300.000,00
03	008	10.782.1014.2.120	* 808	Manutenção das Atividades de Transporte	4.4.90.52.00	350.000,00
TOTAL	650.000,00					

* 807 – Convenio 320/2018 – SEDU – Caminhão;
* 808 – Convenio 321/2018 – SEDU – Pá Carregadeira.
Art. 3º - Os recursos para abertura do crédito orçamentários de que trata o artigo anterior, serão utilizadas as receitas provenientes ao excesso de arrecadação da fonte vinculada.
RECEITA

Categoria Econômica	Fonte Recurso	Nomenclatura	Valor
1.7.2.8.10.9.1.00.00.00	* 807	Outras Transferências de Convenio dos Estados – Principal	300.000,00
1.7.2.8.10.9.1.00.00.00	* 808	Outras Transferências de Convenio dos Estados – Principal	350.000,00
TOTAL	650.000,00		

* 807 – Convenio 320/2018 – SEDU – Caminhão;
* 808 – Convenio 321/2018 – SEDU – Pá Carregadeira;
Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Esperança Nova - PR, 04 de Junho de 2018.
VALDIR HIDALGO MARTINEZ
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

Estado do Paraná
PORTARIA 209/2018
Data: 04.06.2018
Ementa: altera a gratificação pelo exercício de função dos servidores públicos municipais, nos termos da Lei Municipal nº 2.024/2017, conforme especifica.
O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais e de conformidade com as disposições contidas no artigo 84 da Lei Orgânica do Município de Guaíra, e Lei Municipal nº 2.024/2017, e ainda, considerando os Memorandos on-line sob os nºs 3028/2014 e 429/2017,
RESOLVE:
Art. 1º Fica alterada a gratificação de função dos servidores públicos municipais, a seguir mencionados, a partir de 1º de junho de 2018, pelo exercício de funções previstas na Lei Municipal sob o nº 2.024 de 26.09.2017, conforme a seguir:
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
ref. Portaria nº 019 de 19.01.2018

Cargo	Nome	Matrícula nº	de	para
Coordenação de Gestão de Convênios	Erica Moro Costa e Silva	29322-01	100%	95%

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ref. Portarias nº 019 de 19.01.2018 e 090 de 19.03.2018

Cargo	Nome	Matrícula	de	para
Coordenação do Terminal Rodoviário	Antonio Bernardes Neto	2798-01	20%	15%
Coordenação do Patrimônio	Fernando Oyama	29381-01	100%	95%
Coordenação do Aeródromo Municipal	Loiane Sanches Wasconcelos Xavier	25747-01	60%	55%
Coordenação de Contratos	Luiz José Junior Bezerra da Costa	24554-01	100%	95%
Coordenação de Licitações	Maria José Rodrigues Souza	434-01	45%	40%
Coordenação da Gestão dos Sistemas de Pessoal	Nelson José Goeller	17221-01	100%	95%
Coordenação de Unidade Gestora de Água e Energia	Roberto Carlos de Lima	3352-01	50%	45%

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
ref. Portaria nº 019 de 19.01.2018

Cargo	Nome	Matrícula	de	para
Coordenação da Tesouraria da Fazenda Municipal	Ilse Strey	17418-03	100%	95%
Coordenação de Contabilização e Inspeção	Marcos Antonio Santana	19780-01	80%	75%
Coordenação de Planejamento e Execução Orçamentária	William Grecco	29454-01	100%	95%

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ref. Portaria nº 019 de 19.01.2018

Cargo	Nome	Matrícula	de	para
Coordenador de Documentação Escolar	Camila Magalhães Wagatsuma	24368-01	50%	45%

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ref. Portaria nº 019 de 19.01.2018

Cargo	Nome	Matrícula	de	para
Coordenação da Rede de Urgências e Emergências	Carla Paganelli	28037-01	50%	45%
Coordenação de Alta e Média Complexidade	Franciele Granziera Giacomin	17345-01	30%	25%
Coordenação de Sistemas de Informação	José Gonçalves Dias Neto	14141-01	60%	55%
Coordenação da Vigilância Sanitária	Julio Cesar Juvenal	20460-01	50%	45%
Coordenação de Frotas e Patrimônio	Liviston Ruberti Silva	14850-03	60%	55%
Coordenação de Assistência Farmacêutica	Marcielle Cassiano Rego Takeda	24589-01	20%	15%
Coordenação do Programa de Equoterapia	Mauricio Simões da Silva	21130-01	100%	95%
Coordenação em Saúde Bucal	Pablo Guilherme	29459-01	20%	15%
Coordenação de Atenção Básica	Simone de Freitas Mickos	20680-01	50%	45%

SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL
ref. Portaria nº 019 de 19.01.2018

Cargo	Nome	Matrícula	de	para
Coordenação de Centro de Atendimento à Criança e ao Adolescente	Claudia Cunha	12505-02	100%	95%
Coordenação do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS	Dayara Luzia de Freitas da Silveira	29474-01	80%	75%
Coordenação do Abrigo Institucional	Josinete Rodrigues dos Santos Bacovicz	1589-01	75%	70%
Coordenação do CadÚnico e Programa Bolsa Família	Manoel Jose dos Santos	29460-01	100%	95%
Coordenação do Programa de Atenção à Pessoa Idosa	Maria Valdir da Silva de Santana	18848-03 e 18848-04	30%	25%

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA, INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
Ref. Portarias nºs 019 de 19.01.2018 e 041 de 07.02.2018

Cargo	Nome	Matrícula	de	para
Coordenação de Coleta de Entulhos	Alex Cezar de Sa da Silva	25372-02	60%	55%
Coordenação de Eletrificação Rural e Urbana	Arnoldo Alexandre Fritz	2828-01	60%	55%
Coordenação de Obras e Manutenção Predial e Serviços de Carpintaria	Celio Exposito de Freitas	25496-1	95%	90%
Coordenador de Coleta de Lixo	Claudio de Jesus	17507-01	75%	70%
Coordenação de Sinalização e Pinturas Viárias	Heleno Pascoal da Silva	2275-01	60%	55%
Coordenação de Regulamentação e Gerenciamento de Convênios e de Fiscalização Ambiental	Luiz Vieira da Silva	29399-01	100%	95%
Coordenação de Corte e Poda de Árvores	Marcelo Fabio Herbert Ruhoff	24910-01	60%	55%
Coordenação de Manutenção de Praças e Jardins	Marcelo Luis Capatti	19895-01	60%	55%
Coordenação de Serviços de Saneamento e Atendimento Geral aos Agricultores e Pecuaristas	Marcio de Moraes Minueza	26484-01	60%	55%
Coordenação de Pavimentação e Manutenção de Vias Públicas	Samuel dos Santos Vieira	22780-01	100%	95%
Coordenação de Construção e Manutenção de Rede Pluvial	Valdecir da Costa Neves	25283-01	60%	55%

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E EMPREGO
ref. Portaria nº 019 de 19.01.2018

Cargo	Nome	Matrícula	de	para
Coordenação do Banco de Fomento do Paraná (Banco Social)	Eliane de Oliveira Schuback Franciscatti	18090-01	50%	45%
Coordenação de Agente de Desenvolvimento	Jeferson Galarça dos Santos	17248-02	50%	45%

SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E CULTURA
ref. Portaria nº 019 de 19.01.2018

Cargo	Nome	Matrícula	de	para
Coordenação de Atividades Culturais	Cleber Pereira dos Santos	18082-01	100%	95%
Coordenação do Centro Náutico Marinas	Luiz Carlos Gomes	17574-01	100%	95%

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E TRÂNSITO
Ref. Portaria nº 002 de 05.01.2018

Cargo	Nome	Matrícula	de	Para
Inspetor Operacional	Emerson Alexandre Baches	29368-01	100%	95%
Inspetor Operacional	Marcelo Dias Kasuga	25658-01	100%	95%
Inspetor Operacional	Sergio Lopera	17205-01	78 %	73%
Inspetor Operacional	Waldenir Telles	14133-01	50%	45%

Art. 2º Revogam-se as Portarias Municipais nºs 002/2018, 019/2018, 041/2018 e 090/2018.
Art. 3º Que a Diretoria de Pessoal tome as providências necessárias ao cumprimento desta Portaria.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo eficácia retroativa a data de 1º de junho de 2018.
Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 04 de junho de 2018.
HERALDO TRENTO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO ALVES

Estado do Paraná
DECRETO Nº 061 DE 04 DE JUNHO DE 2018.
SÚMULA: HOMOLOGA O JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO PROFERIDO PELO PRESIDENTE E EQUIPE DE APOIO REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO N.º 054/2018 TOMADA DE PREÇO N.º 005/2018.
O MUNICÍPIO DE FRANCISCO ALVES, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, na pessoa de seu representante legal o Prefeito Municipal Sr. ALÍRIO JOSÉ MISTURA, no uso de suas atribuições legais,
Considerando o julgamento proferido pelo Presidente e equipe de apoio, nomeado pela portaria do executivo sob n.º 054/2018; e;
Considerando os termos e trâmites legais atendidos em conformidade com o que determina o Edital Licitatório amparado pela Lei federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº. 030/2006, de 15 de maio de 2006, Decreto 5.450/2005 de 31 de maio de 2005, Decreto 5.504/2005 de 05 de agosto de 2005 e aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações introduzidas posteriormente e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.
D E C R E T A:
Art. 1°- FICA HOMOLOGADO o julgamento proferido e ADJUDICADO pelo Presidente e equipe de apoio de que trata o PROCESSO LICITATÓRIO N.º 054/2018– TOMADA DE PREÇO n.º 005/2018 para o(s) seguinte(s) licitante(s): S.H.C ZOZ – TRANSPORTES E MÁQUINAS - ME, por ter apresentado proposta mais vantajosa com o resultado de melhor proposta realizado em sessão pública em forma de lance sequencial em conformidade com sua proposta inicial, e proposta final registrado e homologada em ata de sessão pública para o(s) lote(s) n° 01 item 01.
Lotes/ itens desertos: 02 e 03
Art. 2°- Fica fazendo parte integrante ao presente DECRETO, Ata de Sessão Pública Parecer Final da Comissão de Licitações, Extrato de Contrato e/ou Contrato na sua íntegra, anexo de proposta de preços, Publicações Legais no Diário Oficial do Município e demais documentações pertinentes ao processo licitatório, em conformidade com o que determina a Lei Federal n.º 8.666/93, posteriores alterações e demais legislações inerentes.
Art. 3°- Pelo presente, fica intimado o participante da licitação supramencionado, da decisão estabelecida neste decreto.
Art. 4°- Fica autorizado a formalizar o devido contrato nos termos do Artigo 54 e dos demais artigos seguintes da Lei Federal 8.666/1993 e das demais legislações pertinente em vigor.
Art. 5°- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Francisco Alves, Estado do Paraná, aos quatro dias do mês de junho de dois mil e dezoito.
ALIRIO JOSÉ MISTURA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO ALVES

Estado do Paraná
DECRETO Nº 062 DE 04 DE JUNHO DE 2018.
SUMULA: HOMOLOGA O JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO PROFERIDO PELO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO N.º 057/2018 PREGÃO PRESENCIAL N.º 037/2018 E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.
O MUNICÍPIO DE FRANCISCO ALVES, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, na pessoa de seu representante legal o Prefeito Municipal Sr. ALÍRIO JOSÉ MISTURA, no uso de suas atribuições legais,
Considerando o julgamento proferido pelo Pregoeiro e equipe de apoio, nomeado pela portaria do executivo sob n.º 055/2018; e;
Considerando os termos e trâmites legais atendidos em conformidade com o que determina o Edital Licitatório amparado pela Lei federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº. 030/2006, de 15 de maio de 2006, Decreto 5.450/2005 de 31 de maio de 2005, Decreto 5.504/2005 de 05 de agosto de 2005 e aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações introduzidas posteriormente e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.
D E C R E T A:
Art. 1° - FICA HOMOLOGADO o julgamento proferido e ADJUDICADO pelo pregoeiro e equipe de apoio de que trata o PROCESSO LICITATÓRIO N.º 057/2018 - PREGÃO PRESENCIAL n.º 037/2018 para o(s) seguinte(s) licitante(s): FIPAL DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA, por ter apresentado proposta mais vantajosa com o resultado de melhor proposta realizado em sessão pública em forma de lance sequencial em conformidade com sua proposta inicial, e proposta final registrado e homologada em ata de sessão pública para os lote 01 item 01.
Art. 2° - Fica fazendo parte integrante ao presente DECRETO, Ata de Sessão Publica Parecer Final da Comissão de Licitações, Extrato de Contrato e/ou Contrato na sua integra, anexo de proposta de preços, Publicações Legais no Diário Oficial do Município e demais documentações pertinentes ao processo licitatório, em conformidade com o que determina a Lei Federal n.º 8.666/93, posteriores alterações e demais legislações inerentes.
Art. 3° - Pelo presente, fica intimado o participante da licitação supramencionado, da decisão estabelecida neste decreto.
Art. 4° – Fica autorizado a formalizar o devido contrato nos termos do Artigo 54 e dos demais artigos seguintes da Lei Federal 8.666/1993 e das demais legislações pertinente em vigor.
Art. 5° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Francisco Alves, Estado do Paraná, aos quatro dias do mês de junho de dois mil e dezoito.
ALIRIO JOSÉ MISTURA
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO ALVES

Estado do Paraná
DECRETO Nº 063 DE 04 DE JUNHO DE 2018.
SUMULA: HOMOLOGA O JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO PROFERIDO PELO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO N.º 058/2018 PREGÃO PRESENCIAL N.º 038/2018 E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.
O MUNICÍPIO DE FRANCISCO ALVES, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, na pessoa de seu representante legal o Prefeito Municipal Sr. ALÍRIO JOSÉ MISTURA, no uso de suas atribuições legais,
Considerando o julgamento proferido pelo Pregoeiro e equipe de apoio, nomeado pela portaria do executivo sob n.º 055/2018; e;
Considerando os termos e trâmites legais atendidos em conformidade com o que determina o Edital Licitatório amparado pela Lei federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº. 030/2006, de 15 de maio de 2006, Decreto 5.450/2005 de 31 de maio de 2005, Decreto 5.504/2005 de 05 de agosto de 2005 e aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações introduzidas posteriormente e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.
D E C R E T A:
Art. 1° - FICA HOMOLOGADO o julgamento proferido e ADJUDICADO pelo pregoeiro e equipe de apoio de que trata o PROCESSO LICITATÓRIO N.º 058/2018 - PREGÃO PRESENCIAL n.º 038/2018 para o(s) seguinte(s) licitante(s): FIPAL DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA, por ter apresentado proposta mais vantajosa com o resultado de melhor proposta realizado em sessão pública em forma de lance sequencial em conformidade com sua proposta inicial, e proposta final registrado e homologada em ata de sessão pública para os lote 01 item 01.
Art. 2° - Fica fazendo parte integrante ao presente DECRETO, Ata de Sessão Publica Parecer Final da Comissão de Licitações, Extrato de Contrato e/ou Contrato na sua integra, anexo de proposta de preços, Publicações Legais no Diário Oficial do Município e demais documentações pertinentes ao processo licitatório, em conformidade com o que determina a Lei Federal n.º 8.666/93, posteriores alterações e demais legislações inerentes.
Art. 3° - Pelo presente, fica intimado o participante da licitação supramencionado, da decisão estabelecida neste decreto.
Art. 4° – Fica autorizado a formalizar o devido contrato nos termos do Artigo 54 e dos demais artigos seguintes da Lei Federal 8.666/1993 e das demais legislações pertinente em vigor.
Art. 5° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Francisco Alves, Estado do Paraná, aos quatro dias do mês de junho de dois mil e dezoito.
ALIRIO JOSÉ MISTURA
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO ALVES

Estado do Paraná
DECRETO Nº 064 DE 04 DE JUNHO DE 2018.
SUMULA: HOMOLOGA O JULGAMENTO PROFERIDO PELO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO N.º 061/2018 PREGÃO PRESENCIAL N.º 041/2018 NO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS E DÃO OUTRAS PROVIDENCIAS.
O MUNICÍPIO DE FRANCISCO ALVES, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, na pessoa de seu representante legal o Prefeito Municipal Sr. ALÍRIO JOSÉ MISTURA, no uso de suas atribuições legais,
Considerando o julgamento proferido pelo Pregoeiro e equipe de apoio, nomeado pela portaria do executivo sob n.º 055/2018; e;
Considerando os termos e trâmites legais atendidos em conformidade com o que determina o Edital Licitatório amparado pela Lei federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº. 030/2006, de 15 de maio de 2006, Decreto 5.450/2005 de 31 de maio de 2005, Decreto 5.504/2005 de 05 de agosto de 2005 e aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações introduzidas posteriormente e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.
D E C R E T A:
Art. 1° - FICA HOMOLOGADO o julgamento proferido e adjudicado pelo que trata o processo licitatório n.º 061/2018, na modalidade de Pregão presencial – SRP n.º 041/2018 que tem como objeto: PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, objetivando a Contratação de Empresa para Prestação de Serviços e Fornecimento de materiais elétricos homologados pela COPEL, para manutenção da Iluminação Pública do Município de Francisco Alves, Estado do Paraná, conforme memorial descritivo constante no anexo I do referido Edital, atendendo assim a necessidade desta administração municipal na Aplicação no seu plano de trabalho, para a(s) seguinte(s) empresa(s) licitante(s): PRO-AGRICOLA IPORÃ LTDA - EPP, por ter apresentado proposta mais vantajosa com o resultado de melhor proposta realizado em sessão pública em forma de lance sequencial em conformidade com sua proposta inicial, e proposta final registrado e homologada em ata de sessão pública para o(s) lote(s) n°01.
Art. 2° - Fica fazendo parte integrante ao presente DECRETO, Ata de sessão Pública com lance sequencial, Ata de Registro de Preços, Edital de Resultados, Extrato de ata, anexo de proposta de preços, Publicações Legais no Diário Oficial do Município e demais documentações pertinentes ao processo licitatório de conformidade com o que determina Lei federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº. 030/2006 de 15 de maio de 2006, Decreto 5.450/2005 de 31 de maio de 2005, Decreto 5.504/2005 de 05 de agosto de 2005 e aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações introduzidas posteriormente e demais normas e/ou legislação regulamentares aplicáveis à espécie tanto perante a legislação federal e/ou municipal pertinente à matéria.
Art. 3°- Fica autorizado a formalizar o devido contrato e/ou ata de registro de preços nos termos do Artigo 54, dos demais artigos seguintes da Lei Federal 8.666/1993, Lei 10.520/2002 e das demais legislações municipal e federal em vigor e pertinente a matéria.
Art. 4°- A existência de quantidade e preços registrados na ata de registro de preços constitui apenas estimativa e não obriga o município a firmar se de quaisquer contratações ou aquisições que deles poderão advir e que não caiba o direito a indenização de qualquer espécie por parte da licitante vencedora, facultando o município a utilização de outros meios para aquisição, respeitada a legislação pertinente as licitações e ao SRP-Sistema de Registro de Preços, assegurando ao beneficiário do registro de preferência a preferência em igualdade de condições.
Art. 5°- A homologação do resultado da licitação e a firmação da Ata de Registro de Preços não obriga o Município a realizar a aquisição total dos produtos e/ou serviços ou quaisquer contratações do objeto licitado se não for de sua necessidade, não cabendo à empresa vencedora quaisquer direitos caso não sejam atingidos para fornecimento da totalidade.
Art. 6°- Pelo presente, fica intimado o participante da licitação supramencionado, da decisão estabelecida neste decreto.
Art. 7°- Este Decreto entra em vigor na data de sua emissão e/ou publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Francisco Alves, Estado do Paraná, aos quatro dias do mês de junho de dois mil e dezoito.
ALIRIO JOSÉ MISTURA
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO ALVES

Estado do Paraná
EXTRATO DO CONTRATO 067/2018.
CONCORRÊNCIA N.º 002/2017.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRANCISCO ALVES – PREFEITURA MUNICIPAL.
CONTRATADA: CARAVAGGIO CONSTRUTORA LTDA, CNPJ n.º 04.929.130/0001-64.
OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO É A EXECUÇÃO DE 22.768,84 m2 de pavimentação/recape asfálticos, sendo: 4.089,36 m2 de pavimentação em tratamento superficial triplo (TST, tipo I-5 do DER/PR) com capa selante, com serviços de: remoção da camada superficial; escavação/carga/transporte de material de 1ª categoria; compactação de aterros (100% P.N.); regularização e compactação do subleito (100% P.N.); base de solo cimento 4%; imprimação com emulsão RR-1C; revestimento em TST, tipo I-5 (DER-PR), com capa selante; meio-fio / sarjeta em concreto (0,042 m3/m); calçada em concreto simples (esp. = 5cm); rampa para PNE com piso tátil - PMFA - modelos 01 - 3,06 m2; sinalização vertical de trânsito e placa de comunicação visual; e 18.679,48 m2 de recape em concreto betuminoso usinado à quente (CBUQ), com serviços de: limpeza e lavagem da pista; pintura de ligação com emulsão RR-1C; reperfilamento em CBUQ (e=1,00 cm); recape em CBUQ (e=3,00 cm); calçada em concreto simples (esp. = 5cm); rampa para PNE com piso tátil - PMFA - modelos 01 - 3,06 m2; sinalização horizontal e vertical de trânsito e placa de comunicação visual;Trechos:
Avinida Joaquim Luiz de Souza (entre a Avenida Brigadeiro Osvaldo Pamplona e a Rua Elias Khail Sad); Avenida Joaquim Luiz de Souza (entre as ruas Ibrahim Sued e Governador Parigot de Souza); Rua Irmãos Villas Boas (entre as avenidas Presidente Emilio Garrastazu Médice e Leão Gondim de Oliveira); Rua Jorge Ferreira (entre a Avenida Padre José Stefanelo e a Rua Irmãos Villas Boas); Rua Brigadeiro Faria Lima (entre a Rua Governador Parigot de Souza e a Avenida Osvaldo Pamplona Pinto).
VALOR GLOBAL: R$ 974.000,00 (NOVECENTOS E SETENTA E QUATRO MIL REAIS).
VIGÊNCIA: O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO É DE 240 (DUZENTOS E QUARENTA) DIAS, CONTADOS DA DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO DE EMPREITADA.
FRANCISCO ALVES-PR, 04 DE JUNHO DE 2018.
ALÍRIO JOSÉ MISTURA
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 210/2018
Data: 04.06.2018
Ementa: concede férias aos servidores públicos municipais, conforme especifica.
O Prefeito do Município de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando os memorandos on-line sob os n°s 136/2017 e 4151/2017,
RESOLVE:
Art. 1º Conceder Férias aos servidores públicos municipais, mencionados a seguir:

NOME	RG Nº	PERIODO AQUISITIVO	INICIO/FINAL
Claudia Aparecida Sanches	6.190.709-2 - SESPII/PR	2017/2018	02/07/2018 a 16/07/2018
Jose Lima de Oliveira	4.007.828-2 - SESPII/PR	2017/2018	01/06/2018 a 30/06/2018

Art. 2º Que a Diretoria de Pessoal tome as providências necessárias ao cumprimento desta Portaria.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, Publique-se e, Cumpra-se.
Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 04 de junho de 2018.
HERALDO TRENTO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

Estado do Paraná
RESOLUÇÃO COMUS/GUAÍRA Nº 006/2018
Dispõe sobre a pactuação de Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores municipais para o ano de 2018, no Sistema de Pactuação dos Indicadores – SISPACTO, do Fundo Municipal de Saúde da Secretaria de Saúde, referentes ao Ano de 2018, apresentada pela coordenação de sistemas de informação da Secretaria de Saúde em reunião extraordinária, na data de 28 de maio de 2018.
O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Guaíra, em reunião extraordinária realizada em 28 de maio de 2018, após apresentação e discussão das metas e, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal nº 8.080, de 19/09/90, Lei Federal nº 8.142, de 28/12/90, pela Lei Municipal nº 1.358, de 24/11/2005; e as prerrogativas e atribuições estabelecidas pela Lei Complementar nº 141, de 13/01/2012;
RESOLVE:
Aprovar a Pactuação das Metas/Indicadores – SISPACTO 2018, do Fundo Municipal de Saúde de Guaíra.
Guaíra, 29 de maio de 2018.
Flavia Letícia Gonçales Chibinski Dutra
Presidente do Conselho Municipal de Saúde
Homologo a Resolução COMUS/GUAÍRA nº 006/18 nos termos do § 2º, art. 1º, da Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990.
Marcos Rigolon
Secretário Municipal de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

Estado do Paraná
RESOLUÇÃO COMUS/GUAÍRA Nº 005/2018
Dispõe sobre as conclusões acerca da prestação de contas e serviços do Fundo Municipal de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde, referentes ao 1º Quadrimestre de 2018, apresentada pela Secretaria de Saúde ao pleno deste Conselho, em 28 de maio e em Audiência Pública na Câmara de Vereadores em 29 de maio de 2018.
O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Guaíra, em reunião extraordinária realizada em 28 de maio de 2018 – Ata 334/2018, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal nº 8.080, de 19/09/90, Lei Federal nº 8.142, de 28/12/90, pela Lei Municipal nº 1.358, de 24/11/2005; e as prerrogativas e atribuições estabelecidas pela Lei Complementar nº 141, de 13/01/2012;
RESOLVE:
Aprovar a Prestação de Contas do Fundo Municipal de Saúde, referente ao 1º Quadrimestre de 2018.
Guaíra, 01 de junho de 2018.
Flavia Letícia Gonçales Chibinski Dutra
Presidente do Conselho Municipal de Saúde
Homologo a Resolução COMUS/GUAÍRA nº 005/18 nos termos do § 2º, art. 1º, da Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990.
Marcos Rigolon
Secretário Municipal de Saúde

MUNICIPIO DE DOURADINA
Estado do Paraná CNPJ 78.200.110/0001-94
Exercício: 2018
** Elotech ** 04/06/2018 Pág. 1/1

Decreto nº 72/2018 de 04/06/2018

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de DOURADINA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2125/2017 de 22/11/2017.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 80.000,00 (oitenta mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação

10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE	
10.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.001.10.301.0015.1.025.		AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA O SETOR DE SAÚDE	
623 - 4.4.90.52.00.00	01304	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	80.000,00
		Total Suplementação:	**80.000,00**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Superavit Financeiro;

Artigo 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atualizar os valores constantes de anexos previstos na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e PPA – Plano Plurianual de Investimentos considerando o cumprimento das normas estabelecidas no SIM-AM 2018 (Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal) do Tribunal de Contas do Estado, especificamente com referência ao Módulo Planejamento.

Artigo 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de DOURADINA , Estado do Paraná, em 04 de junho de 2018.

JOAO JORGE SOSSAI
PREFEITO MUNICIPAL

MUNICIPIO DE DOURADINA
Estado do Paraná CNPJ 78.200.110/0001-94
Exercício: 2018
** Elotech ** 04/06/2018 Pág. 1/2

Decreto nº 73/2018 de 04/06/2018

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de DOURADINA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2125/2017 de 22/11/2017.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação

10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE	
10.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.001.10.301.0015.1.025.		AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA O SETOR DE SAÚDE	
624 - 4.4.90.52.00.00	1498	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	120.000,00
		Total Suplementação:	**120.000,00**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;

Receita:1.7.2.8.03.11.04.00000000 Fonte: 1000 120.000,00
Total da Receita: 120.000,00

Artigo 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atualizar os valores constantes de anexos previstos na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e PPA – Plano Plurianual de Investimentos considerando o cumprimento das normas estabelecidas no SIM-AM 2018 (Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal) do Tribunal de Contas do Estado, especificamente com referência ao Módulo Planejamento.

Artigo 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de DOURADINA , Estado do Paraná, em 04 de junho de 2018.

JOAO JORGE SOSSAI
PREFEITO MUNICIPAL

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE – FUNASA

FONE: (44) 3534-1191 – FAX: (44) 3534-1154 – E-MAIL: samae@visaonet.com.br
Rua Floriano Peixoto, 2473 – Cx. Postal: 21 - CEP: 87470-000 – MARILUZ - PR
CNPJ: 74.015.511/0001-40
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 02/2018
O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DE MARILUZ, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público inscrita do CGC/MF nº 74.015.611/0001-40, através de seu representante legal, o Diretor EDENILSON FERNANDES REGINALDO, aqui denominado Contratante, de outro lado O SR. LUIZ CARLOS GIMENEZ, brasileiro, portador do – CIC/RG Nº 4.434.395-9/SSP- PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 537.716.649-37, residente e domiciliado na cidade de MARILUZ PR. representante da empresa CUARELI & GIMENEZ LTDA. aqui denominada Contratada, resolvem aditivar o presente contrato, conforme o disposto nas cláusulas seguintes:
Clausula Primeira - do valor do contrato: O valor do Contrato que era de R$ 5.773,50 (cinco mil setecentos e setenta três reais e cinquenta centavos), passa a ter o valor de R$ 7.216,88 (sete mil duzentos e dezesseis reais e oitenta oito centavos), isto perfaz um total de 25% (vinte cinco) por cento do total do contrato, sendo que as referidas despesas serão devidamente empenhadas nas seguintes dotações orçamentárias:
17.122.0042.2110 – 33.90.30.00.00 – 10000;
17.512.0043.2111 – 33.90.30.00.00 – 10000;
17.512.0044.2112 – 33.90.30.00.00 – 10000.
Cláusula Segunda - do prazo de vigência do contrato: O prazo de vigência que findaria 19 de maio de 2018, fica prorrogado até 30 de junho de 2018.
Cláusula Terceiro - das disposições gerais: Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas contratuais.
E por estarem assim justos e contratados, as partes assinam o presente termo de aditamento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.
Mariluz/PR, 18 de maio de 2018.
Edenilson Fernandes Reginaldo
Diretor do SAMAE
Contratante
Cuareli & Gimenez Ltda
Luiz Carlos Gimenez
Contratada
Testemunhas:
NOME:
CPF:
NOME:
CPF:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ

Estado do Paraná
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 043/2018
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de camisetas para atender as necessidades da Secretaria de Bem Estar Social do município de Ivaté.
Fornecedor: J. C. QUINHONE ATACADISTA - EPP
CNPJ/CPF: 21.278.380/0001-09

ITEM	PRODUTO	UNID	QTDE	VLR UNIT	VLR TOTAL
1	Camiseta manga curta, malha PV antipilling gramatura 180g/m², com variação de 5%, 67% poliéster e 33% viscose, com todas as demais especificações contidas no edital e seus anexos.	UND	400	R$ 17,50	R$ 7.000,00

CONDIÇÕES:
1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura.
2. O fornecimento do produto será de forma eventual e parcelado mediante solicitação do município, sendo que não haverá pedido mínimo.
3. O prazo máximo de entrega dos produtos será de 20 (vinte) dias, contadas a partir da requisição do município.
4. Forma de pagamento: O pagamento será efetuado, 30 (trinta) dias a partir da apresentação na Nota Fiscal/Fatura ou documento equivalente, com o devido atestado de recebimento do objeto no Departamento de Finanças e mediante apresentação das certidões da empresa do INSS e FGTS que provam sua regularidade, a cada pagamento efetuado, seja ele parcelado ou não.
5. Local de entrega: Departamento/Secretaria responsável pela solicitação.
6. As quantidades informadas são meramente estimativas, podendo variar durante a execução do contrato, não cabendo a empresa vencedora quaisquer direitos caso não sejam atingidos o fornecimento da totalidade.
7. Compete a contratada assinar o instrumento de contrato devolvendo-o em sua via original à Prefeitura Municipal de Ivaté, no prazo de 48 horas.
8. Todos os documentos referentes ao processo licitatório Pregão Presencial nº 025/2018 integram a presente ata, independentemente de transcrição.

MUNICIPIO DE DOURADINA
Estado do Paraná CNPJ 78.200.110/0001-94
Exercício: 2018
** Elotech ** 04/06/2018 Pág. 1/2

Decreto nº 73/2018 de 04/06/2018

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de DOURADINA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2125/2017 de 22/11/2017.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
10.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA DE SAÚDE
10.001.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.001.10.301.0015.1.025. AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA O SETOR DE SAÚDE
624 - 4.4.90.52.00.00 1498 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 120.000,00
Total Suplementação: 120.000,00

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;

Receita:1.7.2.8.03.11.04.00000000 Fonte: 1000 120.000,00
Total da Receita: 120.000,00

Artigo 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atualizar os valores constantes de anexos previstos na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e PPA – Plano Plurianual de Investimentos considerando o cumprimento das normas estabelecidas no SIM-AM 2018 (Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal) do Tribunal de Contas do Estado, especificamente com referência ao Módulo Planejamento.

Artigo 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de DOURADINA , Estado do Paraná, em 04 de junho de 2018.

JOAO JORGE SOSSAI
PREFEITO MUNICIPAL

MUNICIPIO DE PÉROLA

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 409/2018
Altera Padrão Salarial e da outras providencias.
O PREFEITO DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o contido nos Artigos 24 e 25, da Lei Complementar nº 001, de 01 de Abril de 2010 e suas alterações, que trata da promoção horizontal(Padrão),
RESOLVE:
Art. 1º Conceder avanço horizontal a servidora PATRICIA FAVERO MAROSTICA FERREIRA, portadora da Cédula de Identidade sob o nº 8.128.331-1-SESP/PR, e do CPF nº 035.154.169-19, ocupando o cargo de Farmacêutico, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, do Padrão-B para Padrão-C, a partir de 01 de Junho de 2018(inclusive).
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.
Pérola/Paraná, 04 de Junho de 2018.
DARLAN SCALCO
Prefeito

MUNICIPIO DE PÉROLA

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 408/2018
Altera Padrão Salarial e da outras providencias.
O PREFEITO DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o contido nos Artigos 24 e 25, da Lei Complementar nº 001, de 01 de Abril de 2010 e suas alterações, que trata da promoção horizontal(Padrão),
RESOLVE:
Art. 1º Conceder avanço horizontal a servidora INEZ ABREU DA CRUZ CERANTOLA, portadora da Cédula de Identidade sob o nº 6.751.068-2-SESP/PR, e do CPF nº 038.621.559-60, ocupando o cargo de Agente de Serviços Especiais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, do Padrão-D para Padrão-E, a partir de 01 de Junho de 2018(inclusive).
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.
Pérola/Paraná, 04 de Junho de 2018.
DARLAN SCALCO
Prefeito

MUNICIPIO DE PÉROLA
ESTADO DO PARANÁ
PÉROLA CIDADE JOIA DO PARANÁ

Pérola - Pr., 04 de Junho de 2018

NOTIFICA

Dando cumprimento às disposições da Lei nº 9.452 de 20 de Março de 1.997, notificamos aos Partidos, o Sindicato dos Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, do recebimento dos seguintes Recursos Federais.

30/05/2018	BRASIL	6983-3	Pref. Munic. Pérola – IPM	984,81
30/05/2018	BRASIL	8924-9	Pref. Munic. Pérola – FPM	289.070,31
22/05/2018	BRASIL	9825-6	Pref. Munic. Pérola – FUNDEB	31.358,72
23/05/2018	BRASIL	9825-6	Pref. Munic. Pérola – FUNDEB	53.994,48
29/05/2018	BRASIL	9825-6	Pref. Munic. Pérola – FUNDEB	13.655,90
30/05/2018	BRASIL	9825-6	Pref. Munic. Pérola – FUNDEB	72.349,01
21/05/2018	BRASIL	10059-5	Pref. Munic. Pérola - Simples Nacional	69,67
22/05/2018	BRASIL	10059-5	Pref. Munic. Pérola - Simples Nacional	1.679,12
23/05/2018	BRASIL	10059-5	Pref. Munic. Pérola – Simples Nacional	4.027,31
24/05/2018	BRASIL	10059-5	Pref. Munic. Pérola – Simples Nacional	6.776,72
25/05/2018	BRASIL	10059-5	Pref. Munic. Pérola - Simples Nacional	109,54
28/05/2018	BRASIL	10059-5	Pref. Munic. Pérola – Simples Nacional	27,35
30/05/2018	BRASIL	10059-5	Pref. Munic. Pérola – Simples Nacional	217,19
21/05/2018	CAIXA	624029-0	Fundo Mun. Saúde – SUS CUSTEIO	6.084,00
15/05/2018	CAIXA	624031-2	Fundo Mun. Saúde – SUS INVESTIMENTO	160.000,00
16/05/2018	CAIXA	624031-2	Fundo Mun. Saúde – SUS INVESTIMENTO	25.000,00
21/05/2018	CAIXA	624031-2	Fundo Mun. Saúde – SUS INVESTIMENTO	170.000,00

DARLAN SCALCO
Prefeito Municipal

MUNICIPIO DE PÉROLA

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 410/2018
Altera Classe Salarial e da outras providencias.
O PREFEITO DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o contido nos Artigos 35 a 40, da Lei nº 1740, de 02 de Abril de 2012, e a Lei nº 2151, de 03 de Setembro de 2015, que trata da progressão horizontal(Classe),
RESOLVE:
Art. 1º Conceder avanço horizontal a servidora VIVIANE APARECIDA DA COSTA SILVA, portadora da Cédula de Identidade sob o nº 29.773.612-7-SESP/SP, e do CPF nº 045.216.149-57, ocupando o cargo de Professor de Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, da Classe-C para Classe-D, a partir de 01 de Junho de 2018(inclusive).
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.
Pérola/Paraná, 04 de Junho de 2018.
DARLAN SCALCO
Prefeito

MUNICIPIO DE PÉROLA

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 411/2018
Concede AUXILIO DOENÇA a servidora HELOISA DENA STEFANI, e da outras providencias.
O PREFEITO DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e CONSIDERANDO o previsto nos Artigos 291 a 294, de Lei Complementar nº 02/2010, Artigos 51 e 52 da Lei Complementar nº 064/2015.
RESOLVE:
Art. 1º Conceder a servidora HELOISA DENA STEFANI, portadora do CPF nº 082.824.849-46, ocupando o cargo de Professor de Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, 30(trinta) dias de AUXILIO DOENÇA, no período de 07/05/2018 a 05/06/2018(inclusive).
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.
Pérola/Paraná, 04 de Junho de 2018.
DARLAN SCALCO
Prefeito

PORTARIA Nº 412/2018
Concede AUXILIO DOENÇA a servidora ADRIANA DUENHA DOS SANTOS, e da outras providencias.
O PREFEITO DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e CONSIDERANDO o previsto nos Artigos 291 a 294, de Lei Complementar nº 02/2010, Artigos 51 e 52 da Lei Complementar nº 064/2015.
RESOLVE:
Art. 1º Conceder a servidora ADRIANA DUENHA DOS SANTOS, portadora do CPF nº 027.971.579-07, ocupando o cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, 20(vinte) dias de AUXILIO DOENÇA, no período de 25/05/2018 a 13/06/2018(inclusive).
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.
Pérola/Paraná, 04 de Junho de 2018.
DARLAN SCALCO
Prefeito

PORTARIA Nº 413/2018
Concede AUXILIO DOENÇA a servidora FERNANDA SANTINON ANDRÉ, e da outras providencias.
O PREFEITO DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e CONSIDERANDO o previsto nos Artigos 291 a 294, de Lei Complementar nº 02/2010, Artigos 51 e 52 da Lei Complementar nº 064/2015.
RESOLVE:
Art. 1º Conceder a servidora FERNANDA SANTINON ANDRÉ, portadora do CPF nº 085.512.079-70, ocupando o cargo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, 30(trinta) dias de AUXILIO DOENÇA, no período de 22/05/2018 a 23/06/2018(inclusive).
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.
Pérola/Paraná, 04 de Junho de 2018.
DARLAN SCALCO
Prefeito

PORTARIA Nº 414/2018
Concede AUXILIO DOENÇA a servidora HAIDE GONÇALVES LOPES, e da outras providencias.
O PREFEITO DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e CONSIDERANDO o previsto nos Artigos 291 a 294, de Lei Complementar nº 02/2010, Artigos 51 e 52 da Lei Complementar nº 064/2015.
RESOLVE:
Art. 1º Conceder a servidora HAIDE GONÇALVES LOPES, portadora do CPF nº 832.284.469-72, ocupando o cargo de Agente de Serviços Especiais, lotada na Secretaria Municipal de Fazenda e Administração, 90(noventa) dias de AUXILIO DOENÇA, no período de 22/05/2018 a 22/08/2018(inclusive).
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.
Pérola/Paraná, 04 de Junho de 2018.
DARLAN SCALCO
Prefeito

PORTARIA Nº 415/2018
Contrata RAHYANE CAROLLINE CALLIANI, para cargo de Técnico em Enfermagem, e dá outras providências.
O PREFEITO DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e, CONSIDERANDO o contido na Lei Municipal nº 1.642, de 19 de julho de 2011(Contratação Temporária);
CONSIDERANDO o Processo Seletivo Simplificado Edital nº 001/2017, e sua ordem classificatória;
CONSIDERANDO o Edital de Convocação nº 018, de 11 de Maio de 2018;
CONSIDERANDO cumpridas as etapas de apresentação de documentos.
RESOLVE:
Art. 1º Contratar RAHYANE CAROLLINE CALLIANI, portadora da Cédula de Identidade sob o nº 10.163.053-6, SESP/PR, inscrita no CPF nº 061.247.759-21, para exercer o cargo de Técnico em Enfermagem, em caráter Temporário, a partir de 05 de Junho de 2018.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Registre-se, publique-se, dê-se ciência e cumpra-se.
Pérola - Paraná, 04 de Junho de 2018.
DARLAN SCALCO
Prefeito

MUNICIPIO DE PÉROLA

Estado do Paraná
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2018.
O MUNICÍPIO DE PÉROLA, Estado do Paraná, torna público que às 14:00 horas do dia 15 de Junho de 2018, na sede da Prefeitura Municipal sito na Avenida Dona Pérola Byington, nº 1800 em Pérola, Paraná, Brasil, realizará licitação na modalidade Pregão Presencial para aquisição de:
Objeto: Pá Carregadeira Sobre Rodas
Quantidade: 01
Valor Total R$: 360.000,00
Prazo (Dias): 120
Informações e esclarecimento relativos ao edital, modelos e anexos poderão ser solicitados junto ao Pregoeiro Paulo Fernando Travain Bento, Paraná, Brasil – Telefone (44) 3636-8300 – das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00horas. O inteiro teor do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico: http://www.perola.pr.gov.br/, no link Processos Licitatórios.
Pérola/PR, 04 de Junho de 2018.
DARLAN SCALCO
Prefeito.

MUNICIPIO DE PÉROLA

Estado do Paraná
EDITAL DE HABILITAÇÃO
REF: EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 03/2018-PMP.
A comissão de licitação comunica aos interessados na execução do objeto do Edital de Concorrência nº 03/2018-PMP, que após a análise e verificação da documentação de habilitação, decidiu habilitar as seguintes proponentes:

Nº	EMPRESAS
01	G V LOPES FACÇÃO - EPP
02	A MONTEIRO CONFECÇÕES
03	MEDRADA & BORGES LTDA - EPP

E inabilitar a seguinte proponente:

Nº	EMPRESA
01	AZZARE INDÚSTRIA DO VESTUARIO LTDA

Comunica outrossim, que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data deste edital, a comissão de licitação dará vistas ao respectivo processo licitatório, a qualquer das proponentes que se sinta prejudicada, para interposição de recurso.
Pérola/PR, 04 de Junho de 2018.
Presidente da Comissão: ANDERSON FARIAS DOS SANTOS
Membros da Comissão: PAULO FERNANDO TRAVAIN BENTO
JOSÉ DE ALMEIDA ROCHA
MARIA FERNANDA MOURA FAVERO

Publicações legais

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA N.º 200/2018
SÚMULA: Relota servidor.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e com base nos dispositivos legais,
R E S O L V E :
Art. 1º - Art. 1º - Relotar o servidor EVERALDO AGARAVATO PALHARES portador da Cédula de Identidade 7.104.862-4, ocupante do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA “C”, lotado na SECRETARIA DE OBRAS PLANEJAMENTO URBANO E SERVIÇOS PÚBLICOS, para a SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTES E LAZER, a partir de 04 de junho de 2018.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, aos 04 (quatro) dias do mês de junho de 2018.
DÉRCIO JARDIM JÚNIOR
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA N.º 201/2018
SÚMULA: Revoga Portaria.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e com base nos dispositivos legais,
R E S O L V E :
Art. 1º - Art. 1º - Revogar a Portaria de nº. 041/2013, que concedeu adicional de insalubridade, ao servidor EVERALDO AGARAVATO PALHARES, portador da Cédula de Identidade RG n° 7.104.862-4, ocupante do cargo de provimento Efetivo de MOTORISTA “C”, lotado na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTES E LAZER.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, aos 04 (quatro) dias do mês de junho de 2018.
DÉRCIO JARDIM JÚNIOR
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

ESTADO DO PARANÁ
EXTRATO DE CONTRATO nº 065/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2018
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 049/2018
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAISO
CONTRATADO: JEFTÉ RODRIGO DE OLIVEIRA 05547309958
OBJETO: Contratação de uma empresa do ramo, para prestar serviços de instrutor de Fanfarra junto ao Fundo Municipal da Criança e Adolescente a fim de desenvolver Projetos Culturais com Crianças e Jovens, durante o exercício de 2018, conforme condições e especificações estabelecidas no Edital – Anexo I.A CONTRATADA se declara em condições de entregar os serviços em estrita observância com o indicado nas Especificações e na Documentação levada a efeito pelo pregão n.034/2018, devidamente homologada pela CONTRATANTE, em 04/05/2018.
VALOR: R$ 16.720,00 (dezesseis mil setecentos e vinte reais).
VIGÊNCIA: 14 de Maio de 2019.
FORUM: Comarca de Xambrê.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

ESTADO DO PARANÁ
EXTRATO DE CONTRATO nº 036/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2017
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 022/2017
CONTRATO DE FORNECIMENTO
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAISO
CONTRATADO: AUTO POSTO BR GREGIANIN LTDA
OBJETO: Contratação de uma empresa especializada para fornecimento de combustível (gasolina comum, óleo diesel comum, diesel S10 e álcool (etanol) comum) para os veículos automotores, máquinas e equipamentos pertencentes, cedidos ou a serviço da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, de acordo com o anexo I deste edital. A empresa efetuará o fornecimento destes combustíveis no decorrer do exercício de 2017, conforme condições e especificações estabelecidas no Edital.
CLÁUSULA PRIMEIRA:
Fica alterada a Cláusula Terceira do contrato 036/2017, passando seu valor contratual para R$ 573.019,43 (Quinhentos e Setenta e Três Mil e Dezenove Reais e Quarenta e Três Centavos), baseado no parecer jurídico da procuradoria do Município autorizando o Reequilíbrio Financeiro, devidamente especificado na tabela abaixo, recaindo o aumento percentual somente a partir da data deste aditivo e no combustível que ainda será retirado, sendo que o aumento real do presente contrato é de R$ 1.117,51 (Hum Mil, Cento e Dezessete Reais e Cinquenta e um Centavos).
CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais clausulas e condições do contrato 036/2017, o reajuste terá validade a partir do dia 30 de Maio de 2018.
FORUM: Comarca de Xambrê.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA N.º 199/2018
SÚMULA: Promove Professora por Progressão Funcional de uma Classe para outra no mesmo Nível.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, com base na Lei Complementar nº 027/2010 e Processos de Progressão Funcional Nº. 11/2018.
RESOLVE:
ART. 1º. Fica Promovido a partir de 13/04/2018, por Progressão Funcional de uma Classe para outra, permanecendo no mesmo Nível, a Professora abaixo relacionada, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Classe 04 para a Classe 05, no mesmo Nível, como segue:

Nº	NOME	NÍVEL	DA CLASSE	PARA CLASSE
01	JOSIANE GONÇALVES VENITTE REINA	“P5”	04	05

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, aos 04 (quatro) dias do mês de junho de 2018.
DÉRCIO JARDIM JÚNIOR
Prefeito Municipal

GOVERNO MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI

CNPJ 76.247.352/0001-08
Rua Santos Dumont, 341 - Fone/Fax: 44 3656-1383 - Cx. Postal 141
CEP 87580-000 - Alto Piquiri - Paraná
Internet: www.altopiquiri.pr.gov.br E-mail: contato@altopiquiri.pr.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 56/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2018

LICITAÇÃO - EXCLUSIVA DE ME E EPP

DATA DA ABERTURA**: 14 de junho de 2018**

HORÁRIO**: 09:00 Hrs**

LOCAL**: EDIFÍCIO DO PAÇO MUNICIPAL/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**

OBJETO: Contratação de empresa habilitada para fornecimento de extintores de incêndio, recargas e placas de sinalização nos termos estabelecidos neste edital e seus anexos para atender a todas as secretarias do município.

TIPO: Menor Preço – Por Item

REGIME CONTRATAÇÃO: COMPRAS

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**: Conforme a retirada - 30 dias após a emissão da Nota Fiscal**

Maiores informações poderão ser obtidas junto à Prefeitura Municipal de Alto Piquiri, pelo site **www.altopiquiri.pr.gov.br**, pelo telefone (44)3656-8000 ou no Departamento de Licitações, desta Prefeitura Municipal, de Segunda à Sexta-Feira, no horário das 08:00 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:00 horas..

Alto Piquiri - Pr, 04 de junho de 2018

CLAUDIA CRISTINA DO NASCIMENTO
Pregoeira Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI

Estado do Paraná
CNPJ 78.202.181/0001-26
Rua Sebastião Pereira de Oliveira, 2.131 - Centro – Cx. Postal 02 - 3656-1333 44- - CEP 87580-000
ALTO PIQUIRI - Paraná
www.cmaltopiquiri.pr.gov.br camalpi@hotmail.com
ATO DA MESA Nº. 014/2018
Autoriza viagem e concede diárias.
A MESA EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI, Estado do Paraná, no uso das suas legais atri buições,
RESOLVE:
Art. 1º. AUTORIZAR, o vereador GESSE ALVES DE SOUZA a viajar a cidade de Curitiba – PR., nos dias 05, 06 e 07 de junho de 2018, acompanhando o senhor Prefeito Municipal, onde farão visitas a Deputados Estaduais e algumas Secretarias, com o intuito de apresentar projetos e angariar recursos para atender as necessidades do nosso Município.
Cabendo-lhe o pagamento de 3 (três) diárias, conforme Resolução Nº. 002/13, de 07 de Maio de 2013.
Art. 2º. Este Ato da Mesa entrará em vigor na data de sua publicação.
SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI, Estado do Paraná, aos 04 dias do mês de junho de 2018.
MIZAEL GOLFIERI BINATTI — Presidente
WILSON P. DA SILVA — 1º Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI

Estado do Paraná
PRIMEIRO ADENDO AO EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO nº 48/2018
MODALIDADE: Tomada de preço nº 04/2018
A Prefeitura Municipal de Alto Piquiri PR, com sede à Rua Santos Dumont 341, Alto Piquiri, Estado do Paraná, através da Pregoeira e Equipe de Apoio, faz saber a todos, que se acha aberto o presente ADENDO AO EDITAL do Processo Licitatório nº 48/2018, na modalidade Tomada de Preço 04/2018, conforme o que se segue:
Onde se lê:dia 04/06/2018 leia-se dia 20/06/2018.
Incluem –se o seguinte texto no ítens
5.1.4.1- -OU CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO-CAU
5.1.4.3- OU CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO-CAU
5.4.4.4- OU CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO-CAU
5.1.6- OU ARQUITETO URBANISTA e Inclui se ainda o ítem 14.8.2 , obrigatório a apresentação do RRT- registro de responsabilidade técnica.
2 - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL : O presente adendo está fundamentado no Artigo 21 § 4º da Lei Federal 8666/93, ressaltando que tal alteração não afetará a formulação de propostas.
4 – DOS DEMAIS ASSUNTOS
Todos os demais assuntos inerentes ao Edital original, não mencionados neste ADENDO, seguem o disposto no Edital.
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI
Claudia Cristina do Nascimento
Presidente de licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI

Estado do Paraná
PRIMEIRO ADENDO AO EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO nº 50/2018
MODALIDADE: Tomada de preço nº 05/2018
A Prefeitura Municipal de Alto Piquiri PR, com sede à Rua Santos Dumont 341, Alto Piquiri, Estado do Paraná, através da Pregoeira e Equipe de Apoio, faz saber a todos, que se acha aberto o presente ADENDO AO EDITAL do Processo Licitatório nº 50/2018, na modalidade Tomada de Preço 05/2018, conforme o que se segue:
Onde se lê: dia 06/06/2018 leia-se dia 21/06/2018.
Incluem –se o seguinte texto no ítens
5.1.4.1- -OU CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO-CAU
5.1.4.3- OU CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO-CAU
5.4.4.4- OU CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO-CAU
5.1.6- OU ARQUITETO URBANISTA e Inclui se ainda o ítem 14.8.2 , obrigatório a apresentação do RRT- Registro de Responsabilidade Técnica.
2 - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL : O presente adendo está fundamentado no Artigo 21 § 4º da Lei Federal 8666/93, ressaltando que tal alteração não afetará a formulação de propostas.
4 – DOS DEMAIS ASSUNTOS
Todos os demais assuntos inerentes ao Edital original, não mencionados neste ADENDO, seguem o disposto no Edital.
Alto Piquiri , 04 de Junho 2018
Claudia Cristina do Nascimento
Presidente de licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL - PR

EXTRATO CONTRATUAL PL 027/2018
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 071/2018
PARTES: MUNICIPIO DE BRASILANDIA DO SUL
SOTRAM CONSTRUTORA E TERRAPLENAGEM LTDA - CNPJ - 67.156.943/0002-60
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CBUQ E GALERIAS EM VIAS DO MUNICÍPIO DE BRASILÂNDIA DO SUL.
VALOR TOTAL: R$285.473,22 (DUZENTOS E OITENTA E CINCO MIL QUATROCENTOS E SETENTA E TRÊS REAIS E VINTE E DOIS CENTAVOS).
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/1993 e alterações posteriores.
MARCIO JULIANO MARCOLINO
PREFEITO MUNICIPAL
LUIZ GABRIEL DE SOUZA
SOTRAM CONSTRUTORA E TERRAPLENAGEM LTDA - CNPJ - 67.156.943/0002-60
04/06/2018
Departamento de Licitações e Contratos
Brasilândia do Sul-PR

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILANDIA DO SUL

ESTADO DO PARANÁ
DECRETO N.º 038/2018
Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar junto ao Orçamento Geral do Município de Brasilândia do Sul, relativo ao exercício de 2018, dando outras providências.
MARCIO JULIANO MARCOLINO, Prefeito do Município de Brasilândia do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando a autorização contida no Inciso II do Artigo 4.º da Lei Municipal n.º 689/2017, datada de 22 de novembro de 2017, (Lei Orçamentária de 2018).
DECRETA
Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município de Brasilândia do Sul, do corrente exercício financeiro, um crédito adicional suplementar na importância de R$62.300,00 (Sessenta e dois mil e trezentos reais), que obedecerá a seguinte classificação:

08 -	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
001.10.301.1300.6.043-	Ações da Clínica da Mulher e da Criança		
113– 3.1.90.11.00.00 -	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		32.000,00
114 – 3.1.90.13.00.00 -	Obrigações Patronais	6.800,00	
Fonte – 01303 -	Saúde Rec. Vinculado – 15%		
15 -	FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL		
001.08.244.1200.2.024-	Manutenção das Ações do CRAS		
435– 3.3.90.36.00.00 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física		12.800,00
437– 3.3.90.39.00.00 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		10.000,00
440 – 3.3.90.47.00.00 -	Obrigações Tributárias e Contributivas		700,00
Fonte – 01123 -	FEAS/PPAS – ESTADUAL		
SOMA		62.300,00	

Art. 2º. Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, fica indicado os seguintes recursos:
I – Na importância de R$62.300,00 (Sessenta e dois mil e trezentos reais), proveniente do produto da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

08 -	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
001.10.301.1300.2.035-	Ações e Serviços Públicos de Saúde		
76– 3.3.90.30.00.00 -	Material de Consumo	38.800,00	
Fonte – 01303 -	Saúde Rec. Vinculado – 15%		
15 -	FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL		
001.08.244.1200.2.024-	Manutenção das Ações do CRAS		
421– 3.1.90.11.00.00 -	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		23.500,00
Fonte – 01123 -	FEAS/PPAS – ESTADUAL		
SOMA		62.300,00	

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
PAÇO MUNICIPAL “Deputado Ulisses Guimarães” aos 29 de maio de 2018.
MARCIO JULIANO MARCOLINO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILANDIA DO SUL

ESTADO DO PARANÁ
DECRETO N.º 039/2018
Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar junto ao Orçamento Geral do Município de Brasilândia do Sul, relativo ao exercício de 2018, dando outras providências.
MARCIO JULIANO MARCOLINO, Prefeito do Município de Brasilândia do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando a autorização contida no Inciso V e VIII, do Parágrafo 1º, do Artigo 4.º da Lei Municipal n.º 689/2017, datada de 22 de novembro de 2017, (Lei Orçamentária de 2018).
DECRETA
Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município de Brasilândia do Sul, do corrente exercício financeiro, um crédito adicional suplementar na importância de R$40.275,12 (Quarenta mil, duzentos e setenta e cinco reais e doze centavos) que obedecerá a seguinte classificação:

15 -	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
001.08.244.1200.2.024-	Manutenção das Ações do CRAS		
510 – 3.3.90.30.00.00 -	Material de Consumo	20.275,12	
511 – 3.3.90.39.00.00 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		20.000,00
Fonte – 63050 -	PSB/FNAS – Exercício Anterior		
SOMA		40.275,12	

Art. 2º. Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, fica indicado os seguintes recursos:
I – Na importância de R$40.275,12 (Quarenta mil, duzentos e setenta e cinco reais e doze centavos), proveniente do produto Superávit Financeiro Recalculado do Exercício de 2017, correspondente da seguinte Fonte de Recurso:

Código da Fonte		Descrição da Fonte	Valor	
60050	PSB/FNAS	40.275,12		
	SOMA			40.275,12

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
PAÇO MUNICIPAL “Deputado Ulisses Guimarães” aos 29 de maio de 2018.
MARCIO JULIANO MARCOLINO
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA

ESTADO DO PARANÁ
DECRETO LEGISLATIVO Nº 001/2018
Ementa: Dispõe sobre enquadramento de servidor público Municipal ocupante de cargo de provimento efetivo, face o atingimento de tempo de serviço, e, dá outras providências.
Preâmbulo: Eu, Ovidio Alves Teixeira, Presidente da Câmara Municipal de Cidade Gaúcha, Estado do Paraná, no uso de minhas atribuições legais, observando especialmente o disposto no Art. 49, II, da Lei Orgânica deste Município; e
Considerando o disposto no Art. 89, VI, da Lei Orgânica deste Município; e
Considerando o disposto no Art. 14 da Resolução 002/2000.
DECRETA:
Art. 1º Ficam, a partir de 01 de junho de 2018, o servidor público Municipal ocupante de cargo de provimento efetivo na Câmara Municipal de Cidade Gaúcha, especificados a seguir, enquadrados nos níveis de tempo de serviço na forma abaixo:

Nome	Cargo	Grupo Ocupacional	Carga Horária	Nível Anterior	Nível Tempo de Serviço
José das Graças de Souza Durães	Procurador Jurídico	Profissional	20 horas	X	XI

Art. 2º O Servidor que se julgar prejudicado quanto ao enquadramento, poderá dele recorrer por escrito ao Presidente da Câmara Municipal, devidamente fundamentado, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação deste ato.
Art. 3º Este ato entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Plenário Vereador Antônio Rodrigues de Souza, Câmara Municipal de Cidade Gaúcha, Estado do Paraná, aos trinta dias do mês de maio de 2018.
OVIDIO ALVES TEIXEIRA
Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA

Estado do Paraná
DECRETO Nº 059/2018
Ementa: Dispõe sobre Vacância de Cargo de Provimento Efetivo e, dá outras providências.
Preâmbulo: Eu, Alexandre Lucena, Prefeito Municipal do Município de Cidade Gaúcha, Estado do Paraná, no uso de minhas atribuições legais, observando especialmente a Lei Orgânica do Município,
R e s o l v o:
Art. 1º - Declarar vago, devido a Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em 31 de maio de 2018, o Servidor Municipal Volmi Alves Matos, portador da Cédula de Identidade com RG nº 929.347, Fiscal Sanitário – cargo de Provimento Efetivo, o qual faz parte do Quadro de Servidores Efetivos desta Empresa contratado em 27 de maio de 2004, pelo Regime Estatutário, em Conformidade com a Lei Municipal nº 1.371/1998 - Regime Jurídico Único dos Servidores Municipais de Cidade Gaúcha – Estado do Paraná.
Art. 2º - O presente instrumento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.
Prefeitura Municipal de Cidade Gaúcha, 01 de junho de 2018.
Alexandre Lucena
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA

Estado do Paraná
DECRETO Nº 058/2018
Ementa: Dispõe sobre a nomeação de Servidor, em virtude de aprovação em Concurso Público, para provimento de cargos, aberto pelo Edital nº 001/2017, realizado pela Prefeitura Municipal de Cidade Gaúcha – Estado do Paraná, e da outras providências.
Preâmbulo: Eu, Alexandre Lucena, Prefeito Municipal de Cidade Gaúcha – Estado do Paraná, no uso e gozo de minhas atribuições legais, especialmente com embasamento na Lei Orgânica do Município,
Considerando a realização de Concurso Público para o provimento de cargos do Quadro Permanente do Pessoal da Prefeitura Municipal de Cidade Gaúcha – Estado do Paraná, com embasamento legal na Lei Complementar nº 003/2.017 – Estrutura Orgânica Administrativa do Municipio de Cidade Gaúcha – Estado do Paraná, bem como a aprovação e, o preenchimento de todos os requisitos legais pelo candidato,
Considerando que, em análise ao conjunto de documentos que integram o procedimento do aludido Concurso, foram obedecidos os princípios norteadores da Administração Pública, quando da realização do mesmo. Da mesma forma, os ditames legais tais como, prazos, publicidade e outros, também foram observados.
Considerando especialmente a observância ao contido na Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, no que tange aos limites das despesas com pessoal, bem como nos crimes descritos na Lei Federal nº 10.028/2000, bem como a imperiosa necessidade da contratação, para a continuidade do mister da Legislação e Fiscalização, tendo em vista a inexistência de quadro funcional próprio.
D E C R E T O:
Art. 1º Fica Nomeada em 04 de junho de 2018, em virtude de aprovação em Concurso Público, realizado pela Prefeitura Municipal de Cidade Gaúcha, nos termos do Edital de Abertura nº 001/2017 e Edital de Resultado Final - nº 001/2017-F homologado e devidamente publicado, Dhyandra Marla Schwengber, portadora da Cédula de Identidade com RG sob nº 10.096.821-5 SSP/PR, para ocupar o cargo de Psicóloga – cargo de provimento efetivo.
Art.2º O Regime Funcional é o Estatutário, nos termos do contido na Lei Municipal nº 1.371/1998 - Regime Jurídico Único dos Servidores Municipais de Cidade Gaúcha – Estado do Paraná
Art.3º Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Prefeitura Municipal de Cidade Gaúcha, 30 de maio de 2018
Alexandre Lucena
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA

Estado do Paraná
D E C R E T O Nº 055/2018
Ementa: Dispõe sobre a nomeação de Servidor, em virtude de aprovação em Concurso Público, para provimento de cargos, aberto pelo Edital nº 001/2017, realizado pela Prefeitura Municipal de Cidade Gaúcha – Estado do Paraná, e da outras providências.
Preâmbulo: Eu, Alexandre Lucena, Prefeito Municipal de Cidade Gaúcha – Estado do Paraná, no uso e gozo de minhas atribuições legais, especialmente com embasamento na Lei Orgânica do Município,
Considerando a realização de Concurso Público para o provimento de cargos do Quadro Permanente do Pessoal da Prefeitura Municipal de Cidade Gaúcha – Estado do Paraná, com embasamento legal na Lei Complementar nº 003/2.017 – Estrutura Orgânica Administrativa do Municipio de Cidade Gaúcha – Estado do Paraná, bem como a aprovação e, o preenchimento de todos os requisitos legais pelo candidato,
Considerando que, em análise ao conjunto de documentos que integram o procedimento do aludido Concurso, foram obedecidos os princípios norteadores da Administração Pública, quando da realização do mesmo. Da mesma forma, os ditames legais tais como, prazos, publicidade e outros, também foram observados.
Considerando especialmente a observância ao contido na Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, no que tange aos limites das despesas com pessoal, bem como nos crimes descritos na Lei Federal nº 10.028/2000, bem como a imperiosa necessidade da contratação, para a continuidade do mister da Legislação e Fiscalização, tendo em vista a inexistência de quadro funcional próprio.
D E C R E T O:
Art. 1º Fica Nomeada em 01 de junho de 2018, em virtude de aprovação em Concurso Público, realizado pela Prefeitura Municipal de Cidade Gaúcha, nos termos do Edital de Abertura nº 001/2017 e Edital de Resultado Final - nº 001/2017-F homologado e devidamente publicado, Silvia Mara Gonçalves, portadora da Cédula de Identidade com RG sob nº 7.089.398-3 SSP/PR, para ocupar o cargo de Auxiliar de Enfermagem – cargo de provimento efetivo.
Art.2º O Regime Funcional é o Estatutário, nos termos do contido na Lei Municipal nº 1.371/1998 - Regime Jurídico Único dos Servidores Municipais de Cidade Gaúcha – Estado do Paraná
Art.3º Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Prefeitura Municipal de Cidade Gaúcha, 30 de maio de 2018
Alexandre Lucena
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA

Estado do Paraná
TERMO DE RESCISÃO BILATERAL DE CONTRATOS E TERMOS ADITIVOS
O MUNICÍPIO DE CIDADE GAÚCHA, ESTADO DO PARANÁ, inscrito no CNPJ/MF n.º 75.377.200/0001-67, com sede a R. 25 de Julho, 1814, neste Município de Cidade Gaúcha, Estado do Paraná, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. ALEXANDRE LUCENA, Prefeito Municipal, brasileiro, advogado, portador da cédula de identidade Civil RG n.º 5.192.076-7/SSP-PR e inscrito no CPF sob n.º 036.950.609-05, residente e domiciliado na Rua J. K., s/n.°, neste Município de Cidade Gaúcha, Estado do Paraná, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a a Sra. VIVIAN CARLA DE MELO LONARDONI, pessoa física de direito privado, brasileira, divorciada, nutricionista, portadora da cédula de identidade civil RG n.º 55.499.622-4 SSP/SP, inscrita no CPF n.º 032.905.619-09, residente e domiciliada a Av. Comendador Gentil Geraldi, 2788, Centro, Cel. (44) 99724-2285, Município de Cidade Gaúcha, Estado do Paraná, CEP: 87.820-000, doravante denominado CONTRATADA, resolvem pelo presente instrumento rescindir o contrato e termos aditivos sob n.º 013/2017 que tem por objeto a contratação de serviços de nutrição, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para monitoramento dos requisitos básicos da alimentação escolar dos alunos pertencentes às Escolas e Creches Municipais de Cidade Gaúcha - PR.
CONSIDERANDO, o retorno da servidora ao cargo de provimento efetivo, que se encontrava afastada no uso da Licença Sem Vencimento.
RESOLVE:
CLÁUSULA PRIMEIRA
Rescindir Bilateralmente o Contrato n.º 013/2017, de 21 de Fevereiro de 2017, do Processo Licitatório Pregão Presencial n.º 004/2017, cujo objeto e a prestação de serviços de nutrição, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para monitoramento dos requisitos básicos da alimentação escolar dos alunos pertencentes às Escolas e Creches Municipais de Cidade Gaúcha - PR, em razão da consideração em assunto.
CLÁUSULA SEGUNDA
A Contratante resolve, nas razões de suas faculdades e com base no inciso I do artigo 79 da lei n.º 8.666/93, dissolver direitos e obrigações oriundas do Contrato referido na Cláusula Primeira deste instrumento, de forma a não restar quaisquer resquícios de ônus financeiro ou obrigacional relativos ao mesmo, pelo que se dão plena, geral e irrevogável quitação, ressalvados quaisquer encargos ou pendências que porventura possam existir entre as partes contratantes até a data de sua rescisão.
Para dirimir todas as questões oriundas do presente Termo de Rescisão bilateral, é competente o Foro da Comarca de Cidade Gaúcha – PR.
E, estando assim justos e acertados, assinam o presente Instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, lido e achado conforme, perante duas testemunhas que também o assinam, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.
Cidade Gaúcha - PR, 30 de Maio de 2018.
ALEXANDRE LUCENA
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE
VIVIAN CARLA DE MELO LONARDONI
REPRESENTANTE LEGAL
CONTRATADA
TESTEMUNHAS:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA

Estado do Paraná
QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EMPREITADA REF. AO PROCESSO LICITATORIO TOMADA DE PREÇO N.º 001/2016, FIRMANDO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA – PR E A EMPRESA INDÚSTRIA DE ARTEFATOS E INFRAESTRUTURA UMUARAMA EIRELI.
O MUNICÍPIO DE CIDADE GAÚCHA, ESTADO DO PARANÁ, inscrito no CNPJ/MF n.º 75.377.200/0001-67, com sede a R. 25 de Julho, 1814, neste Município de Cidade Gaúcha, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. ALEXANDRE LUCENA, brasileiro, solteiro, advogado, portador da cédula de identidade civil RG n.º 5.192.076-7/SSP-PR, inscrito no CPF n.º 036.950.609-05, residente e domiciliado na Rua J. K., Município de Cidade Gaúcha, Estado do Paraná, doravante denominada CONTRATANTE, e de outro lado à empresa INDÚSTRIA DE ARTEFATOS E INFRAESTRUTURA UMUARAMA EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CMPJ/MF sob n.º 10.801.453/0001-70 e cadastrado pela Inscrição Estadual n.º 904.78759-08, devidamente instalada e em pleno funcionamento a Rua Naga, 1741, Quadra 03, Lote 18, Pq. Industrial III, Fone: (44) 3623-3266 no Município de Umuarama – PR, CEP: 87.507-150, neste momento representada pelo Sr. HUGO DE ASSIS GONZAGA, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliada na Av. Rio Grande do Sul, 3071, Jd. Veleiros, no Município de Umuarama – PR, CEP: 87.502-400, portador da cédula de identidade civil RG n.º 3.501.106 SSP/MG e inscrito no CPF sob o n.º 809.031.426-00, doravante denominado CONTRATADO, considerando o § 1ª, art. 65, da lei n.º 8666/93 e considerando a necessidade dos serviços para execução da II Etapa da Reurbanização, paisagismo e melhorias de vias públicas na sede do Município de Cidade Gaúcha – PR, em atendimento ao Convênio 822874 do Ministério das Cidades, processo 1025691-93/2015, resolvem pelo presente instrumento ADITAR O CONTRATO DE EMPREITADA, celebram o presente instrumento conforme estipulado nas cláusulas abaixo.
CLÁUSULA PRIMEIRA
Através do presente Termo Aditivo, as partes resolvem alterar a cláusula 9 (nona) do contrato original sob n.º 025/2016 que vem acrescer o prazo de execução dos serviços contratos em mais 180 (cento e oitenta) dias, estendendo-se o período até o dia 18 de Setembro de 2018.
CLÁUSULA SEGUNDA
Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas, e condições do contrato original, datado de 07 de Abril de 2016.
E por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma para que produza seus efeitos jurídicos e legais.
Cidade Gaúcha - PR, 19 de Março de 2018.
ALEXANDRE LUCENA
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE
HUGO DE ASSIS GONZAGA
REPRESENTANTE LEGAL
CONTRATADO
TESTEMUNHAS:

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE UMUARAMA
2ª VARA CÍVEL DE UMUARAMA - PROJUDI
Rua Desembargador Antonio Ferreira da Costa, nº 3693 - Zona I - Umuarama/PR - CEP: 87.501-200 - Fone: (44) 3621-8402

Processo: 0004797-37.2018.8.16.0173
Classe Processual: Procedimento Ordinário
Assunto Principal: Usucapião Extraordinária
Valor da Causa: R$ 44.747,15
Autor(s): • MARIA DA CONCEIÇÃO DE SOUZA RAMOS
Réu(s): • JOSÉ ANTÔNIO PINHEIRO e MARIA SALETE PUPIM

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DE EVENTUAIS INTERESSADOS
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

O DR. **MARCELO PIMENTEL BERTASSO**, MM. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem que, pelo presente **CITA E INTIMA** os **EVENTUAIS INTERESSADOS, AUSENTES, INCERTOS E DESCONHECIDOS,** pelo prazo de 30 (trinta) dias, de que por este r. Juízo e Cartório, tramitam os autos de **Usucapião** sob nº. **0004797-37.2018.8.16.0173 - Projudi**, onde é requerente: **Maria da Conceição de Souza Ramos** e requerido: **José Antônio Pinheiro e Maria Salete Pupim**, nos termos da inicial a seguir transcrita resumidamente:

Resumo da Inicial: A autora a mais de 10 anos, de forma mansa, pacífica e exclusiva, sem qualquer constrangimento, impugnação, contestação, turbação ou moléstia, sem interrupção, é senhora e legitima possuidora, com “animus domini” do imóvel designado como sendo: Sítio de Recreio Canelinha, Lote n°. 7, Subdivisão do Lote n°. 9-J-3, Gleba nº. 14 – Figueira Colônia Núcleo Cruzeiro, Umuarama/PR, Rua Santo André (Antiga Rua B), n°. 2398, Área total 5.000,84m². Requerimentos de praxe.

Descrição do imóvel: Sítio de Recreio Canelinha, Lote n°. 7, Subdivisão do Lote n°. 9-J-3, Gleba nº. 14 – Figueira Colônia Núcleo Cruzeiro, Umuarama/PR, Rua Santo André (Antiga Rua B), n°. 2398, Área total 5.000,84m².

Ficam os eventuais interessados, ausentes, incertos e desconhecidos **CITADOS E INTIMADOS** de que por este r. Juízo e Cartório tramitam os autos supra mencionados, tendo sido recebido no dia 25 de abril de 2018, pelo Dr. Marcelo Pimentel Bertasso, Juiz de Direito desta Vara à época, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contestem a presente ação, sob pena de considerar-se aceitos como verdadeiros os fatos contra si articulados se não o fizer.

E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, para que no futuro não aleguem ignorância ou boa-fé, mandou expedir o presente que será publicado e afixado na forma da Lei.

Umuarama, 16 de maio de 2018.

Marcelo Pimentel Bertasso
Juiz de Direito

PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA

Estado do Paraná
QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EMPREITADA REF. AO PROCESSO LICITATORIO TOMADA DE PREÇO N.º 002/2016, FIRMANDO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA – PR E A EMPRESA INDÚSTRIA DE ARTEFATOS E INFRAESTRUTURA UMUARAMA EIRELI.
O MUNICÍPIO DE CIDADE GAÚCHA, ESTADO DO PARANÁ, inscrito no CNPJ/MF n.º 75.377.200/0001-67, com sede a R. 25 de Julho, 1814, neste Município de Cidade Gaúcha, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. ALEXANDRE LUCENA, brasileiro, solteiro, advogado, portador da cédula de identidade civil RG n.º 5.192.076-7/SSP-PR, inscrito no CPF n.º 036.950.609-05, residente e domiciliado na Rua J. K., Município de Cidade Gaúcha, Estado do Paraná, doravante denominada CONTRATANTE, e de outro lado à empresa INDÚSTRIA DE ARTEFATOS E INFRAESTRUTURA UMUARAMA EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CMPJ/MF sob n.º 10.801.453/0001-70 e cadastrado pela Inscrição Estadual n.º 904.78759-08, devidamente instalada e em pleno funcionamento a Rua Naga, 1741, Quadra 03, Lote 18, Pq. Industrial III, Fone: (44) 3623-3266 no Município de Umuarama – PR, CEP: 87.507-150, neste momento representada pelo Sr. HUGO DE ASSIS GONZAGA, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliada na Av. Rio Grande do Sul, 3071, Jd. Veleiros, no Município de Umuarama – PR, CEP: 87.502-400, portador da cédula de identidade civil RG n.º 3.501.106 SSP/MG e inscrito no CPF sob o n.º 809.031.426-00, doravante denominado CONTRATADO, considerando o § 1ª, art. 65, da lei n.º 8666/93 e considerando a necessidade dos serviços para execução de uma obra de Reurbanização, Paisagismo e Melhorias de Vias Públicas na Sede do Município de Cidade Gaúcha - PR, firmado com Caixa Econômica Federal, através do Programa Planejamento Urbano, em atendimento ao Convênio 819854 do Ministério das Cidades, processo 102492820/2015, resolvem pelo presente instrumento ADITAR O CONTRATO DE EMPREITADA, celebram o presente instrumento conforme estipulado nas cláusulas abaixo.
CLÁUSULA PRIMEIRA
Através do presente Termo Aditivo, as partes resolvem alterar a cláusula 9 (nona) do contrato original sob n.º 026/2016 que vem acrescer o prazo de execução dos serviços contratos em mais 180 (cento e oitenta) dias, estendendo-se o período até o dia 04 de Setembro de 2018.
CLÁUSULA SEGUNDA
Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas, e condições do contrato original, datado de 08 de Abril de 2016.
E por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma para que produza seus efeitos jurídicos e legais.
Cidade Gaúcha - PR, 05 de Março de 2018.
ALEXANDRE LUCENA
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE
HUGO DE ASSIS GONZAGA
REPRESENTANTE LEGAL
CONTRATADO
TESTEMUNHAS:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL

Torna público, a abertura da licitação abaixo relacionada:
PROCESSO Nº: 36/18
PREGÃO: 15/17
OBJETO: Compra de equipamentos e materiais permanentes, conforme proposta nº 09417.876000/1160-01, celebrado entre Ministério da Saúde e Município de Cafezal do Sul.
ENTREGA DOS ENVELOPES E SEÇÃO DOS LANCES: “Envelope de DOCUMENTAÇÃO e PROPOSTA”, às 08:45 horas do dia 25 de Junho de 2018, “no setor de licitações, situado na Av. Ítalo Orcelli, nº 604, centro Cafezal do Sul – PR.
AQUISIÇÃO DO EDITAL: Para a retirada do edital a empresa deverá acessar o site da Prefeitura e fazer o download, após cadastro, www.cafezaldosul.pr.gov.br.
DEMAIS INFORMAÇÕES: Poderão ser obtidas no setor de licitações ou pelo fone/fax: (44) 3655 8000.
04 de Junho de 2018
Mario Junio Kazuo
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Paraná
RECEBIMENTO DE TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO
A Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Oeste comunica a Câmara Municipal, aos Partidos Políticos e as Entidades Empresariais com sede neste Município que, em cumprimento ao art. 2º da Lei nº. 9.452/97, recebeu os seguintes recursos da União:

DATA	RECURSO	VALOR (R$)
08-05	PETE SEED................................	R$- 7.739,69
14-05	SUS A. BASICA	R$-216.842,94
14-05	SUS. PACS 95%.........................	R$- 43.602,00
14-05	SUS MAC..................................	R$-174.417,36
14-05	SALARIO EDUCAÇAO...............	R$- 55.718,12
16-05	R P M..	R$- 204,51
16-05	MAC FNAS DBL........................	R$- 33.402,20
16-05	DBL PSB.FNAS..........................	R$- 17.400,00
18-05	IPM EXPORTAÇÃO.................	R$- 3.051,29
18-05	FNS BLINV..............................	R$-160.000,00
18-05	F P M	R$-134.446,96
22-05	PNAE.......................................	R$- 33.170,20
23-05	F E P	R$- 19.620,82
30-05	I P M EXPORTAÇÃO...............	R$- 1.469,28
30-05	F P M	R$-433.605,45
30-05	ICMS. LEI COMPLEMENTAR...	R$- 6.473,71

Cruzeiro do Oeste, 30 de Maio 2018
Hedilberto Villa Nova Sobrinho
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Paraná
DECRETO N° 217/2018
SÚMULA: Nomeia membros do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Cruzeiro do Oeste – Estado do Paraná.
O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,
DECRETA:
Art. 1° - Em conformidade com a Lei nº 028/10, realiza-se a seguinte composição dos integrantes:
CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS
Representante da Secretaria de Assistência Social
Titular: Selma Bezerra de Souza Almeida
Suplente: Terezinha Valkíria Mamus
Representante da Secretaria de Indústria e Comércio
Titular: Cristiane Peyerl Brabo
Suplente: Thiago Ziroldo
Representante da Secretaria de Finanças
Titular: Marcos Gonçalves Ribeiro
Suplente: Ricardo Gusmão Brandani
Representante da Secretaria de Planejamento
Titular: Eliane Correia e Silva
Suplente: Lucas Garbugio Conceição
Representante da Secretaria Municipal de Educação
Titular: Franciele Fernandes Silvério
Suplente: Maria de Fátima Encarnação M. Pereira
Representante da Secretaria de Saúde
Titular: Roseli Paulino Alves da Silva
Suplente: Francielle da Silva Jacinto
CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS
Representante dos usuários ou de organizações de usuários da Assistência Social
Titular: Marcionil Alves Pereira
Suplente: Simone Ishizuka
Titular: Aurea Martines
Suplente: Marciana Guilherme Farias
Representante de Entidades e organizações de Assistência Social
Titular: Odete Genaro
Suplente: Juliana Reginato Demenciano
Titular: Maria do Carmo Almeida
Suplente: Viviane Sangalli Capoani
Representante de Entidades de Trabalhadores do setor
Titular: Ana Paula de Araújo Nocko
Suplente: Christyellen Pais Volbrecht
Titular: Aparecida Andrade de Araújo
Suplente: Vanessa de Souza Madeiro
Art. 2° - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AOS 21 (VINTE E UM) DIAS DO MÊS DE MAIO DE 2018.
HEDILBERTO VILLA NOVA SOBRINHO
-Prefeito Municipal-

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Paraná
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão N.º 40/2018
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 165/2018
DATA DA ABERTURA.: 22/06/2018
HORÁRIO.:09:00:00 horas
LOCAL.: EDIFÍCIO DO PAÇO MUNICIPAL/DIVISÃO DE COMPRAS
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO PARA ADMINISTRAÇÃO, GERENCIAMENTO E FORNECIMENTO DE DOCUMENTOS DE LEGITIMAÇÃO (CARTÕES ELETRÔNICOS MAGNÉTICOS ORIUNDOS DE TECNOLOGIA ADEQUADA) DE VALE-ALIMENTAÇÃO DESTINADOS A APROXIMADAMENTE 510 FUNCIONÁRIOS ATIVOS DO MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE-PR, POR UM PERÍODO DE 12 MESES.
TIPO:MENOR PREÇO
REGIME CONTRATAÇÃO:GLOBAL
PREÇO MÁXIMO TOTAL VALOR DA DESPESA POR EXTENSO
795.500,00 Setecentos e noventa e cinco mil quinhentos reais
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: MENOR VALOR A SER PAGO POR SERVIDOSR SOBRE A TAXA DE ADMINISTRAÇÃO E POR EMISSÃO DE CARTÃO.
Acesso ao Edital pelo site oficial do Município www.cruzeirodooeste.pr.gov.br - Acesso à Informação Municipal, maiores informações poderão ser obtidas junto à Divisão de Licitações do Departamento de Compras, sito na Rua João Ormindo de Rezende, n° 686, Centro, Cruzeiro do Oeste - Paraná ou pelo telefone n° (44) 3676-8150 ramal 169.
Cruzeiro do Oeste, 28/05/2018
MARCOS GONÇALVES RIBEIRO
AUTORIDADE COMPETENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Paraná
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão N.º 41/2018
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 168/2018
DATA DA ABERTURA.: 25/06/2018
HORÁRIO.:09:00 horas
LOCAL.: EDIFÍCIO DO PAÇO MUNICIPAL/DIVISÃO DE COMPRAS
OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de 01 (um) veículo 0km ano/ modelo 2018/2018 cor branca, fabricação nacional, c/ sistema de ar condicionado duplo (cabine e salão), vidros elétricos, travas elétricas, motor à diesel de no mínimo 2.3l, c/ mínimo de 130cv, c/ no mínimo 4 cilindros, c/ capacidade mínima de 10 (dez) passageiros (9+1) incluindo 3 cadeirantes c/ 4 portas, adaptado para cadeirantes. Recurso - Incentivo Financeiro de Investimentos para Implementação do Transporte Sanitário. FAF-EXERC.2017 - INC. FINANC. CAPITAL - TRANSPORTE SANITÁRIO RESOL.1.086/2017 SID 14.122.516-2/SAS.. Órgão solicitante Secretaria Municipal de Saúde. Conforme especificações no Anexo I.
TIPO: Menor Preço
REGIME CONTRATAÇÃO: Global - Por Lote
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal
PREÇO MÁXIMO TOTAL VALOR DA DESPESA POR EXTENSO
190.000,00 Cento e Noventa Mil Reais
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal
PRAZO DE ENTREGA: 120 (cento e vinte) dias - Os produtos licitados deverão ser entregues no município, em local especificado pela Secretaria Municipal de Saúde ,conforme solicitação e autorização de empenho, sem custo adicional no valor licitado.
Acesso ao Edital pelo site oficial do Município www.cruzeirodooeste.pr.gov.br - Acesso à Informação Municipal, maiores informações poderão ser obtidas junto à Divisão de Licitações do Departamento de Compras, sito na Rua João Ormindo de Rezende, n° 686, Centro, Cruzeiro do Oeste - Paraná ou pelo telefone n° (44) 3676-8150 ramal 169.
Cruzeiro do Oeste, 28/05/2018
MARCOS GONÇALVES RIBEIRO
AUTORIDADE COMPETENTE

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

CÂMARA MUNICIPAL DE PEROBAL

Estado do Paraná
DECRETO LEGISLATIVO Nº 001/2018
Aprova o Acórdão n. 573/17, expedido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná que aprova, com ressalvas, as contas do Poder Executivo Municipal de Perobal, referente ao exercício financeiro de 2014.
A CÂMARA MUNICIPAL DE PEROBAL, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PRESIDENTE, PROMULGO O SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO:
Art. 1º. Através do presente Decreto Legislativo a Câmara de Perobal, estado do Paraná, ratifica o teor do Acórdão n.573/17, dos autos n. 208370/15, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, exarado no processo de prestação de contas do Poder Executivo de Perobal, Estado do Paraná, referente ao exercício financeiro de 2014, de responsabilidade do Sr. Jefferson Cassio Pradella.
Art. 2º. Ficam aprovadas com ressalvas as contas do Executivo Municipal de Perobal, Estado do Paraná, referente ao exercício financeiro de 2014, na forma da orientação extraído do Acórdão do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, consoante artigo anterior, o qual integra o presente Decreto Legislativo, na forma de anexo.
Art. 3º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
EDIFÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEROBAL, Estado do Paraná, aos 04 dias do mês de junho de 2018.
HÉLIO GARCIA FAVORITO
PRESIDENTE
JOSÉ CARLOS GUILHERME
SECRETÁRIO

MUNICIPIO DE PÉROLA

Estado do Paraná
EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO
REF: EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 03/2018-PMP.
A comissão de licitação comunica aos interessados na execução do objeto do Edital de Concorrência nº 03/2018-PMP, que após a análise e verificação da proposta ofertada, decidiu classificar a seguinte proponente:
Classificação EMPRESA Quant. de Funcionários
1º G V LOPES FACÇÃO - EPP 47
Comunica outrossim, que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data deste edital, a comissão de licitação dará vistas ao respectivo processo licitatório, a qualquer das proponentes que se sinta prejudicada, para interposição de recurso.
Pérola/PR, 04 de Junho de 2018.
Presidente da Comissão: ANDERSON FARIAS DOS SANTOS
Membros da Comissão: PAULO FERNANDO TRAVAIN BENTO
JOSÉ DE ALMEIDA ROCHA
MARIA FERNANDA MOURA FAVERO

CIUENP

SAMU 192 NOROESTE PR
Consórcio Intermunicipal de Urgência e Emergência do Noroeste do Paraná

Portaria nº 162/2018

HOMOLOGA e **ADJUDICA** as Licitações Pregão Presencial nº 03/2018 – CIUENP 05/2018 e 06/2018 – CIUENP.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Urgência e Emergência do Noroeste do Paraná - **CIUENP**, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º - Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão Especial de Licitação sobre propostas apresentadas na Licitação: a) Pregão Presencial nº 03/2018 – CIUENP, que trata da implantação de Registro de Preços objetivando a contratação de empresa para o fornecimento de marmitas, conforme especificação mínima, em horário de almoço e janta, aos servidores plantonistas do Consórcio Intermunicipal de Urgência e Emergência do Noroeste do Paraná, lotados na Central de Regulação situada em Umuarama, Estado do Paraná; b) Pregão Presencial nº 05/2018 – CIUENP, que trata da implantação de registro de preços para a eventual Contratação de Laboratório Bioquímica, para realização de Exames Laboratoriais do Consórcio Intermunicipal de Urgência e Emergência do Noroeste do Paraná; c) Pregão Presencial nº 06/2018 – CIUENP, que trata da implantação de Registro de Preços objetivando a contratação de empresa para o fornecimento de marmitas, conforme especificação mínima, em horário de almoço e janta, aos servidores plantonistas do Consórcio Intermunicipal de Urgência e Emergência do Noroeste do Paraná, lotados na Base Descentralizada situada no Município de Goioerê, Estado do Paraná, tendo sido declaradas vencedoras as empresas:

a) Pregão Presencial nº 03/2018 – CIUENP – **JOÃO PAULO PEREIRA DO NASCIMENTO – RESTAURANTE - ME**, com lance final no valor de R$ 135.200,00 (cento e trinta e cinco mil e duzentos reais), com forma de pagamento e prestação de serviços de acordo com o fixado em Edital.

b) Pregão Presencial nº 05/2018 – CIUENP – 1) Lote 01 - **LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS SÃO MIGUEL LTDA – ME**, com lance final no valor de R$ 52.500,00 (cinquenta e dois mil e quinhentos reais); 2) Lote 02 - **LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS OSWALDO CRUZ LTDA**, com lance final no valor de R$ 41.600,00 (quarenta e um mil e seiscentos reais); 3) Lote 03 - **LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS SÃO MIGUEL LTDA – ME**, com lance final no valor de R$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais), todos com forma de pagamento e prestação de serviços de acordo com o fixado em Edital.

c) Pregão Presencial nº 06/2018 – CIUENP – **DARCI RODRIGUES DE PAULA EMPRESA INDIVIDUAL - ME**, com lance final no valor de R$ 24.640,00 (vinte e quatro mil, seiscentos e quarenta reais), com forma de pagamento e prestação de serviços de acordo com o fixado em Edital.

Art. 2º- Fica adjudicado em favor dos licitantes vencedores os objetos dos certames licitatórios.

Art. 3º - No que diz respeito aos lotes de nº 04 e 05 do Pregão Presencial nº 05/2018 – CIUENP, estes não tiveram vencedores, sendo o primeiro declarado deserto e no segundo a empresa até então vencedora do certame ter sido devidamente inabilitada, isto por ter deixado de apresentar documento habilitatório indispensável.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Umuarama/PR, 04 de junho de 2.018.

ALMIR DE ALMEIDA
Presidente do CIUENP

PREFEITURA DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO

Estado do Paraná
PORTARIA Nº. 206/2018, de 30 de maio de 2018.
AUTORIZA o pagamento de diárias e dão outras providencias.
O Prefeito Municipal de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais;
R E S O L V E:
Art. 1° - AUTORIZAR em consonância com a Lei Municipal nº. 592/98, o pagamento de 03 (três) diárias correspondentes aos dias 04, 05 e 06 de junho de 2018 (segunda, terça e quarta-feira), em que o representante legal desta municipalidade, o Sr. JOSÉ CARLOS BARALDI, realizará viagem à Cidade de Brasília, Distrito Federal, no intuito de buscar recursos com a firmação de Convênios em benefício ao município de São Jorge do Patrocínio, junto aos consequentes segmentos: Ministério do Turismo; Ministério da Agricultura, Ministério das Cidades, e na oportunidade participará de Audiência na Procuradoria da União; devendo no dia 07 de junho de 2018 (quinta-feira) retornar ao município de São Jorge do Patrocínio.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
JOSÉ CARLOS BARALDI
Prefeito Municipal

PREFEITURA DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO

Estado do Paraná
HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO
Pregão Nº 24/2018
Homologa Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº 59/2018, dando outras providências.
O Prefeito Municipal de São Jorge do Patrocínio, PR, no uso de suas atribuições legais;
§ 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pela Portaria nº 025/2018 de 16 de Janeiro de 2018, sobre o Processo de Licitação nº 24/2018, que tem por objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FAZER CÓPIAS E ENCADERNAÇÕES DE APOSTILAS.
§ 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da empresa abaixo relacionada, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), que fica fazendo parte indissolúvel deste Decreto.
REDUCOPIA - COPIADORA LTDA-ME
§ 3º. Pelo presente, ficam intimados os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.
§ 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
São Jorge do Patrocínio-PR, 04/06/2018.
JOSÉ CARLOS BARALDI
PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

Estado do Paraná
EXTRATO D0 2º TERMO ADITIVO DE CONTRATO
CONTRATANTE: Município de Tapejara, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF Nº 76.247.345/0001-06.
CONTRATADA: INDÚSTRIA DE ARTEFATOS E INFRAESTRUTURA UMUARAMA LTDA – EPP.
MODALIDADE: Tomada de Preço nº 004/2017.
OBJETO: Aditivo de prorrogação de prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 133/2017.
PRAZO: 92 (noventa e dois) dias, a partir de 31/05/2018 a 31/08/2018.
FORO: COMARCA DE CRUZEIRO DO OESTE/PR.
Tapejara/Pr, 31 de maio de 2018.
RODRIGO DE OLIVERA SOUZA KOIKE
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

Estado do Paraná
ATA RESUMIDA
TOMADA DE PREÇO Nº. 002/2018
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 065/2018
O Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Município de Tapejara, no uso de suas atribuições legais, faz saber aos interessados, que a Comissão se reuniu na data de 04 de junho do corrente ano, às 09h00min, para abertura dos envelopes contendo a documentação de habilitação referente ao procedimento licitatório na modalidade Concorrência Pública nº. 001/2018, que tem por objeto a à contratação de empreiteira para execução de uma unidade de saúde da família, em alvenaria, com área de 423,67m² a ser edificada sobre lotes de propriedade do município de tapejara, estado do paraná. resolução sesa nº 199/2016, conforme projetos técnicos, planilha de orçamento, cronograma físico-financeiro, memorial descritivo.. Compareceram para o presente ato, as seguintes empresas: C.R. MARTINEZ & CIA LTDA;., representada pela Sr. Cleber Ruiz Martinez, portador da CI/RG nº.6.925.696-1 SSP/PR, PREDIAL INCORPORADORA DE IMOVEIS EIRELI ME. representada pelo Sra. Sandra Rachel de Oliveira Fernandes portadora do RG/CI. 8.645.189-1 SSP/PR, ADEMIL CONSTRUÇÕES LTDA. ME., representada pelo Sr. Antonio Martins de Macedo Filho, portador da CI/RG nº. 7.553.169-9 SSP/PR, a empresa ALPHA HOME CONSTRUTORA LTDA. representada pelo Sr. Nilton Alexandre Marins Rodrigues, portador do RG/CI. 8.776.218-1 e a empresa: CONSTRUTORA DINIZ LTDA , representada pelo Sr. Osmar Diniz, portador do RG/CI 4.370.014-6 SSP/PR , apresentando seus envelopes de Habilitação (nº. 01) e Propostas (nº. 02). Em seguida, foi solicitada a verificação de inviolabilidade dos mesmos e lançamentos das rubricas, e após verificação, prosseguindo, a CPL, após manifestação do Departamento de Obras sobre a conformidade dos acervos técnicos, bem como análise dos documentos apresentados pelas licitantes em confronto com o Edital de Convocação, decide: HABILITAR as empresas C.R. MARTINEZ & CIA LTDA. - EPP., PREDIAL INCORPORADORA DE IMOVEIS EIRELI ME, CONSTRUTORA DINIZ LTDA. – ME e ALPHA HOME CONSTRUTORA LTDA. por terem cumprido as exigências contidas no Edital de Convocação e INABILITAR a empresa ADEMIL CONSTRUÇÕES LTDA. ME por deixar de atender a letra "e" do Item 3.4 em face do vinculo contratual na Prefeitura Municipal de Tapejara/PR , e apresentar as planilhas de proposta de preço no envelope de habilitação nº 01, quando o correto seria no envelope nº 02 de habilitação. A empresa C.R. MARTINEZ & CIA LTDA. alegou que a empresa ALPHA HOME CONSTRUTORA LTDA. não atendeu a letra "b" do Item 3.6 por não apresentar atestado com as mesma características da obra licitada, do Item 3.8 por não apresentar declaração de micro empresa e assinatura do contador com firma reconhecida, PREDIAL INCORPORADORA DE IMOVEIS EIRELI ME. por descumprir o Item 3.6 letra "b" deixando de apresentar atestado de capacidade técnica da empresa apresentando em nome de outra empresa (WM INCORPORADORA DE IMOVEIS LTDA.) foi concedido , prazo de 5 dias uteis para apresentação de possíveis recursos administrativos previsto no artigo 109 da Lei de Licitações, o que foi de plano deferido pelo Presidente da Comissão Permanente de Licitação, por consequência, suspendo cautelarmente a presente sessão, saindo todos intimados da decisão ora proferida, independente de publicação em jornal de circulação. Nada mais havendo a relatar, eu, José Alexandre Soave, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e pelos demais membros presentes, sem prejuízo dos representantes das licitantes. Nada mais havendo foi lavrada a presente Ata que vai assinada por todos os presentes.
Tapejara/PR, 04 de junho de 2018.
JOSÉ ALEXANDRE SOAVE
Comissão Permanente de Licitação

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO Nº: 208370/15
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE PEROBAL
INTERESSADO: JEFFERSON CASSIO PRADELLA
ADVOGADO:
RELATOR: CONSELHEIRO IVAN LELIS BONILHA

ACÓRDÃO DE PARECER PRÉVIO Nº 573/17 - Segunda Câmara

Prestação de contas do prefeito municipal. Município de Perobal. Exercício 2014. Escopo de análise definido pela Instrução Normativa 103/2014. Déficit no resultado financeiro das fontes livres, inferior a 5%. Ressalva, conforme jurisprudência deste Tribunal. Outras restrições, sanadas no curso da instrução. Ressalva, conforme Súmula 8. Parecer prévio pela regularidade, com ressalva, das contas.

1 RELATÓRIO

Trata-se de prestação de contas do Município de Perobal, referente ao exercício de 2014, sob responsabilidade de Jefferson Cassio Pradella, prefeito municipal na gestão 2013-2016.

As informações relativas às prestações de contas dos exercícios anteriores, constantes do Portal de Relatórios deste Tribunal, são as seguintes:

PROCESSO	INTERESSADO	EXERCÍCIO	RELATOR	ATO DA DECISÃO	RESULTADO
157611/11	ALMIR DE ALMEIDA	2010	CAIO MARCIO NOGUEIRA SOARES	PPR 452/2012	Aprovação
143812/12	ALMIR DE ALMEIDA	2011	JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL	PPR 270/2013	Parecer prévio pela regularidade
177923/13	JEFFERSON CASSIO PRADELLA	2012	IVAN LELIS BONILHA	PPR 252/2014	Parecer prévio pela irregularidade com aplicação de multa
588978/14	JEFFERSON CASSIO PRADELLA	2012	FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES	ACO 1950/2016	Conhecimento e provimento
254972/14	JEFFERSON CASSIO PRADELLA	2013	IVENS ZSCHOERPER LINHARES	PPR 10/2016	Parecer prévio pela regularidade com ressalvas com recomendações

A previsão orçamentária total para o exercício foi de R$ 21.444.875,71 (vinte um milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil, oitocentos e setenta e cinco reais e setenta e um centavos).

Ao cabo da fase instrutória, permeada pelo exercício do contraditório e da ampla defesa (peças 76 a 126), a Coordenadoria de Fiscalização Municipal opinou conclusivamente pela **irregularidade** das contas, em razão do déficit orçamentário de fontes livres (Instrução 1468/17, peça 126).

Propôs, ainda, **ressalva** nas contas em virtude de ausência de tempestivo registro de passivo atuarial.

No mais, entendeu terem sido **sanadas** as restrições, apontadas em sua primeira instrução,[1] atinentes às divergências entre dados do balanço patrimonial constantes do SIM-AM[2] e da contabilidade, bem como à falta de comprovação dos aportes para a cobertura do déficit atuarial.

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas corroborou a instrução da unidade (Parecer 4567/17, peça 127).

2 FUNDAMENTAÇÃO E VOTO

Inicialmente, observo que as restrições atinentes (a) à ausência do registro do passivo atuarial, (b) às divergências entre dados do balanço patrimonial constantes do SIM-AM[3] e da contabilidade e (c) à falta de comprovação dos aportes para a cobertura do déficit atuarial foram sanadas no curso do processo, de modo que ensejam **ressalva** nas contas, consoante a **Súmula 8** deste Tribunal.[4]

Quanto à restrição mantida ao final da fase instrutória, relativa ao **déficit no resultado financeiro das fontes livres**, a **jurisprudência** deste Tribunal é pacífica ao estabelecer que, se inferior a 5% (cinco por cento) das receitas da mesma fonte, acarreta a **ressalva** nas contas, não a *irregularidade* destas,[5] diversamente do que propõe a unidade técnica, corroborada pelo Ministério Público de Contas.

[1] Instrução 854/16, peça 106.
[2] Sistema de Informações Municipais – Acompanhamento Mensal.
[3] Sistema de Informações Municipais – Acompanhamento Mensal.
[4] – OBSERVADA A REGULARIZAÇÃO DE IMPROPRIEDADE SANÁVEL, AS CONTAS DEVERÃO SER JULGADAS: REGULARES COM RESSALVA QUANDO O SANEAMENTO HOUVER OCORRIDO ANTES DA DECISÃO DE PRIMEIRO GRAU; (Redação dada pelo Acórdão nº617/2013 – Tribunal Pleno, Processo nº 637977/08):
[5] Processo 244403/14 - Acórdão de Parecer Prévio 222/15-S1C-unânime (Relator: Exmo. Conselheiro Artagão de Mattos Leão. Votaram com o Relator o Exmo. Conselheiro José Durval Mattos do Amaral e o Exmo. Auditor Sérgio Ricardo Valadares Fonseca); Processo 258005/14 - Acórdão de Parecer Prévio 87/16-S1C-unânime (Relator: Exmo. Conselheiro Artagão de Mattos Leão. Votaram com o Relator os Exmos. Conselheiros José Durval Mattos do Amaral e Ivens Zschoerper Linhares); Processo 326780/12 - Acórdão 285/13-Pleno-unânime (Relator: Exmo. Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães. Votaram com o Relator os Exmos. Conselheiros Nestor Baptista, Caio Marcio Nogueira Soares, Hermas Eurides Brandão, Ivan Lelis Bonilha e José Durval Mattos do Amaral).

Neste caso, o déficit foi de **2,18%** no exercício de 2014, se enquadrando na referida margem de tolerância.

O gestor das contas apresenta como justificativas para o aludido resultado negativo a situação de calamidade enfrentada pelo Município em razão de fortes chuvas e o incremento nas despesas com saúde e educação.

Inobstante as razões aduzidas pelo gestor das contas ratifiquem a adequação do prenunciado afastamento da irregularidade das contas pelo item em tela (nos termos da jurisprudência desta Corte), a inarredável existência objetiva do déficit enseja, de qualquer sorte, a ressalva nas contas, nos termos do artigo 16, inciso II, da Lei Orgânica deste Tribunal.[6]

Diante do exposto, **VOTO**:

I. Pela emissão de parecer prévio recomendando a **regularidade, com ressalva**, das contas do Município de Perobal, referentes ao exercício de 2014, sob responsabilidade do sr. Jefferson Cassio Pradella, nos termos dos artigos 1º, inciso I,[7] e 16, inciso II,[8] da Lei Complementar Estadual 113/2005, em virtude **(a)** do déficit no resultado financeiro das fontes livres e **(b)** das irregularidades sanadas no curso da instrução (Súmula 8), a saber, **(b.1)** a ausência do registro do passivo atuarial, **(b.2)** as divergências entre dados do balanço patrimonial constantes do SIM-AM[9] e da contabilidade e **(b.3)** a falta de comprovação dos aportes para a cobertura do déficit atuarial.

II. Após o trânsito em julgado, pela remessa dos autos:

[6] Art. 16. As contas serão julgadas:
[...]
II – regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal, da qual não resulte dano ao erário ou à execução do programa, ato ou gestão;
[7] Art. 1º - Ao Tribunal de Contas do Estado, órgão constitucional de controle externo, com sede na Capital do Estado, compete, nos termos da Constituição Estadual e na forma estabelecida nesta lei:
I – apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado e pelos Prefeitos Municipais, mediante parecer prévio, que deverá ser elaborado nos prazos gerais previstos na Constituição Estadual, na Lei de Responsabilidade Fiscal, e nos prazos específicos previstos nesta lei;
[8] Art. 16. As contas serão julgadas:
[...]
II – regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal, da qual não resulte dano ao erário ou à execução do programa, ato ou gestão;
[9] Sistema de Informações Municipais – Acompanhamento Mensal.

II.I. À Coordenadoria de Execuções (COEX), para registro, conforme artigo 153, inciso I, do Regimento Interno,[10] e demais atos de sua atribuição, relacionados à execução da decisão;

II.II. Ao Gabinete da Presidência (GP), para comunicação da deliberação ao Poder Legislativo municipal, nos termos do artigo 217-A, § 6º, do Regimento Interno.[11]

III. Pelo encerramento do processo, com arquivamento dos autos na Diretoria de Protocolo (DP), em conformidade com os artigos 398, § 1º,[12] e 168, inciso VII,[13] do Regimento Interno.

VISTOS, relatados e discutidos,

ACORDAM

Os membros da Segunda Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro IVAN LELIS BONILHA, por unanimidade, em:

I. Emitir parecer prévio pela **regularidade, com ressalva**, das contas do Município de Perobal, referentes ao exercício de 2014, sob responsabilidade do sr. Jefferson Cassio Pradella, nos termos dos artigos 1º, inciso

[10] Art. 153. À Coordenadoria de Execuções compete: (Redação dada pela Resolução n° 58/2016)
I - manter o registro atualizado, o controle e o acompanhamento individualizado das sanções, de que trata o art. 85, da Lei Complementar nº 113/2005, bem como os apontamentos, as ressalvas, determinações, recomendações e todas as comunicações relativas às decisões exaradas, executando as respectivas deliberações; (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)
[11] Art. 217-A. Pelo parecer prévio o Tribunal manifesta seu juízo acerca das contas de governo prestadas pelos Chefes do Poder Executivo Estadual e Municipal, que serão encaminhadas, após o trânsito em julgado, ao Poder Legislativo competente para o julgamento. (Incluído pela Resolução n° 24/2010)
[...]
§ 6º Após o trânsito em julgado, a decisão será comunicada ao Poder Legislativo competente para o julgamento das contas, ficando o parecer prévio e demais documentos constantes do processo disponíveis para a consulta pública no sítio do Tribunal na internet. (Incluído pela Resolução n° 24/2010)
[12] Art. 398. Todos os processos autuados no Tribunal permanecerão no sistema, segundo as regras de gestão documental para a sua guarda e disponibilização. (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)
§ 1º Proferida a decisão monocrática ou do órgão colegiado, com o respectivo trânsito em julgado e certificado seu integral cumprimento, o processo será encerrado, mediante despacho do relator. (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)
[...]
[13] Art. 168. Compete à Diretoria de Protocolo: (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)
[...]
VII - arquivar e fazer o controle da temporalidade dos documentos e processos, procedendo à eliminação dos mesmos, na forma da lei e segundo ato normativo próprio;

I,[14] e 16, inciso II,[15] da Lei Complementar Estadual 113/2005, em virtude **(a)** do déficit no resultado financeiro das fontes livres e **(b)** das irregularidades sanadas no curso da instrução (Súmula 8), a saber, **(b.1)** a ausência do registro do passivo atuarial, **(b.2)** as divergências entre dados do balanço patrimonial constantes do SIM-AM[16] e da contabilidade e **(b.3)** a falta de comprovação dos aportes para a cobertura do déficit atuarial.

II. Determinar a remessa dos autos, após o trânsito em julgado:

II.I. À Coordenadoria de Execuções (COEX), para registro, conforme artigo 153, inciso I, do Regimento Interno,[17] e demais atos de sua atribuição, relacionados à execução da decisão;

II.II. Ao Gabinete da Presidência (GP), para comunicação da deliberação ao Poder Legislativo municipal, nos termos do artigo 217-A, § 6º, do Regimento Interno.[18]

III. Determinar o encerramento do processo, com arquivamento dos autos na Diretoria de Protocolo (DP), em conformidade com os artigos 398, § 1º,[19] e 168, inciso VII,[20] do Regimento Interno.

[14] Art. 1º - Ao Tribunal de Contas do Estado, órgão constitucional de controle externo, com sede na Capital do Estado, compete, nos termos da Constituição Estadual e na forma estabelecida nesta lei:
I – apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado e pelos Prefeitos Municipais, mediante parecer prévio, que deverá ser elaborado nos prazos gerais previstos na Constituição Estadual, na Lei de Responsabilidade Fiscal, e nos prazos específicos previstos nesta lei;
[15] Art. 16. As contas serão julgadas:
[...]
II – regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal, da qual não resulte dano ao erário ou à execução do programa, ato ou gestão;
[16] Sistema de Informações Municipais – Acompanhamento Mensal.
[17] Art. 153. À Coordenadoria de Execuções compete: (Redação dada pela Resolução n° 58/2016)
I - manter o registro atualizado, o controle e o acompanhamento individualizado das sanções, de que trata o art. 85, da Lei Complementar nº 113/2005, bem como os apontamentos, as ressalvas, determinações, recomendações e todas as comunicações relativas às decisões exaradas, executando as respectivas deliberações; (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)
[18] Art. 217-A. Pelo parecer prévio o Tribunal manifesta seu juízo acerca das contas de governo prestadas pelos Chefes do Poder Executivo Estadual e Municipal, que serão encaminhadas, após o trânsito em julgado, ao Poder Legislativo competente para o julgamento. (Incluído pela Resolução n° 24/2010)
[...]
§ 6º Após o trânsito em julgado, a decisão será comunicada ao Poder Legislativo competente para o julgamento das contas, ficando o parecer prévio e demais documentos constantes do processo disponíveis para a consulta pública no sítio do Tribunal na internet. (Incluído pela Resolução n° 24/2010)
[19] Art. 398. Todos os processos autuados no Tribunal permanecerão no sistema, segundo as regras de gestão documental para a sua guarda e disponibilização. (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)
§ 1º Proferida a decisão monocrática ou do órgão colegiado, com o respectivo trânsito em julgado e certificado seu integral cumprimento, o processo será encerrado, mediante despacho do relator. (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)
[...]
[20] Art. 168. Compete à Diretoria de Protocolo: (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)
[...]

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO, IVAN LELIS BONILHA e IVENS ZSCHOERPER LINHARES.
Presente o Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas GABRIEL GUY LÉGER.
Sala das Sessões, 6 de dezembro de 2017 – Sessão nº 42.

IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO
Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

C.G.C.76.247.345/0001-06
AV. PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, 442 - FONE (044) 677-1222
CEP 87430-000 - TAPEJARA - PARANÁ

Republicado para Correção
DECRETO Nº. 042 , DE 28 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre a alteração de ação do PPA 2018-2021 Lei nº 1.934/2017, altera meta no Anexo de Metas da LDO 2018 Lei nº 1.920/2017, e abre crédito adicional suplementar em dotação do orçamento corrente.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TAPEJARA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 71 inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o Art. 16º Inciso I e III da Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 1.920/17 e a Lei Orçamentária Anual nº. 1.946/2017.

DECRETA

Art. 1º Passam a vigorar com os seguintes valores as ações do PPA 2018-2021 para exercício de 2018:

07.00 - Secretaria de Obras Viação e Serviços Urbanos
07.002 - Divisão de Serviços Urbanos
15 Urbanismo
452 Serviços Urbanos
0044 Cidade Limpa
2.014000 - Manutenção e Encargos da Divisão de Serviços Urbanos....... R$: 2.272.180,34

07.00 - Secretaria de Obras Viação e Serviços Urbanos
07.002 - Divisão de Serviços Urbanos
15 Urbanismo
452 Serviços Urbanos
0045 Cidade Luz
2.061000 - Manutenção e Encargos do Serviços de Iluminação Pública..... R$: 1.282.797,17

07.00 - Secretaria de Obras Viação e Serviços Urbanos
07.004 - Divisão do Rodoviário Municipal
26 Transporte
782 Transporte Rodoviário
0043 Cidade Organizado
2.015000 - Manutenção e Encargos de Estradas Pontes Bueiros........... R$: 1.126.585,85

10.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
10.001 - Divisão de Ensino Fundamental
12 Educação
361 Ensino Fundamental
0017 Manutenção e Revitalização do Ensino Fundamental
2.019000 - Manutenção e Encargos da Divisão de Ensino Fundamental.....R$: 1.720.655,65
10.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
10.001 - Divisão de Ensino Fundamental
12 Educação
361 Ensino Fundamental
0017 Manutenção e Revitalização do Ensino Fundamental
2.062000 - Manutenção e Encargos do Salário Educação..................R$: 569.341,16

10.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
10.001 - Divisão de Ensino Fundamental
12 Educação
365 Educação Infantil
0016 Manutenção e Revitalização da Educação Infantil
2.021000 - Manutenção e Encargos das Creches.........................R$: 776.282,74

11.00 - Secretaria de Saúde
11.001 - Fundo Municipal de Saúde
10 Saúde
301 Atenção Básica
0023 Atenção Básica
2.032000 - Manutenção e Encargos PSF- Programa de Saúde da Família....R$: 1.171.143,62

12.00 - Secretaria de Assistência Social
12.003 - Fundo Municipal de Assistência Social
08 Assistência Social
244 Assistência Comunitária
0028 Atendimento Social
2.130000 - Manutenção e Encargos FMAS/IGDBF/Bolsa Família - Cadastro...R$: 32.837,40

12.00 - Secretaria de Assistência Social
12.003 - Fundo Municipal de Assistência Social
08 Assistência Social
244 Assistência Comunitária
0028 Atendimento Social
2.149000 - Manutenção e Encargos do Piso Básico Variável............... R$: 173.472,54

Art. 2º- Passam a vigorar com os seguintes valores as metas constantes no Anexo de Metas da LDO 2018:

452 Serviços Urbanos
0044 Cidade Limpa
2.014000 - Manutenção e Encargos da Divisão de Serviços Urbanos....... R$: 2.272.180,34

452 Serviços Urbanos
0045 Cidade Luz
2.061000 - Manutenção e Encargos do Serviços de Iluminação Pública..... R$: 1.282.797,17

782 Transporte Rodoviário
0043 Cidade Organizado
2.015000 - Manutenção e Encargos de Estradas Pontes Bueiros........... R$: 1.126.585,85

361 Ensino Fundamental
0017 Manutenção e Revitalização do Ensino Fundamental
2.019000 - Manutenção e Encargos da Divisão de Ensino Fundamental.....R$: 1.720.655,65
361 Ensino Fundamental
0017 Manutenção e Revitalização do Ensino Fundamental
2.062000 - Manutenção e Encargos do Salário Educação..................R$: 569.341,16

365 Educação Infantil
0016 Manutenção e Revitalização da Educação Infantil
2.021000 - Manutenção e Encargos das Creches.........................R$: 776.282,74

301 Atenção Básica
0023 Atenção Básica
2.032000 - Manutenção e Encargos PSF- Programa de Saúde da Família....R$: 1.171.143,62

244 Assistência Comunitária
0028 Atendimento Social
2.130000 - Manutenção e Encargos FMAS/IGDBF/Bolsa Família - Cadastro...R$: 32.837,40

244 Assistência Comunitária
0028 Atendimento Social
2.149000 - Manutenção e Encargos do Piso Básico Variável............... R$: 173.472,54

Art. 3º Fica aberto o crédito adicional suplementar no Orçamento do Executivo para o corrente exercício o valor de R$: 320.230,09 (trezentos vinte mil reais e nove centavos), destinados a ocorrer com despesas classificadas nas atividades e nos elementos a seguir discriminados:

07.00 - Secretaria de Obras Viação e Serviços Urbanos
07.002 - Divisão de Serviços Urbanos
15 Urbanismo
452 Serviços Urbanos
0044 Cidade Limpa
2.014000 - Manutenção e Encargos da Divisão de Serviços Urbanos
Fonte: 33504 - Royalties e Outras Compens. Financeiras e Patrimoniais Não Previdenciária
3.3.90.30.00.00 (582) Material de Consumo................................ R$: 7.987,65

Fonte: 33510 - Taxas - Exercício de Poder de Policia
3.3.90.30.00.00 (585) Material de Consumo................................ R$: 8.701,05

0045 Cidade Luz
2.061000 - Manutenção e Encargos do Serviços de Iluminação Pública
Fonte: 33507 - Cosip - Contribuição de Iluminação Pública, cf. Art. 149-a
3.3.90.39.00.00 (584) Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica......... R$: 13.104,17

07.00 - Secretaria de Obras Viação e Serviços Urbanos
07.004 - Divisão do Rodoviário Municipal
26 Transporte
782 Transporte Rodoviário
0043 Cidade Organizado
2.015000 - Manutenção e Encargos de Estradas Pontes Bueiros
Fonte: 33509 - Gerenciamento de Transito
3.3.90.30.00.00 (583) Material de Consumo................................ R$: 5.311,23

Fonte: 33511 - Taxas- de Prestação de Serviços
3.3.90.39.00.00 (591) Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.......... R$: 8.251,98

Fonte: 33512 - Cide - Lei 10.866/04, Art. 1ºb
3.3.90.30.00.00 (586) Material de Consumo................................ R$: 6.722,69

10.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
10.001 - Divisão de Ensino Fundamental
12 Educação
361 Ensino Fundamental
0017 Manutenção e Revitalização do Ensino Fundamental
2.019000 - Manutenção e Encargos da Divisão de Ensino Fundamental
Fonte: 33104 - Educação 25%/Sobre Impostos
3.3.90.30.00.00 (588) Material de Consumo............................. R$: 44.407,40

Fonte: 33105 - Alienação de Ativos da Educação
4.4.90.52.00.00 (587) Equipamentos e Material Permanente................ R$: 14.510,25

2.062000 - Manutenção e Encargos do Salário Educação
Fonte: 33107 - Salário Educação
4.4.90.52.00.00 (589) Equipamentos e Material Permanente............... R$: 150.766,16

365 Educação Infantil
0016 Manutenção e Revitalização da Educação Infantil
2.021000 - Manutenção e Encargos das Creches
Fonte: 33224 - Apoio a Creches - Brasil Carinhoso
3.3.90.30.00.00 (590) Material de Consumo................................ R$: 6.787,49

11.00 - Secretaria de Saúde
11.001 - Fundo Municipal de Saúde
10 Saúde
301 Atenção Básica
0023 Atenção Básica
2.032000 - Manutenção e Encargos PSF- Programa de Saúde da Família
Fonte: 33495 - Atenção Básica
3.3.90.30.00.00 (549) Material de Consumo.............................. R$: 30.343,62

12.00 - Secretaria de Assistência Social
12.003 - Fundo Municipal de Assistência Social
08 Assistência Social
244 Assistência Comunitária
0028 Atendimento Social
2.130000 - Manutenção e Encargos FMAS/IGDBF/Bolsa Família - Cadastro
Fonte: 33936 - Componente para Qualificação Gestão Suas
4.4.90.52.00.00 (592) Equipamentos e Material Permanente................ R$: 10.336,40

2.149000 - Manutenção e Encargos do Piso Básico Variável
Fonte: 33934 - Bloco de Financ. Proteção Social Básica - Suas
4.4.90.52.00.00 (593) Equipamentos e Material Permanente................ R$: 13.000,00

TOTAL R$: 320.320,09

Art. 4º Para cobertura do crédito aberto no artigo 3º, será utilizado como recurso o superávit financeiro do exercício anterior.

I – SUPERÁVIT FINANCEIRO (disponível + realizável – passivo financeiro) do exercício de 2017
Fonte: 33504 - Royalties e Outras Com.. Fin. e Patrim. Não Previdenciária......R$: 7.987,65
Fonte: 33510 - Taxas - Exercício de Poder de Policia....................... R$: 8.701,05
Fonte: 33507 - Cosip - Contribuição de Iluminação Pública, cf. Art. 149-a..... R$: 13.104,17
Fonte: 33509 - Gerenciamento de Transito............................... R$: 5.311,23
Fonte: 33511 - Taxas- de Prestação de Serviços........................... R$: 8.251,98
Fonte: 33512 - Cide - Lei 10.866/04, Art. 1ºb............................. R$: 6.722,69
Fonte: 33104 - Educação 25%/Sobre Impostos...........................R$: 44.407,40
Fonte: 33105 - Alienação de Ativos da Educação.......................... R$: 14.510,25
Fonte: 33107 - Salário Educação.................................... R$: 150.766,16
Fonte: 33224 - Apoio a Creches - Brasil Carinhoso.........................R$: 6.787,49
Fonte: 33495 - Atenção Básica.......................................R$: 30.343,62
Fonte: 33936 - Componente para Qualificação Gestão Suas................. R$: 10.336,40
Fonte: 33934 - Bloco de Financ. Proteção Social Básica...................R$: 13.000,00

TOTAL R$: 320.320,09

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Tapejara, em 28 de Maio de 2018.

RODRIGO DE OLIVEIRA SOUZA KOIKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA

Estado do Paraná
PORTARIA Nº. 2511/2018
CLAUDIO SIDINEY DE LIMA, Prefeito do Município de Tapira, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,
R E S O L V E:
Art. 1º. Conceder férias a Servidora Municipal Senhora GRACIELI ROSA com matricula 3242, correspondente ao período aquisitivo 2017/2018, usufruindo-as de 04 (quatro) de junho a 03 (três) de julho de 2018.
Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Edifício da prefeitura do Município de Tapira, Estado do Paraná, aos 30 (trinta) dias do mês de maio do ano de 2018.
CLAUDIO SIDINEY DE LIMA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

Estado do Paraná
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 043/2018
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 077/2018
O Pregoeiro Oficial do Município de Tapejara/PR, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº. 002, de 10 de janeiro de 2018, através da Divisão de Licitação e Compras, faz saber que se encontra aberta a licitação na modalidade Pregão Presencial nº. 043/2018, visando à Aquisição de 01 (UM) veículo novo tipo Van, primeiro emplacamento, visando atender às necessidades do Departamento de Saúde da Prefeitura Municipal de Tapejara/Pr, bem como as avenças celebradas com a Secretaria Estadual da Saúde, por força da Resolução SESA nº 169/2016 – APSUS, conforme descrição constante no Termo de Referência – Anexo III do Edital. O certame deste Aviso realizar-se-á no dia 15 de junho de 2018, às 09h00min, e será regido consoante a Lei Federal nº. 10.520/02, o Decreto Municipal nº. 001/06, e tendo a aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93, sem prejuízo das demais regras aplicáveis ao caso. Maiores informações na Sede Administrativa da Prefeitura Municipal de Tapejara, junto a Divisão de Licitação e Compras. Tapejara/PR, 01 de junho de 2018. Pregoeiro Oficial

CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEJARA

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 004/2018.
SÚMULA: Nomeia Comissão de Licitação da Câmara Municipal de Tapejara.
ROGÉRIO FRANCISCHINI, Presidente do Poder Legislativo Municipal de Tapejara, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei;
RESOLVE.
Art. 1º - Fica nomeada a Comissão Permanente de Licitação, constituída pelos senhores:
- BEN-HUR CALEFFI, portador da RG. 3.721.742-5 e do CPF 532.922.279-68, Presidente;
- ABEL DOMIGUES DE SOUZA, portador da RG. 5.021.966-6 e do CPF 281.184.309-44, Secretário; e
- MARIA CHRISTINA GREGO, portadora da RG. nº 4.131.172-0 e do CPF/MF 556.816.389-8, 7, Membro.
Art. 2º - A Comissão nomeada no artigo anterior, será responsável pelo desenvolvimento das atividades relativas as aberturas e julgamentos das modalidades de Licitação, ressalvadas os casos que houver designação de Comissão Especial.
Art. 3º - Os serviços prestados pelos representantes citados no artigo anterior, serão consideradas de relevância e honorífico, sem ônus para os cofres públicos.
Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Câmara Municipal de Tapejara, em 04 de junho de 2018.
ROGÉRIO FRANCISCHINI MARCELO RODRIGUES
Presidente 1º Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA

Estado do Paraná
NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO.
DIVISÃO DE TESOURARIA E CONTABILIDADE.
A Prefeitura Municipal de Tapira, Estado do Paraná, comunica à Câmara Municipal, aos Partidos Políticos e as Entidades Empresariais com sede neste Município que, em
cumprimento ao Art. 2º da Lei nº 9.452/97, recebeu os seguintes recursos da União:

DATA	RECURSO	VALOR R$
03/05/2018	ITCMD	567,75 C
03/05/2018	IPVA	1.976,47 C
03/05/2018	RECEBIMENTO DE ICMS	10.159,20 C
04/05/2018	Ordem Bancária	13.589,33 C
08/05/2018	RECEBIMENTO DE ICMS	34.122,68 C
08/05/2018	RECEBIMENTO DE ICMS	2.723,06 C
09/05/2018	ITCMD	335,52 C
09/05/2018	IPVA	1.453,12 C
09/05/2018	RECEBIMENTO DE ICMS	7.294,00 C
10/05/2018	COTA DAF - CREDITO	3.935,84
10/05/2018	FPE/FPM	62.372,12 C
10/05/2018	FPE/FPM	486.112,60 C
10/05/2018	ITR	11,00 C
10/05/2018	FPE/FPM	20.825,92 C
10/05/2018	FPE/FPM	1.026,31 C
10/05/2018	FPE/FPM	506,55 C
10/05/2018	FPE/FPM	9.047,49 C
10/05/2018	IPI/EXPORTACAO	1.586,30 C
10/05/2018	ITR	11,00 C
14/05/2018	Ordem Bancária	31.544,00 C
14/05/2018	Ordem Bancária	23.715,01 C
14/05/2018	Ordem Bancária	3.042,00 C
14/05/2018	Ordem Bancária	15.857,61 C
15/05/2018	RECEBIMENTO DE ICMS	130.584,59 C
15/05/2018	RECEBIMENTO DE ICMS	10.420,92 C
16/05/2018	ITCMD	404,35 C
16/05/2018	IPVA	1.697,79 C
16/05/2018	RECEBIMENTO DE ICMS	52.000,47 C
16/05/2018	Ordem Bancária	9.000,00 C
16/05/2018	Ordem Bancária	6.000,00 C
18/05/2018	COTA DAF - CREDITO	1.300,21 C
18/05/2018	FPE/FPM	20.604,68 C
18/05/2018	FPE/FPM	46.618,80 C
18/05/2018	COTA DAF - CREDITO	171,00 C
18/05/2018	ITR	7,72 C
18/05/2018	FPE/FPM	2.552,47 C
18/05/2018	FPE/FPM	125,79 C
18/05/2018	FPE/FPM	62,08 C
18/05/2018	FPE/FPM	1.086,95 C
18/05/2018	IPI/EXPORTACAO	524,04 C
18/05/2018	Ordem Bancária	729,26 C
21/05/2018	Ordem Bancária	2.889,90 C
21/05/2018	Ordem Bancária	152,10 C
22/05/2018	RECEBIMENTO DE ICMS	185.901,72 C
22/05/2018	RECEBIMENTO DE ICMS	14.835,34 C
23/05/2018	ITCMD	425,40 C
23/05/2018	IPVA	1.502,79 C
23/05/2018	RECEBIMENTO DE ICMS	23.615,79 C
23/05/2018	COTA DAF - CREDITO	9.810,41 C
29/05/2018	RECEBIMENTO DE ICMS	80.955,32 C
29/05/2018	TED-Crédito em Conta	996,81 C
29/05/2018	RECEBIMENTO DE ICMS	6.460,40 C
30/05/2018	COTA DAF - CREDITO	626,08 C
30/05/2018	FPE/FPM	9.921,70 C
30/05/2018	FPE/FPM	206.881,03 C
30/05/2018	COTA DAF - CREDITO	55,80 C
30/05/2018	ICMS-DESONER.EXPORTACO	2.758,56 C
30/05/2018	ITCMD	503,83 C
30/05/2018	IPVA	1.210,48 C
30/05/2018	ITR	3,76 C
30/05/2018	RECEBIMENTO DE ICMS	18.935,51 C
30/05/2018	FPE/FPM	8.231,98 C
30/05/2018	FPE/FPM	405,67 C
30/05/2018	FPE/FPM	200,23 C
30/05/2018	FPE/FPM	3.602,88 C
30/05/2018	IPI/EXPORTACAO	252,34 C
30/05/2018	ICMS-DESONER.EXPORTACO	880,55 C
30/05/2018	ICMS-DESONER.EXPORTACO	880,55 C
30/05/2018	COTA DAF - CREDITO	112,52 C

Tapira-PR. 30 de Maio de 2018.
CLAUDIO SIDINEY DE LIMA
Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA

Estado do Paraná
PORTARIA Nº. 2512/2018
CLAUDIO SIDINEY DE LIMA, Prefeito do Município de Tapira, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,
R E S O L V E:
Art. 1º. Conceder férias a Servidora Municipal Senhora NEUZA SIQUEIRA LOPES com matricula 3182, correspondente ao período aquisitivo 2017/2018, usufruindo-as de 04 (quatro) de junho a 03 (três) de julho de 2018.
Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Edifício da prefeitura do Município de Tapira, Estado do Paraná, aos 30 (trinta) dias do mês de maio do ano de 2018.
CLAUDIO SIDINEY DE LIMA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 2513/2018
CLAUDIO SIDINEY DE LIMA, Prefeito do Município de Tapira, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,
R E S O L V E:
Art. 1º. Conceder férias ao Servidor Municipal Senhor EMERSON LUCIANO ARCANJO GILIO com matricula 3348, correspondente ao período aquisitivo 2017/2018, usufruindo-as de 04 (quatro) de junho a 03 (três) de julho de 2018.
Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Edifício da prefeitura do Município de Tapira, Estado do Paraná, aos 30 (trinta) dias do mês de maio do ano de 2018.
CLAUDIO SIDINEY DE LIMA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 2518/2018
CLAUDIO SIDINEY DE LIMA, Prefeito do Município de Tapira, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei,
R E S O L V E:
Art. 1º Fica autorizado ao Senhor EDEVALDO APARECIDO MORO, Motorista, com base na Lei Municipal nº. 239/2010 e tendo em vista solicitação formulada, a concessão de 09 (nove) Diárias, no valor de R$ 70,00 (setenta reais), totalizando R$ 630,00 (seiscentos e trinta reais) que serão creditadas na Conta Corrente Especifica, para custos de alimentação, viagens a diversas cidades, para transportar pacientes para realização de exames e consultas médicas, referente ao mês de maio do ano de 2018.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura do Município de Tapira, Estado do Paraná, aos 04 (quatro) dias do mês de junho do ano de 2018.
CLAUDIO SIDINEY DE LIMA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 2514/2018
CLAUDIO SIDINEY DE LIMA, Prefeito do Município de Tapira, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei,
R E S O L V E:
Art. 1º Fica autorizado ao Senhor LAIR MAZZO MIOTO, Motorista, com base na Lei Municipal nº. 239/2010 e tendo em vista solicitação formulada, a concessão de 09 (nove) Diárias, no valor de R$ 70,00 (setenta reais), totalizando R$ 630,00 (seiscentos e trinta reais) que serão creditadas na Conta Corrente Especifica, para custos de alimentação, viagens a diversas cidades, para transportar pacientes para realização de exames e consultas médicas, referente ao mês de maio de 2018.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura do Município de Tapira, Estado do Paraná, aos 04 (quatro) dias do mês de junho do ano de 2018.
CLAUDIO SIDINEY DE LIMA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 2515/2018
CLAUDIO SIDINEY DE LIMA, Prefeito do Município de Tapira, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei,
R E S O L V E:
Art. 1º Fica autorizado ao Senhor AVERALDO ALEXANDRE DE ALMEIDA, Motorista, com base na Lei Municipal nº. 239/2010 e tendo em vista solicitação formulada, a concessão de 09 (nove) Diárias, no valor de R$ 70,00 (setenta reais), totalizando R$ 630,00 (seiscentos e trinta reais) que serão creditadas na Conta Corrente Especifica, para custos de alimentação, viagens a diversas cidades, para transportar pacientes para realização de exames e consultas médicas, referente ao mês de maio do ano de 2018.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura do Município de Tapira, Estado do Paraná, aos 04 (quatro) dias do mês de junho do ano de 2018.
CLAUDIO SIDINEY DE LIMA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 2516/2018
CLAUDIO SIDINEY DE LIMA, Prefeito do Município de Tapira, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei,
R E S O L V E:
Art. 1º Fica autorizado ao Senhor WELLINGTON RICARDO DA SILVA SANTOS, Motorista, com base na Lei Municipal nº. 239/2010 e tendo em vista solicitação formulada, a concessão de 09 (nove) Diárias, no valor de R$ 70,00 (setenta reais), totalizando R$ 630,00 (seiscentos e trinta reais) que serão creditadas na Conta Corrente Especifica, para custos de alimentação, viagens a diversas cidades, para transportar pacientes para realização de exames e consultas médicas, referente ao mês de maio do ano de 2018.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura do Município de Tapira, Estado do Paraná, aos 04 (quatro) dias do mês de junho do ano de 2018.
CLAUDIO SIDINEY DE LIMA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 2517/2018
CLAUDIO SIDINEY DE LIMA, Prefeito do Município de Tapira, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei,
R E S O L V E:
Art. 1º Fica autorizado ao Senhor RENATO FERREIRA DA MOTA, Motorista, com base na Lei Municipal nº. 239/2010 e tendo em vista solicitação formulada, a concessão de 09 (nove) Diárias, no valor de R$ 70,00 (setenta reais), totalizando R$ 630,00 (seiscentos e trinta reais) que serão creditadas na Conta Corrente Especifica, para custos de alimentação, viagens a diversas cidades, para transportar pacientes para realização de exames e consultas médicas, referente ao mês de maio do ano de 2018.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura do Município de Tapira, Estado do Paraná, aos 04 (quatro) dias do mês de junho do ano de 2018.
CLAUDIO SIDINEY DE LIMA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 2519/2018
CLAUDIO SIDINEY DE LIMA, Prefeito do Município de Tapira, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei,
R E S O L V E:
Art. 1º Fica autorizado ao Senhor DELAUDE ANTONIO BIFFI, Motorista, com base na Lei Municipal nº. 239/2010 e tendo em vista solicitação formulada, a concessão de 09 (nove) Diárias, no valor de R$ 70,00 (setenta reais), totalizando R$ 630,00 (seiscentos e trinta reais) que serão creditadas na Conta Corrente Especifica, para custos de alimentação, viagens a diversas cidades, para transportar pacientes para realização de exames e consultas médicas, referente ao mês de maio do ano de 2018.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura do Município de Tapira, Estado do Paraná, aos 04 (quatro) dias do mês de junho do ano de 2018.
CLAUDIO SIDINEY DE LIMA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 2520/2018
CLAUDIO SIDINEY DE LIMA, Prefeito do Município de Tapira, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei,
R E S O L V E:
Art. 1º Fica autorizado ao Senhor EVALDO SOUZA SILVA, Motorista, com base na Lei Municipal nº. 239/2010 e tendo em vista solicitação formulada, a concessão de 09 (nove) Diárias, no valor de R$ 70,00 (setenta reais), totalizando R$ 630,00 (seiscentos e trinta reais) que serão creditadas em Conta Corrente Especifica, para custos de alimentação, viagens a diversas cidades, para transportar pacientes para realização de exames e consultas médicas, referente ao mês de maio do ano de 2018.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura do Município de Tapira, Estado do Paraná, aos 04 (quatro) dias do mês de junho do ano de 2018.
CLAUDIO SIDINEY DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicações legais

Empresa: ASSOC. DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFANCIA DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO
CNPJ: 80.404.056/0001-40
Período: 01/01/2017 - 31/12/2017
Folha: 0017
Número livro: 0020

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2017

Descrição	2017	2016
Receita Operacional	172.133,04	172.133,04
CONVÊNIO PREF DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO	172.133,04	172.133,04
Deducoes	(24.536,15)	(75,59)
(-) DEVOLUÇÃO DE SALDO PARA CONCEDENTE	(24.536,15)	(75,59)
Receita Líquida	147.596,89	172.057,45
Lucro Bruto	147.596,89	172.057,45
Despesas Administrativas	(135.190,45)	(146.521,92)
SALÁRIOS E ORDENADOS	(107.575,80)	(119.590,69)
FGTS	(9.257,08)	(9.594,28)
PIS	0,00	(28,29)
MULTAS DE MORA	(590,63)	0,00
ALIMENTAÇÃO, GENEROS ALIMENTICIOS	(393,00)	(4.279,10)
HONORÁRIO CONTABILIDADE	(7.200,00)	(3.000,00)
CAMA, MESA E BANHO	(8.996,20)	(9.079,55)
SEGUROS DOS EMPREGADOS	(305,14)	(332,88)
ENCARGOS CONTA CORRENTE	(872,60)	(617,13)
Receitas Financeiras	926,96	343,32
JUROS DE APLICAÇÕES	926,96	343,32
Outras Despesas Operacionais	(13.983,40)	(20.788,85)
MAT. P/DISTRIB. GRATUITA EM PROGR. DE ASSIST. SOCIAL	(13.983,40)	(20.788,85)
Resultado operacional líquido	(650,00)	5.090,00
Despesas Não Operacionais	(1.929,06)	(2.143,40)
DEPRECIAÇÃO	(1.929,06)	(2.143,40)
Receitas Não Operacionais	650,00	0,00
DEPOSITO NÃO IDENTIFICADO	650,00	0,00
Resultado Antes do IR	(1.929,06)	2.946,60
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(1.929,06)	2.946,60

MARIA EDNA DE OLIVEIRA DOMINGUES
PRESIDENTE
CPF: 966.391.489-00

ODIRLEI INACIO FARIAS
Contador
Reg. no CRC - PR sob o No. 055502/O-9
CPF: 026.758.529-29

Empresa: ASSOC. DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFANCIA DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO
CNPJ: 80.404.056/0001-40
Período: 01/01/2017 a 31/12/2017
Balanço encerrado em: 31/12/2017
Folha: 0018
Número livro: 0020

BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	2017	2016
	31/12/2017	31/12/2016
ATIVO	17.361,49D	19.290,55D
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	17.361,49D	19.290,55D
IMOBILIZADO	17.361,49D	19.290,55D
IMÓVEIS	7.191,99D	7.191,99D
INSTALAÇÕES	7.191,99D	7.191,99D
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	3.802,39D	3.802,39D
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	3.802,39D	3.802,39D
MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	8.296,17D	8.296,17D
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	8.296,17D	8.296,17D
(-) DEPRECIAÇÕES, AMORT. E EXAUS. ACUMUL	1.929,06C	0,00
(-) DEPRECIAÇÕES DE INSTALAÇÕES	719,20C	0,00
(-) DEPRECIAÇÕES DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS	380,24C	0,00
(-) DEPRECIAÇÕES DE MÁQUINAS, EQUIP. FER	829,62C	0,00
PASSIVO	17.361,49C	19.290,55C
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17.361,49C	19.290,55C
CAPITAL SOCIAL	25.581,25C	25.581,25C
CAPITAL SUBSCRITO	25.581,25C	25.581,25C
CAPITAL SOCIAL	25.581,25C	25.581,25C
RESERVA DE CAPITAL	8.219,76D	6.290,70D
RESERVA DE CAPITAL	8.219,76D	6.290,70D
RESERVA DE LUCRO	3.276,35C	3.276,35C
(-) PREJUÍZOS ACUMULADOS	11.496,11D	9.567,05D

MARIA EDNA DE OLIVEIRA DOMINGUES
PRESIDENTE
CPF: 966.391.489-00

ODIRLEI INACIO FARIAS
Contador
Reg. no CRC - PR sob o No. 055502/O-9
CPF: 026.758.529-29

MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2018.

O MUNICÍPIO de **SÃO JORGE DO PATROCÍNIO**, torna público que às 08:30 horas do dia 15/06/2018, na PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO (anfiteatro), realizará licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, de acordo com as especificações do edital, para aquisição de:

LOTE	OBJETO	QUAN-TIDADE	VALOR TOTAL	PRAZO (DIAS)
1	Automóvel Sedan – 5 Passageiros	1	54.690,00	60

Informações e esclarecimentos relativos ao edital, modelos e anexos poderão ser solicitados junto ao **Pregoeiro PAULO SERGIO DE SOUZA, Paraná, Brasil - Telefone: (044) 3634-8000 - E-mail licitacao@sjpatrocinio.pr.gov.br e no site www.sjpatrocinio.pr.gov.br.** A Pasta Técnica, com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinada no seguinte endereço AV. CARLOS SPANHOL, 164, das 08:00 às 17:00 horas.

São Jorge do Patrocínio - Pr., 04 de junho de 2018.

JOSÉ CARLOS BARALDI
Prefeito Municipal

SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO CONVENIADO COM A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

Rua Amazonas, 376 - Centro - Caixa Postal: 13 - Fone/Fax: (0**44) 3677-1229
CGC/MF - 80.907.835/0001-69 - CEP: 87.430-000 - TAPEJARA - PARANÁ
PORTARIA Nº 013, DE 30 DE MAIO DE 2018.
Concede férias regulamentares e dá outras providências.
O DIRETOR DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE TAPEJARA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei nº 1.122/2007;
RESOLVE:
Art. 1o Conceder aos servidores abaixo relacionados, férias regulamentares, conforme segue:

NOME	MATRÍCULA	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO DE FÉRIAS
Leana Thaíse Gomes Pinheiro	28	29/06/2015 à 29/06/2016	04/06/2018 a 03/07/2018
Marcos Cézar Zanotto	22	11/07/2015 à 11/07/2016	04/06/2018 a 03/07/2018

Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Tapejara, em 30 de maio 2018.
RAMIRO CANDIDO DE SOUZA JUNIOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA

Estado do Paraná
PORTARIA Nº. 2521/2018
CLAUDIO SIDINEY DE LIMA, Prefeito do Município de Tapira, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei,
R E S O L V E:
Art. 1º Fica autorizado ao Senhor CESAR FINCATI MIRANDA, Motorista, com base na Lei Municipal nº. 239/2010 e tendo em vista solicitação formulada, a concessão de 09 (nove) Diárias, no valor de R$ 70,00 (setenta reais), totalizando R$ 630,00 (seiscentos e trinta reais) que serão creditadas na Conta Corrente Especifica, para custos de alimentação, viagens a diversas cidades, para transportar pacientes para realização de exames e consultas médicas, referente ao mês de maio do ano de 2018.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura do Município de Tapira, Estado do Paraná, aos 04 (quatro) dias do mês de junho do ano de 2018.
CLAUDIO SIDINEY DE LIMA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 2522/2018
CLAUDIO SIDINEY DE LIMA, Prefeito do Município de Tapira, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei,
R E S O L V E:
Art. 1º Fica autorizado ao Senhor GILBERTO AP. GALORO PICOLOTTO, Motorista, com base na Lei Municipal nº. 239/2010 e tendo em vista solicitação formulada, a concessão de 09 (nove) Diárias, no valor de R$ 70,00 (setenta reais), totalizando R$ 630,00 (seiscentos e trinta reais) que serão creditadas na Conta Corrente Especifica, para custos de alimentação, viagens a diversas cidades, para transportar pacientes para realização de exames e consultas médicas, referente ao mês de maio do ano de 2018.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura do Município de Tapira, Estado do Paraná, aos 04 (quatro) dias do mês de junho do ano de 2018.
CLAUDIO SIDINEY DE LIMA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

Estado do Paraná
PORTARIA N.º 11497/2018
O Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e
Considerando o requerimento protocolado sob nº 2539/2018 em 30/05/2018
RESOLVE:
Art. 1º - Exonerar a pedido, o Sr. ROBERTO LUIZ JACOBY, portador da Cédula de Identidade nº. 7.119.785-9 SSP/PR, ocupante do cargo em comissão de Diretor do Departamento do Contábil, a partir de 01 de junho de 2018.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, com efeito retroativo a 01 de junho de 2018.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA ROXA, Estado do Paraná, em 04 de junho de 2018.
ALTAIR DONIZETE DE PADUA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA Nº. 11498/2018
ALTAIR DONIZETE DE PADUA, Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base no parágrafo 5° do artigo 36° da Lei Municipal nº 1582/2017 de 22/12/2017 e
CONSIDERANDO o ofício nº 086/2018 de 29 de maio de 2018 protocolado sob nº 2533/2018 em 30/05/2018
R E S O L V E :
ART. 1°. – Convocar a Professora DANIELA STOCKMANN, matrícula 175102, em regime de aula extraordinária com carga horária de 20(vinte) horas semanais para prestar serviço na Rede Municipal de Ensino, no período de 28/05/2018 a 13/12/2018.
ART. 2°. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 28 de maio de 2018.
ART. 3°. – Revogam-se as disposições em contrário.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA ROXA, Estado do Paraná, em 04 de junho de 2018.
ALTAIR DONIZETE DE PADUA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 11499/2018
ALTAIR DONIZETE DE PADUA, Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e
CONSIDERANDO o ofício nº 087/2018 de 29 de maio de 2018 protocolado sob nº 2533/2018 de 30/05/2018
R E S O L V E :
ART. 1°. – Revogar a portaria nº 11198/2018 de 19/02/2018, onde convocava o Professor de Educação Física MARCOS LEANDRO VIEIRA DOS SANTOS, matrícula 70289-3, em regime de aula extraordinária com carga horária de 08 (oito) horas semanais para prestar serviço na Escola Municipal Professora Maxmirian Barbara Gaspar da Silva, no período de 15/02/2018 a 13/12/2018.
ART. 2°. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01 de junho de 2018.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA ROXA, Estado do Paraná, em 04 de junho de 2018.
ALTAIR DONIZETE DE PADUA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

Estado do Paraná
PORTARIA nº11.500/2018
Súmula: Concede Aposentaria Voluntária Por Idade e Tempo de Contribuição e dá outras providências.
O Prefeito Altair Donizete de Pádua, do Município de Terra Roxa, do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e considerando o processo de aposentadoria da servidora Telma Odiléia Verediano Nabão.
RESOLVE
Art. 1º Fica concedida a servidora Telma Odiléia Verediano Nabão brasileira, servidora pública municipal de Terra Roxa, ocupante do cargo efetivo de Professor, Nível Salarial IIIC10, conforme quadro de cargos, portadora do RG nº 4.305.456-2 SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob o Nº 830.817.049-87 aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição, com proventos mensais e integrais no valor de R$ 3.973,84 (Três mil novecentos e setenta e três reais e oitenta e quatro centavos), com fundamento no artigo 6º, da E.C. nº 41/2003 – Professor Educação Infantil, Fundamental e Médio Provento Integral – Com Paridade Última Remuneração.
Art. 2º Fica estipulado como provento mensal de sua aposentadoria o valor constante na planilha de cálculo de proventos.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Terra Roxa – PR, 04 de junho de 2018.
Registre-se e Publique-se
Altair Donizete de Pádua

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

Estado do Paraná
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO 63/2018, MODALIDADE: PREGÃO Nº 40/2018
Tendo em vista a decisão proferida pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, designada através da Portaria nº 9540/2017
Homologo:
Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto do Processo Licitatório 63/2018, Modalidade: PREGÃO Nº 40/2018, o participante:
60 - JOSÉ PEREIRA DA COSTA TRANSPORTES EIRELI - ME

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE COLETIVO (TRANSLADO) NA MODALIDADE CONVENCIONAL, EM ÁREAS MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS DE TERRA ROXA - PR, EM VEICULO ÔNIBUS CONVENCIONAL DE NO MINIMO 46 (QUARENTA E SEIS) LUGARES, EQUIPADO COM TACÓGRAFO, JANELAS CORREDIÇAS, COM INDICAÇÃO DE ACESSO A SAÍDA DE EMERGÊNCIA, VEICULO COM IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA, COM REGISTRO JUNTO AOS ÓRGÃOS COMPETENTES, DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGENS (DER), AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTE (ANTT) E COM SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL (PASSAGEIROS)	KILOMETRO		26.250	R$4,75	R$124.687,50
2	CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE COLETIVO (TRANSLADO) NA MODALIDADE CONVENCIONAL, EM ÁREAS MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS DE TERRA ROXA - PR, EM VEICULO ÔNIBUS CONVENCIONAL DE NO MINIMO 46 (QUARENTA E SEIS) LUGARES, EQUIPADO COM TACÓGRAFO, JANELAS CORREDIÇAS, COM INDICAÇÃO DE ACESSO A SAÍDA DE EMERGÊNCIA, VEICULO COM IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA, COM REGISTRO JUNTO AOS ÓRGÃOS COMPETENTES, DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGENS (DER), AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTE (ANTT) E COM SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL (PASSAGEIROS)	KILOMETRO		8.750	R$4,75	R$41.562,50
3	CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE COLETIVO (TRANSLADO) NA MODALIDADE CONVENCIONAL, EM ÁREAS MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS DE TERRA ROXA - PR, EM VEICULO MICRO-ÔNIBUS CONVENCIONAL DE NO MINIMO 24 (VINTE E QUATRO) LUGARES, EQUIPADO COM TACÓGRAFO, JANELAS CORREDIÇAS, COM INDICAÇÃO DE ACESSO A SAÍDA DE EMERGÊNCIA, VEICULO COM IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA, COM REGISTRO JUNTO AOS ÓRGÃOS COMPETENTES, DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGENS (DER), AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTE (ANTT) E COM SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL (PASSAGEIROS)	KILOMETRO		20.000	R$3,85	R$77.000,00
4	CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE COLETIVO (TRANSLADO) NA MODALIDADE CONVENCIONAL, EM ÁREAS MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS DE TERRA ROXA - PR, EM VEICULO VAN CONVENCIONAL DE NO MINIMO 15 (QUINZE) LUGARES, EQUIPADO COM TACÓGRAFO, JANELAS CORREDIÇAS, COM INDICAÇÃO DE ACESSO A SAÍDA DE EMERGÊNCIA, VEICULO COM IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA, COM REGISTRO JUNTO AOS ÓRGÃOS COMPETENTES, DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGENS (DER), AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTE (ANTT) E COM SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL (PASSAGEIROS)	KILOMETRO		15.000	R$2,85	R$42.750,00

Total do Fornecedor: R$286.000,00

ALTAIR DONIZETE DE PADUA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 047/2018
REGISTRO DE PREÇOS
PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICRO EMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E/OU MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL
O Município de Terra Roxa, Estado do Paraná, em cumprimento a Lei nº 8.666/93, torna público a realização no dia 20/06/2018, às 09:00 horas, na sala de licitações, da Prefeitura Municipal de Terra Roxa, a abertura do edital de Pregão Presencial nº 047/2018, que tem como objeto a AQUISIÇÃO, EVENTUAL E FUTURA DE MARMITEX PARA SECRETARIA DE SAÚDE DESTE MUNICIPIO, no valor máximo de R$ 150.500,00 (cento e cinquenta mil e quinhentos reais), de acordo com especificações no Edital. Maiores informações bem como cópia do presente Edital, poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Terra Roxa, sito a Avenida Presidente Costa e Silva, nº 95, em horário comercial das 07:30 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas, telefone (44) 3645-1122, ramal 245 ou pelo e-mail: licitacao@terraroxa.pr.gov.br.
Terra Roxa, 04/06/2018.
MARIA JANETE TEXEIRA DA SILVA NABÃO
PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

ESTADO DO PARANÁ
Termo de Adjudicação
Processo n°: 63/2018
Licitação n°: 40/2018
Modalidade: 6 - Pregão
Objeto: CONTRATAÇÃO, EVENTUAL E FUTURA DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE COLETIVO (TRANSLADO) NA MODALIDADE CONVENCIONAL, EM ÁREAS MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E SOLICITAÇÃO DAS SECRETARIAS COMPETENTES
Ultrapassada a fase de habilitação deste pregão, e considerando o fato de que o representante legal presente à sessão pública não manifestou interesse em recorrer do resultado deste pregão, adjudico o seu objeto ào seguinte licitante:
Vencedores

Nome	Itens
JOSÉ PEREIRA DA COSTA TRANSPORTES EIRELI - ME	1, 2, 3, 4

R$286.000,00 (duzentos e oitenta e seis mil reais)
Destarte, com fulcro no art. 38, inc. VII, da Lei n°. 8.666/93, submetemos os presentes autos, nele incluídos estas informações à apreciação da Autoridade Competente para que decida a respeito da homologação deste procedimento licitatório.
É o parecer, s.m.j.
Terra Roxa, PR, 4 de junho de 2018.
MARIA JANETE TEIXEIRA DA SILVA NABÃO
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 048/2018
O Município de Terra Roxa, Estado do Paraná, em cumprimento a Lei nº 8.666/93, torna público a realização no dia 21/06/2018, às 09:00 horas, na sala de licitações, da Prefeitura Municipal de Terra Roxa, a abertura do edital de Pregão Presencial nº 048/2018, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEICULO VAN 20+1 LUGARES, CÂMBIO MANUAL COM 6 VELOCIDADES, PINTURA METÁLICA, COMBUSTIVEL DIESEL, ANO/MODELO 2018/2018 OU SUPERIOR E 01 (UM) VEICULO VAN TRANSFORMADA EM AMBULÂNCIA; CÂMBIO MANUAL COM 6 VELOCIDADES; TETO ALTO; COMBUSTIVEL DIESEL, ANO/MODELO 2018/2018 OU SUPERIOR, SENDO QUE OS VEICULOS DEVERÃO SER ENTREGUES ADESIVADAS NO PADRÃO DO ESTADO APSUS, PARA SECRETARIA DE SAUDE DESTE MUNICIPIO, no valor máximo de R$ 395.400,00 (trezentos e noventa e cinco mil e quatrocentos reais), de acordo com especificações no Edital. Maiores informações bem como cópia do presente Edital, poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Terra Roxa, sito a Avenida Presidente Costa e Silva, nº 95, em horário comercial das 07:30 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas, telefone (44) 3645-1122, ramal 245 ou pelo e-mail: licitacao@terraroxa.pr.gov.br.
Terra Roxa, 04/06/2018.
MARIA JANETE TEXEIRA DA SILVA NABÃO
PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

ESTADO DO PARANÁ
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 099/2018
PREGÃO PRESENCIAL nº 040/2018
ÓRGÃO GESTOR: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
OBJETO: CONTRATAÇÃO, EVENTUAL E FUTURA DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE COLETIVO (TRANSLADO) NA MODALIDADE CONVENCIONAL, EM ÁREAS MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E SOLICITAÇÃO DAS SECRETARIAS COMPETENTES
FORNECEDOR: JOSÉ PEREIRA DA COSTA TRANSPORTES EIRELI - ME
, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO, INSCRITA NO CNPJ/MF Nº 03.473.371/0001-89. NESTE ATO REPRESENTADA PELO SEU PROPRIETÁRIO SR. CELSO FERNANDES DA COSTA, ADMINISTRADOR, PORTADOR DO RG/CI Nº 6.583.119-8/ SSP/PR E NO CPF/MF Nº 021.530.089/05, COM ENDEREÇO À RUA OSCAR MACHADO, 740, CENTRO – 85.990-000, TERRA ROXA - PR.
VALOR DA ATA: R$286.000,00 (duzentos e oitenta e seis mil reais), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º, referente aos itens nº1,2,3,4.
VALIDADE DA ATA: ATÉ 04/06/2019.
A Ata de Registro de Preços encontra-se disponível na íntegra na Prefeitura Municipal de Terra Roxa, Departamento de Compras, Patrimônio e Suprimentos.
Terra Roxa, 30/05/2018
ALTAIR DONIZETE DE PADUA
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE

ESTADO DO PARANÁ
DECRETO Nº 118/2018/TRIB/PMTO
Súmula: Disciplina o lançamento e formas de pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, Alvará (Taxa de Licenciamento para Localização e Funcionamento) e vigilância Sanitária do Exercício de 2018, da outras providências.
O Prefeito Municipal de Tuneiras do Oeste – PR, Sr. Taketoshi Sakurada, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas e facultadas por Lei, e em conformidade com os artigos 257, 303 e 320, da Lei Complementar nº 084/2006.
DECRETA:
Art. 1º. Conforme preconiza o art. 257, parágrafo único da Lei Complementar nº 084/2006 de 29/12/2006, denominado Código Tributário Municipal, fica determinado os prazos e descontos para pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano de 2018, conforme discriminado abaixo:

A)	Parcela única (10% de desconto)	10/08/2018
B)	1ª Parcela	10/08/2018
C)	2ª Parcela	10/09/2018
D)	3ª Parcela	10/10/2018

Art. 2º. Conforme preconiza o Art. 303 e Art. 320 da Lei Complementar nº 084/2006 de 29/12/2006, denominado Código Tributário Municipal, fica determinado o prazo de 10/04/2018 para o pagamento da Taxa de Licença para Localização e Funcionamento, bem como para a taxa de Vigilância Sanitária do ano de 2018.
Art. 3º. Os pagamentos serão feitos por intermédios das instituições financeiras (Bancos e Casas Lotéricas).
Art. 4º. Caso o Contribuinte não efetuar o pagamento, será acrescido aos valores juros e correção monetária, sem prejuízo da multa, nos termos do Código Tributário Municipal, a partir de cada vencimento.
Art. 5º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação e, revoga em seu inteiro teor o decreto nº 109 de 17 de abril de 2018.
Edifício da Prefeitura Municipal de Tuneiras do Oeste, Estado do Paraná, aos 17 dias do mês de abril de 2018.
Taketoshi Sakurada
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE

ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
COTA EXCLUSIVA DE 25% PARA ME/EPP/MEI
PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO ME/EPP/MEI REGIONAL (AMENORTE)
PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2018
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 047/2018
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS, COM FORNECIMENTO PARCELADO, PARA MANUTENÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DO MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE.
TIPO DE JULGAMENTO: Menor Preço Global (Lote).
DATA E HORÁRIO DA SESSÃO DE ABERTURA: 18/06/2018, às 09h00min.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 001/06, Lei Complementar nº 123/06, Lei Complementar Municipal nº 001/09, Decreto Municipal nº 071/17, e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93 e Lei Estadual nº 15.608/07.
INFORMAÇÕES: Maiores informações poderão ser obtidas no Paço Municipal, situado na Rua Santa Catarina, 409 – Centro, CEP 87450-000, em Tuneiras do Oeste, pelo telefone 44-3653-1301, através do acesso ao link do Portal da Transparência no site www.tuneirasdooeste.pr.gov.br, ou através do email licita.tuneiras@gmail.com.
Tuneiras do Oeste, 04 de junho de 2018.
José Vinícius Cuareli Alécio
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE

ESTADO DO PARANÁ
1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 069/2017
Pelo presente instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Santa Catarina, 409, Centro, Paço Municipal, nesta cidade, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.247.329/0001-13, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Taketoshi Sakurada, brasileiro, casado, portador da CI/RG nº 1.642.664-4 SSP/PR, inscrito no CPF/MF nº 281.629.279-72, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa OXIVALE GASES OXIGENIO LTDA. – ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.083.326/0001-58, com estabelecimento à Rua Saira Militar, 590, Parque Industrial V, na cidade de Arapongas-Pr, representada neste ato por Aparecido Paulo Vieira, casado, empresário,, portador da CI/RG nº 6.412.317-3/SSP-PR, e inscrito(a) no CPF/MF nº 014.736.459-05, doravante denominada CONTRATADA, tem entre si justo e acertado o presente TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 069/2017, oriundo do PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2017 (PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 030/2017), com as seguintes condições:
1.0 CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:
1.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato supra, oriundo da PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2017 (PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 030/2017), considerando a vantajosidade à Administração Pública e observando a viabilidade técnica e econômica da contratação no que diz respeito a economia de recursos, agilidade, centralização dos serviços e principalmente dar continuidade ao objeto licitado.
2.0 CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO:
2.1 O prazo de vigência do CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 069/2017, que findaria em 27 de abril de 2018, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, findando em 26 de abril 2019.
3.0 – CLÁUSULA QUARTA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
3.1 A alteração contratual a qual se refere o presente Termo Aditivo, se faz com base nos artigos 57, II da Lei nº 8.666/93, e Cláusula Quarta do CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 069/2017.
4.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO:
4.1 Ficam ratificadas as demais Cláusulas e condições avençadas anteriormente no CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 069/2017.
Tuneiras do Oeste, 27 de abril de 2018.
MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE
Taketoshi Sakurada
Prefeito Municipal
OXIVALE GASES OXIGENIO LTDA. – ME
Aparecido Paulo Vieira
Representante Legal
Contratante Contratada
Testemunhas:
1 . ______________________ 2. ______________________
Nome: José Vinícius Cuareli Alécio Nome: Aline Cristina Valerio
R.G. : 9.826.159-1 SSP/PR R.G. : 9.546.342-8 SSP/PR

CÂMARA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE

ESTADO DO PARANÁ
ATO DA MESA Nº 031/2018
AUTORIZA VIAGEM E CONCEDE DIÁRIAS
A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Tuneiras do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais constantes da Resolução nº 001/2013 e, a solicitação formulada pela Vereadora, Elizabete Delboni Peres
R E S O L V E:
Art. 1º Fica a Vereadora, ELIZABETE DELBONI PERES, autorizada a viajar a cidade de Curitiba/PR nos dias 05, 06, 07 e 08 de junho de 2018, para tratar de assuntos de interesse do município na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e demais Secretarias, conforme formulário de solicitação de diárias, cabendo-lhe o pagamento antecipado de 03 (três) diárias, nos termos dos artigos 1º e 3º, inciso II, da Resolução nº 01/2013.
Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
Edifício da Câmara Municipal de Tuneiras do Oeste, Estado do Paraná, 04 de junho de 2018.
JOSÉ CINÉSIO
Presidente
JOÃO ROBERTO BATISTA
Primeiro Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE

Estado do Paraná
1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO
Pelo presente TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO, em conformidade com o estabelecido na Lei Federal de nº 13.019/2014 e no Decreto Municipal de nº 010/2017, bem como a Resolução nº 005/2018 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e Ofício nº 206/2018-SMADS, de um lado o MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede no Paço Municipal, situado na Rua Santa Catarina, 409, Centro, nesta cidade, inscrito no CNPJ nº 76.247.329/0001-13, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Taketoshi Sakurada, portador da CI/RG nº 164.266-4 SSP/PR e inscrito no CPF/MF nº 281.629.279-72, no uso de suas atribuições, doravante designado simplesmente MUNICÍPIO e de outro lado, a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOUTOR HUGO DEHÉ – ABEHD, pessoa jurídica de direito privado, com sede a Rua Pernambuco, 711, Lote 18-A, Conjunto Paraíso das Rosas, na cidade de Engenheiro Beltrão, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ nº 13.772.438/0001-30, neste ato representada pela seu Presidente, Sr. Wagner Pereira da Silva, portador da CI/RG nº 8.076.040-0 SSP/PR e inscrito no CPF/MF nº 038.306.359-07, doravante designada simplesmente ENTIDADE, resolvem firmar o presente TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO, sujeitando-se, os partícipes, no que couber, às normas das Legislações pertinentes, e suas alterações, bem como dos documentos acostados ao CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2017, e através da INEXIGIBILIDADE Nº 005/2017, mediante as Cláusulas e condições seguintes:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1. Constitui objeto deste TERMO ADITIVO a manutenção e funcionamento da ENTIDADE citada, que atua no serviço de acolhimento institucional para Crianças e Adolescentes em situação de risco na faixa etária de 0 a 17 anos e 11 meses, prorrogando-se o prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, bem como aditivar o valor mensal repassado a ENTIDADE, observando a viabilidade técnica e econômica, no que diz respeito a economia de recursos, agilidade, centralização do fornecimento e principalmente dar continuidade aos serviços públicos prestados, para racionalizar da melhor maneira possível tal demanda.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO
2.1. Altera-se a CLÁUSULA OITAVA do Termo de Colaboração pactuado com a ENTIDADE, acrescentando-se 12 (doze) meses de vigência à contar de 01/06/2018, até 31/05/2019, considerando o disposto no item 6 do Edital do Chamamento Público nº 003/2017, bem como no art. 55 da Lei nº 13.019/2014 e art. 2º da Resolução nº 005/2018 do CMDCA de Tuneiras do Oeste.
CLÁUSULA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO DOS VALORES
3.1. Considerando a aprovação do Plano de Trabalho aprovado pela Resolução nº 005/2018 do CMDCA de Tuneiras do Oeste, através do presente, e durante a vigência estipulada na CLÁUSULA SEGUNDA deste Termo Aditivo, altera-se o valor descrito na CLÁUSULA NONA do Termo de Colaboração pactuado com a ENTIDADE, passando o mesmo a ser considerado R$-78.000,00 (setenta e oito mil reais), considerando o valor de R$-42.000,00 (quarenta e dois mil reais) a serem repassados durante o novo prazo de vigência, referentes ao valor de R$-3.500,00 (três mil e quinhentos reais) mensais.
CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO
4.1. Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições constantes no acordo originário, não modificadas no todo ou em parte, pelo presente Termo Aditivo.
CLÁUSULA QUINTA – PUBLICAÇÃO
5.1. A eficácia deste Termo Aditivo ao Termo de Colaboração fica condicionada a publicação no órgão de imprensa oficial do Município, no prazo de no máximo 10 (dez) dias à contar da data de sua assinatura.
Tuneiras do Oeste, 30 de maio de 2018.
TAKETOSHI SAKURADA
Prefeito Municipal
Município de Tuneiras do Oeste
WAGNER PEREIRA DA SILVA
Presidente
Associação Beneficente Doutor Hugo Dehé – ABEHD
Testemunhas:
MARIA ILDA BASSETO
Secretária de Assist. e Des. Social
Município de Tuneiras do Oeste
NEIDE TEIXEIRA SCHORBA
Coordenadora/Assistente Social
Associação Beneficente Doutor Hugo Dehé – ABEHD

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE

Estado do Paraná
1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 082/2017
Pelo presente instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Santa Catarina, 409, Centro, Paço Municipal, nesta cidade, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.247.329/0001-13, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Taketoshi Sakurada, brasileiro, casado, portador da CI/RG nº 1.642.664-4 SSP/PR, inscrito no CPF/MF nº 281.629.279-72, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa E. M. D. LOPES CONSTRUÇÃO, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.104.167/0001-19, com estabelecimento à Av. Rio de Janeiro, 153, Centro, na cidade de Tuneiras do Oeste-Pr, representada neste ato por Edna Morais Damasceno Lopes, brasileira, casada, empresaria, portadora da CI/RG nº 18.856.294/SSP-SP, e inscrito(a) no CPF/MF nº 146.869.758-75, doravante denominada CONTRATADA, tem entre si justo e acertado o presente TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 082/2017, oriundo do PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2017 (PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 039/2017), com as seguintes condições:
1.0 CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:
1.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato supra, oriundo da PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2017 (PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 039/2017), considerando a vantajosidade à Administração Pública e observando a viabilidade técnica e econômica da contratação no que diz respeito a economia de recursos, agilidade, centralização dos serviços e principalmente dar continuidade ao objeto licitado.
2.0 CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR ADITIVADO:
2.1 Com a alteração nas quantidades inicialmente contratadas, o valor inicial do Contrato passa de R$-252.353,20 (duzentos e cinquenta e dois mil trezentos e cinquenta e três reais e vinte centavos) para R$-254.440,15 (duzentos e cinquenta e quatro mil quatrocentos e quarenta reais e quinze centavo), considerando o acréscimo de R$-2.086,95 (dois mil oitenta e seis reais e noventa e cinco centavos), referente as quantidades aditivadas dos itens abaixo relacionados:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	42	CAL VIRGEM 20KG	COLOMBO CAL	75	R$ 9,70	R$ 727,50
1	103	LIMA PARA ENXADA 8	K E F	5	R$ 14,50	R$ 72,50
1	134	PREGO 17X21	GERDAL	12	R$ 8,50	R$ 102,00
1	145	REGISTRO VS ESFERA COMPACTO 25 SOLDALVEL	PLASTILIT	5	R$ 12,50	R$ 62,50
1	147	REGISTRO VS ESFERA COMPACTO 50 SOLDALVEL	PLASTILIT	7	R$ 28,00	R$ 196,00
1	151	TE 25MM SOLDAVEL	PLASTILIT	7	R$ 0,85	R$ 5,95
1	189	VERGALHÃO DE FERRO CA-50 5/16 12 MTS	GERDAL	37	R$ 19,00	R$ 703,00
1	214	MAGUEIRA P/ JARDIM / SUPERFLEXIVEL SILICONE	SUNFLEX	75	R$ 2,90	R$ 870,00

VALOR TOTAL ADITIVADO R$ 2.086,95
3.0 CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO:
3.1 O prazo de vigência do CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 082/2017, que findaria em 09 de maio de 2018, fica prorrogado por mais 120 (cento e vinte) dias, findando em 09 de setembro 2018.
4.0 – CLÁUSULA QUARTA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
4.1 A alteração contratual a qual se refere o presente Termo Aditivo, se faz com base nos artigos 57, II, e 65, §1º, ambos da Lei nº 8.666/93, e Cláusula Quarta do CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 082/2017.
5.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO:
5.1 Ficam ratificadas as demais Cláusulas e condições avençadas anteriormente no CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 082/2017.
Tuneiras do Oeste, 09 de maio de 2018.
MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE
Taketoshi Sakurada
Prefeito Municipal E. M. D. LOPES CONSTRUÇÃO
Edna Morais Damasceno Lopes
Representante Legal
Contratante Contratada
Testemunhas:
1 . ______________________ 2. ______________________
Nome: José Vinícius Cuareli Alécio Nome: Aline Cristina Valerio
R.G. : 9.826.159-1 SSP/PR R.G. : 9.546.342-8 SSP/PR

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE

Estado do Paraná
1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 083/2017
Pelo presente instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Santa Catarina, 409, Centro, Paço Municipal, nesta cidade, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.247.329/0001-13, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Taketoshi Sakurada, brasileiro, casado, portador da CI/RG nº 1.642.664-4 SSP/PR, inscrito no CPF/MF nº 281.629.279-72, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa FERNANDO TAVARES FERREIRA & CIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 78.691.763/0001-13, com estabelecimento à Av. Rio de Janeiro, 13, Centro, na cidade de Tuneiras do Oeste, representada neste ato por Fernando Tavares Ferreira, brasileiro, casado, empresário, portadora da CI/RG nº 3.655.941-1/SSP-PR, e inscrito(a) no CPF/MF nº 500.382.309-68, doravante denominada CONTRATADA, tem entre si justo e acertado o presente TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 083/2017, oriundo do PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2017 (PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 039/2017), com as seguintes condições:
1.0 CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:
1.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato supra, oriundo da PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2017 (PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 039/2017), considerando a vantajosidade à Administração Pública e observando a viabilidade técnica e econômica da contratação no que diz respeito a economia de recursos, agilidade, centralização dos serviços e principalmente dar continuidade ao objeto licitado.
2.0 CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR ADITIVADO:
2.1 Com a alteração nas quantidades inicialmente contratadas, o valor inicial do Contrato passa de R$-218.418,00 (duzentos e dezoito mil quatrocentos e dezoito reais) para R$-221.437,70 (duzentos e vinte e um il quatrocentos e trinta e sete reais e setenta centavos), considerando o acréscimo de R$-3.019,70 (três mil dezenove reais e setenta centavos), referente as quantidades aditivadas dos itens abaixo relacionados:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	13	ARAME LISO GALVANIZADO Nº18	GERDAU	5	R$ 13,90	R$ 69,50
1	22	BALDE P/ PEDREIRO 10 LT.	CIPLA	5	R$ 10,90	R$ 54,50
1	29	CADEADO 30MM	STAM	6	R$ 17,70	R$ 106,20
1	30	CADEADO 45 MM	STAM	6	R$ 26,60	R$ 159,60
1	31	CADEADO 20MM	STAM	5	R$ 11,80	R$ 59,00
1	32	CADEADO 25MM	STAM	5	R$ 14,00	R$ 70,00
1	131	PORTA LISA EM MADEIRA PINUAS 2,10 X 0,80	1ª	6	R$ 81,00	R$ 486,00
1	171	TORNEIRA GIRATÓRIA INOX LAVATÓRIO ½ BANCADA	KELLY	5	R$ 44,90	R$ 224,50
1	172	TORNEIRA GIRATÓRIA INOX LAVATÓRIO ½ PAREDE	KELLY	6	R$ 45,90	R$ 275,40
2	12	TINTA ACRÍLICA FOSCO, LATA 18 LITROS, COM CERTIFICADO DA ABRAFATI -PREMIUM	DACAR	7	R$ 165,00	R$ 1.155,00
2	13	TINTA ESMALTE SINTÉTICO, GALÃO 3,6 LITROS, COM CERTIFICADO DA ABRAFATI - PRIMIUM	DACAR	5	R$ 72,00	R$ 360,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO R$ 3.019,70
3.0 CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO:
3.1 O prazo de vigência do CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 083/2017, que findaria em 09 de maio de 2018, fica prorrogado por mais 120 (cento e vinte) dias, findando em 09 de setembro 2018.
4.0 – CLÁUSULA QUARTA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
4.1 A alteração contratual a qual se refere o presente Termo Aditivo, se faz com base nos artigos 57, II, e 65, §1º, ambos da Lei nº 8.666/93, e Cláusula Quarta do CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 083/2017.
5.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO:
5.1 Ficam ratificadas as demais Cláusulas e condições avençadas anteriormente no CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 083/2017.
Tuneiras do Oeste, 09 de maio de 2018.
MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE
Taketoshi Sakurada
Prefeito Municipal
FERNANDO TAVARES
FERREIRA & CIA LTDA
Fernando Tavares Ferreira
Representante Legal
Contratante Contratada
Testemunhas:
1 . ______________________ 2. ______________________
Nome: José Vinícius Cuareli Alécio Nome: Aline Cristina Valerio
R.G. : 9.826.159-1 SSP/PR R.G. : 9.546.342-8 SSP/PR

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE

ESTADO DO PARANÁ
1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 084/2017
Pelo presente instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Santa Catarina, 409, Centro, Paço Municipal, nesta cidade, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.247.329/0001-13, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Taketoshi Sakurada, brasileiro, casado, portador da CI/RG nº 1.642.664-4 SSP/PR, inscrito no CPF/MF nº 281.629.279-72, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa NEIDE DANTAS DO NASCIMENTO MATERIAIS - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.962.217/0001-70, com estabelecimento à Rua São Paulo, 463, Centro, na cidade de Tuneiras do Oeste, representada neste ato por Neide Dantas do Nascimento, brasileiro, casado, empresário, portadora da CI/RG nº 5.515.900-9/SSP-PR, e inscrito(a) no CPF/MF nº 030.807.349-55, doravante denominada CONTRATADA, tem entre si justo e acertado o presente TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 084/2017, oriundo do PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2017 (PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 039/2017), com as seguintes condições:
1.0 CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:
1.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato supra, oriundo da PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2017 (PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 039/2017), considerando a vantajosidade à Administração Pública e observando a viabilidade técnica e econômica da contratação no que diz respeito a economia de recursos, agilidade, centralização dos serviços e principalmente dar continuidade ao objeto licitado.
2.0 CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR ADITIVADO:
2.1 Com a alteração nas quantidades inicialmente contratadas, o valor inicial do Contrato passa de R$-77.553,79 (setenta e set mil quinhentos e cinquenta e três reais e setenta e nove centavos) para R$-79.997,69 (setenta e nove mil novecentos e noventa e sete reais e sessenta e nove centavos), considerando o acréscimo de R$-2.443,90 (dois mil quatrocentos e quarenta e três reais e noventa centavos), referente as quantidades aditivadas dos itens abaixo relacionados:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	16	AREIA LAVADA GROSSA	ITAIPU	25	R$ 84,90	R$ 2.122,50
1	143	REGISTRO GAVETA INOX ¾ C-33	RAINHA	5	R$ 42,50	R$ 212,50
1	144	REGISTRO PRESSÃO INOX ¾ C-33	RAINHA	3	R$ 36,30	R$ 108,90

VALOR TOTAL HOMOLOGADO R$ 2.443,90
3.0 CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO:
3.1 O prazo de vigência do CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 084/2017, que findaria em 09 de maio de 2018, fica prorrogado por mais 120 (cento e vinte) dias, findando em 09 de setembro 2018.
4.0 – CLÁUSULA QUARTA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
4.1 A alteração contratual a qual se refere o presente Termo Aditivo, se faz com base nos artigos 57, II, e 65, §1º, ambos da Lei nº 8.666/93, e Cláusula Quarta do CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 084/2017.
5.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO:
5.1 Ficam ratificadas as demais Cláusulas e condições avençadas anteriormente no CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 084/2017.
Tuneiras do Oeste, 09 de maio de 2018.
MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE
Taketoshi Sakurada
Prefeito Municipal
NEIDE DANTAS DO NASCIMENTO MATERIAIS - ME
Neide Dantas do Nascimento
Representante Legal
Contratante Contratada
Testemunhas:
1 . ______________________ 2. ______________________
Nome: José Vinícius Cuareli Alécio Nome: Aline Cristina Valerio
R.G. : 9.826.159-1 SSP/PR R.G. : 9.546.342-8 SSP/PR

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE

ESTADO DO PARANÁ
EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 041/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2018
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 065/2018
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS, TIPO HORTIFRÚTI, COM FORNECIMENTO PARCELADO, PARA ABASTECIMENTO DAS UNIDADES ESCOLARES MUNICIPAIS DE TUNEIRAS DO OESTE.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE
CONTRATADA: SENEP ARMANDO PEDROZO AMARILLA 80027872939
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 MESES (04/06/2018 A 03/06/2019)
VALOR: R$-42.904,00
FORO: Comarca de Cruzeiro do Oeste/PR.
Tuneiras do Oeste, em 4 de Junho de 2018.
MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE
Taketoshi Sakurada
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE

ESTADO DO PARANÁ
EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 042/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2018
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 066/2018
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS, TIPO HORTIFRÚTI, COM FORNECIMENTO PARCELADO, PARA ABASTECIMENTO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE TUNEIRAS DO OESTE.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE
CONTRATADA: SENEP ARMANDO PEDROZO AMARILLA 80027872939
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 MESES (04/06/2018 A 03/06/2019)
VALOR: R$-25.885,90
FORO: Comarca de Cruzeiro do Oeste/PR.
Tuneiras do Oeste, em 4 de Junho de 2018.
MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE
Taketoshi Sakurada
Prefeito Municipal

Publicações legais

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE

Estado do Paraná
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
Pregão 30/2018
PROCESSO ADMINISTRATIVO 40/2018
Pelo presente Termo de Homologação, o Prefeito Municipal, Taketoshi Sakurada, nos termos do art. 38, VII, e 43, VI, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, do art. 4º, XXI da Lei Federal nº 10.520/02, do art. 90, I da Lei Estadual nº 15.608/07 e o do art. 30 do Decreto Municipal nº 016/06, faz saber que após análise dos atos praticados e observância do cumprimento das formalidades legais, e considerando o Parecer Jurídico exarado, HOMOLOGA a licitação acima descrita, que tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE., em favor do(s) seguinte(s) vencedor(es):
Fornecedor: L. BLANCO & BLANCO LTDA - ME
CNPJ/CPF: 82.337.502/0001-77

Item	Descrição	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	ARRUELA LISA 1/4	CISER	188,00	R$ 0,02	R$ 3,76
2	ARRUELA QUADRADA	CISER	113,00	R$ 0,30	R$ 33,90
3	BARRA ROSCADA 1/4 X 1 MT	CISER	19,00	R$ 2,50	R$ 47,50
4	BASE P/ RELE FOTOCELULA	MAR-GIRIUS	30,00	R$ 3,50	R$ 105,00
5	CABO FLEXÍVEL 10,0MM	CONDUSUL	375,00	R$ 3,70	R$ 1.387,50
6	CABO FLEXÍVEL 16,0MM	CONDUSUL	375,00	R$ 6,50	R$ 2.437,50
7	CAIXA CN	ATHUAL	15,00	R$ 65,00	R$ 975,00
8	CAIXA DE PASSAGEM DE CONCRETO 30X30	MEGAPOSTE	45,00	R$ 30,00	R$ 1.350,00
9	CONECTOR PERFURANTE GRANDE	INTELLI	450,00	R$ 7,50	R$ 3.375,00
10	CONECTOR SPLIT BOLD 50,0MM	INTELLI	113,00	R$ 7,50	R$ 847,50
11	CONECTOR SPLIT BOLD 95,0MM	INTELLI	150,00	R$ 9,90	R$ 1.485,00
12	CONECTOR TAPITE	INTELLI	225,00	R$ 3,50	R$ 787,50
13	CONTATOR CWM MOTOR 18A	SCHUMACHER	15,00	R$ 80,00	R$ 1.200,00
14	CONTATOR CWM MOTOR 25A	SCHUMACHER	15,00	R$ 85,00	R$ 1.275,00
15	CONTATOR CWM MOTOR 32A	SCHUMACHER	15,00	R$ 120,00	R$ 1.800,00
16	CONTATOR CWM MOTOR 40A	SCHUMACHER	15,00	R$ 150,00	R$ 2.250,00
17	CONTATOR CWM MOTOR 50A	SCHUMACHER	8,00	R$ 250,00	R$ 2.000,00
18	DISJUNTOR DIN 2 X 32A	SICA	23,00	R$ 18,00	R$ 414,00
19	DISJUNTOR DIN 2 X 40A	SICA	23,00	R$ 18,00	R$ 414,00
20	DISJUNTOR DIN 2 X 50A	SICA	23,00	R$ 15,00	R$ 345,00
21	DISJUNTOR DIN 2 X 5A	SICA	27,00	R$ 15,00	R$ 405,00
22	DISJUNTOR DIN 3 X 32A	SICA	23,00	R$ 25,00	R$ 575,00
23	DISJUNTOR DIN 3 X 40A	SICA	12,00	R$ 25,00	R$ 300,00
24	DISJUNTOR DIN 3 X 50A	SICA	12,00	R$ 25,00	R$ 300,00
25	FITA ALTA FUSÃO	ENERBRAS	75,00	R$ 15,00	R$ 1.125,00
26	FITA ISOLANTE 20 MTS	ENERBRAS	150,00	R$ 3,50	R$ 525,00
27	GLOBO SP G ANTIVANDALISMO C/ CINTA E PINÁCULO	PROJELUZ	23,00	R$ 150,00	R$ 3.450,00
28	LÂMPADA V. METÁLICA 150W E-40	OUROLUX	150,00	R$ 23,00	R$ 3.450,00
29	LÂMPADA V. METÁLICA 250W E-40	OUROLUX	150,00	R$ 29,90	R$ 4.485,00
30	LÂMPADA V. METÁLICA 400W E-40	OUROLUX	113,00	R$ 31,50	R$ 3.559,50
31	LÂMPADA VAPOR SÓDIO 150W	OUROLUX	150,00	R$ 22,70	R$ 3.405,00
32	LAMPADA VAPOR SODIO 250 W	OUROLUX	150,00	R$ 25,50	R$ 3.825,00
33	LAMPADA VAPOR SODIO 70W	OUROLUX	375,00	R$ 9,00	R$ 3.375,00
34	LUMINÁRIA RETRÁTIL PINÁCULO RECEP. E-40	PROJELUZ	15,00	R$ 400,00	R$ 6.000,00
35	METROS DE CABO PP 2 X 2,5 MM	CONDUSUL	1.125,00	R$ 2,70	R$ 3.037,50
36	METROS DE CABO PP 2 X 4,0MM	CONDUSUL	488,00	R$ 4,00	R$ 1.952,00
37	PADRÃO COPEL SAÍDA SUBTERRÂNEA 2X50A	MEGAPOSTE	4,00	R$ 450,00	R$ 1.800,00
38	PADRÃO COPEL SAÍDA SUBTERRÂNEA 3X50A	MEGAPOSTE	4,00	R$ 500,00	R$ 2.000,00
39	PARAFUSO MAQUINA 200 MM 5/8 X 8	ONIX	38,00	R$ 2,50	R$ 95,00
40	PARAFUSO MAQUINA 250 MM 5/8 X 10	ONIX	38,00	R$ 3,00	R$ 114,00
41	PARAFUSO MAQUINA 300 MM 5/8 X 12	ONIX	38,00	R$ 4,00	R$ 152,00
42	PORCA TORNEADA ZINCADA 1/4	CISER	75,00	R$ 0,10	R$ 7,50
43	PRENSA CABO 3/8 PG-11	SCHUMACHER	15,00	R$ 3,60	R$ 54,00
44	REATOR V. METÁLICO EXT. 250W	ALMIRANTE	75,00	R$ 55,00	R$ 4.125,00
45	REATOR V. METÁLICO EXT. 400W	ALMIRANTE	75,00	R$ 62,00	R$ 4.650,00
46	REATOR V. SÓDIO COM BASE 150W	ALMIRANTE	75,00	R$ 49,00	R$ 3.675,00
47	REATOR V. SÓDIO COM BASE 250W	ALMIRANTE	75,00	R$ 59,90	R$ 4.492,50
48	REATOR V. SÓDIO COM BASE 70W	ALMIRANTE	150,00	R$ 39,90	R$ 5.985,00
49	REATOR V. SÓDIO INTERNO 250W	ALMIRANTE	75,00	R$ 45,50	R$ 3.412,50
50	REATOR V. SÓDIO INTERNO 400W	ALMIRANTE	38,00	R$ 53,50	R$ 2.033,00
51	RECEPTÁCULO REFORÇADO E27	DERCOLUX	75,00	R$ 3,00	R$ 225,00
52	RECEPTÁCULO REFORÇADO E40	DERCOLUX	75,00	R$ 9,00	R$ 675,00
53	REFLETOR LED 100W	MAKLED	75,00	R$ 150,00	R$ 11.250,00
54	REFLETOR LED 150W	MAKLED	75,00	R$ 180,00	R$ 13.500,00
55	REFLETOR LED 200W	MAKLED	38,00	R$ 230,00	R$ 8.740,00
56	REFLETOR LED 50W	MAKLED	75,00	R$ 70,00	R$ 5.250,00
57	RELE FOTOCELULA	MARGIRIUS	600,00	R$ 12,50	R$ 7.500,00
58	TRILHO TS35 LISO BORN/CONTAT/2MTS	ENERBRAS	4,00	R$ 15,59	R$ 62,34

Valor Total Homologado - R$ 142.100,00

Fornecedor: VIOTO, ROCHA & CIA LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 77.341.352/0001-35

Item	Descrição	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	ARRUELA LISA 1/4	CISER	62,00	R$ 0,05	R$ 3,10
2	ARRUELA QUADRADA	CISER	37,00	R$ 0,33	R$ 12,21
3	BARRA ROSCADA 1/4 X 1 MT	CISER	6,00	R$ 2,85	R$ 17,10
4	BASE P/ RELE FOTOCELULA	DREI K	10,00	R$ 5,56	R$ 55,60
5	CABO FLEXÍVEL 10,0MM	RCM	125,00	R$ 4,04	R$ 505,00
6	CABO FLEXÍVEL 16,0MM	RCM	125,00	R$ 6,46	R$ 807,50
7	CAIXA CN	G LUNA	5,00	R$ 72,20	R$ 361,00
8	CAIXA DE PASSAGEM DE CONCRETO 30X30	INCOPOSTES	15,00	R$ 27,55	R$ 413,25
9	CONECTOR PERFURANTE GRANDE	INTELLI	150,00	R$ 7,60	R$ 1.140,00
10	CONECTOR SPLIT BOLD 50,0MM	INTELLI	37,00	R$ 6,65	R$ 246,05
11	CONECTOR SPLIT BOLD 95,0MM	INTELLI	50,00	R$ 13,30	R$ 665,00
12	CONECTOR TAPITE	INTELLI	75,00	R$ 1,90	R$ 142,50
13	CONTATOR CWM MOTOR 18A	SOPRANO	5,00	R$ 47,79	R$ 238,95
14	CONTATOR CWM MOTOR 25A	SOPRANO	5,00	R$ 58,81	R$ 294,05
15	CONTATOR CWM MOTOR 32A	SOPRANO	5,00	R$ 76,10	R$ 380,50
16	CONTATOR CWM MOTOR 40A	SOPRANO	5,00	R$ 134,90	R$ 674,50
17	CONTATOR CWM MOTOR 50A	SOPRANO	2,00	R$ 177,65	R$ 355,30
18	DISJUNTOR DIN 2 X 32A	SOPRANO	7,00	R$ 15,96	R$ 111,72
19	DISJUNTOR DIN 2 X 40A	SOPRANO	7,00	R$ 17,10	R$ 119,70
20	DISJUNTOR DIN 2 X 50A	SOPRANO	7,00	R$ 17,10	R$ 119,70
21	DISJUNTOR DIN 2 X 5A	SOPRANO	8,00	R$ 15,96	R$ 127,68
22	DISJUNTOR DIN 3 X 32A	SOPRANO	7,00	R$ 21,85	R$ 152,95
23	DISJUNTOR DIN 3 X 40A	SOPRANO	3,00	R$ 23,75	R$ 71,25
24	DISJUNTOR DIN 3 X 50A	SOPRANO	3,00	R$ 23,75	R$ 71,25
25	FITA ALTA FUSÃO	ENERBRAS	25,00	R$ 9,60	R$ 240,00
26	FITA ISOLANTE 20 MTS	SOPRANO	50,00	R$ 2,95	R$ 147,50
27	GLOBO SP G ANTIVANDALISMO C/ CINTA E PINÁCULO	STILLO	7,00	R$ 94,24	R$ 659,68
28	LÂMPADA V. METÁLICA 150W E-40	EMPALUX	50,00	R$ 21,95	R$ 1.097,50
29	LÂMPADA V. METÁLICA 250W E-40	EMPALUX	50,00	R$ 27,27	R$ 1.363,50
30	LÂMPADA V. METÁLICA 400W E-40	EMPALUX	37,00	R$ 27,79	R$ 1.028,23
31	LÂMPADA VAPOR SÓDIO 150W	EMPALUX	50,00	R$ 17,86	R$ 893,00
32	LAMPADA VAPOR SODIO 250 W	EMPALUX	50,00	R$ 21,19	R$ 1.059,50
33	LAMPADA VAPOR SODIO 70W	EMPALUX	125,00	R$ 12,35	R$ 1.543,75
34	LUMINÁRIA RETRÁTIL PINÁCULO RECEP. E-40	FRJ	5,00	R$ 223,63	R$ 1.118,15
35	METROS DE CABO PP 2 X 2,5 MM	RCM	375,00	R$ 2,52	R$ 945,00
36	METROS DE CABO PP 2 X 4,0MM	RCM	162,00	R$ 3,97	R$ 643,14
37	PADRÃO COPEL SAÍDA SUBTERRÂNEA 2X50A	INCOPOSTES	1,00	R$ 387,06	R$ 387,06
38	PADRÃO COPEL SAÍDA SUBTERRÂNEA 3X50A	INCOPOSTES	1,00	R$ 409,07	R$ 409,07
39	PARAFUSO MAQUINA 200 MM 5/8 X 8	ROMA	12,00	R$ 2,66	R$ 31,92
40	PARAFUSO MAQUINA 250 MM 5/8 X 10	ROMA	12,00	R$ 3,80	R$ 45,60
41	PARAFUSO MAQUINA 300 MM 5/8 X 12	ROMA	12,00	R$ 4,75	R$ 57,00
42	PORCA TORNEADA ZINCADA 1/4	CISER	25,00	R$ 0,10	R$ 2,50
43	PRENSA CABO 3/8 PG-11	LUKMA	5,00	R$ 2,19	R$ 10,95
44	REATOR V. METÁLICO EXT. 250W	HIDROWATS	25,00	R$ 61,70	R$ 1.542,50
45	REATOR V. METÁLICO EXT. 400W	HIDROWATS	25,00	R$ 81,89	R$ 2.047,25
46	REATOR V. SÓDIO COM BASE 150W	HIDROWATS	25,00	R$ 64,89	R$ 1.622,25
47	REATOR V. SÓDIO COM BASE 250W	HIDROWATS	25,00	R$ 72,91	R$ 1.822,75
48	REATOR V. SÓDIO COM BASE 70W	HIDROWATS	50,00	R$ 48,83	R$ 2.441,50
49	REATOR V. SÓDIO INTERNO 250W	HIDROWATS	25,00	R$ 53,58	R$ 1.339,50
50	REATOR V. SÓDIO INTERNO 400W	HIDROWATS	12,00	R$ 69,01	R$ 828,12
51	RECEPTÁCULO REFORÇADO E27	FOXLUX	25,00	R$ 2,95	R$ 73,75
52	RECEPTÁCULO REFORÇADO E40	FOXLUX	25,00	R$ 6,70	R$ 167,50
53	REFLETOR LED 100W	REMANCI	25,00	R$ 131,96	R$ 3.299,00
54	REFLETOR LED 150W	REMANCI	25,00	R$ 230,28	R$ 5.757,00
55	REFLETOR LED 200W	REMANCI	12,00	R$ 271,70	R$ 3.260,40
56	REFLETOR LED 50W	REMANCI	25,00	R$ 63,18	R$ 1.579,50
57	RELE FOTOCELULA	DREI K	200,00	R$ 12,35	R$ 2.470,00
58	TRILHO TS35 LISO BORN/CONTAT/2MTS	LUKMA	1,00	R$ 10,07	R$ 10,07

Valor Total Homologado - R$ 47.030,00
Publique-se, e após encaminhe-se ao Pregoeiro para as providências cabíveis.
Tuneiras do Oeste, 04 de junho de 2018.
Taketoshi Sakurada
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 340/2018
TAKETOSHI SAKURADA, Prefeito do Município de Tuneiras do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto do artigo 057 da Lei nº 060 de 27 de Outubro de 2010, resolve,
CONCEDER em conformidade com o Artigo 057 da Lei nº 060/2010, 30 (trinta), dias de férias regulamentares, aos servidores (a) abaixo discriminados, ocupantes de cargos do quadro de servidores deste município.

Nº	NOME	CARGO	ANO BASE	PERÍODO DE FÉRIAS
001	APARECIDA PEREIRA DA SILVA VIEIRA	GARI	2016/2017	04/05/2018 A 02/06/2018
002	MARY CRISTINA DA SILVA SOUZA	TECNICO EM ENFERMAGEM	2015/2016	20/04/2018 A 19/05/2018
003	JULIANA FERREIRA DE SOUZA	AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE	2015/2016	23/04/2018 A 07/05/2018
004	JOSIANE ILDA GOBI	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	2016/2017	26/04/2018 A 25/05/2018
005	HELENA MARIA LIBERATO DO PRADO	GARI	2016/2017	23/04/2018 A 22/05/2018
006	PATRICIA NOVAES SANTOS	DENTISTA	2014/2015	07/05/2018 A 05/06/2018
007	JULIENE LOPES	RECEPCIONISTA	2016/2017	02/05/2018 A 31/05/2018
008	MARIA ADELIA APARECIDA GUILHERME BUZATTO	AGENTE COMUNITARIA DE SAÚDE	2016/2017	23/04/2018 A 07/05/2018
009	LINALRIA MARTINS BOTELHO BISPO	AUX. DE ENFERMAGEM	2014/2015	07/05/2018 A 05/06/2018
010	ELOISA APARECIDA DE DEUS AMARO DA SILVA	PROFESSORA	2016/2017	02/05/2018 A 16/05/2018
011	SILVANA DOS SANTOS BRAZ LIFANT	EDUCADOR INFANTIL	2016/2017	15/05/2018 A 29/05/2018
012	TAIS ALESSANDRA SANTOS SILVA	CONSELHEIRO TUTELAR	2017/2018	21/05/2018 A 19/06/2018
013	MATILDE CAPICHE DA SILVA	GARI	2017/2018	24/05/2018 A 22/06/2018

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE CUMPRA-SE
Tuneiras do Oeste - Pr, 30 de Maio 2018.
TAKETOSHI SAKURADA
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 26/2018
Exonera servidora de cargo em comissão e dá outras providências.
A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais, e nos termos da Resolução nº 001/2008 de 04 de julho de 2008, e, tendo em vista a solicitação formulada pela Vereadora Maria de Jesus Ornelas Valle,
RESOLVE:
I - Exonerar, a servidora Maria Cristiane Jacintho, portadora da Cédula de Identidade RG nº 9.042.160-3-SSP/PR, ocupante do cargo em comissão de Chefe de Gabinete de Vereador – símbolo CC-01, lotada no gabinete da Vereadora Maria de Jesus Ornelas Valle, a partir do dia 01 de junho de 2018.
II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.
CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA, 30 de maio de 2018.
Maria de Jesus Ornelas Valle
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 27/2018
Nomeia servidora para cargo em comissão e dá outras providências.
A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais, e nos termos da Resolução nº 001/2008 de 04 de julho de 2008,
RESOLVE:
Art. 1º. Nomear MARIA CRISTIANE JACINTHO, portadora da Cédula de Identidade RG nº 9.042.160-3/SSP-PR, para ocupar o cargo em comissão de Chefe de Gabinete da Presidência, símbolo CC-01A, a partir do dia 01 de junho de 2018.
Art. 2º. Conceder à referida servidora, Gratificação por Representação - GR, no percentual de 100% (cem por cento) sobre o valor do símbolo CC-01A, a partir de 01 de junho de 2018.
Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA, 30 de maio de 2018.
Maria de Jesus Ornelas Valle
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 28/2018
Constitui Comissão Especial de Avaliação de Desempenho.
A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Umuarama, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais, e,
- CONSIDERANDO o disposto no art. 41, § 4º da Constituição Federal, § 1º do art. 31 da Resolução nº 1/2008, de 04 de julho de 2008, e,
- CONSIDERANDO, a Aposentadoria da servidora efetiva Terezinha da Rocha Meier, ex-membro da Comissão,
RESOLVE:
Art. 1º. Fica constituída Comissão Especial de Avaliação de Desempenho, composta pelos seguintes servidores efetivos da Câmara Municipal de Umuarama a partir de 01 de junho de 2018:
I – SERGIO DIAS ARAUJO, portador da Cédula de Identidade RG nº 21.678.298-3-SSP-SP – Presidente;
II – LUCÍLIA CARDOSO FRANCISCO, portadora da Cédula de Identidade RG nº 4.599.770-7-SSP-PR – Membro;
III – SIMONE APARECIDA DE FREITAS, portadora da Cédula de Identidade RG nº 5.351.537-1-SSP-PR, – Membro.
Art. 2º. Fica concedido aos servidores efetivos constituídos a Função Gratificada – FG-01, a partir de 01 de junho de 2018.
Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria nº 76/2017, de 21 de setembro de 2017.
CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA, 30 de maio de 2018.
Maria de Jesus Ornelas Valle
Presidente
Ana Carla Novais dos Santos
1º Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAMBRÊ

ESTADO DO PARANÁ
Extrato de Termo Aditivo
Termo aditivo nº001
REF: CONTRATO DE FORNECIMENTO N°099/2017
Contratante: MUNICÍPIO DE XAMBRÊ
Contratado: ELETROLED COMERCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI -EPP
Cláusula Primeira: Fica acrescido no valor inicialmente disposto na clausula quarta a importância de R$ 13.036,00 (treze mil e trinta e seis reais) totalizando R$ 170.437,30 (cento e setenta mil quatrocentos e trinta e sete reais e trinta centavos) em razão do aumento no fornecimento parcelado de materiais elétricos para manutenção da iluminação pública e manutenção de pequenos reparos nas instalações elétricas conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do presente aditivo
Cláusula Segunda: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Xambrê, 23 de maio de 2018.
WALDEMAR DOS SANTOS RIBEIRO FILHO
Prefeito Municipal de Xambrê

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAMBRÊ

ESTADO DO PARANÁ
DECRETO Nº 045/2018
Nomeia gestores dos recursos do FUNDEB da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
O PREFEITO MUNICIPAL DE XAMBRÊ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,
DECRETA:
Art. 1º - Fica nomeado o Prefeito Municipal, conjuntamente com a Secretária Municipal de Fazenda para gerenciar os recursos repassados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), destinados a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes do Município de Xambrê/PR, inscrita no CNPJ sob o nº 30.421.771/0001-13.
Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Município de Xambrê, 04 de junho de 2018.
WALDEMAR DOS SANTOS RIBEIRO FILHO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAMBRÊ

ESTADO DO PARANÁ
ATO DE HOMOLOGAÇÃO
Homologado o julgamento proferido pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio sobre propostas apresentadas ao Pregão nº008/2018.
O PREFEITO MUNICIPAL DE XAMBRÊ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.
Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio sobre propostas apresentadas no Pregão nº008/2018 PMX, objetivando a contratação de empresa para prestação de serviços funerários com fornecimento de urnas e translado para atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade social/financeira, em atendimento a Secretaria de Assistência Social do município de Xambrê, Estado do Paraná, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus Anexos, tendo sido declarada vencedora a(s) empresa(s) abaixo especificadas, nos termos da ata anexada no referido processo:
VENCEDORES VALOR TOTAL (R$)
ODAIR DE VICENTE - ME 59.900,00
Art.2º. Autoriza a contratação após cumprir todas as formalidades legais nos termos do art. 54 e seguintes da Lei 8.666/93.
Xambrê- Pr, 04 de junho de 2018.
WALDEMAR DOS SANTOS RIBEIRO FILHO
Prefeito Municipal de Xambrê

CÂMARA MUNICIPAL DE XAMBRÊ

ESTADO DO PARANÁ
LEI N.º 2126/2018
SÚMULA: Altera dispositivos da Lei Orgânica do Município de Xambrê e dá outras providências.
A CÂMARA MUNICIPAL DE XAMBRÊ, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu Presidente, promulgo a seguinte Lei:
Art. 1º. O art. 26 da Lei Orgânica Municipal n.º 01/90 passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 26. As viagens a serviço do município serão custeadas através de:
I – Ressarcimento, nas modalidades adiantamento e reembolso, exigindo-se a comprovação das despesas e, no caso de adiantamento, a restituição do valor não utilizado;
II – Diária, em valor compatível com a dignidade do cargo e a localidade visitada, dispensando-se a comprovação das despesas, que deverá ser substituída pela apresentação de relatório de viagem.
§ 1º Serão custeados os gastos relativos a alimentação, hospedagem e transporte, em trânsito e no destino.
§ 2º Os Poderes Executivo e Legislativo disporão por meio de lei ordinária a sistemática de custeio de viagens para seus servidores e agentes políticos.
Art. 2º - Esta Emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas todas as disposições em contrário.
Xambrê, 04 de junho de 2018.
ADRIANO CARDOZO DA SILVA
Presidente

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO

Av. Presidente Castelo Branco, nº 3302, salas 5 e 6
CEP: 87.503-200 Umuarama-PR
Fones: (44) 3906-1092 ou 3906-1019 / Celular: (44) 98457-1109
E-mail: cmdi@umuarama.pr.gov.br
RESOLUÇÃO nº 06, de 30 de maio de 2018
Súmula: Aprova a liberação de recursos financeiros alocados no Fundo Municipal dos Direitos do Idoso – FMDI, referente às doações direcionadas.
O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Umuarama, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições asseguradas pela Lei Federal nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, Lei Municipal n° 3.087, de 17 de outubro de 2007 e suas alterações e, Regimento Interno e,
CONSIDERANDO o que dispõe a Lei nº 3.730, de 27 de julho de 2011, que cria o Fundo Municipal dos Direitos do Idoso,
CONSIDERANDO a Resolução CMDI nº 03, de 21 de outubro de 2016, a qual determina que os recursos financeiros oriundos de doação casada para entidades inscritas neste Conselho serão repassados na proporção de 80% para a entidade indicada pelo doador e 20% será destinado ao Fundo Municipal dos Direitos do Idoso – FMDI,
CONSIDERANDO a deliberação da Plenária em Reunião Extraordinária deste Conselho no dia 30 de maio de 2018, às 8 horas na Sala de Reuniões da Secretaria Executiva dos Conselhos de Umuarama,
RESOLVE:
Art. 1º. Aprovar a liberação de R$ 6.400,00 (seis mil e quatrocentos reais), alocados no Fundo Municipal dos Direitos do Idoso – FMDI, referente às doações direcionadas.
Parágrafo Único. Será beneficiada a seguinte entidade:
I – Lar São Vicente de Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 76.283.589/0001-44, receberá R$ 6.400,00 (seis mil e quatrocentos reais) referente às doações direcionadas realizadas em 25/09/2017 e em 20/12/2017;
Art. 2º. A entidade deverá apresentar à Secretaria Municipal de Assistência Social o Plano de Aplicação dos materiais de consumo ou permanentes, os quais serão adquiridos através de licitação.
Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Umuarama-PR, 30 de maio de 2018.
Sebastiana Ruiz Garcia

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE

Estado do Paraná
PORTARIA Nº. 341/2018
Torna públicas as diárias concedidas aos servidores (a) do Município de Tuneiras do Oeste no período de 01/05/2018 até 31/05/2018, conforme preconiza A Lei Ordinária nº 002/2013;
TAKETOSHI SAKURADA, Prefeito Municipal de Tuneiras do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 75, incisos XXI e XXV da Lei Orgânica do Município de Tuneiras do Oeste.
CONSIDERANDO o disposto nos parágrafos 1 ao 5º do art. 1º da Lei Municipal nº 002/2013, de 14 de março de 2013, que regulamenta a concessão de diária de viagem ao Prefeito, Vice-Prefeito, e Servidores Municipais do Município de Tuneiras do Oeste.
CONSIDERANDO o disposto no art. 12, da Instrução Normativa nº 089, de 28 de fevereiro de 2013 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que indica definições e procedimentos técnicos básicos com vistas à padronização de critérios para o adequado e uniforme exercício dos controles interno, externo e social de Entidades Municipais;
RESOLVE:
Art. 1º Ficam ratificadas as diárias de viagem concedidas aos servidores do Município de Tuneiras do Oeste, durante o período de 01/05/2018 até 31/05/2018, conforme relatório anexo a esta Portaria expedido pela Divisão de Contabilidade.
Art.2º Os servidores beneficiários das diárias de viagem concedidas e as respectivas quantidades foram às seguintes:

Nº	NOME	DIÁRIAS
001	WILSON JOSE FRANCISCO	09
002	TAKETOSHI SAKURADA	05
003	JESSICA FRANCIELI OLIVEIRA DE SOUZA	02
004	ADRIANA MELO BEZERRA DE ARAUJO	02
005	EDIR OLIVEIRA DOS SANTOS	02
006	GILBERTO RODRIGUES SOBRINHO	03
007	CHISTIAN ALBERT FRANCISCO	01
008	PAULO RENATO AMARO JUNIOR	03

Art. 3º A finalidade da concessão das diárias de viagens concedidas no período a que se refere o art. 1º desta Portaria, é a constante no relatório anexo expedido pela Divisão de Contabilidade, e conforme justificado no Requerimento de Diária de Viagem anexo ao Empenho arquivado junto a Divisão de Tesouraria.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Tuneiras do Oeste, Pr, 04 de Junho de 2018.
TAKETOSHI SAKURADA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 345/2018
TAKETOSHI SAKURADA Prefeito do Município de Tuneiras do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Anexo I da Lei nº 069, de 10 de janeiro de 2011, resolve
RESOLVE:
Art. 1º - NOMEAR o Cidadão DIEGO DE SOUZA PARRA, portador do CPF nº 008.136.459-80, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de CHEFE DA CONSULTORIA GERAL, com símbolo CC-05, conforme a Lei Municipal nº 069/2011, de 10 de janeiro de 2011, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 008/2014, de 10 de setembro de 2014, a partir de 04 de Junho de 2018.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE
Tuneiras do Oeste, 04 de Junho de 2018.
TAKETOSHI SAKURADA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 344/2018
TAKETOSHI SAKURADA Prefeito do Município de Tuneiras do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 003/2018, de 21 de Março de 2018, resolve
NOMEAR:
Art. 1º A cidadã VIVIAN AMARO DA SILVA, portadora CPF nº 055.454.259-50, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de DIRETOR DE SERVIÇO DE INSPEÇÃO, símbolo CC 22, conforme a Lei Complementar nº 003/2018, de 21 de Março de 2018, a partir de 01 de Junho de 2018.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrario, com seus efeitos a partir da data supracitada.
PUBLIQUE-SE.
CUMPRA-SE.
Tuneiras do Oeste, 04 de Junho de 2018.
TAKETOSHI SAKURADA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 343/2018
TAKETOSHI SAKURADA, Prefeito do Município de Tuneiras do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto no Artigo 91 da Lei nº. 060 de 27 de Outubro de 2010 resolve,
CONCEDER
A servidora FABIOLA SANCHES, portadora do CPF. nº. 039.615.729-76, licença prêmio de 03 meses, referente ao qüinqüênio de 06/02/2012 à 06/02/2017 a ser gozada no período de 04/06/2018 a 04/09/2018, conforme Lei nº. 060 de 27 de Outubro de 2010, na forma como dispõe o Art. 091, sem prejuízo em seus vencimentos.
PUBLIQUE-SE CUMPRA-SE
Tuneiras do Oeste, 04 de Junho de 2018.
TAKETOSHI SAKURADA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 342/2018.
TAKETOSHI SAKURADA, Prefeito do Município de Tuneiras do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto no Artigo 8º e 9º da Lei nº 033/2013 de 24/09/2013, resolve:
CONCEDER
A servidora, RENATA BONDEZAN FERRARESI, portadora da cédula de identidade RG nº 12.362.978-7 e do CPF nº 081.997.219-36, ocupante do Cargo Professora, Nível A, Classe 01, mudança para do Nível B, Classe 01, em vista do preenchimento dos requisitos legais para a promoção, a partir de 01 de Junho de 2018.
Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrario, com efeitos a partir da data supra citada.
PUBLIQUE-SE CUMPRA-SE
Tuneiras do Oeste, 04 de Junho de 2018.
TAKETOSHI SAKURADA
PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE

Estado do Paraná
ATO DA MESA Nº 032/2018
AUTORIZA VIAGEM E CONCEDE DIÁRIAS
A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Tuneiras do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais constantes da Resolução nº 001/2013 e, a solicitação formulada pela Vereadora, Irani Aparecida de Almeida Ligero
R E S O L V E:
Art. 1º Fica a Vereadora, IRANI APARECIDA DE ALMEIDA LIGERO, autorizada a viajar a cidade de Curitiba/PR nos dias 05, 06, 07 e 08 de junho de 2018, para tratar de assuntos de interesse do município na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e demais Secretarias, conforme formulário de solicitação de diárias, cabendo-lhe o pagamento antecipado de 03 (três) diárias, nos termos dos artigos 1º e 3º, inciso II, da Resolução nº 01/2013.
Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
Edifício da Câmara Municipal de Tuneiras do Oeste, Estado do Paraná, 04 de junho de 2018.
JOSÉ CINÉSIO
Presidente
JOÃO ROBERTO BATISTA
Primeiro Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DIVISÃO DE POSTURA

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /724 / 2018
SEQUENCIA: 2

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A)**, com fundamento no artigo 2° da Lei 2.104 de 07 de maio de 1998, para que no prazo de 20 (vinte) dias, efetue a limpeza do imóvel abaixo descrito. **Quadra: 0027, Lote: 006B, N.º: S/Nº**

O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias previstas na Lei Complementar n° 129; e Lei Complementar n° 439 de 06 de julho de 2017.

Ressalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.

LEANDRO DA ROCHA NEVES CPF/CNPJ: 03036508937
CADASTRO: 465050 QUADRA: 0027 LOTE: 006B
ENDEREÇO: RUA FREI CANECA, S/Nº CEP: 87504420
BAIRRO: ZONA 4 COMPLEMENTO:

Atenciosamente — Umuarama, segunda-feira, 4 de junho de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Avenida Rio Branco, nº 3717 - Centro Cívico
CEP 87501-130 Umuarama - PR
Horário de Atendimento 08h00 às 11h30 e das 13h30 às 17h00.

COMUNICADO: 2 / 724 / 2018
LEANDRO DA ROCHA NEVES CPF/CNPJ: 03036508937
ENDEREÇO: RUA FREI CANECA, Nº 0 CEP.: 87500000 CIDADE: UMUARAMA UF.: PR

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DIVISÃO DE POSTURA

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /748 / 2018
SEQUENCIA: 5

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A)**, com fundamento no artigo 2° da Lei 2.104 de 07 de maio de 1998, para que no prazo de 20 (vinte) dias, efetue a limpeza do imóvel abaixo descrito. **Quadra: 0007, Lote: 0013, N.º: 3908**

O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias previstas na Lei Complementar n° 129; e Lei Complementar n° 439 de 06 de julho de 2017.

Ressalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.

AGROPECUARIA ZAHLE LTDA CPF/CNPJ: 85007813000166
CADASTRO: 2822000 QUADRA: 0007 LOTE: 0013
ENDEREÇO: RUA AMIARACI, 3908 CEP: 87508128
BAIRRO: JARDIM SAN MARTIN COMPLEMENTO:

Atenciosamente — Umuarama, segunda-feira, 4 de junho de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Avenida Rio Branco, nº 3717 - Centro Cívico
CEP 87501-130 Umuarama - PR
Horário de Atendimento 08h00 às 11h30 e das 13h30 às 17h00.

COMUNICADO: 5 / 748 / 2018
AGROPECUARIA ZAHLE LTDA CPF/CNPJ: 85007813000166
ENDEREÇO: RUA DR CAMARGO, Nº 4886 CEP.: 87502010 CIDADE: UMUARAMA UF.: PR

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DIVISÃO DE POSTURA

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /751 / 2018
SEQUENCIA: 6

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A)**, com fundamento no artigo 2° da Lei 2.104 de 07 de maio de 1998, para que no prazo de 20 (vinte) dias, efetue a limpeza do imóvel abaixo descrito. **Quadra: 0003, Lote: 0018, N.º: 2872**

O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias previstas na Lei Complementar n° 129; e Lei Complementar n° 439 de 06 de julho de 2017.

Ressalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.

SERGIO CAVINATTI RUBIO CPF/CNPJ: 44627467915
CADASTRO: 429900 QUADRA: 0003 LOTE: 0018
ENDEREÇO: RUA MARISTELA, 2872 CEP: 87504310
BAIRRO: ZONA 4 COMPLEMENTO:

Atenciosamente — Umuarama, segunda-feira, 4 de junho de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Avenida Rio Branco, nº 3717 - Centro Cívico
CEP 87501-130 Umuarama - PR
Horário de Atendimento 08h00 às 11h30 e das 13h30 às 17h00.

COMUNICADO: 3361 / 761 / 2018
SERGIO CAVINATTI RUBIO CPF/CNPJ: 44627467915
ENDEREÇO: AV GUARANI, Nº 3037 CEP.: 87504030 CIDADE: UMUARAMA UF.: PR

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DIVISÃO DE POSTURA

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /730 / 2018
SEQUENCIA: 7

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A)**, com fundamento no artigo 2° da Lei 2.104 de 07 de maio de 1998, para que no prazo de 20 (vinte) dias, efetue a limpeza do imóvel abaixo descrito. **Quadra: 0045, Lote: 020B, N.º: 6610**

O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias previstas na Lei Complementar n° 129; e Lei Complementar n° 439 de 06 de julho de 2017.

Ressalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.

JOSE FAUSTINO VIEIRA CPF/CNPJ: 52711161900
CADASTRO: 496450 QUADRA: 0045 LOTE: 020B
ENDEREÇO: AV DR LUIZ TEIXEIRA MENDES, 6610 CEP: 87504540
BAIRRO: ZONA 4 COMPLEMENTO:

Atenciosamente — Umuarama, segunda-feira, 4 de junho de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Avenida Rio Branco, nº 3717 - Centro Cívico
CEP 87501-130 Umuarama - PR
Horário de Atendimento 08h00 às 11h30 e das 13h30 às 17h00.

COMUNICADO: 3762 / 761 / 2018
JOSE FAUSTINO VIEIRA CPF/CNPJ: 52711161900
ENDEREÇO: AV TAPUIA, Nº 6363 CEP.: 87504520 CIDADE: UMUARAMA UF.: PR

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAMBRÊ

ESTADO DO PARANÁ
ATO DE HOMOLOGAÇÃO
Homologado o julgamento proferido pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio sobre propostas apresentadas ao Pregão nº009/2018.
O PREFEITO MUNICIPAL DE XAMBRÊ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.
Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio sobre propostas apresentadas no Pregão nº 009/2018 PMX, objetivando a contratação de empresa(s) para prestação serviços de locação de máquinas fotocopiadoras com franquia mínima mensal de 6.000(seis mil) cópias em atendimento a Secretaria de Administração e Secretaria de Educação do município de Xambrê, Estado do Paraná, conforme especificações e condições constantes deste edital e seis anexos, tendo sido declarada vencedora a(s) empresa(s) abaixo especificadas, nos termos da ata anexada no referido processo:
VENCEDORES VALOR TOTAL (R$)
ROBERTO OLIVEIRA SILVA 17.220,00
Art.2º. Autoriza a contratação após cumprir todas as formalidades legais nos termos do art. 54 e seguintes da Lei 8.666/93.
Xambrê- Pr, 04 de junho de 2018.
WALDEMAR DOS SANTOS RIBEIRO FILHO
Prefeito Municipal de Xambrê

UMUTRANS UMUARAMA

Em cumprimento ao disposto na Resolução 619/2016 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à UMUTRANS até 23/07/2018, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
ACH0014	279350B000137805	08/03/2018	55412	R$ 195,23
AFD0207	279350B000137806	08/03/2018	55412	R$ 195,23
AJB2290	279350NIC0014556	30/05/2018	50020	R$ 195,23
AJZ7925	279350B000137793	08/03/2018	55412	R$ 195,23
ALT0246	279350B000137802	08/03/2018	55412	R$ 195,23
AMD6664	279350B000137842	08/03/2018	55412	R$ 195,23
AMN1575	279350B000137830	08/03/2018	55412	R$ 195,23
AMX4637	279350B000137836	08/03/2018	55412	R$ 195,23
AMY8579	279350A000057929	23/03/2018	54600	R$ 130,16
AMZ6221	279350B000137812	08/03/2018	55412	R$ 195,23
AND9659	279350B000137792	08/03/2018	55412	R$ 195,23
ANL7930	279350B000137813	08/03/2018	55412	R$ 195,23
AOD7665	279350B000137833	08/03/2018	55412	R$ 195,23
AON4540	279350B000137817	08/03/2018	55412	R$ 195,23
AQE8926	279350B000137797	08/03/2018	55412	R$ 195,23
ARI6785	279350NIC0014549	30/05/2018	50020	R$ 293,47
ARJ5735	279350B000137815	08/03/2018	55412	R$ 195,23
ASB7551	279350B000137832	08/03/2018	55412	R$ 195,23
ASF4635	279350A000057930	27/03/2018	54521	R$ 195,23
ASI4543	279350B000137801	08/03/2018	55412	R$ 195,23
ATO1616	279350NIC0014551	30/05/2018	50020	R$ 780,92
ATP4515	279350NIC0014555	30/05/2018	50020	R$ 585,69
AUD3468	279350B000137834	08/03/2018	55412	R$ 195,23
AUU3239	279350B000137810	08/03/2018	55412	R$ 195,23
AUX9403	116100E007784512	22/03/2018	57200	R$ 195,23
AWB3675	116100E007784575	23/03/2018	54870	R$ 195,23
AWH3755	279350B000137845	08/03/2018	55412	R$ 195,23
AXE3191	279350NIC0014550	30/05/2018	50020	R$ 195,23
AXG7384	279350NIC0014560	30/05/2018	50020	R$ 1.561,84
AYC9941	279350B000137796	08/03/2018	55412	R$ 195,23
AYK4622	279350NIC0014557	30/05/2018	50020	R$ 585,69
AYU2013	279350B000137841	08/03/2018	55412	R$ 195,23
AZG0402	279350B000137798	08/03/2018	55412	R$ 195,23
AZG0416	279350B000137811	08/03/2018	55412	R$ 195,23
AZM9069	279350B000137803	08/03/2018	55412	R$ 195,23
AZQ6524	279350NIC0014558	30/05/2018	50020	R$ 976,15
AZT4827	279350A000058454	27/03/2018	54521	R$ 195,23
BAG4737	279350B000137819	08/03/2018	55412	R$ 195,23
BAO8109	279350A000058455	27/03/2018	54521	R$ 195,23
BAQ4740	279350B000137820	08/03/2018	55412	R$ 195,23
BAV2758	279350B000137840	08/03/2018	55412	R$ 195,23
BOM3190	279350B000137814	08/03/2018	55413	R$ 195,23
CHM2610	279350B000137838	08/03/2018	55412	R$ 195,23
CIU4129	279350B000137831	08/03/2018	55412	R$ 195,23
CJL1145	279350B000137844	08/03/2018	55412	R$ 195,23
CZK3944	279350B000137808	08/03/2018	55412	R$ 195,23
DBC1818	279350B000137807	08/03/2018	55412	R$ 195,23
DJB1336	279350NIC0014554	30/05/2018	50020	R$ 18.156,39
DJB1336	279350NIC0014553	30/05/2018	50020	R$ 17.961,16
DKZ3430	279350NIC0014552	30/05/2018	50020	R$ 9.761,50
DMT4207	279350B000137828	08/03/2018	55412	R$ 195,23
DSD9882	279350B000137795	08/03/2018	55412	R$ 195,23
FAO8856	279350NIC0014559	30/05/2018	50020	R$ 195,23
GMZ8600	279350B000137839	08/03/2018	55412	R$ 195,23
GSG3826	279350B000137809	08/03/2018	55412	R$ 195,23
HBH6593	279350B000137825	08/03/2018	55412	R$ 195,23
HRN5983	279350B000137804	08/03/2018	55412	R$ 195,23
JAH7474	279350B000137794	08/03/2018	55412	R$ 195,23
JMN4929	279350B000137818	08/03/2018	55412	R$ 195,23
JVO4161	279350B000137816	08/03/2018	55412	R$ 195,23
JZY3795	279350B000137827	08/03/2018	55412	R$ 195,23
JZY3795	279350B000137821	08/03/2018	55412	R$ 195,23
KXT7991	279350B000137829	08/03/2018	55412	R$ 195,23
KYF0433	279350B000137826	08/03/2018	55412	R$ 195,23
LIB8057	279350B000137800	08/03/2018	55412	R$ 195,23
LPA0019	279350B000137835	08/03/2018	55412	R$ 195,23
MKI6084	279350B000137837	08/03/2018	55412	R$ 195,23
MVK3981	116100E007791642	21/03/2018	60501	R$ 293,47
NFK8790	279350B000137824	08/03/2018	55412	R$ 195,23
NJD1463	279350B000137843	08/03/2018	55412	R$ 195,23
OHV2112	116100E007794075	20/03/2018	54790	R$ 130,16

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

COVISA
UMUARAMA
COORDENADORIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE UMUARAMA
SVA – Superintendência de Vigilância Ambiental
SVE – Superintendência de Vigilância Epidemiológica
SVS – Superintendência de Vigilância Sanitária & Saúde do Trabalhador

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Do Senhor CELSO TONON, brasileiro, portador da cédula de identidade nº9054456455 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob nº226.878.070-87, proprietário da Aeronave marca PT-CFR - Certificado nº 4896 – Fabricante: Aero Commander Corporation – Modelo 680-PL – Número de Série: 1464-88 – Ano de Fabricação: 1969

Fica Vossa Senhoria intimado do Termo de Notificação nº13/2018, por abandono de Carcaça da Aeronave acima identificada por mais de 30 (trinta) dias no Aeroporto Orlando de Carvalho nesta cidade, em desconformidade com a lei complementar municipal nº439/2018 art. 13. Parágrafo único, art. 14. §1º, §2º, §3º, e art. 15. E instauração do Processo Administrativo nº01/2018. Após decorrido o prazo de 25 dias conforme determinação legal o bem será removido para local determinado pela Prefeitura e permanecerá a disposição do seu proprietário pelo prazo de 90 (noventa) dias. Não sendo o bem retirado no prazo fixado, após notificação ou publicação em órgão oficial do Município, será leiloado.

Umuarama-Pr., 14 de maio de 2018

Rafael Amaro
Coordenador da Vigilância Ambiental

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE PREGÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2018
PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICRO EMPRESAS e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE
PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE LOCAIS E/OU SEDIADAS NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE UMUARAMA
O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE UMUARAMA, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento a quem interessar possa, que de acordo com o legislação em vigor, encontra-se aberta LICITAÇÃO, NA MODALIDADE PREGAO, NA FORMA PRESENCIAL, para o seguinte.
OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento de bolsas, tipo tática, garrafas de água, tipo squeeze, equipamentos de informática e EPI´s para atividades de campo, para atender as necessidades da Coordenadoria de Vigilância em Saúde de Umuarama – COVISA, deste Município, com recurso financeiro para implantação de ações contingenciais de prevenção e controle do vetor Aedes Aegypti.
TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE.
DATA DE CREDENCIAMENTO E RECEBIMENTOS DOS ENVELOPES: 29/06/2018 – DAS 08:00 ÀS 08:45 HORAS
DATA DA ABERTURA: 29/06/2018 – HORÁRIO: 09:00 HORAS
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei 10520/02, Lei 8666/93 e o Decreto Municipal nº 063/2006 e as Leis Complementares nº 123/06 e 147/2014 e Lei Municipal nº. 4.201/17.
O EDITAL ESTARÁ DISPONÍVEL NO SITE DO MUNICÍPIO DE UMUARAMA – www.umuarama.pr.gov.br – Licitações, ou diretamente no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Umuarama, situado à Av. Rio Branco, 3717, mediante preenchimento da solicitação de edital.
OUTROS ESCLARECIMENTOS PODERÃO SER FORNECIDOS NA DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS, NA AVENIDA RIO BRANCO, 3717, UMUARAMA – PARANÁ, OU ATRAVÉS DO TELEFONE Nº (44) 3621-4141 RAMAL 127 e 129.
UMUARAMA, 29 DE MAIO DE 2018.
CECÍLIA CIVIDINI MONTEIRO DA SILVA
Secretária de Saúde
VICENTE AFONSO GASPARINI
Secretário de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE PREGÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 086/2018
PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICRO EMPRESAS e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE
PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE LOCAIS E/OU SEDIADAS NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE UMUARAMA
O MUNICÍPIO DE UMUARAMA, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento a quem interessar possa, que de acordo com o legislação em vigor, encontra-se aberta LICITAÇÃO, NA MODALIDADE PREGAO, NA FORMA PRESENCIAL, para o seguinte:
OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento parcelado de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis, que serão servidos durante o Coffee Break, realizados em eventos institucionais da Secretaria de Educação, deste Município.
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM.
DATA DO CREDENCIAMENTO E RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: 28/06/2018 – HORÁRIO: DAS 13:30 ÀS 14:15 HORAS.
DATA DA ABERTURA: 28/06/2018 – HORÁRIO: 14:30 HORAS
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei 10520/02, Lei 8666/93, Decreto Municipal nº 063/2006, Leis Complementares nº 123/06 e 147/2014 e Lei Municipal nº. 4.201/17.
O EDITAL ESTARÁ DISPONÍVEL NO SITE DO MUNICÍPIO DE UMUARAMA – www.umuarama.pr.gov.br – Licitações, ou diretamente no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Umuarama, situado à Av. Rio Branco, 3717, mediante preenchimento da solicitação de edital.
OUTROS ESCLARECIMENTOS PODERÃO SER FORNECIDOS NA DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS, NA AVENIDA RIO BRANCO, 3717, UMUARAMA – PARANÁ, OU ATRAVÉS DO TELEFONE Nº (44) 3621-4141 RAMAL 127 e 129.
UMUARAMA/PR, 29 DE MAIO DE 2018.
CELSO LUIZ POZZOBOM
Prefeito Municipal
VICENTE AFONSO GASPARINI
Secretário de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE PREGÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 087/2018 - PMU
PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICRO EMPRESAS e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE
PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE LOCAIS E/OU SEDIADAS NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE UMUARAMA
O MUNICÍPIO DE UMUARAMA, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento a quem interessar possa, que de acordo com o legislação em vigor, encontra-se aberta LICITAÇÃO, NA MODALIDADE PREGAO, NA FORMA PRESENCIAL, para o seguinte:
OBJETO: Contratação de empresa para a confecção de 50.000 (cinquenta mil) folhas/jogos de Nota Fiscal do Produtor Rural, que serão utilizados pela Secretaria de Fazenda, deste Município.
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM
DATA DO CREDENCIAMENTO E RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: 29/06/2018 – HORÁRIO: DAS 13:30 ÀS 14:15 HORAS.
DATA DA ABERTURA: 29/06/2018 – HORÁRIO: 14:30 HORAS
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei 10520/02, Lei 8666/93, Decreto Municipal nº 063/2006 e as Leis Complementares nº 123/06 e 147/2014.
O EDITAL ESTARÁ DISPONÍVEL NO SITE DO MUNICÍPIO DE UMUARAMA – www.umuarama.pr.gov.br – Licitações, ou diretamente no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Umuarama, situado à Av. Rio Branco, 3717, mediante preenchimento da solicitação de edital.
OUTROS ESCLARECIMENTOS PODERÃO SER FORNECIDOS NA DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS, NA AVENIDA RIO BRANCO, 3717, UMUARAMA – PARANÁ, OU ATRAVÉS DO TELEFONE Nº (44) 3621-4141 RAMAL 127 e 129.
UMUARAMA, 29 DE MAIO DE 2018.
CELSO LUIZ POZZOBOM
Prefeito Municipal
VICENTE AFONSO GASPARINI
Secretário de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ
DECRETO Nº 120/2018
Abre Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.
O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e considerando as disposições da Lei Municipal nº 4.251 de 15 de dezembro de 2017;
D E C R E T A:
Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar ao Orçamento Geral do Municipio, aprovado pela Lei Municipal n° 4.251, de 15 de dezembro de 2017, no valor de R$ 46.000,00 (quarenta e seis mil reais), para atender à programação constante do Anexo I.
Art. 2º. Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamentos de dotações, conforme Anexo II deste Decreto.
Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
PAÇO MUNICIPAL, aos 30 de maio de 2018.
CELSO LUIZ POZZOBOM
Prefeito Municipal
VICENTE AFONSO GASPARINI
Secretario Municipal de Administração

ANEXO I
ANEXO AO DECRETO N° 120 DE 30/05/2018
Crédito Adicional Suplementar - Inciso I, do art. 41, da Lei Federal n° 4.320/64
SUPLEMENTAÇÃO DE DESPESA (APLICAÇÃO)
ÓRGÃO: 14. - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE: 14.001. - COORDENAÇÃO GERAL - S.M.A.S
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA ATIVIDADE/PROJETO/OP. ESPECIAL NATUREZA DA DESPESA FONTE VALOR
08.122.0002.2160 Manutenção da Secretaria de Assistencia Social 3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 000 R$ 39.000,00
TOTAL GERAL R$ 39.000,00
ÓRGÃO: 15. - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE: 15.001. - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA ATIVIDADE/PROJETO/OP. ESPECIAL NATUREZA DA DESPESA FONTE VALOR
08.244.0012.2173 Centro da Juventude/Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vinculo 3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 000 R$ 7.000,00
TOTAL GERAL R$ 7.000,00
TOTAL GERAL 46.000,00

ANEXO II
ANEXO AO DECRETO N° 120 DE 30/05/2018
Crédito Adicional Suplementar - Inciso I, do art. 41, da Lei Federal n° 4.320/64
CANCELAMENTO DE DESPESA
ÓRGÃO: 14. - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE: 14.001. - COORDENAÇÃO GERAL - S.M.A.S
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA ATIVIDADE/PROJETO/OP. ESPECIAL NATUREZA DA DESPESA FONTE VALOR
08.122.0002.2160 Manutenção da Secretaria de Assistencia Social 3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO 000 R$ 5.000,00
14.422.0013.2117 Manutenção do Centro de Referência da Mulher - CRAM 3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 000 R$ 2.000,00
14.422.0013.2253 Manutenção do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher 3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 000 R$ 3.000,00
TOTAL GERAL R$ 10.000,00

ÓRGÃO: 15. - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE: 15.001. - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA ATIVIDADE/PROJETO/OP. ESPECIAL NATUREZA DA DESPESA FONTE VALOR
08.243.0013.2263 Família Acolhedora 3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 000 R$ 3.000,00
08.243.0013.2263 Família Acolhedora 3.3.90.48.00.00 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS 000 R$ 30.000,00
08.243.0013.2264 Centro Pop 3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 000 R$ 3.000,00
TOTAL GERAL R$ 36.000,00
TOTAL GERAL 46.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2018 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Ofício nº 083/2018 - SAD - Solicita ratificação do ato por mim praticado na autorização concedida à FUNDAÇÃO DE CULTURA E TURISMO DE UMUARAMA, para a contratação da empresa LAINE ASSESSORIA E TREINAMENTO LTDA ME, para realização de uma apresentação de um espetáculo de circo, teatro e dança: "A bruxa esta solta", com dispensa de licitação, de acordo com o artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93.
DESPACHO/HOMOLOGAÇÃO: RATIFICO, nos termos das razões elencadas no procedimento nº 001/2018, anexo. Em 30 de maio de 2018.
Assina: VERA LUCIA DE OLIVEIRA BORGES – Diretora Superintendente.
RATIFICO EM 30 DE MAIO DE 2018.
VERA LUCIA DE OLIVEIRA BORGES

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ
EDITAL DE INTIMAÇÃO
Da Senhora PATRÍCIA FERNANDA DOS SANTOS, brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº080.564.489-00, proprietária do Box nº40, localizado na Estação Rodoviária desta cidade, em lugar incerto e não sabido. Fica Vossa Senhoria intimada da sentença prolatada no Processo Administrativo nº06/2018, que determinou a eliminação dos produtos apreendidos e o descarte adequado dos materiais plásticos e vidros que sejam recicláveis, conforme norma ambiental do programa Paraná resíduos, lei estadual nº19.261, art. 4º, I, II.
Umuarama-Pr., 16 de maio de 2018
Luizim Rosa
Coordenador da Vigilância Sanitária

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ
RESUMO DE TERMOS ADITIVOS
Termo Aditivo 006 ao Contrato 026/2014
Contratante: Município de Umuarama
Contratada: TONY ROBINSON BARTOLLI
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 21 de julho de 2018.
Cláusula Segunda: Fica mantido o valor mensal de R$ 7.449,43 (sete mil quatrocentos e quarenta e nove reais e quarenta e três centavos), perfazendo o valor deste termo em R$ 22.348,29 (vinte dois mil trezentos e quarenta e oito reais e vinte e nove centavos), passando e atualizando o valor total do contrato de R$ 352.551,50 (trezentos e cinqüenta e dois mil quinhentos e cinqüenta e um reais e cinqüenta centavos) para até R$ 374.899,79 (trezentos e setenta e quatro mil oitocentos e noventa e nove reais e setenta e nove centavos).
Cláusula Terceira: Fica adicionada a seguinte dotação orçamentária:
10.001.22.661.0007.2.124. – ED: 3.3.90.36.00.00 – D:287 – F:1000
Cláusula Quarta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Data: 20/04/2018.
Umuarama, 04 de junho de 2018.
Vicente Afonso Gasparini
Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ

CERTIDÃO
Certifico que a Divisão de Postura realizou diversas diligências no sentido de localizar o endereço do proprietário do imóvel constante do cadastro imobiliário territorial nº 465050, constituído pelo lote 6B, quadra 27, do bairro Zona 04, porém não obtivemos êxito, vez que a correspondência foi encaminhada para o endereço Rua 120, 136, Itapema/SC, mas retornou pelo motivo de devolução "Não procurado", conforme documento em anexo.
Diante disto, encaminhamos a notificação preliminar sob nº 2/724/2018 originária do processo administrativo nº 6284/2018, para publicação de edital no Jornal Umuarama Ilustrado para cumprimento do disposto no o artigo 2º da Lei 2.104/1998.
Umuarama, 04 de junho de 2018.
MIGUEL AFONSO RIBEIRO
Fiscal

CERTIDÃO
Certifico que a Divisão de Postura realizou diversas diligências no sentido de localizar o endereço do proprietário do imóvel constante do cadastro imobiliário territorial nº 429900, constituído pelo lote 18, quadra 03, do bairro Zona 04, porém não obtivemos êxito, vez que a correspondência foi encaminhada para o endereço Avenida Guarani, 3037, Umuarama/PR, mas retornou pelo motivo de devolução "Não procurado", conforme documento em anexo.
Diante disto, encaminhamos a notificação preliminar sob nº 6/751/2018 originária do processo administrativo nº 6284/2018, para publicação de edital no Jornal Umuarama Ilustrado para cumprimento do disposto no o artigo 2º da Lei 2.104/1998.
Umuarama, 04 de junho de 2018.
MIGUEL AFONSO RIBEIRO
Fiscal

CERTIDÃO
Certifico que a Divisão de Postura realizou diversas diligências no sentido de localizar o endereço do proprietário do imóvel constante do cadastro imobiliário territorial nº 496450, constituído pelo lote 20B, quadra 45, do bairro Zona 04, porém não obtivemos êxito, vez que a correspondência foi encaminhada para o endereço Avenida Tapuiá, 6363, Umuarama/PR, mas retornou pelo motivo de devolução "Não procurado", conforme documento em anexo.
Diante disto, encaminhamos a notificação preliminar sob nº 7/730/2018 originária do processo administrativo nº 6284/2018, para publicação de edital no Jornal Umuarama Ilustrado para cumprimento do disposto no o artigo 2º da Lei 2.104/1998.
Umuarama, 04 de junho de 2018.
MIGUEL AFONSO RIBEIRO
Fiscal

CERTIDÃO
Certifico que a Divisão de Postura realizou diversas diligências no sentido de localizar o endereço do proprietário do imóvel constante do cadastro imobiliário territorial nº 776400, constituído pelo lote 17, quadra 18, do bairro Zona 07, porém não obtivemos êxito, vez que a correspondência foi encaminhada para o endereço Rua Vila Iti, 78, Presidente Prudente/SP, mas retornou pelo motivo de devolução "Não procurado", conforme documento em anexo.
Diante disto, encaminhamos a notificação preliminar sob nº 11/751/2018 originária do processo administrativo nº 6284/2018, para publicação de edital no Jornal Umuarama Ilustrado para cumprimento do disposto no o artigo 2º da Lei 2.104/1998.
Umuarama, 04 de junho de 2018.
MIGUEL AFONSO RIBEIRO
Fiscal

CERTIDÃO
Certifico que a Divisão de Postura realizou diversas diligências no sentido de localizar o endereço do proprietário do imóvel constante do cadastro imobiliário territorial nº 3715350, constituído pelo lote 7B, quadra 07, do bairro Jardim Novo Milênio, porém não obtivemos êxito, vez que a correspondência foi encaminhada para o endereço Rua Bararuba, 3470, Umuarama/PR, mas retornou pelo motivo de devolução "Ausente", conforme documento em anexo.
Diante disto, encaminhamos a notificação preliminar sob nº 11/752/2018 originária do processo administrativo nº 6284/2018, para publicação de edital no Jornal Umuarama Ilustrado para cumprimento do disposto no o artigo 2º da Lei 2.104/1998.
Umuarama, 04 de junho de 2018.
MIGUEL AFONSO RIBEIRO
Fiscal

CERTIDÃO
Certifico que a Divisão de Postura realizou diversas diligências no sentido de localizar o endereço do proprietário do imóvel constante do cadastro imobiliário territorial nº 911630, constituído pelo lote 10, quadra 09, do bairro Jardim Tangará, porém não obtivemos êxito, vez que a correspondência foi encaminhada para o endereço Avenida Arco Iris, Ent. Lago Azul, Franco da Rocha/SP, mas retornou pelo motivo de devolução "Endereço insuficiente", conforme documento em anexo.
Diante disto, encaminhamos a notificação preliminar sob nº 15/751/2018 originária do processo administrativo nº 6284/2018, para publicação de edital no Jornal Umuarama Ilustrado para cumprimento do disposto no o artigo 2º da Lei 2.104/1998.
Umuarama, 04 de junho de 2018.
MIGUEL AFONSO RIBEIRO
Fiscal

CERTIDÃO
Certifico que a Divisão de Postura realizou diversas diligências no sentido de localizar o endereço do proprietário do imóvel constante do cadastro imobiliário territorial nº 922400, constituído pelo lote 08, quadra 05, do bairro Jardim Alvorada, porém não obtivemos êxito, vez que a correspondência foi encaminhada para o endereço Rua 13 de Maio, 2553, Umuarama/PR, mas retornou pelo motivo de devolução "Mudou-se", conforme documento em anexo.
Diante disto, encaminhamos a notificação preliminar sob nº 18/751/2018 originária do processo administrativo nº 6284/2018, para publicação de edital no Jornal Umuarama Ilustrado para cumprimento do disposto no o artigo 2º da Lei 2.104/1998.
Umuarama, 04 de junho de 2018.
MIGUEL AFONSO RIBEIRO
Fiscal

CERTIDÃO
Certifico que a Divisão de Postura realizou diversas diligências no sentido de localizar o endereço do proprietário do imóvel constante do cadastro imobiliário territorial nº 3992500, constituído pelo lote 2A, quadra 09, do bairro Jardim Topázio, porém não obtivemos êxito, vez que a correspondência foi encaminhada para o endereço Rua 13 de maio, nº 2058, Umuarama/PR, mas retornou pelo motivo de devolução "Não procurado", conforme documento em anexo.
Diante disto, encaminhamos a notificação preliminar sob nº 19/752/2018 originária do processo administrativo nº 6284/2018, para publicação de edital no Jornal Umuarama Ilustrado para cumprimento do disposto no o artigo 2º da Lei 2.104/1998.
Umuarama, 04 de junho de 2018.
MIGUEL AFONSO RIBEIRO
Fiscal

CERTIDÃO
Certifico que a Divisão de Postura realizou diversas diligências no sentido de localizar o endereço do proprietário do imóvel constante do cadastro imobiliário territorial nº 931400, constituído pelo lote 03, quadra 09, do bairro Parque Residencial Monte Líbano, porém não obtivemos êxito, vez que a correspondência foi encaminhada para o endereço Rua Apolo, 2693, Umuarama/PR, mas retornou pelo motivo de devolução "Não procurado", conforme documento em anexo.
Diante disto, encaminhamos a notificação preliminar sob nº 20/751/2018 originária do processo administrativo nº 6284/2018, para publicação de edital no Jornal Umuarama Ilustrado para cumprimento do disposto no o artigo 2º da Lei 2.104/1998.
Umuarama, 04 de junho de 2018.
MIGUEL AFONSO RIBEIRO
Fiscal

CERTIDÃO
Certifico que a Divisão de Postura realizou diversas diligências no sentido de localizar o endereço do proprietário do imóvel constante do cadastro imobiliário territorial nº 3992550, constituído pelo lote 2B, quadra 09, do bairro Jardim Topázio, porém não obtivemos êxito, vez que a correspondência foi encaminhada para o endereço Rua 13 de maio, nº 2058, Umuarama/PR, mas retornou pelo motivo de devolução "Não procurado", conforme documento em anexo.
Diante disto, encaminhamos a notificação preliminar sob nº 20/752/2018 originária do processo administrativo nº 6284/2018, para publicação de edital no Jornal Umuarama Ilustrado para cumprimento do disposto no o artigo 2º da Lei 2.104/1998.
Umuarama, 04 de junho de 2018.
MIGUEL AFONSO RIBEIRO
Fiscal

CERTIDÃO
Certifico que a Divisão de Postura realizou diversas diligências no sentido de localizar o endereço do proprietário do imóvel constante do cadastro imobiliário territorial nº 939600, constituído pelo lote 11, quadra 05, do bairro Jardim Social, porém não obtivemos êxito, vez que a correspondência foi encaminhada para o endereço Rua José Balan, 4961, Umuarama/PR, mas retornou pelo motivo de devolução "Mudou-se", conforme documento em anexo.
Diante disto, encaminhamos a notificação preliminar sob nº 21/751/2018 originária do processo administrativo nº 6284/2018, para publicação de edital no Jornal Umuarama Ilustrado para cumprimento do disposto no o artigo 2º da Lei 2.104/1998.
Umuarama, 04 de junho de 2018.
MIGUEL AFONSO RIBEIRO
Fiscal

CERTIDÃO
Certifico que a Divisão de Postura realizou diversas diligências no sentido de localizar o endereço do proprietário do imóvel constante do cadastro imobiliário territorial nº 4268700, constituído pelo lote 05, quadra 01, do bairro Jardim Morumbi II, porém não obtivemos êxito, vez que a correspondência foi encaminhada para o endereço Avenida Zaeli, 2439, Umuarama/PR, mas retornou pelo motivo de devolução "Desconhecido", conforme documento em anexo.
Diante disto, encaminhamos a notificação preliminar sob nº 21/764/2018 originária do processo administrativo nº 6284/2018, para publicação de edital no Jornal Umuarama Ilustrado para cumprimento do disposto no o artigo 2º da Lei 2.104/1998.
Umuarama, 04 de junho de 2018.
MIGUEL AFONSO RIBEIRO
Fiscal

CERTIDÃO
Certifico que a Divisão de Postura realizou diversas diligências no sentido de localizar o endereço do proprietário do imóvel constante do cadastro imobiliário territorial nº 916900, constituído pelo lote 09, quadra 02, do bairro Jardim Alvorada, porém não obtivemos êxito, vez que a correspondência foi encaminhada para o endereço Benvenuto Gazzi, 2372, Umuarama/PR, mas retornou pelo motivo de devolução "Não procurado", conforme documento em anexo.
Diante disto, encaminhamos a notificação preliminar sob nº 22/730/2018 originária do processo administrativo nº 6284/2018, para publicação de edital no Jornal Umuarama Ilustrado para cumprimento do disposto no o artigo 2º da Lei 2.104/1998.
Umuarama, 04 de junho de 2018.
MIGUEL AFONSO RIBEIRO
Fiscal

CERTIDÃO
Certifico que a Divisão de Postura realizou diversas diligências no sentido de localizar o endereço do proprietário do imóvel constante do cadastro imobiliário territorial nº 4623900, constituído pelo lote 02, quadra 10, do bairro Parque Residencial Monte Líbano, porém não obtivemos êxito, vez que a correspondência foi encaminhada para o endereço Avenida Paraná, 5636, Umuarama/PR, mas retornou pelo motivo de devolução "Não encontrado", conforme documento em anexo.
Diante disto, encaminhamos a notificação preliminar sob nº 25/764/2018 originária do processo administrativo nº 6284/2018, para publicação de edital no Jornal Umuarama Ilustrado para cumprimento do disposto no o artigo 2º da Lei 2.104/1998.
Umuarama, 04 de junho de 2018.
MIGUEL AFONSO RIBEIRO
Fiscal

CERTIDÃO
Certifico que a Divisão de Postura realizou diversas diligências no sentido de localizar o endereço do proprietário do imóvel constante do cadastro imobiliário territorial nº 4241420, constituído pelo lote 22B, quadra 02, do bairro Jardim Cima, porém não obtivemos êxito, vez que a correspondência foi encaminhada para o endereço Rua Santa Cruz das Palmeiras, nº 3960, Umuarama/PR, mas retornou pelo motivo de devolução "Não procurado", conforme documento em anexo.
Diante disto, encaminhamos a notificação preliminar sob nº 28/752/2018 originária do processo administrativo nº 6284/2018, para publicação de edital no Jornal Umuarama Ilustrado para cumprimento do disposto no o artigo 2º da Lei 2.104/1998.
Umuarama, 04 de junho de 2018.
MIGUEL AFONSO RIBEIRO
Fiscal

CERTIDÃO
Certifico que a Divisão de Postura realizou diversas diligências no sentido de localizar o endereço do proprietário do imóvel constante do cadastro imobiliário territorial nº 1260210, constituído pelo lote 5A, quadra 04, do bairro Jardim Maria Lúcia, porém não obtivemos êxito, vez que a correspondência foi encaminhada para o endereço Rua Dr. Rui Ferraz de Carvalho, 4212, Umuarama/PR, mas retornou pelo motivo de devolução "Mudou-se", conforme documento em anexo.
Diante disto, encaminhamos a notificação preliminar sob nº 29/751/2018 originária do processo administrativo nº 6284/2018, para publicação de edital no Jornal Umuarama Ilustrado para cumprimento do disposto no o artigo 2º da Lei 2.104/1998.
Umuarama, 04 de junho de 2018.
MIGUEL AFONSO RIBEIRO
Fiscal

CERTIDÃO
Certifico que a Divisão de Postura realizou diversas diligências no sentido de localizar o endereço do proprietário do imóvel constante do cadastro imobiliário territorial nº 4625050, constituído pelo lote 13B, quadra 10, do bairro Parque Residencial Monte Líbano, porém não obtivemos êxito, vez que a correspondência foi encaminhada para o endereço Praça Arthur Thomas, nº 49800, Umuarama/PR, mas retornou pelo motivo de devolução "Número inexistente", conforme documento em anexo.
Diante disto, encaminhamos a notificação preliminar sob nº 29/764/2018 originária do processo administrativo nº 6284/2018, para publicação de edital no Jornal Umuarama Ilustrado para cumprimento do disposto no o artigo 2º da Lei 2.104/1998.
Umuarama, 04 de junho de 2018.
MIGUEL AFONSO RIBEIRO
Fiscal

CERTIDÃO
Certifico que a Divisão de Postura realizou diversas diligências no sentido de localizar o endereço do proprietário do imóvel constante do cadastro imobiliário territorial nº 4245400, constituído pelo lote 09, quadra 06, do bairro Jardim Cima, porém não obtivemos êxito, vez que a correspondência foi encaminhada para o endereço Rua Sabiá, 115, Campo Verde/MT, mas retornou pelo motivo de devolução "Não procurado", conforme documento em anexo.
Diante disto, encaminhamos a notificação preliminar sob nº 30/729/2018 originária do processo administrativo nº 6284/2018, para publicação de edital no Jornal Umuarama Ilustrado para cumprimento do disposto no o artigo 2º da Lei 2.104/1998.
Umuarama, 04 de junho de 2018.
MIGUEL AFONSO RIBEIRO
Fiscal

CERTIDÃO
Certifico que a Divisão de Postura realizou diversas diligências no sentido de localizar o endereço do proprietário do imóvel constante do cadastro imobiliário territorial nº 1260220, constituído pelo lote 5B, quadra 04, do bairro Jardim Maria Lúcia, porém não obtivemos êxito, vez que a correspondência foi encaminhada para o endereço Rua Dr. Rui Ferraz de Carvalho, 4212, Umuarama/PR, mas retornou pelo motivo de devolução "Mudou-se", conforme documento em anexo.
Diante disto, encaminhamos a notificação preliminar sob nº 30/751/2018 originária do processo administrativo nº 6284/2018, para publicação de edital no Jornal Umuarama Ilustrado para cumprimento do disposto no o artigo 2º da Lei 2.104/1998.
Umuarama, 04 de junho de 2018.
MIGUEL AFONSO RIBEIRO
Fiscal

CERTIDÃO
Certifico que a Divisão de Postura realizou diversas diligências no sentido de localizar o endereço do proprietário do imóvel constante do cadastro imobiliário territorial nº 1260230, constituído pelo lote 5C, quadra 04, do bairro Jardim Maria Lúcia, porém não obtivemos êxito, vez que a correspondência foi encaminhada para o endereço Rua Dr. Rui Ferraz de Carvalho, 4212, Umuarama/PR, mas retornou pelo motivo de devolução "Mudou-se", conforme documento em anexo.
Diante disto, encaminhamos a notificação preliminar sob nº 31/751/2018 originária do processo administrativo nº 6284/2018, para publicação de edital no Jornal Umuarama Ilustrado para cumprimento do disposto no o artigo 2º da Lei 2.104/1998.
Umuarama, 04 de junho de 2018.
MIGUEL AFONSO RIBEIRO
Fiscal

CERTIDÃO
Certifico que a Divisão de Postura realizou diversas diligências no sentido de localizar o endereço do proprietário do imóvel constante do cadastro imobiliário territorial nº 3324000, constituído pelo lote 24A, quadra 18, do bairro Parque dos Bandeirantes, porém não obtivemos êxito, vez que a correspondência foi encaminhada para o endereço Rua Pinheiros, 1154, Umuarama/PR, mas retornou pelo motivo de devolução "Não procurado", conforme documento em anexo.
Diante disto, encaminhamos a notificação preliminar sob nº 43/751/2018 originária do processo administrativo nº 6284/2018, para publicação de edital no Jornal Umuarama Ilustrado para cumprimento do disposto no o artigo 2º da Lei 2.104/1998.
Umuarama, 04 de junho de 2018.
MIGUEL AFONSO RIBEIRO
Fiscal

CERTIDÃO
Certifico que a Divisão de Postura realizou diversas diligências no sentido de localizar o endereço do proprietário do imóvel constante do cadastro imobiliário territorial nº 3371100, constituído pelo lote 22, quadra 07, do bairro Jardim San Martin II, porém não obtivemos êxito, vez que a correspondência foi encaminhada para o endereço Rua Maracanã, 1264, Umuarama/PR, mas retornou pelo motivo de devolução "Não existe o número indicado", conforme documento em anexo.
Diante disto, encaminhamos a notificação preliminar sob nº 47/751/2018 originária do processo administrativo nº 6284/2018, para publicação de edital no Jornal Umuarama Ilustrado para cumprimento do disposto no o artigo 2º da Lei 2.104/1998.
Umuarama, 04 de junho de 2018.
MIGUEL AFONSO RIBEIRO
Fiscal

CERTIDÃO
Certifico que a Divisão de Postura realizou diversas diligências no sentido de localizar o endereço do proprietário do imóvel constante do cadastro imobiliário territorial nº 4243650, constituído pelo lote 14/15E, quadra 05, do bairro Jardim Cima, porém não obtivemos êxito, vez que a correspondência foi encaminhada para o endereço Avenida Bento Munhos da Rocha, 1000, Goioerê/PR, mas retornou pelo motivo de devolução "Não existe o número indicado", conforme documento em anexo.
Diante disto, encaminhamos a notificação preliminar sob nº 71/751/2018 originária do processo administrativo nº 6284/2018, para publicação de edital no Jornal Umuarama Ilustrado para cumprimento do disposto no o artigo 2º da Lei 2.104/1998.
Umuarama, 04 de junho de 2018.
MIGUEL AFONSO RIBEIRO
Fiscal

CERTIDÃO
Certifico que a Divisão de Postura realizou diversas diligências no sentido de localizar o endereço do proprietário do imóvel constante do cadastro imobiliário territorial nº 4245400, constituído pelo lote 09, quadra 06, do bairro Jardim Cima, porém não obtivemos êxito, vez que a correspondência foi encaminhada para o endereço Rua Sabiá, 11, Campo Verde/MT, mas retornou pelo motivo de devolução "Não procurado", conforme documento em anexo.
Diante disto, encaminhamos a notificação preliminar sob nº 86/751/2018 originária do processo administrativo nº 6284/2018, para publicação de edital no Jornal Umuarama Ilustrado para cumprimento do disposto no o artigo 2º da Lei 2.104/1998.
Umuarama, 04 de junho de 2018.
MIGUEL AFONSO RIBEIRO
Fiscal

CERTIDÃO
Certifico que a Divisão de Postura realizou diversas diligências no sentido de localizar o endereço do proprietário do imóvel constante do cadastro imobiliário territorial nº 4263500, constituído pelo lote 6A, quadra 04, do bairro Jardim Morumbi, porém não obtivemos êxito, vez que a correspondência foi encaminhada para o endereço Avenida Duque de Caxias, 02, Umuarama/PR, mas retornou pelo motivo de devolução "Não existe o número indicado", conforme documento em anexo.
Diante disto, encaminhamos a notificação preliminar sob nº 98/751/2018 originária do processo administrativo nº 6284/2018, para publicação de edital no Jornal Umuarama Ilustrado para cumprimento do disposto no o artigo 2º da Lei 2.104/1998.
Umuarama, 04 de junho de 2018.
MIGUEL AFONSO RIBEIRO
Fiscal

CERTIDÃO
Certifico que a Divisão de Postura realizou diversas diligências no sentido de localizar o endereço do proprietário do imóvel constante do cadastro imobiliário territorial nº 4263710, constituído pelo lote 8A, quadra 04, do bairro Jardim Morumbi, porém não obtivemos êxito, vez que a correspondência foi encaminhada para o endereço Avenida Liberadade, 3242, Umuarama/PR, mas retornou pelo motivo de devolução "Não procurado", conforme documento em anexo.
Diante disto, encaminhamos a notificação preliminar sob nº 101/751/2018 originária do processo administrativo nº 6284/2018, para publicação de edital no Jornal Umuarama Ilustrado para cumprimento do disposto no o artigo 2º da Lei 2.104/1998.
Umuarama, 04 de junho de 2018.
MIGUEL AFONSO RIBEIRO
Fiscal

CERTIDÃO
Certifico que a Divisão de Postura realizou diversas diligências no sentido de localizar o endereço do proprietário do imóvel constante do cadastro imobiliário territorial nº 4387410, constituído pelo lote 9A, quadra 02, do bairro Parque Residencial Belo Monte, porém não obtivemos êxito, vez que a correspondência foi encaminhada para o endereço Rua Vereador Arecidio Cassiano, 2465, Umuarama/PR, mas retornou pelo motivo de devolução "Não procurado", conforme documento em anexo.
Diante disto, encaminhamos a notificação preliminar sob nº 111/751/2018 originária do processo administrativo nº 6284/2018, para publicação de edital no Jornal Umuarama Ilustrado para cumprimento do disposto no o artigo 2º da Lei 2.104/1998.
Umuarama, 04 de junho de 2018.
MIGUEL AFONSO RIBEIRO
Fiscal

CERTIDÃO
Certifico que a Divisão de Postura realizou diversas diligências no sentido de localizar o endereço do proprietário do imóvel constante do cadastro imobiliário territorial nº 4387420, constituído pelo lote 9B, quadra 02, do bairro Parque Residencial Belo Monte, porém não obtivemos êxito, vez que a correspondência foi encaminhada para o endereço Rua Vereador Arecidio Cassiano, 2465, Umuarama/PR, mas retornou pelo motivo de devolução "Não procurado", conforme documento em anexo.
Diante disto, encaminhamos a notificação preliminar sob nº 112/751/2018 originária do processo administrativo nº 6284/2018, para publicação de edital no Jornal Umuarama Ilustrado para cumprimento do disposto no o artigo 2º da Lei 2.104/1998.
Umuarama, 04 de junho de 2018.
MIGUEL AFONSO RIBEIRO
Fiscal

CERTIDÃO
Certifico que a Divisão de Postura realizou diversas diligências no sentido de localizar o endereço do proprietário do imóvel constante do cadastro imobiliário territorial nº 5031900, constituído pelo lote 07, quadra 10, do bairro Parque Ibirapuera, porém não obtivemos êxito, vez que a correspondência foi encaminhada para o endereço Rua Joana D'Arc, 4805, Umuarama/PR, mas retornou pelo motivo de devolução "Mudou-se", conforme documento em anexo.
Diante disto, encaminhamos a notificação preliminar sob nº 113/763/2018 originária do processo administrativo nº 6284/2018, para publicação de edital no Jornal Umuarama Ilustrado para cumprimento do disposto no o artigo 2º da Lei 2.104/1998.
Umuarama, 04 de junho de 2018.
MIGUEL AFONSO RIBEIRO
Fiscal

CERTIDÃO
Certifico que a Divisão de Postura realizou diversas diligências no sentido de localizar o endereço do proprietário do imóvel constante do cadastro imobiliário territorial nº 4432260, constituído pelo lote 6C, quadra 04, do bairro Jardim das Garças, porém não obtivemos êxito, vez que a correspondência foi encaminhada para o endereço Rua Miguel Angelo Remor, 2537, Umuarama/PR, mas retornou pelo motivo de devolução "Desconhecido", conforme documento em anexo.
Diante disto, encaminhamos a notificação preliminar sob nº 117/751/2018 originária do processo administrativo nº 6284/2018, para publicação de edital no Jornal Umuarama Ilustrado para cumprimento do disposto no o artigo 2º da Lei 2.104/1998.
Umuarama, 04 de junho de 2018.
MIGUEL AFONSO RIBEIRO
Fiscal

CERTIDÃO
Certifico que a Divisão de Postura realizou diversas diligências no sentido de localizar o endereço do proprietário do imóvel constante do cadastro imobiliário territorial nº 4885220, constituído pelo lote 3B, quadra A, do bairro Jardim Janina, porém não obtivemos êxito, vez que a correspondência foi encaminhada para o endereço Rua Vera Lucia Berlino Siqueira, 2062, Umuarama/PR, mas retornou pelo motivo de devolução "Não procurado", conforme documento em anexo.
Diante disto, encaminhamos a notificação preliminar sob nº 120/730/2018 originária do processo administrativo nº 6284/2018, para publicação de edital no Jornal Umuarama Ilustrado para cumprimento do disposto no o artigo 2º da Lei 2.104/1998.
Umuarama, 04 de junho de 2018.
MIGUEL AFONSO RIBEIRO
Fiscal

CERTIDÃO
Certifico que a Divisão de Postura realizou diversas diligências no sentido de localizar o endereço do proprietário do imóvel constante do cadastro imobiliário territorial nº 2822000, constituído pelo lote 13, quadra 07, do bairro Jardim San Martin, porém não obtivemos êxito, vez que a correspondência foi encaminhada para o endereço Rua Doutor Camargo, 4886, Umuarama/PR, mas retornou pelo motivo de devolução "Ausente", conforme documento em anexo.
Diante disto, encaminhamos a notificação preliminar sob nº 5/748/2018 originária do processo administrativo nº 6284/2018, para publicação de edital no Jornal Umuarama Ilustrado para cumprimento do disposto no o artigo 2º da Lei 2.104/1998.
Umuarama, 04 de junho de 2018.
MIGUEL AFONSO RIBEIRO
Fiscal

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ
N O T I F I C A Ç Ã O Nº 041/2018
Dando cumprimento às disposições da Lei Federal nº. 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, do recebimento dos seguintes Recursos Federais:

DATA DE RECEBIMENTO	GRUPO DE RECURSOS	VALOR	
22/05/2018	FUNDEB	R$	191.561,76
23/05/2018	FUNDEB	R$	5.493,02
23/05/2018	FUNDEB	R$	19.404,86
23/05/2018	FUNDEB	R$	304.939,47
29/05/2018	FUNDEB	R$	83.420,11
30/05/2018	FUNDEB	R$	6.505,72
30/05/2018	FUNDEB	R$	15.630,30
30/05/2018	FUNDEB	R$	48,55
30/05/2018	FUNDEB	R$	244.505,20
30/05/2018	FUNDEB	R$	106.295,68
30/05/2018	FUNDEB	R$	5.238,27
30/05/2018	FUNDEB	R$	2.585,46
30/05/2018	FUNDEB	R$	46.522,32
30/05/2018	FUNDEB	R$	3.258,31
30/05/2018	FUNDEB	R$	11.370,19
30/05/2018	FPM	*R$	913.462,18
30/05/2018	ITR	*R$	548,40
30/05/2018	IPI	*R$	4.866,33

*Valores líquidos deduzido Pasep e Fundeb.
PAÇO MUNICIPAL, aos 4 de julho de 2018.
CELSO LUIZ POZZOBOM
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ
RESUMO DE CONTRATOS
Contrato de Compra n° 130/2017
Contratante: Município de Umuarama
Contratado: EVI SPOR – MATERIAL ESPORTIVO LTDA – EPP
Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento parcelado de troféus e medalhas, para os campeonatos e competições realizadas da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer - SMEL, deste Município.
Valor Total: R$ 31.000,00 (trinta e um mil reais)
Vigência: 02/05/2017 a 02/05/2019.
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Pregão Presencial n° 050/2018 - PMU, homologado pela Portaria n° 1.295/2018, em 30 de abril de 2018, publicado no Jornal Umuarama Ilustrado, em 01 de maio de 2018, edição nº. 11.252, que integram o presente Termo e na Lei nº. 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94, bem como demais alterações posteriores.

Contrato de Compra n° 137/2017
Contratante: Município de Umuarama
Contratado: J. C. QUINHONE ATACADISTA
Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento parcelado de materiais esportivos e recreativos (Bolas, halter, redes, coletes, apito, cronômetro, mesa de tênis de mesa oficial, raquetes, colchonetes, uniformes e camisetas), que serão utilizados em campeonatos e competições realizados pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer - SMEL, deste Município.
Valor Total: R$ 24.634,00 (vinte quatro mil seiscentos e trinta e quatro reais)
Vigência: 04/05/2017 a 04/05/2019.
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Pregão Presencial n° 049/2018 - PMU, homologado pela Portaria n° 1.338/2018, em 02 de maio de 2018, publicado no Jornal Umuarama Ilustrado, em 04 de maio de 2018, edição nº. 11.254, que integram o presente Termo e na Lei nº. 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94, bem como demais alterações posteriores.

Contrato de Compra n° 136/2017
Contratante: Município de Umuarama
Contratado: EVI SPOR – MATERIAL ESPORTIVO LTDA – EPP
Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento parcelado de materiais esportivos e recreativos (Bolas, halter, redes, coletes, apito, cronômetro, mesa de tênis de mesa oficial, raquetes, colchonetes, uniformes e camisetas), que serão utilizados em campeonatos e competições realizados pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer - SMEL, deste Município.
Valor Total: R$ 29.803,80 (vinte nove mil oitocentos e três reais e oitenta centavos)
Vigência: 04/05/2017 a 04/05/2019.
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Pregão Presencial n° 049/2018 - PMU, homologado pela Portaria n° 1.338/2018, em 02 de maio de 2018, publicado no Jornal Umuarama Ilustrado, em 04 de maio de 2018, edição nº. 11.254, que integram o presente Termo e na Lei nº. 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94, bem como demais alterações posteriores.
Umuarama, 04 de junho de 2018.
Vicente Afonso Gasparini
Secretário Municipal de Administração

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE UMUARAMA

Avenida Presidente Castelo Branco, 3362 – Umuarama – PR (44)3906-1092
E-mail: cmdca@umuarama.pr.gov.br
RESOLUÇÃO Nº 15, de 04 de junho de 2018
Súmula: Convocar a 4º. Suplente, Mariza Franzim, para assumir a titularidade do Cargo de Conselheira Tutelar do Município de Umuarama, em substituição as Conselheiras Tutelares Daniele Pacheco Bertinotti de Alvarenga e Adriana Jacira dos Prazeres Wink no período de férias compreendido do dia 03/07/2018 a 01/08/2018.
O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Umuarama, de acordo com as competências estabelecidas na Lei Federal nº. 8.069, de 13 de julho de 1990, Lei Municipal nº 4.069, de 15 de abril de 2015 e alterações dada pela Lei nº. 4.209 de 14 de agosto de 2017, no Regimento Interno,
CONSIDERANDO a classificação dos candidatos habilitados para posse ao Cargo de Conselheiro Tutelar, de acordo com o Processo de Eleição de Conselheiros Tutelares do Município de Umuarama-PR para o mandato 2016-2019,
RESOLVE:
Art. 1º. Convocar a 4º Suplente, Mariza Franzim, para assumir a titularidade do Cargo de Conselheira Tutelar do Município de Umuarama, em substituição as Conselheiras Tutelares: Daniele Pacheco Bertinotti de Alvarenga, no período de férias compreendido do dia 03/07/2018 a 17/07/2018 e Adriana Jacira dos Prazeres Wink no período de férias compreendido do dia 18/07/2018 a 01/08/2018.
Parágrafo Único. A Convocada deverá apresentar-se na Secretaria Executiva dos Conselhos, situada na Avenida Presidente Castelo Branco, 3302, salas 05 e 06, no prazo de até 05 (cinco) dias a partir da data de publicação desta Resolução, portando cópia dos seguintes documentos: RG, CPF, CNH, PIS, Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS e comprovante de residência.
Art. 2º. Caso a 4º. Suplente convocada esteja impedida de assumir o cargo, para esta convocação, ou, não comparecer no prazo determinado, será convocado o próximo Suplente para assumir a vaga.
Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Umuarama-PR, 04 de junho de 2018.
Uilian Henrique da Silva Druhson
Presidente do CMDCA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTONIA

ESTADO DO PARANÁ
DECRETO Nº 087/2018
Homologa parecer exarado por Comissão Municipal de Pregão e Equipe de Apoio sobre julgamento de propostas apresentada em atendimento ao disposto no Edital de Tomada de Preços nº. 003/2018 de 10 de maio de 2018 e dá outras providências.
CLAUDENIR GERVASONE – Prefeito do Município de Altônia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,
D E C R E T A,
Art.1º-Fica homologado o parecer exarado pela Comissão Municipal de Pregão e Equipe de Apoio, constituída consoante a Portaria nº. 024/2018 de 21 de fevereiro de 2018, sobre julgamento da proposta apresentada em atendimento ao disposto no Edital de Tomada de Preços nº. 003/2018 de 10 de maio de 2018, que tinha como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS REMANESCENTES, PARA COBERTURA DE QUADRA POLIESPORTIVA NA ESCOLA MUNICIPAL RUBENS TESSARO.
Art. 2º - Declara como vencedora da concorrência à proposta da empresa: DUTRI ENGENHARIA METALURGICA EIRELI, com um valor global de R$ 100.851,80 (cem mil reais e oitocentos e cinquenta e um reais e oitenta centavos).
Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Paço Municipal Vereador Pedro de Paiva, aos 28 de maio de 2018.
CLAUDENIR GERVASONE
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA

" REPUBLICAR CORREÇÃO"
PORTARIA Nº.: 208
De 25 de Maio de 2018
CONCEDE DIÁRIAS PARA COBRIR DESPESAS DE ALIMENTAÇÃO E HOSPEDAGEM.
O PREFEITO MUNICIPAL DE DOURADINA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Municipal nº. 1.709/2015, de 30 de Novembro de 2015, que institui o pagamento de diárias aos servidores públicos municipais para cobrir despesas de alimentação e hospedagem, em viagem de trabalho;
RESOLVE:
Art. 1º. CONCEDER 03 (Três) diárias de viagem, no valor de R$- 150,00 (Cento e cinqüenta reais), totalizando um valor de R$ 450,00 (Quatrocentos e cinqüenta reais) ao servidor abaixo designado;
I – JOCELINO CESAR DA SILVA, matricula nº. 1761, ocupante do cargo de motorista/40 hs, lotado na Manutenção da Divisão do UBS-Hélio Corsini.
Art. 2º. A diária será concedida no seguinte dia, local e finalidade:

DATA	HORÁRIO SAÍDA/ CHEGADA	DESTINO	FINALIDADE
05/06/2018 08/06/2018	06:00hrs 07:00hrs	Curitiba– Paraná	Conduzir pacientes para tratamento de saúde.

§ 1° - Na concessão das diárias mencionadas no caput, estão inclusos os períodos de deslocamento do servidor do local de origem até o destino final.
§ 2° – O deslocamento até o destino será realizado por veículo próprio do Município.
Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º. Dê-se ciência, Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.
Paço Municipal Francisco Gil Vera, aos Vinte e cindo dias do mês de Maio do ano de dois mil e dezoito (25/05/2018).
JOÃO JORGE SOSSAI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicações legais

UMUTRANS UMUARAMA

Em cumprimento ao disposto na Resolução 619/2016 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à UMUTRANS até 23/07/2018, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
AAA6010	279350B000137991	12/03/2018	55412	R$ 195,23
AAP7913	279350B000138058	13/03/2018	55412	R$ 195,23
AAV1113	279350B000137973	12/03/2018	55412	R$ 195,23
ABM3767	279350B000138012	12/03/2018	55412	R$ 195,23
ADA2520	279350B000138066	13/03/2018	55412	R$ 195,23
ADA2520	279350B000137992	12/03/2018	55412	R$ 195,23
ADS3209	279350B000137996	12/03/2018	55412	R$ 195,23
AEK8002	279350B000137892	09/03/2018	55412	R$ 195,23
AFC9512	279350B000137887	09/03/2018	55412	R$ 195,23
AFO8257	279350B000137939	12/03/2018	55412	R$ 195,23
AFX7722	279350B000137914	09/03/2018	55412	R$ 195,23
AFY6718	279350B000137885	09/03/2018	55412	R$ 195,23
AGZ8809	279350B000138000	12/03/2018	55412	R$ 195,23
AHF4658	279350B000137980	12/03/2018	55412	R$ 195,23
AHI9640	279350B000138033	12/03/2018	55412	R$ 195,23
AHI9640	279350B000137935	09/03/2018	55412	R$ 195,23
AHN1362	279350B000138028	12/03/2018	55412	R$ 195,23
AHQ3336	279350B000137894	09/03/2018	55412	R$ 195,23
AHX7570	279350B000137979	12/03/2018	55412	R$ 195,23
AIB3707	279350B000137888	09/03/2018	55412	R$ 195,23
AIK0677	279350B000137964	12/03/2018	55412	R$ 195,23
AIU1244	279350B000137905	09/03/2018	55412	R$ 195,23
AJL8805	279350B000137876	09/03/2018	55412	R$ 195,23
AJO0835	279350B000137963	12/03/2018	55412	R$ 195,23
AJP8819	279350B000138009	12/03/2018	55412	R$ 195,23
AJY7123	279350B000137972	12/03/2018	55412	R$ 195,23
AJY8817	279350B000137896	09/03/2018	55412	R$ 195,23
AKC1870	279350B000138045	13/03/2018	55412	R$ 195,23
AKD2754	279350B000137998	12/03/2018	55412	R$ 195,23
AKG3207	279350B000138030	12/03/2018	55412	R$ 195,23
AKL6925	279350B000137976	12/03/2018	55412	R$ 195,23
AKL6925	279350B000138052	13/03/2018	55412	R$ 195,23
AKT2996	279350B000137988	12/03/2018	55412	R$ 195,23
AKT2996	279350B000138027	12/03/2018	55412	R$ 195,23
AKU1640	279350B000137968	12/03/2018	55412	R$ 195,23
AKV6896	279350B000137898	09/03/2018	55412	R$ 195,23
ALB5488	279350B000137975	12/03/2018	55412	R$ 195,23
ALD3550	279350B000137947	12/03/2018	55412	R$ 195,23
ALE0947	279350B000137928	09/03/2018	55412	R$ 195,23
ALE9954	279350B000138055	13/03/2018	55412	R$ 195,23
ALF6229	279350B000137921	09/03/2018	55412	R$ 195,23
ALM8373	279350B000137902	09/03/2018	55412	R$ 195,23
ALR2566	279350B000138048	13/03/2018	55412	R$ 195,23
ALX0485	279350B000138016	12/03/2018	55412	R$ 195,23
ALZ4511	279350B000138025	12/03/2018	55412	R$ 195,23
AMN1575	279350B000138044	13/03/2018	55412	R$ 195,23
AMT9797	279350B000138011	12/03/2018	55412	R$ 195,23
AMZ4029	279350B000138071	13/03/2018	55412	R$ 195,23
ANA2047	279350B000137886	09/03/2018	55412	R$ 195,23
AND9659	279350B000137897	09/03/2018	55412	R$ 195,23
ANK4087	279350B000137870	09/03/2018	55412	R$ 195,23
ANL1295	279350B000138073	13/03/2018	55412	R$ 195,23
ANL7821	279350B000137946	12/03/2018	55412	R$ 195,23
ANL7821	279350B000137966	12/03/2018	55412	R$ 195,23
ANM3884	279350B000137981	12/03/2018	55412	R$ 195,23
ANM8987	279350B000137920	09/03/2018	55412	R$ 195,23
ANP8548	279350B000137901	09/03/2018	55412	R$ 195,23
ANS3753	279350B000137982	12/03/2018	55412	R$ 195,23
AOB4404	279350B000138060	13/03/2018	55412	R$ 195,23
AOE7396	279350B000137940	12/03/2018	55412	R$ 195,23
AOG9137	279350B000137977	12/03/2018	55412	R$ 195,23
AOH2804	279350B000137948	12/03/2018	55412	R$ 195,23
AOI8623	279350B000137994	12/03/2018	55412	R$ 195,23
AOI8623	279350B000138047	13/03/2018	55412	R$ 195,23
AOM6952	279350B000137924	09/03/2018	55412	R$ 195,23
AOM9997	279350B000137908	09/03/2018	55412	R$ 195,23
AON7416	279350B000138074	13/03/2018	55412	R$ 195,23
AOV8261	279350B000138054	13/03/2018	55412	R$ 195,23
APA4639	279350B000137933	09/03/2018	55412	R$ 195,23
APA8637	279350B000138078	13/03/2018	55412	R$ 195,23
APB9446	279350B000138050	13/03/2018	55412	R$ 195,23
APM0573	279350B000138007	12/03/2018	55412	R$ 195,23
APS1573	279350B000138024	12/03/2018	55412	R$ 195,23
APS6857	279350B000138029	12/03/2018	55412	R$ 195,23
APS9740	279350B000137903	09/03/2018	55412	R$ 195,23
APU9758	279350B000138043	13/03/2018	55412	R$ 195,23
APW2151	279350B000137989	12/03/2018	55412	R$ 195,23
APW2151	279350B000138001	12/03/2018	55412	R$ 195,23
APW2151	279350B000137949	12/03/2018	55412	R$ 195,23
AQA3681	279350B000138038	13/03/2018	55412	R$ 195,23
AQD6857	279350B000137951	12/03/2018	55412	R$ 195,23
AQD6857	279350B000137967	12/03/2018	55412	R$ 195,23
AQG2910	279350B000137906	09/03/2018	55412	R$ 195,23
AQK0175	279350B000138026	12/03/2018	55412	R$ 195,23
AQM7103	279350B000138005	12/03/2018	55412	R$ 195,23
AQP2491	279350B000138008	12/03/2018	55412	R$ 195,23
AQR1907	279350B000137974	12/03/2018	55412	R$ 195,23
AQV2388	279350B000137904	09/03/2018	55412	R$ 195,23
AQX8275	279350B000137874	09/03/2018	55412	R$ 195,23
AQX8275	279350B000137899	09/03/2018	55412	R$ 195,23
AQX8275	279350B000137923	09/03/2018	55412	R$ 195,23
ARF2622	279350B000138023	12/03/2018	55412	R$ 195,23
ARH5557	279350B000137971	12/03/2018	55412	R$ 195,23
ARO4820	279350B000138081	13/03/2018	55412	R$ 195,23
ARR7905	279350B000138032	12/03/2018	55412	R$ 195,23
ART3136	279350B000137907	09/03/2018	55412	R$ 195,23
ASB2595	279350B000137957	12/03/2018	55412	R$ 195,23
ASD3470	279350B000137931	09/03/2018	55412	R$ 195,23
ASJ6209	279350B000138077	13/03/2018	55412	R$ 195,23
ASV5281	279350B000137912	09/03/2018	55412	R$ 195,23
ATZ8031	279350B000137970	12/03/2018	55412	R$ 195,23
AUG4785	279350B000137953	12/03/2018	55412	R$ 195,23
AUG4785	279350B000137872	09/03/2018	55412	R$ 195,23
AUL9720	279350B000137934	09/03/2018	55412	R$ 195,23
AUT3332	279350B000138022	12/03/2018	55412	R$ 195,23
AUT9396	279350B000138056	13/03/2018	55412	R$ 195,23
AUX0448	279350B000137895	09/03/2018	55412	R$ 195,23
AUZ1136	279350B000138041	13/03/2018	55412	R$ 195,23
AVJ7585	279350B000138046	13/03/2018	55412	R$ 195,23
AVJ7585	279350B000138013	12/03/2018	55412	R$ 195,23
AVP5385	279350B000137911	09/03/2018	55412	R$ 195,23
AVT4867	279350B000138006	12/03/2018	55412	R$ 195,23
AWC0975	279350B000137937	09/03/2018	55412	R$ 195,23
AWF2896	279350B000137871	09/03/2018	55412	R$ 195,23
AWI6220	279350B000137889	09/03/2018	55412	R$ 195,23
AWP3407	279350B000137950	12/03/2018	55412	R$ 195,23
AWS5623	279350B000137879	09/03/2018	55412	R$ 195,23
AWS5623	279350B000137891	09/03/2018	55412	R$ 195,23
AWY2709	279350B000137919	09/03/2018	55412	R$ 195,23
AXE3191	279350B000138051	13/03/2018	55412	R$ 195,23
AXJ7940	279350B000138036	13/03/2018	55412	R$ 195,23
AXM1305	279350B000138042	13/03/2018	55412	R$ 195,23
AXO1290	279350B000137945	12/03/2018	55412	R$ 195,23
AXT5474	279350B000137868	09/03/2018	55412	R$ 195,23
AYB4547	279350B000138014	12/03/2018	55412	R$ 195,23
AYE6272	279350B000137952	12/03/2018	55412	R$ 195,23
AYE6272	279350B000138004	12/03/2018	55412	R$ 195,23
AYQ1031	279350B000138080	13/03/2018	55412	R$ 195,23
AZA7951	279350B000137938	12/03/2018	55412	R$ 195,23
AZP6732	279350B000138053	13/03/2018	55412	R$ 195,23
AZP6732	279350B000138076	13/03/2018	55412	R$ 195,23
AZQ4727	279350B000137965	12/03/2018	55412	R$ 195,23
AZQ9447	279350B000138079	13/03/2018	55412	R$ 195,23
AZS6090	279350B000137942	12/03/2018	55412	R$ 195,23
AZV8891	279350B000137900	09/03/2018	55412	R$ 195,23
BAH0490	279350B000138003	12/03/2018	55412	R$ 195,23
BAH4096	279350B000137866	09/03/2018	55412	R$ 195,23
BAQ4927	279350B000138059	13/03/2018	55412	R$ 195,23
BAS9515	279350B000137990	12/03/2018	55412	R$ 195,23
BBI3124	279350B000137995	12/03/2018	55412	R$ 195,23
BBN6224	279350B000137875	09/03/2018	55412	R$ 195,23
BEL4971	279350B000137955	12/03/2018	55412	R$ 195,23
BER2035	279350B000138019	12/03/2018	55412	R$ 195,23
BES2603	279350B000138072	13/03/2018	55412	R$ 195,23
BEX3011	279350B000138068	13/03/2018	55412	R$ 195,23
BYG5471	279350B000137925	09/03/2018	55412	R$ 195,23
CAW7350	279350B000137983	12/03/2018	55412	R$ 195,23
CEV2670	279350B000137987	12/03/2018	55412	R$ 195,23
CGR6300	279350B000138021	12/03/2018	55412	R$ 195,23
CGR6300	279350B000137999	12/03/2018	55412	R$ 195,23
CLZ2246	279350B000137985	12/03/2018	55412	R$ 195,23
CMJ2371	279350B000138061	13/03/2018	55412	R$ 195,23
CNE0638	279350B000137954	12/03/2018	55412	R$ 195,23
DBQ8426	279350B000137880	09/03/2018	55412	R$ 195,23
DCP1798	279350B000138063	13/03/2018	55412	R$ 195,23
DJB3905	279350A000058330	22/03/2018	76251	R$ 293,47
DKZ3430	279350B000138017	12/03/2018	55412	R$ 195,23
DOI3372	279350B000138070	13/03/2018	55412	R$ 195,23
DPT5651	279350B000138049	13/03/2018	55412	R$ 195,23
DRN2409	279350B000137926	09/03/2018	55412	R$ 195,23
DXH5235	279350B000137917	09/03/2018	55412	R$ 195,23
EDX1668	279350B000137884	09/03/2018	55412	R$ 195,23
EFB3558	279350B000137943	12/03/2018	55412	R$ 195,23
ELH6178	279350B000137969	12/03/2018	55412	R$ 195,23
ENB8551	279350B000137986	12/03/2018	55412	R$ 195,23
FEI7470	279350B000137959	12/03/2018	55412	R$ 195,23
FFX4690	279350B000137993	12/03/2018	55412	R$ 195,23
GUH7847	279350B000138018	12/03/2018	55412	R$ 195,23
GWA7245	279350B000137913	09/03/2018	55412	R$ 195,23
HAT1096	279350B000138031	12/03/2018	55412	R$ 195,23
HEH7675	279350B000137930	09/03/2018	55412	R$ 195,23
HRH8103	279350B000137918	09/03/2018	55412	R$ 195,23
HRZ1344	279350B000137865	09/03/2018	55412	R$ 195,23
HTP6387	279350B000138015	12/03/2018	55412	R$ 195,23
IRI4111	279350B000138010	12/03/2018	55412	R$ 195,23
ISZ0806	279350B000138057	13/03/2018	55412	R$ 195,23
IXI1900	279350B000137882	09/03/2018	55412	R$ 195,23
JNC1246	279350B000137916	09/03/2018	55412	R$ 195,23
JUL9890	279350B000138039	13/03/2018	55412	R$ 195,23
JUL9890	279350B000138065	13/03/2018	55412	R$ 195,23
KAL9723	279350B000138037	13/03/2018	55412	R$ 195,23
KEG0616	279350B000137893	09/03/2018	55412	R$ 195,23
KEG0616	279350B000137881	09/03/2018	55412	R$ 195,23
KHP3704	279350B000137867	09/03/2018	55412	R$ 195,23
KHX7976	279350B000137958	12/03/2018	55412	R$ 195,23
KIY5384	279350B000137997	12/03/2018	55412	R$ 195,23
KXM2911	279350B000137929	09/03/2018	55412	R$ 195,23
KYF0433	279350B000137927	09/03/2018	55412	R$ 195,23
LYI7546	279350B000137883	09/03/2018	55412	R$ 195,23
MAB1907	279350B000137890	09/03/2018	55412	R$ 195,23
MDM9557	279350B000137984	12/03/2018	55412	R$ 195,23
MHC7360	279350B000137978	12/03/2018	55412	R$ 195,23
MMC0218	279350B000137878	09/03/2018	55412	R$ 195,23
OOH7757	279350B000137877	09/03/2018	55412	R$ 195,23
OQG3968	279350B000137960	12/03/2018	55412	R$ 195,23
OVE8105	279350B000138075	13/03/2018	55412	R$ 195,23
PAI5297	279350B000138064	13/03/2018	55412	R$ 195,23
PAI5297	279350B000138040	13/03/2018	55412	R$ 195,23
PHL4843	279350B000137932	09/03/2018	55412	R$ 195,23
QNS3692	279350B000137936	09/03/2018	55412	R$ 195,23

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DIVISÃO DE POSTURA

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /751 / 2018
SEQUENCIA: 11

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A),** com fundamento no artigo 2° da Lei 2.104 de 07 de maio de 1998, para que no prazo de 20 (vinte) dias, efetue a limpeza do imóvel abaixo descrito. **Quadra: 0018, Lote: 0017, N.º: 2021**

O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias previstas na Lei Complementar n° 129; e Lei Complementar n° 439 de 06 de julho de 2017.

Ressalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.

ROQUE PEREIRA DE OLIVEIRA CPF/CNPJ: 28098480925
CADASTRO: 776400 QUADRA: 0018 LOTE: 0017
ENDEREÇO: RUA CAMAQUA, 2021 CEP: 87503440
BAIRRO: ZONA 7 COMPLEMENTO:

Atenciosamente — Umuarama, segunda-feira, 4 de junho de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Avenida Rio Branco, nº 3717 - Centro Cívico
CEP 87501-130 Umuarama - PR
Horário de Atendimento 08h00 às 11h30 e das 13h30 às 17h00.

Carta 9912301009/2012-DR/PR UMUARAMA PREF. MUNICIPAL SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA CORREIOS

COMUNICADO: 5491 / 761 / 2018
ROQUE PEREIRA DE OLIVEIRA CPF/CNPJ: 28098480925
ENDEREÇO: RUA CONVERSAO, Nº 78 CEP.: 19040100 CIDADE: PRESIDENTE PRUDENTE UF.: SP
VILA ITI N 78 PRESIDENTE PRUDENTE SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DIVISÃO DE POSTURA

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /752 / 2018
SEQUENCIA: 11

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A),** com fundamento no artigo 2° da Lei 2.104 de 07 de maio de 1998, para que no prazo de 20 (vinte) dias, efetue a limpeza do imóvel abaixo descrito. **Quadra: 0007, Lote: 007B, N.º: S/Nº**

O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias previstas na Lei Complementar n° 129; e Lei Complementar n° 439 de 06 de julho de 2017.

Ressalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.

ESPÓLIO DE ANTONIO MARQUES DE LIMA CPF/CNPJ: 18984002968
CADASTRO: 3715350 QUADRA: 0007 LOTE: 007B
ENDEREÇO: RUA PROJETADA A, S/Nº CEP: 87500000
BAIRRO: JARDIM NOVO MILENIO COMPLEMENTO:

Atenciosamente — Umuarama, segunda-feira, 4 de junho de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Avenida Rio Branco, nº 3717 - Centro Cívico
CEP 87501-130 Umuarama - PR
Horário de Atendimento 08h00 às 11h30 e das 13h30 às 17h00.

Carta 9912301009/2012-DR/PR UMUARAMA PREF. MUNICIPAL SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA CORREIOS

COMUNICADO: 11 / 752 / 2018
ESPÓLIO DE ANTONIO MARQUES DE LIMA CPF/CNPJ: 18984002968
ENDEREÇO: RUA BARARUBA, Nº 3470 CEP.: 87503040 CIDADE: UMUARAMA UF.: PR

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DIVISÃO DE POSTURA

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /751 / 2018
SEQUENCIA: 15

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A),** com fundamento no artigo 2° da Lei 2.104 de 07 de maio de 1998, para que no prazo de 20 (vinte) dias, efetue a limpeza do imóvel abaixo descrito. **Quadra: 0009, Lote: 0010, N.º: S/Nº**

O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias previstas na Lei Complementar n° 129; e Lei Complementar n° 439 de 06 de julho de 2017.

Ressalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.

FLAVIO ROBERTO DOS SANTOS CORREIA CPF/CNPJ: 33082694810
CADASTRO: 911630 QUADRA: 0009 LOTE: 0010
ENDEREÇO: RUA CAMPO GRANDE, S/Nº CEP: 87501510
BAIRRO: JARDIM TANGARA COMPLEMENTO:

Atenciosamente — Umuarama, segunda-feira, 4 de junho de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Avenida Rio Branco, nº 3717 - Centro Cívico
CEP 87501-130 Umuarama - PR
Horário de Atendimento 08h00 às 11h30 e das 13h30 às 17h00.

Carta 9912301009/2012-DR/PR UMUARAMA PREF. MUNICIPAL SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA CORREIOS

COMUNICADO: 15 / 751 / 2018
FLAVIO ROBERTO DOS SANTOS CORREIA CPF/CNPJ: 33082694810
ENDEREÇO: RUA POTINGA, Nº 194 CEP.: 87400000 CIDADE: CRUZEIRO DO OESTE UF.: PR

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DIVISÃO DE POSTURA

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /751 / 2018
SEQUENCIA: 18

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A),** com fundamento no artigo 2° da Lei 2.104 de 07 de maio de 1998, para que no prazo de 20 (vinte) dias, efetue a limpeza do imóvel abaixo descrito. **Quadra: 0005, Lote: 0008, N.º: 2553**

O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias previstas na Lei Complementar n° 129; e Lei Complementar n° 439 de 06 de julho de 2017.

Ressalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.

MICHELLE RAZERA CPF/CNPJ: 34629759867
CADASTRO: 922400 QUADRA: 0005 LOTE: 0008
ENDEREÇO: RUA 13 DE MAIO, 2553 CEP: 87506350
BAIRRO: JARDIM ALVORADA COMPLEMENTO:

Atenciosamente — Umuarama, segunda-feira, 4 de junho de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Avenida Rio Branco, nº 3717 - Centro Cívico
CEP 87501-130 Umuarama - PR
Horário de Atendimento 08h00 às 11h30 e das 13h30 às 17h00.

Carta 9912301009/2012-DR/PR UMUARAMA PREF. MUNICIPAL SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA CORREIOS

COMUNICADO: 18 / 751 / 2018
MICHELLE RAZERA CPF/CNPJ: 34629759867
ENDEREÇO: RUA 13 DE MAIO, Nº 2553 CEP.: 87504320 CIDADE: UMUARAMA UF.: PR

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DIVISÃO DE POSTURA

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /752 / 2018 SEQUENCIA: 19

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A),** com fundamento no artigo 2° da Lei 2.104 de 07 de maio de 1998, para que no prazo de 20 (vinte) dias, efetue a limpeza do imóvel abaixo descrito. **Quadra: 0009, Lote: 002A, N.º: S/Nº**

O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias previstas na Lei Complementar n° 129; e Lei Complementar n° 439 de 06 de julho de 2017.

Ressalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.

FABIO APARECIDO DE OLIVEIRA CPF/CNPJ: 89505689934
CADASTRO: 3992500 QUADRA: 0009 LOTE: 002A
ENDEREÇO: RUA GUSTAVO CRAY, S/Nº CEP: 87508440
BAIRRO: JARDIM TOPAZIO COMPLEMENTO:

Atenciosamente — Umuarama, segunda-feira, 4 de junho de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Avenida Rio Branco, nº 3717 - Centro Cívico
CEP 87501-130 Umuarama - PR
Horário de Atendimento 08h00 às 11h30 e das 13h30 às 17h00.

Carta 9912301009/2012-DR/PR UMUARAMA PREF. MUNICIPAL SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA CORREIOS

COMUNICADO: 19 / 752 / 2018
FABIO APARECIDO DE OLIVEIRA CPF/CNPJ: 89505689934
ENDEREÇO: RUA 13 DE MAIO, Nº 2058 CEP.: 87506340 CIDADE: UMUARAMAUF.: PR

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DIVISÃO DE POSTURA

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /751 / 2018
SEQUENCIA: 20

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A),** com fundamento no artigo 2° da Lei 2.104 de 07 de maio de 1998, para que no prazo de 20 (vinte) dias, efetue a limpeza do imóvel abaixo descrito. **Quadra: 0009, Lote: 0003, N.º: 2693**

O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias previstas na Lei Complementar n° 129; e Lei Complementar n° 439 de 06 de julho de 2017.

Ressalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.

LUIZ GONCALVES CPF/CNPJ: 15199460900
CADASTRO: 931400 QUADRA: 0009 LOTE: 0003
ENDEREÇO: RUA APOLO, 2693 CEP: 87501580
BAIRRO: JARDIM IGUACU COMPLEMENTO:

Atenciosamente — Umuarama, segunda-feira, 4 de junho de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Avenida Rio Branco, nº 3717 - Centro Cívico
CEP 87501-130 Umuarama - PR
Horário de Atendimento 08h00 às 11h30 e das 13h30 às 17h00.

Carta 9912301009/2012-DR/PR UMUARAMA PREF. MUNICIPAL SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA CORREIOS

COMUNICADO: 20 / 751 / 2018
LUIZ GONCALVES CPF/CNPJ: 15199460900
ENDEREÇO: RUA APOLO, Nº 2693 CEP.: 87501580 CIDADE: UMUARAMA UF.: PR

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DIVISÃO DE POSTURA

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /752 / 2018 SEQUENCIA: 20

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A),** com fundamento no artigo 2° da Lei 2.104 de 07 de maio de 1998, para que no prazo de 20 (vinte) dias, efetue a limpeza do imóvel abaixo descrito. **Quadra: 0009, Lote: 002B, N.º: S/Nº**

O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias previstas na Lei Complementar n° 129; e Lei Complementar n° 439 de 06 de julho de 2017.

Ressalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.

FABIO APARECIDO DE OLIVEIRA CPF/CNPJ: 89505689934
CADASTRO: 3992550 QUADRA: 0009 LOTE: 002B
ENDEREÇO: RUA GUSTAVO CRAY, S/Nº CEP: 87508440
BAIRRO: JARDIM TOPAZIO COMPLEMENTO:

Atenciosamente — Umuarama, segunda-feira, 4 de junho de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Avenida Rio Branco, nº 3717 - Centro Cívico
CEP 87501-130 Umuarama - PR
Horário de Atendimento 08h00 às 11h30 e das 13h30 às 17h00.

Carta 9912301009/2012-DR/PR UMUARAMA PREF. MUNICIPAL SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA CORREIOS

COMUNICADO: 20 / 752 / 2018
FABIO APARECIDO DE OLIVEIRA CPF/CNPJ: 89505689934
ENDEREÇO: RUA 13 DE MAIO, Nº 2058 CEP.: 87506340 CIDADE: UMUARAMAUF.: PR

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DIVISÃO DE POSTURA

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /751 / 2018
SEQUENCIA: 21

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A),** com fundamento no artigo 2° da Lei 2.104 de 07 de maio de 1998, para que no prazo de 20 (vinte) dias, efetue a limpeza do imóvel abaixo descrito. **Quadra: 0005, Lote: 0011, N.º: 4961**

O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias previstas na Lei Complementar n° 129; e Lei Complementar n° 439 de 06 de julho de 2017.

Ressalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.

ANTONIO PEREIRA FRANCA CPF/CNPJ: 19074450997
CADASTRO: 939600 QUADRA: 0005 LOTE: 0011
ENDEREÇO: RUA JOSE BALAN, 4961 CEP: 87506000
BAIRRO: JARDIM SOCIAL COMPLEMENTO:

Atenciosamente — Umuarama, segunda-feira, 4 de junho de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Avenida Rio Branco, nº 3717 - Centro Cívico
CEP 87501-130 Umuarama - PR
Horário de Atendimento 08h00 às 11h30 e das 13h30 às 17h00.

Carta 9912301009/2012-DR/PR UMUARAMA PREF. MUNICIPAL SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA CORREIOS

COMUNICADO: 21 / 751 / 2018
ANTONIO PEREIRA FRANCA CPF/CNPJ: 19074450997
ENDEREÇO: RUA JOSE BALAN, Nº 4961 CEP.: 87506000 CIDADE: UMUARAMA UF.: PR

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DIVISÃO DE POSTURA

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /764 / 2018
SEQUENCIA: 21

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A),** com fundamento no artigo 2° da Lei 2.104 de 07 de maio de 1998, para que no prazo de 20 (vinte) dias, efetue a limpeza do imóvel abaixo descrito. **Quadra: 0001, Lote: 0005, N.º: S/Nº**

O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias previstas na Lei Complementar n° 129; e Lei Complementar n° 439 de 06 de julho de 2017.

Ressalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.

YOLANDA KUMIKO SIZUKI CPF/CNPJ: 44588291904
CADASTRO: 4268700 QUADRA: 0001 LOTE: 0005
ENDEREÇO: RUA PROJETADA A, S/Nº CEP: 87500000
BAIRRO: JARDIM MORUMBI II COMPLEMENTO:

Atenciosamente — Umuarama, segunda-feira, 4 de junho de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Avenida Rio Branco, nº 3717 - Centro Cívico
CEP 87501-130 Umuarama - PR
Horário de Atendimento 08h00 às 11h30 e das 13h30 às 17h00.

Carta 9912301009/2012-DR/PR UMUARAMA PREF. MUNICIPAL SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA CORREIOS

COMUNICADO: 21 / 764 / 2018
YOLANDA KUMIKO SIZUKI CPF/CNPJ: 44588291904
ENDEREÇO: AV ZAELI, Nº 2439 CEP.: 87500000 CIDADE: UMUARAMA UF.: PR

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DIVISÃO DE POSTURA

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /730 / 2018
SEQUENCIA: 22

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A),** com fundamento no artigo 2° da Lei 2.104 de 07 de maio de 1998, para que no prazo de 20 (vinte) dias, efetue a limpeza do imóvel abaixo descrito. **Quadra: 0002, Lote: 0009, N.º: 2406**

O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias previstas na Lei Complementar n° 129; e Lei Complementar n° 439 de 06 de julho de 2017.

Ressalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.

ALIMENTOS ZIOMAR LTDA CPF/CNPJ: 02273805000134
CADASTRO: 916900 QUADRA: 0002 LOTE: 0009
ENDEREÇO: RUA 31 DE MARCO, 2406 CEP: 87506350
BAIRRO: JARDIM ALVORADA COMPLEMENTO:

Atenciosamente — Umuarama, segunda-feira, 4 de junho de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Avenida Rio Branco, nº 3717 - Centro Cívico
CEP 87501-130 Umuarama - PR
Horário de Atendimento 08h00 às 11h30 e das 13h30 às 17h00.

Carta 9912301009/2012-DR/PR UMUARAMA PREF. MUNICIPAL SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA CORREIOS

COMUNICADO: 22 / 730 / 2018
ALIMENTOS ZIOMAR LTDA CPF/CNPJ: 02273805000134
ENDEREÇO: RUA BENVENUTO GAZZI, Nº 2372 CEP.: 87504695 CIDADE: UMUARAMA UF.: PR

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DIVISÃO DE POSTURA

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /764 2018 SEQUENCIA: 25

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A),** com fundamento no artigo 2° da Lei 2.104 de 07 de maio de 1998, para que no prazo de 20 (vinte) dias, efetue a limpeza do imóvel abaixo descrito. **Quadra: 0010, Lote: 0002, N.º: S/Nº**

O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias previstas na Lei Complementar n° 129; e Lei Complementar n° 439 de 06 de julho de 2017.

Ressalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.

ADRIANO LUIZ AUGUSTO CPF/CNPJ: 02879116910
CADASTRO: 4623900 QUADRA: 0010 LOTE: 0002
ENDEREÇO: RUA PROJETADA A, S/Nº CEP: 87500000
BAIRRO: PRQ RESID MONTE LIBANO COMPLEMENTO:

Atenciosamente — Umuarama, segunda-feira, 4 de junho de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Avenida Rio Branco, nº 3717 - Centro Cívico
CEP 87501-130 Umuarama - PR
Horário de Atendimento 08h00 às 11h30 e das 13h30 às 17h00.

Carta 9912301009/2012-DR/PR UMUARAMA PREF. MUNICIPAL SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA CORREIOS

COMUNICADO: 25 / 764 / 2018
ADRIANO LUIZ AUGUSTO CPF/CNPJ: 02879116910
ENDEREÇO: AV PARANA, Nº 5636 CEP.: 87500000 CIDADE: UMUARAMAUF.: PR
LOTE 1/2/3R E 4E5 APT 104 GAR 34/53

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DIVISÃO DE POSTURA

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /752 / 2018
SEQUENCIA: 28

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A),** com fundamento no artigo 2° da Lei 2.104 de 07 de maio de 1998, para que no prazo de 20 (vinte) dias, efetue a limpeza do imóvel abaixo descrito. **Quadra: 0002, Lote: 022B, N.º: S/Nº**

O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias previstas na Lei Complementar n° 129; e Lei Complementar n° 439 de 06 de julho de 2017.

Ressalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.

DELCIO PINHEIRO CPF/CNPJ: 66894026904
CADASTRO: 4241420 QUADRA: 0002 LOTE: 022B
ENDEREÇO: RUA PROJETADA B, S/Nº CEP: 87500000
BAIRRO: JARDIM CIMA COMPLEMENTO:

Atenciosamente — Umuarama, segunda-feira, 4 de junho de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Avenida Rio Branco, nº 3717 - Centro Cívico
CEP 87501-130 Umuarama - PR
Horário de Atendimento 08h00 às 11h30 e das 13h30 às 17h00.

Carta 9912301009/2012-DR/PR UMUARAMA PREF. MUNICIPAL SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA CORREIOS

COMUNICADO: 28 / 752 / 2018
DELCIO PINHEIRO CPF/CNPJ: 66894026904
ENDEREÇO: RUA SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS, Nº 3960 CEP.: 87509795 CIDADE: UMUARAMA UF.: PR

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DIVISÃO DE POSTURA

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /751 / 2018
SEQUENCIA: 29

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A),** com fundamento no artigo 2° da Lei 2.104 de 07 de maio de 1998, para que no prazo de 20 (vinte) dias, efetue a limpeza do imóvel abaixo descrito. **Quadra: 0004, Lote: 005A, N.°: S/N°**

O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias previstas na Lei Complementar n° 129; e Lei Complementar n° 439 de 06 de julho de 2017.

Ressalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.

MOACIR DE VICENTE CPF/CNPJ: 20924399953
CADASTRO: 1260210 QUADRA: 0004 LOTE: 005A
ENDEREÇO: RUA NOVA ALIANCA, S/Nº CEP: 87501655
BAIRRO: JARDIM MARIA LUCIA COMPLEMENTO:

Atenciosamente

Umuarama, segunda-feira, 4 de junho de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Avenida Rio Branco, nº 3717 - Centro Cívico
CEP 87501-130 Umuarama - PR
Horário de Atendimento 08h00 às 11h30 e das 13h30 às 17h00.

COMUNICADO: 29 / 751 / 2018
MOACIR DE VICENTE CPF/CNPJ: 20924399953
ENDEREÇO: RUA DOUTOR RUI FERRAZ DE CARVALHO, Nº 4212 CEP.: 87501250 CIDADE: UMUARAMA UF.: PR
SALA 803 8 PAV

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DIVISÃO DE POSTURA

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /764 / 2018
SEQUENCIA: 29

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A),** com fundamento no artigo 2° da Lei 2.104 de 07 de maio de 1998, para que no prazo de 20 (vinte) dias, efetue a limpeza do imóvel abaixo descrito. **Quadra: 0010, Lote: 013B, N.°: S/N°**

O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias previstas na Lei Complementar n° 129; e Lei Complementar n° 439 de 06 de julho de 2017.

Ressalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.

TEREZINHA CAETANO CPF/CNPJ: 57095426953
CADASTRO: 4625050 QUADRA: 0010 LOTE: 013B
ENDEREÇO: RUA PROJETADA D, S/Nº CEP: 87500000
BAIRRO: PRQ RESID MONTE LIBANO COMPLEMENTO:

Atenciosamente

Umuarama, segunda-feira, 4 de junho de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Avenida Rio Branco, nº 3717 - Centro Cívico
CEP 87501-130 Umuarama - PR
Horário de Atendimento 08h00 às 11h30 e das 13h30 às 17h00.

COMUNICADO: 29 / 764 / 2018
TEREZINHA CAETANO CPF/CNPJ: 57095426953
ENDEREÇO: PRC ARTHUR THOMAS, Nº 4980 CEP.: 87502190 CIDADE: UMUARAMA UF.: PR

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DIVISÃO DE POSTURA

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /729 / 2018
SEQUENCIA: 30

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A),** com fundamento no artigo 2° da Lei 2.104 de 07 de maio de 1998, para que no prazo de 20 (vinte) dias, efetue a limpeza do imóvel abaixo descrito. **Quadra: 0006, Lote: 0009, N.°: S/N°**

O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias previstas na Lei Complementar n° 129; e Lei Complementar n° 439 de 06 de julho de 2017.

Ressalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.

RICARDO NUNES DE SOUZA CPF/CNPJ: 01390478165
CADASTRO: 4245400 QUADRA: 0006 LOTE: 0009
ENDEREÇO: RUA PROJETADA C, S/Nº CEP: 87500000
BAIRRO: JARDIM CIMA COMPLEMENTO:

Atenciosamente

Umuarama, segunda-feira, 4 de junho de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Avenida Rio Branco, nº 3717 - Centro Cívico
CEP 87501-130 Umuarama - PR
Horário de Atendimento 08h00 às 11h30 e das 13h30 às 17h00.

COMUNICADO: 86 / 751 / 2018
RICARDO NUNES DE SOUZA CPF/CNPJ: 01390478165
ENDEREÇO: RUA CONVERSAO, Nº 115 CEP.: 78840000 CIDADE: CAMPO VERDE UF.: MT
RUA SABIA 115 QD 5 LT 19 BAIRRO SAO MIGUEL

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DIVISÃO DE POSTURA

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /751 / 2018
SEQUENCIA: 30

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A),** com fundamento no artigo 2° da Lei 2.104 de 07 de maio de 1998, para que no prazo de 20 (vinte) dias, efetue a limpeza do imóvel abaixo descrito. **Quadra: 0004, Lote: 005B, N.°: S/N°**

O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias previstas na Lei Complementar n° 129; e Lei Complementar n° 439 de 06 de julho de 2017.

Ressalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.

MOACIR DE VICENTE CPF/CNPJ: 20924399953
CADASTRO: 1260220 QUADRA: 0004 LOTE: 005B
ENDEREÇO: RUA NOVA ALIANCA, S/Nº CEP: 87501655
BAIRRO: JARDIM MARIA LUCIA COMPLEMENTO:

Atenciosamente

Umuarama, segunda-feira, 4 de junho de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Avenida Rio Branco, nº 3717 - Centro Cívico
CEP 87501-130 Umuarama - PR
Horário de Atendimento 08h00 às 11h30 e das 13h30 às 17h00.

COMUNICADO: 30 / 751 / 2018
MOACIR DE VICENTE CPF/CNPJ: 20924399953
ENDEREÇO: RUA DOUTOR RUI FERRAZ DE CARVALHO, Nº 4212 CEP.: 87501250 CIDADE: UMUARAMA UF.: PR
SALA 803 8 PAV

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DIVISÃO DE POSTURA

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /751 / 2018
SEQUENCIA: 31

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A),** com fundamento no artigo 2° da Lei 2.104 de 07 de maio de 1998, para que no prazo de 20 (vinte) dias, efetue a limpeza do imóvel abaixo descrito. **Quadra: 0004, Lote: 005C, N.°: S/N°**

O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias previstas na Lei Complementar n° 129; e Lei Complementar n° 439 de 06 de julho de 2017.

Ressalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.

MOACIR DE VICENTE CPF/CNPJ: 20924399953
CADASTRO: 1260230 QUADRA: 0004 LOTE: 005C
ENDEREÇO: RUA NOVA ALIANCA, S/Nº CEP: 87501655
BAIRRO: JARDIM MARIA LUCIA COMPLEMENTO:

Atenciosamente

Umuarama, segunda-feira, 4 de junho de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Avenida Rio Branco, nº 3717 - Centro Cívico
CEP 87501-130 Umuarama - PR
Horário de Atendimento 08h00 às 11h30 e das 13h30 às 17h00.

COMUNICADO: 31 / 751 / 2018
MOACIR DE VICENTE CPF/CNPJ: 20924399953
ENDEREÇO: RUA DOUTOR RUI FERRAZ DE CARVALHO, Nº 4212 CEP.: 87501250 CIDADE: UMUARAMA UF.: PR
SALA 803 8 PAV

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DIVISÃO DE POSTURA

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /751 / 2018 SEQUENCIA: 43

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A),** com fundamento no artigo 2° da Lei 2.104 de 07 de maio de 1998, para que no prazo de 20 (vinte) dias, efetue a limpeza do imóvel abaixo descrito. **Quadra: 0018, Lote: 024A, N.°: S/N°**

O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias previstas na Lei Complementar n° 129; e Lei Complementar n° 439 de 06 de julho de 2017.

Ressalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.

SILVIA AKEMI SAKAMOTO RODRIGUES CPF/CNPJ: 00589509900
CADASTRO: 3324000 QUADRA: 0018 LOTE: 024A
ENDEREÇO: RUA CATHARINA NARESSE FRANÇOLIN, S/Nº CEP: 87504676
BAIRRO: PARQUE DOS BANDEIRANTES COMPLEMENTO:

Atenciosamente

Umuarama, segunda-feira, 4 de junho de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Avenida Rio Branco, nº 3717 - Centro Cívico
CEP 87501-130 Umuarama - PR
Horário de Atendimento 08h00 às 11h30 e das 13h30 às 17h00.

COMUNICADO: 43 / 751 / 2018
SILVIA AKEMI SAKAMOTO RODRIGUES CPF/CNPJ: 00589509900
ENDEREÇO: RUA PINHEIROS, Nº 1154 CEP.: 87505240 CIDADE: UMUARAMAUF.: PR

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DIVISÃO DE POSTURA

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /751 / 2018
SEQUENCIA: 47

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A),** com fundamento no artigo 2° da Lei 2.104 de 07 de maio de 1998, para que no prazo de 20 (vinte) dias, efetue a limpeza do imóvel abaixo descrito. **Quadra: 0007, Lote: 0022, N.°: S/N°**

O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias previstas na Lei Complementar n° 129; e Lei Complementar n° 439 de 06 de julho de 2017.

Ressalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.

ANTONIO SERGIO DA SILVA FILHO CPF/CNPJ: 02429938936
CADASTRO: 3371100 QUADRA: 0007 LOTE: 0022
ENDEREÇO: RUA MADRE TEREZA DE CALCUTA, S/Nº CEP: 87500000
BAIRRO: JARDIM SAN MARTIN II COMPLEMENTO:

Atenciosamente

Umuarama, segunda-feira, 4 de junho de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Avenida Rio Branco, nº 3717 - Centro Cívico
CEP 87501-130 Umuarama - PR
Horário de Atendimento 08h00 às 11h30 e das 13h30 às 17h00.

COMUNICADO: 47 / 751 / 2018
ANTONIO SERGIO DA SILVA FILHO CPF/CNPJ: 02429938936
ENDEREÇO: RUA MARACANA, Nº 1264 CEP.: 87508350 CIDADE: UMUARAMA UF.: PR
- Bairro: JARDIM KENNEDY

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DIVISÃO DE POSTURA

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /751 / 2018
SEQUENCIA: 71

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A),** com fundamento no artigo 2° da Lei 2.104 de 07 de maio de 1998, para que no prazo de 20 (vinte) dias, efetue a limpeza do imóvel abaixo descrito. **Quadra: 0005, Lote: 0000, N.°: 3993 LOTE 14/15-E**

O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias previstas na Lei Complementar n° 129; e Lei Complementar n° 439 de 06 de julho de 2017.

Ressalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.

CLEZIO DE OLIVEIRA CORANDIN CPF/CNPJ: 05228007938
CADASTRO: 4243650 QUADRA: 0005 LOTE: 0000
ENDEREÇO: RUA MOISES VICENTE LEITE, 3993 CEP: 87509793
BAIRRO: JARDIM CIMA COMPLEMENTO: LOTE 14/15-E

Atenciosamente

Umuarama, segunda-feira, 4 de junho de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Avenida Rio Branco, nº 3717 - Centro Cívico
CEP 87501-130 Umuarama - PR
Horário de Atendimento 08h00 às 11h30 e das 13h30 às 17h00.

COMUNICADO: 71 / 751 / 2018
CLEZIO DE OLIVEIRA CORANDIN CPF/CNPJ: 05228007938
ENDEREÇO: RUA AV.BENTO MUNHOS DA ROCHA NETO, Nº 1000 CEP.: 87360000 CIDADE: GOIOERÊ UF.: PR

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DIVISÃO DE POSTURA

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /751 / 2018
SEQUENCIA: 86

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A),** com fundamento no artigo 2° da Lei 2.104 de 07 de maio de 1998, para que no prazo de 20 (vinte) dias, efetue a limpeza do imóvel abaixo descrito. **Quadra: 0006, Lote: 0009, N.°: S/N°**

O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias previstas na Lei Complementar n° 129; e Lei Complementar n° 439 de 06 de julho de 2017.

Ressalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.

RICARDO NUNES DE SOUZA CPF/CNPJ: 01390478165
CADASTRO: 4245400 QUADRA: 0006 LOTE: 0009
ENDEREÇO: RUA PROJETADA C, S/Nº CEP: 87500000
BAIRRO: JARDIM CIMA COMPLEMENTO:

Atenciosamente

Umuarama, segunda-feira, 4 de junho de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Avenida Rio Branco, nº 3717 - Centro Cívico
CEP 87501-130 Umuarama - PR
Horário de Atendimento 08h00 às 11h30 e das 13h30 às 17h00.

COMUNICADO: 86 / 751 / 2018
RICARDO NUNES DE SOUZA CPF/CNPJ: 01390478165
ENDEREÇO: RUA CONVERSAO, Nº 115 CEP.: 78840000 CIDADE: CAMPO VERDE UF.: MT
RUA SABIA 115 QD 5 LT 19 BAIRRO SAO MIGUEL

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DIVISÃO DE POSTURA

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /751 / 2018
SEQUENCIA: 98

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A),** com fundamento no artigo 2° da Lei 2.104 de 07 de maio de 1998, para que no prazo de 20 (vinte) dias, efetue a limpeza do imóvel abaixo descrito. **Quadra: 0004, Lote: 006A, N.°: S/N°**

O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias previstas na Lei Complementar n° 129; e Lei Complementar n° 439 de 06 de julho de 2017.

Ressalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.

KLEYTON ANTONIO M. DA SILVA CPF/CNPJ: 96527811934
CADASTRO: 4263500 QUADRA: 0004 LOTE: 006A
ENDEREÇO: RUA PROJETADA D, S/Nº CEP: 87500000
BAIRRO: JARDIM MORUMBI COMPLEMENTO:

Atenciosamente

Umuarama, segunda-feira, 4 de junho de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Avenida Rio Branco, nº 3717 - Centro Cívico
CEP 87501-130 Umuarama - PR
Horário de Atendimento 08h00 às 11h30 e das 13h30 às 17h00.

COMUNICADO: 98 / 751 / 2018
KLEYTON ANTONIO M. DA SILVA CPF/CNPJ: 96527811934
ENDEREÇO: AV DUQUE DE CAXIAS, Nº 2 CEP.: 87504040 CIDADE: UMUARAMA UF.: PR

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DIVISÃO DE POSTURA

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /751 / 2018
SEQUENCIA: 101

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A),** com fundamento no artigo 2° da Lei 2.104 de 07 de maio de 1998, para que no prazo de 20 (vinte) dias, efetue a limpeza do imóvel abaixo descrito. **Quadra: 0004, Lote: 008A, N.°: S/N°**

O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias previstas na Lei Complementar n° 129; e Lei Complementar n° 439 de 06 de julho de 2017.

Ressalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.

EDISSANDRA CRISTINA SILVA CPF/CNPJ: 00405301910
CADASTRO: 4263710 QUADRA: 0004 LOTE: 008A
ENDEREÇO: RUA PROJETADA D, S/Nº CEP: 87500000
BAIRRO: JARDIM MORUMBI COMPLEMENTO:

Atenciosamente

Umuarama, segunda-feira, 4 de junho de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Avenida Rio Branco, nº 3717 - Centro Cívico
CEP 87501-130 Umuarama - PR
Horário de Atendimento 08h00 às 11h30 e das 13h30 às 17h00.

COMUNICADO: 101 / 751 / 2018
EDISSANDRA CRISTINA SILVA CPF/CNPJ: 00405301910
ENDEREÇO: AV AV LIBERDADE, Nº 3242 CEP.: 87501460 CIDADE: UMUARAMA UF.: PR

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DIVISÃO DE POSTURA

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /751 / 2018
SEQUENCIA: 111

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A),** com fundamento no artigo 2° da Lei 2.104 de 07 de maio de 1998, para que no prazo de 20 (vinte) dias, efetue a limpeza do imóvel abaixo descrito. **Quadra: 0002, Lote: 009A, N.°: S/N°**

O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias previstas na Lei Complementar n° 129; e Lei Complementar n° 439 de 06 de julho de 2017.

Ressalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.

BELO MONTE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - EPP CPF/CNPJ: 12951550000175
CADASTRO: 4387410 QUADRA: 0002 LOTE: 009A

Atenciosamente

Umuarama, segunda-feira, 4 de junho de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Avenida Rio Branco, nº 3717 - Centro Cívico
CEP 87501-130 Umuarama - PR
Horário de Atendimento 08h00 às 11h30 e das 13h30 às 17h00.

COMUNICADO: 111 / 751 / 2018
BELO MONTE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - EPP CPF/CNPJ: 12951550000175
ENDEREÇO: RUA VEREADOR ARECIDIO CASSIANO, Nº 2465 CEP.: 87500000 CIDADE: UMUARAMA UF.: PR

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DIVISÃO DE POSTURA

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /751 / 2018
SEQUENCIA: 112

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A),** com fundamento no artigo 2° da Lei 2.104 de 07 de maio de 1998, para que no prazo de 20 (vinte) dias, efetue a limpeza do imóvel abaixo descrito. **Quadra: 0002, Lote: 009B, N.°: S/N°**

O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias previstas na Lei Complementar n° 129; e Lei Complementar n° 439 de 06 de julho de 2017.

Ressalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.

BELO MONTE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - EPP CPF/CNPJ: 12951550000175
CADASTRO: 4387420 QUADRA: 0002 LOTE: 009B

Atenciosamente

Umuarama, segunda-feira, 4 de junho de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Avenida Rio Branco, nº 3717 - Centro Cívico
CEP 87501-130 Umuarama - PR
Horário de Atendimento 08h00 às 11h30 e das 13h30 às 17h00.

COMUNICADO: 112 / 751 / 2018
BELO MONTE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - EPP CPF/CNPJ: 12951550000175
ENDEREÇO: RUA VEREADOR ARECIDIO CASSIANO, Nº 2465 CEP.: 87500000 CIDADE: UMUARAMA UF.: PR

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DIVISÃO DE POSTURA

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /763 / 2018
SEQUENCIA: 113

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A),** com fundamento no artigo 2° da Lei 2.104 de 07 de maio de 1998, para que no prazo de 20 (vinte) dias, efetue a limpeza do imóvel abaixo descrito. **Quadra: 0010, Lote: 0007, N.°: S/N°**

O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias previstas na Lei Complementar n° 129; e Lei Complementar n° 439 de 06 de julho de 2017.

Ressalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.

MARCOS ROGERIO DUTRA BALBUENA CPF/CNPJ: 01317451902
CADASTRO: 5031900 QUADRA: 0010 LOTE: 0007
ENDEREÇO: AV OLIVAR VALERIO, S/Nº CEP: 87510651
BAIRRO: PARQUE IBIRAPUERA COMPLEMENTO:

Atenciosamente

Umuarama, segunda-feira, 4 de junho de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Avenida Rio Branco, nº 3717 - Centro Cívico
CEP 87501-130 Umuarama - PR
Horário de Atendimento 08h00 às 11h30 e das 13h30 às 17h00.

COMUNICADO: 113 / 763 / 2018
MARCOS ROGERIO DUTRA BALBUENA CPF/CNPJ: 01317451902
ENDEREÇO: RUA JOANA D' ARC, Nº 4805 CEP.: 87509100 CIDADE: UMUARAMA UF.: PR

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DIVISÃO DE POSTURA

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /751 / 2018
SEQUENCIA: 117

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A),** com fundamento no artigo 2° da Lei 2.104 de 07 de maio de 1998, para que no prazo de 20 (vinte) dias, efetue a limpeza do imóvel abaixo descrito. **Quadra: 0004, Lote: 006C, N.°: S/N° 0**

O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias previstas na Lei Complementar n° 129; e Lei Complementar n° 439 de 06 de julho de 2017.

Ressalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.

JOSE CELSO LEIVAS GUIMARÃES CPF/CNPJ: 28196333072
CADASTRO: 4432260 QUADRA: 0004 LOTE: 006C
ENDEREÇO: RUA CARLOS FRANCISCO DE BASTOS, S/Nº CEP: 87503716
BAIRRO: JARDIM DAS GARÇAS COMPLEMENTO: 0

Atenciosamente

Umuarama, segunda-feira, 4 de junho de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Avenida Rio Branco, nº 3717 - Centro Cívico
CEP 87501-130 Umuarama - PR
Horário de Atendimento 08h00 às 11h30 e das 13h30 às 17h00.

COMUNICADO: 117 / 751 / 2018
JOSE CELSO LEIVAS GUIMARÃES CPF/CNPJ: 28196333072
ENDEREÇO: RUA MIGUEL ANGELO REMOR, Nº 2537 CEP.: 87506090 CIDADE: UMUARAMA UF.: PR

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DIVISÃO DE POSTURA

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /730 / 2018
SEQUENCIA: 120

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A),** com fundamento no artigo 2° da Lei 2.104 de 07 de maio de 1998, para que no prazo de 20 (vinte) dias, efetue a limpeza do imóvel abaixo descrito. **Quadra: 000A, Lote: 003B, N.°: S/N°**

O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias previstas na Lei Complementar n° 129; e Lei Complementar n° 439 de 06 de julho de 2017.

Ressalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.

SIDNEI BATISTA DE SA CPF/CNPJ: 56996888115
CADASTRO: 4885220 QUADRA: 000A LOTE: 003B
ENDEREÇO: RUA JOSE MAGERSKI, S/Nº CEP: 87508591
BAIRRO: JARDIM JANINA COMPLEMENTO:

Atenciosamente

Umuarama, segunda-feira, 4 de junho de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Avenida Rio Branco, nº 3717 - Centro Cívico
CEP 87501-130 Umuarama - PR
Horário de Atendimento 08h00 às 11h30 e das 13h30 às 17h00.

COMUNICADO: 120 / 730 / 2018
SIDNEI BATISTA DE SA CPF/CNPJ: 56996888115
ENDEREÇO: RUA VERA LUCIA BERLINO SIQUEIRA, Nº 2062 CEP.: 87508480 CIDADE: UMUARAMA UF.: PR

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 1.739/2018
Revogar a Portaria nº 1525 de 11 de maio de 2018, que concedeu licença Saúde a servidora DAYANE HORWAT IMBRIANI DE OLIVEIRA.
O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º. Revogar a Portaria nº 1525 de 11 de maio de 2018, que concedeu licença Saúde a servidora DAYANE HORWAT IMBRIANI DE OLIVEIRA, portadora da Cédula de Identidade RG nº 9.884.996-3-SSP-PR, inscrito no CPF nº 080.911.309-02, nomeada em 04 de março de 2016, para ocupar o cargo de carreira de Professora, pelo regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 13 de maio de 2018;
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PAÇO MUNICIPAL, aos 30 de maio de 2018.
CELSO LUIZ POZZOBOM
Prefeito Municipal
VICENTE AFONSO GASPARINI
Secretario Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1.740/2018
Revogar a Portaria nº 1458 de 10 de maio de 2018, que concedeu licença Saúde a servidora MARIELLE FERRER CAZAROTTO ZANQUETTI.
O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º. Revogar a Portaria nº 1458 de 10 de maio de 2018, que concedeu licença Saúde a servidora MARIELLE FERRER CAZAROTTO ZANQUETTI, portadora da Cédula de Identidade RG nº 7.216.420-2-SSP-PR, inscrito no CPF nº 032.674.929-20, nomeada em 11 de abril de 2016, para ocupar o cargo de carreira de Professora, pelo regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 07 de junho de 2018.
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PAÇO MUNICIPAL, aos 30 de maio de 2018.
CELSO LUIZ POZZOBOM
Prefeito Municipal
VICENTE AFONSO GASPARINI
Secretario Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1.741/2018
Revogar a Portaria nº 1457 de 10 de maio de 2018, que concedeu licença Saúde a servidora MARIELLE FERRER CAZAROTTO ZANQUETTI.
O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º. Revogar a Portaria nº 1457 de 10 de maio de 2018, que concedeu licença Saúde a servidora MARIELLE FERRER CAZAROTTO ZANQUETTI, portadora da Cédula de Identidade RG nº 7.216.420-2-SSP-PR, inscrito no CPF nº 032.674.929-20, nomeada em 01 de abril de 2008, para ocupar o cargo de carreira de Professora, pelo regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 07 de junho de 2018.
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PAÇO MUNICIPAL, aos 30 de maio de 2018.
CELSO LUIZ POZZOBOM
Prefeito Municipal
VICENTE AFONSO GASPARINI
Secretario Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1.742/2018
Revogar a Portaria nº 1.255 de 08 de junho de 2017, que concedeu licença Saúde a servidora ANA MARIA DA SILVA FURLAN.
O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º. Revogar a Portaria nº 1.255 de 08 de junho de 2017, que concedeu licença Saúde a servidora ANA MARIA DA SILVA FURLAN, portadora da Cédula de Identidade RG nº 4.599.856-8-SSP-PR, inscrito no CPF nº 668.411.199-91, nomeada em 01 de setembro de 1986, para ocupar o cargo de carreira de Secretária Escolar, pelo regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 16 de junho de 2018.
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PAÇO MUNICIPAL, aos 30 de maio de 2018.
CELSO LUIZ POZZOBOM
Prefeito Municipal
VICENTE AFONSO GASPARINI
Secretario Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1.743/2018
Revogar a Portaria nº 1.402 de 07 de maio de 2018, que concedeu licença Saúde a servidora KARINA MORTEAN CARDOSO.
O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º. Revogar a Portaria nº 1.402 de 07 de maio de 2018, que concedeu licença Saúde a servidora KARINA MORTEAN CARDOSO, portadora da Cédula de Identidade RG nº 8.599.068-3-SSP-PR, inscrita no CPF 047.004.299-09, nomeada em 01 de julho de 2008, para ocupar o cargo de carreira de Nutricionista , pelo regime Estatutário, lotada no Fundo Municipal de Saúde, a partir de 24 de maio de 2018.
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PAÇO MUNICIPAL, aos 30 de maio de 2018.
CELSO LUIZ POZZOBOM
Prefeito Municipal
VICENTE AFONSO GASPARINI
Secretario Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1.744/2018
Revogar a Portaria nº 1.578 de 18 de maio de 2018, que concedeu licença Saúde a servidora FLÁVIA REGIANE DA SILVA.
O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º. Revogar a Portaria nº 1.578 de 18 de maio de 2018, que concedeu licença Saúde a servidora FLÁVIA REGIANE DA SILVA, portadora da Cédula de Identidade RG nº 9.767.285-7-SSP-PR, inscrito no CPF nº 057.253.039-00, nomeada em 08 de maio de 2012, para ocupar o cargo de carreira de Secretaria Escolar, pelo regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 14 de junho de 2018.
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PAÇO MUNICIPAL, aos 30 de maio de 2018.
CELSO LUIZ POZZOBOM
Prefeito Municipal
VICENTE AFONSO GASPARINI
Secretario Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1.745/2018
Revogar a Portaria nº 2.740 de 06 de outubro de 2017, que concedeu licença Saúde ao servidor ROQUE CARNEIRO BARRETO.
O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º. Revogar a Portaria nº 2.740 de 06 de outubro de 2017, que concedeu licença Saúde ao servidor ROQUE CARNEIRO BARRETO, portador da Cédula de Identidade RG nº 68901642-SSP-PR, inscrito no CPF nº 021.091.969-80, nomeado em 03 de novembro de 2011, para ocupar o cargo de carreira de Motorista, pelo regime Estatutário, lotado Fundo Municipal de Saúde, a partir de 07 de junho de 2018.
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PAÇO MUNICIPAL, aos 30 de maio de 2018.
CELSO LUIZ POZZOBOM
Prefeito Municipal
VICENTE AFONSO GASPARINI
Secretario Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1.746/2018
Concede licença Luto ao servidor GILDO JUNIO SCHIAVON.
O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º. Conceder ao servidor GILDO JUNIO SCHIAVON, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.837.477-4-SSP/PR, inscrito no CPF n.º 028.400.839-73, nomeado em 12 de setembro de 2006, para ocupar o cargo de carreira de Guarda Municipal Segunda Classe, pelo regime Estatutário, lotado na Secretaria Municipal de Defesa Social, licença Luto, no período de 25 de maio de 2018 a 01 de junho de 2018, sem prejuízo de seu vencimento, de acordo com a alínea "b", inciso III, do artigo 111 da Lei Complementar n.º 018/1992.
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PAÇO MUNICIPAL, aos 30 de maio de 2018.
CELSO LUIZ POZZOBOM
Prefeito Municipal
VICENTE AFONSO GASPARINI
Secretario Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1.747/2018
Concede licença para acompanhar dependente a servidora FERNANDA DE LIMA SANTOS BRAGA.
O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º. Conceder a servidora FERNANDA DE LIMA SANTOS BRAGA, portadora da Cédula de Identidade RG 7.172.440-9-SSP/PR e inscrita no CPF n.º 021.448.609-55, nomeada em 12 de agosto de 2013, pelo regime Estatutário, para ocupar o cargo de carreira de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada no Fundo Municipal de Saúde, licença para acompanhar dependente por 10 (dez) dias, com base no Art. 99, parágrafos 1.º e 2.º da Lei Complementar 018/1992, alterada pela Lei Complementar nº 067/1999, conforme o Processo n.º 017/2018, no período de 17 de maio de 2018 a 26 de maio de 2018, sem prejuízo de seu vencimento.
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PAÇO MUNICIPAL, aos 30 de maio de 2018.
CELSO LUIZ POZZOBOM
Prefeito Municipal
VICENTE AFONSO GASPARINI
Secretario Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1.748/2018
Concede licença para acompanhar dependente a servidora ROSANGELA MARIA PIPINO TUPAN.
O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º. Conceder a servidora ROSANGELA MARIA PIPINO TUPAN, portadora da Cédula de Identidade RG 1.723.558-3-SSP/PR e inscrita no CPF n.º 114.967.462-87, nomeada em 04 de julho de 2008, pelo regime Estatutário, para ocupar o cargo de carreira de Professora de Educação Infantil, lotada na Secretária Municipal de Educação, licença para acompanhar dependente por 60 (sessenta) dias, com base no Art. 99, parágrafos 1.º e 2.º da Lei Complementar 018/1992, alterada pela Lei Complementar nº 067/1999, conforme o Processo n.º 018/2018, no período de 23 de maio de 2018 a 21 de julho de 2018, sem prejuízo de seu vencimento.
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PAÇO MUNICIPAL, aos 30 de maio de 2018.
CELSO LUIZ POZZOBOM
Prefeito Municipal
VICENTE AFONSO GASPARINI
Secretario Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1.749/2018
Concede licença para acompanhar dependente a servidora MARGARETE APARECIDA BORTOLONE.
O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º. Conceder a servidora MARGARETE APARECIDA BORTOLONE, portadora da Cédula de Identidade RG 4.321.487-0-SSP/PR e inscrita no CPF n.º 413.680.889-53, admitida em 13 de março de 1980, pelo regime CLT, para exercer a função de emprego público de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, licença para acompanhar dependente por 30 (trinta) dias, com base no Art. 99, parágrafos 1.º e 2.º da Lei Complementar 018/1992, alterada pela Lei Complementar nº 067/1999, conforme o Processo n.º 016/2018, no período de 16 de maio de 2018 a 14 de junho de 2018, sem prejuízo de seu vencimento.
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PAÇO MUNICIPAL, aos 30 de maio de 2018.
CELSO LUIZ POZZOBOM
Prefeito Municipal
VICENTE AFONSO GASPARINI
Secretario Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1.750/2018
Concede licença para acompanhar dependente a servidora SILVANA MARIA PLESS.
O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º. Conceder a servidora SILVANA MARIA PLESS, portadora da Cédula de Identidade RG 9.357.471-0-SSP/PR e inscrita no CPF n.º 066.475.009-52, nomeada em 10 de fevereiro de 2012, pelo regime Estatutário, para ocupar o cargo de carreira de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, licença para acompanhar dependente por 15 (quinze) dias, com base no Art. 99, parágrafos 1.º e 2.º da Lei Complementar 018/1992, alterada pela Lei Complementar nº 067/1999, conforme o Processo n.º 013/2018, no período de 14 de maio de 2018 a 28 de maio de 2018, sem prejuízo de seu vencimento.
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PAÇO MUNICIPAL, aos 30 de maio de 2018.
CELSO LUIZ POZZOBOM
Prefeito Municipal
VICENTE AFONSO GASPARINI
Secretario Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1.751/2018
Concede licença para acompanhar dependente ao servidor MICHAEL MANUEL MARCOVICZ BAREIRO.
O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º. Conceder ao servidor MICHAEL MANUEL MARCOVICZ BAREIRO, portador da Cédula de Identidade RG 8.490.163-6-SSP/PR e inscrito no CPF n.º 065.062.019-40, admitido em 03 de novembro de 2011, pelo regime Estatutário, para ocupar o cargo de carreira de Motorista II, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, licença para acompanhar dependente por 15 (quinze) dias, com base no Art. 99, parágrafos 1.º e 2.º da Lei Complementar 018/1992, alterada pela Lei Complementar nº 067/1999, conforme o Processo n.º 019/2018, no período de 21 de maio de 2018 a 30 de maio de 2018, sem prejuízo de seu vencimento.
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PAÇO MUNICIPAL, aos 30 de maio de 2018.
CELSO LUIZ POZZOBOM
Prefeito Municipal
VICENTE AFONSO GASPARINI
Secretario Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1.752/2018
Concede licença Saúde a servidora FABRICIA SILVA DE MELO RICAS.
O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º. Conceder a servidora FABRICIA SILVA DE MELO RICAS, portadora da Cédula de Identidade RG nº 7.661.866-6-SSP-PR, inscrita no CPF nº 005.978.889-57, nomeada em 16 de maio de 2013, para ocupar o cargo de carreira de Professora, pelo regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, licença Saúde a partir de 13 de maio de 2018 por tempo indeterminado, sem prejuízo de seu vencimento, de acordo com o artigo 203 da Lei Complementar n.º 018/1992.
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PAÇO MUNICIPAL, aos 30 de maio de 2018.
CELSO LUIZ POZZOBOM
Prefeito Municipal
VICENTE AFONSO GASPARINI
Secretario Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1.753/2018
Concede licença Saúde ao servidor EUGENIO GIL FARYNIUK.
O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º. Conceder ao servidor EUGENIO GIL FARYNIUK, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.002.005-3-SESP-PR, inscrito no CPF nº 884.726.989-04, nomeado em 01 de fevereiro de 2012 para ocupar o cargo de carreira de Agente Administrativo I, pelo regime Estatutário, lotado na Secretaria Municipal de Administração, licença Saúde a partir de 24 de maio de 2018 por tempo indeterminado, sem prejuízo de seu vencimento, de acordo com o artigo 203 da Lei Complementar n.º 018/1992.
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PAÇO MUNICIPAL, aos 30 de maio de 2018.
CELSO LUIZ POZZOBOM
Prefeito Municipal
VICENTE AFONSO GASPARINI
Secretario Municipal de Administração

Publicações legais

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2018 - CREDENCIAMENTO DE SERVIÇOS DE SAÚDE
1 - PREÂMBULO
1.1. O MUNICÍPIO DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 08.931.506/0001-26, com sede à Rua Dr. Paulo Pedrosa de Alencar, 4253, de conformidade com a Lei nº 8.666/93, suas alterações, Lei nº 8.080/90, Lei Estadual nº 15.608/2007, art. 24 e demais legislações aplicáveis à espécie, torna pública a realização de CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS DA ÁREA DE SAÚDE, nos termos das condições estabelecidos no presente Instrumento de Chamamento.
1.2. A análise da documentação dos interessados será realizada pelos membros da Comissão Técnica de Credenciamento do Fundo Municipal de Saúde, com avaliação final em conformidade com os parâmetros e requisitos estabelecidos neste Edital;
1.3. O processo de credenciamento contempla a análise documental dos interessados, vistoria técnica e o cumprimento das demais exigências contidas no presente Edital.
2 - OBJETO DO CREDENCIAMENTO
2.1. O presente Chamamento Público tem por objeto o Credenciamento de pessoas jurídicas na Área de Saúde para a prestação de serviços de consultas, exames e atendimentos especializados, nos pacientes encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde, que serão pagos de acordo com os valores constantes na tabela SIA/SUS, disponível no endereço eletrônico - sigtap.datasus.gov.br
OBS: SERÃO FORNECIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE AS MODALIDADES PARA O CREDENCIAMENTO DA ÁREA DE SAÚDE, CONFORME DISCRIMINAÇÃO CONSTANTE NO ANEXO DESTE EDITAL.
3 - REGÊNCIA LEGAL
O presente credenciamento é regido pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações posteriores e demais legislação pertinente, aplicando-se, caso necessário, os princípios de direito público, suplementados pelo direito privado.
4 - PRAZOS
4.1. O requerimento de credenciamento deverá ser dirigido à Comissão Técnica de Credenciamento, acompanhado de toda a documentação exigida de acordo com o item 5 deste Edital, devendo ser protocolado junto à Secretaria Municipal de Saúde, a qualquer momento, até o dia 31 de dezembro de 2018, durante o horário de funcionamento da Secretaria Municipal de Saúde, em envelope lacrado;
4.2. O prazo de vigência do contrato a ser celebrado em decorrência do credenciamento será de até 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme legislação aplicável à espécie;
4.3. O prazo para assinatura do contrato será de 05 (cinco) dias corridos, contados da convocação do interessado.
5 - DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA CREDENCIAMENTO
5.1. Os seguintes documentos abaixo relacionados deverão ser apresentados juntamente com o pedido de credenciamento:
a) Contrato Social e suas alterações;
b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº1.751, de 02/10/2014. A regularidade com a Fazenda Federal e com a Seguridade Social, poderá ser comprovada individualmente, mediante a apresentação da Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, expedida pela Receita Federal e Certidão Quanto a Dívida Ativa da União expedida pela Procuradoria Geral da República e a Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS-CND),desde que dentro do prazo de validade;
d) Prova de Regularidade junto a Fazenda Estadual, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Tributários e a Dívida Ativa Estadual, em plena validade;
e) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, mediante apresentação do alvará de funcionamento (licença) e certidão negativa emitida pela Secretaria de Fazenda do Município da sede da proponente, ou outra equivalente, na forma da lei, em plena validade.
f) Prova de Regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; (FGTS), emitido pela Caixa Econômica Federal, em plena validade;
g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT).
h) Licença de Funcionamento da Secretaria Municipal de Saúde;
i) Inscrição do profissional no Conselho Regional pertinente;
j) Prova de inscrição da empresa no Conselho Regional pertinente;
k) Memorial descritivo com os seguintes itens;
* Recursos humanos;
* Equipamentos;
* Área física;
* Relação do Corpo Clínico para atendimento Ambulatorial, com seu respectivo título de especialidade na área, exclusivamente para hospitais e clinicas.
l)Certificado de Filantropia para entidades filantrópicas emitido pelo CNAS (quando couber);
5.2. Os documentos exigidos poderão ser apresentados em original ou em qualquer outro processo de cópia autenticada, sendo recepcionado o pedido de credenciamento somente mediante a documentação completa estabelecida;
5.3. A Comissão Técnica de Credenciamento poderá, durante a análise da documentação, convocar os interessados para quaisquer esclarecimentos que porventura se fizerem necessários;
5.4. Será inabilitado o interessado que não apresentar toda a documentação exigida no presente Edital.
5.5. A classificação será de acordo com a ordem de entrega dos envelopes com a documentação exigida.
6 - DO PROCESSAMENTO DO CREDENCIAMENTO.
6.1. Serão credenciados os interessados que preencherem os requisitos previstos neste Edital, de acordo com as necessidades e conforme disponibilidade financeira e orçamentária;
6.2. Após análise da documentação e com base no parecer técnico elaborado pela Comissão Técnica de Credenciamento, esta emitirá um Relatório Conclusivo sobre a viabilidade do credenciamento, por especialidade e/ou área de interesse, o qual será submetido de imediato para a contratação;
6.3. Das decisões da Comissão Técnica de Credenciamento caberá recurso à Comissão Especial, no prazo de 05 dias, a contar da data da ciência da decisão;
7. DA CONTRATAÇÃO
7.1. Com a conclusão da análise de toda a documentação, estejam os requisitos atendidos ou não para o credenciamento, os interessados serão comunicados no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data final de entrada das propostas;
7.2. Os interessados que forem habilitados ao credenciamento serão Contratados por meio de instrumento de prestação de serviços, de natureza precária, caracterizado pela unilateralidade e discricionariedade, onde se estabelecerão os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, podendo o contrato ser rescindido, a qualquer tempo, sem que caibam aos contratados quaisquer direitos, vantagens ou indenizações;
7.3. São de inteira responsabilidade das empresas e profissionais contratados, as obrigações pelos encargos previdenciários, fiscais, trabalhistas e comerciais resultantes de execução do Contrato;
7.4. As empresas e profissionais contratados são responsáveis pelos danos causados diretamente a Secretaria Municipal de Saúde, Instituto e seus segurados ou terceiros, decorrentes da execução do contrato.
8. DO PREÇO
A remuneração pela prestação de serviços será de acordo com o repasse do Ministério da Saúde ao Município de Umuarama, conforme valores constantes da Tabela do Sistema Único de Saúde, conforme relatório de serviços realizados.
9. DOS RECURSOS FINANCEIROS
Para atender as despesas decorrentes do credenciamento, valer-se-á de recursos próprios e provenientes de repasses pelos governos estaduais e federais, e que estejam livres e não comprometidos, conforme DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA vigente da Secretaria Municipal de Saúde, a serem discriminadas no ato da contratação.
10. DAS SANÇÕES
O inadimplemento contratual implicará em sanções previstas na Lei de Licitações e no contrato, assegurado o direito de ampla defesa.
11 DISPOSIÇÕES FINAIS
11.1. O Fundo Municipal de Saúde poderá, a qualquer tempo, motivadamente, aditar, revogar total ou parcialmente, ou mesmo anular o presente processo, sem que disso decorra qualquer direito ou indenização ou ressarcimento para os interessados, seja de que natureza for;
11.2. O Fundo Municipal de Saúde poderá, a qualquer tempo, realizar novos credenciamentos, através da divulgação de um novo regulamento;
11.3. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital deverá ser encaminhado por escrito à Comissão Técnica de Credenciamento.
12. Este chamamento público será publicado mensalmente no diário oficial do município e na internet através do site. www.umuarama.pr.gov.br
Umuarama, 08 de janeiro de 2018.
CECÍLIA CIVIDINI MONTEIRO DA SILVA
Secretária de Saúde

ANEXO I
MODELO I – PESSOA JURÍDICA (ADEQUAR COM A ÁREA PRETENDIDA)
(em papel timbrado/personalizado da empresa ou prestador)
A Prefeitura Municipal de Umuarama – Secretaria Municipal de Saúde
O interessado abaixo qualificado requer sua inscrição no CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS NA ÁREA MÉDICA divulgado pelo Município de Umuarama – Secretaria Municipal de Saúde, objetivando a prestação de serviços médicos nos termos do chamamento público n°______________.
Razão Social: ______________________________
Nome Fantasia: ______________________________
Endereço Comercial: ______________________________
CEP:______________ Cidade: ____________ Estado: ______________
Telefone: ______________________________
CNPJ:______________ Home Page: ______________
e-mail. ______________________________
Conta Bancária da Pessoa Jurídica nº______________, Agência ____________, Banco ____________, Cidade ____________, Estado____________.
Especialidade:______________, para realização de até (tipo e quantidade de procedimentos/consultas (informar) mensal.
Procedimentos (relacionar os códigos de acordo com a Tabela de Procedimentos Médicos)
Médico Responsável:______________________________
CRM do Médico Responsável:____________R.G. do Médico Responsável :__________ CPF do Médico Responsável: ______________
Inscrição da empresa no CRM : CIE Nº____________
Data: ______________________________
(assinatura do solicitante)
____
(nome do solicitante)

ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS nº ____/2018
Que entre si celebram, de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UMUARAMA, inscrito no CNPJ sob o n° 08.931.506/0001-26, com sede à Rua Dr. Paulo Pedrosa de Alencar, 4253, nesta cidade de Umuarama-PR, neste ato representado por seu Gestor e Secretária Municipal de Saúde, Srª CECÍLIA CIVIDINI MONTEIRO DA SILVA, brasileira, casada, enfermeira, inscrito no CPF sob nº 775.144.169-00, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.621.245-2 SSP/PR, residente e domiciliado nesta cidade de Umuarama, Estado do Paraná, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa ______________ pessoa jurí¬dica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº ____________, com sede à Rua ____________, nº _____ – CEP: ____________, na cidade de Umuarama-PR, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por seu sócio administrador o Sr.____________, nacionalidade, estado civil, profissão, portador do RG nº ____________/ SSP-__ e inscrito no CPF sob o nº ____________, residente e domiciliado nesta cidade de Umuarama-PR, resolvem firmar o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:
CLÁUSULA PRIMEIRA – FUNDAMENTAÇÃO: O presente contrato é decorrente no Processo de Inexigibilidade nº ____/2018, ratificado em ___ de __________ de 2018, publicado no jornal Umuarama Ilustrado no dia ___ de __________ de 2018, edição nº ____, regido pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e posteriores alterações, bem como pelo Decreto Municipal nº 029, de 23 de fevereiro de 2007.
CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa para a prestação de serviços de ______________ aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, do Município de Umuarama, conforme Edital de Chamamento Público nº _____/2018 – Credenciamento de Serviços de Saúde, sendo que os atendimentos serão realizados em local pré determinado pela Secretaria Municipal de Saúde, e todo material, insumos e recursos humanos necessários a sua realização serão de responsabilidade da contratada.
PARÁGRAFO ÚNICO: A CONTRATADA realizará até ____ (__________) procedimentos (consultas, exames e ou atendimentos especializados) anuais, a um valor unitário de R$ ______ (____________), perfazendo um valor anual de até R$ ________ (____________).
CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES GERAIS
Na execução do presente contrato, os partícipes deverão observar as seguintes condições gerais:
I - o acesso aos serviços do SUS faz-se exclusivamente pela Secretaria Municipal de Saúde;
II - encaminhamento e atendimento do usuário, de acordo com as regras estabelecidas para a referência e contra-referência;
III - gratuidade das ações e dos serviços de saúde executados, não podendo haver cobrança, aos usuários ou seus acompanhantes, de qualquer complementação aos valores pagos pelos serviços prestados nos termos deste contrato;
IV - a eventual prescrição de medicamentos deve observar a Política Nacional de Medicamentos, conformando-se às listagens Municipal, Estadual e Federal;
V – a eventual prescrição de exames e procedimentos deve conformar-se àqueles preconizados na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS;
VI – as solicitações de exames, procedimentos e medicamentos não contemplados nos instrumentos referidos no inciso anterior, uma vez geradas pela CONTRATADA, passam a configurar como direito do usuário, e deverão ser atendidas exclusivamente pela CONTRATADA, sem expectativa de remuneração adicional pelo CONTRATANTE, a qualquer título;
VII - atendimento humanizado, de acordo com a Política Nacional de Humanização do SUS;
VIII - observância integral dos protocolos técnicos de atendimento e regulamentos estabelecidos pelo Ministério da Saúde e respectivos gestores do SUS;
IX - sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e da normatividade suplementar exercidos pelo CONTRATANTE sobre a execução do objeto deste contrato, fica desde já reconhecida a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da direção nacional e municipal do SUS, decorrente da Lei Orgânica da Saúde 8.080/90.
X - É de responsabilidade exclusiva e integral da CONTRATADA a utilização de pessoal para execução do objeto deste contrato, incluídos encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o CONTRATANTE ou para o Ministério da Saúde.
XI - É de responsabilidade exclusiva e integral da CONTRATADA o fornecimento de todos os insumos necessários à execução do objeto deste contrato, aí incluídos equipamentos, medicamentos, insumos, órteses, próteses e materiais comuns ou especiais, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o CONTRATANTE.
XII - Os serviços serão prestados diretamente por profissionais da CONTRATADA, ou seja, por membro do seu corpo técnico e de profissionais, por profissional que tenha vínculo empregatício com a CONTRATADA ou por profissional autônomo, empresa, grupo, sociedade ou conglomerado de profissionais que exerçam atividades na área de saúde e que prestem serviços à CONTRATADA.
CLÁUSULA QUARTA – DA INDICAÇÃO DO GESTOR: De acordo com os requisitos exigidos no artigo 2º, da Instrução Normativa nº 03/2009, de 22 de junho de 2009, da Divisão de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Umuarama-PR, indica-se como gestor do presente contrato o Sr(a). ______________, ocupante do cargo de ____________, portador do RG n° __________/SSP-PR e inscrito no CPF sob o n° __________.
CLÁUSULA QUINTA – A CONTRATADA realizará até ____ (__________) procedimentos (consultas, exames e ou atendimentos especializados) anuais, a um valor unitário de R$ ______ (____________), perfazendo um valor anual de até R$ ______ (____________), de acordo com os valores constantes na Tabela (SIA/SUS ou do Chamamento ____/2018).
Parágrafo Primeiro: Dos valores a que se refere esta cláusula, será abatido o montante devido a título de ISSQN, nos termos da Legislação Municipal em vigor;
Parágrafo Segundo: Caso o objeto deste contrato se enquadre na Legislação em vigor, o Município fará a retenção de 11% (onze por cento) de INSS sobre a mão de obra utilizada, nos termos da IN-SRP 03/2005, devendo, para apuração da base de cálculo, deduzir os valores relativos à utilização de equipamentos e materiais previstos neste contrato.
CLÁUSULA SEXTA - DA FORMA DE PAGAMENTO:
1 - O pagamento será efetuado mensalmente, até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços, e após a emissão da competente Nota Fiscal (fatura), que obrigatoriamente deverá vir acompanhada com um relatório contendo a qualificação completa (nome, endereço, RG e CPF) de todos os pacientes atendidos, bem como de todos os comprovantes (requisições) de autorização emitidos pela CONTRATANTE.
2 - As Notas Fiscais (faturas) que apresentarem incorreções ou as que não vierem acompanhadas da documentação exigida no item 01 desta cláusula, serão devolvidas à CONTRATADA e seu vencimento ocorrerá após a reapresentação da mesma.
3 - O pagamento será feito mediante depósito (crédito) em conta corrente em nome da CONTRATADA.
Parágrafo Primeiro: A CONTRATADA deverá manter-se regularizada perante o Sistema de Seguridade Social (INSS) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), para que o CONTRATANTE possa efetuar os devidos pagamentos.
Parágrafo Segundo: O pagamento a que se refere esta cláusula fica condicionado à apresentação da CND (INSS) e CRF (FGTS) por parte da CONTRATADA.
CLAUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO:
I - O objeto da presente licitação será realizado conforme encaminhamento a ser efetuado pela Secretaria Municipal de Saúde, não podendo exceder aos quantitativos/mês estabelecidos na Cláusula Quarta do presente contrato.
II - Os serviços ora contratados serão prestados diretamente pela CONTRATADA.
III - A execução do objeto dar-se-á segundo princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde, regulamentados pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.
Parágrafo Primeiro: Sem prejuízo do acompanhamento, da regulação, da fiscalização e da normatividade suplementar exercidos pelo CONTRATANTE sobre a execução do objeto deste contrato, fica desde já reconhecida a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da direção municipal da Secretaria Municipal de Saúde, decorrente da Lei Orgânica da Saúde.
Parágrafo Segundo: É de responsabilidade exclusiva e integral da CONTRATADA a utilização de pessoal para execução do objeto deste contrato, devendo a mesma também arcar com todos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais e fiscais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o CONTRATANTE.
Parágrafo Terceiro: A CONTRATADA se eximirá da responsabilidade de prestar os serviços constantes no presente Contrato, na hipótese de ocorrer atraso superior a noventa (90) dias no pagamento devido pelo CONTRATANTE, ressalvadas as situações de calamidade pública ou grave ameaça da ordem interna ou as situações de urgência e/ou emergência.
Parágrafo Quarto: A CONTRATADA fica obrigada a fornecer ao paciente, demonstrativo dos valores pagos pela Secretaria Municipal de Saúde, pelo seu atendimento, quando solicitado.
CLÁUSULA OITAVA - OUTRAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:
A CONTRATADA ainda se obriga a:
I - Manter sempre atualizado o prontuário médico dos pacientes e o arquivo médico;
II - Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;
III - Atender aos pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade na prestação de serviços;
IV - Justificar ao paciente ou ao seu representante, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato profissional decorrente deste contrato;
CLÁUSULA NONA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA:
A CONTRATADA é responsável pela indenização de dano causado ao paciente e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de ação ou omissão voluntária ou de negligência, imperícia ou imprudência, praticadas pelo profissional e seus empregados, ficando assegurado ao CONTRATANTE o direito de regresso.
PARÁGRAFO ÚNICO: A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste contrato pelos órgãos competentes da Secretaria Municipal de Saúde não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos.
CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de ___ (_____) meses, com início no dia ___ de _________ de 2018 e com término previsto para o dia ____ de _________ de 201__, podendo, contudo ser prorrogável por iguais e sucessivos períodos, até o limite previsto na Lei nº 8.666/93, se for de interesse do CONTRATANTE.
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: Para cobertura das despesas do presente contrato, os recursos correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:
Dotação Orçamentária – Recursos Próprios / Recurso Estadual / Recurso Federal
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Os valores pactuados neste Contrato serão pagos da seguinte forma:
I - A CONTRATADA apresentará mensalmente ao CONTRATANTE, até o quinto (5º) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, as faturas e os documentos referentes aos serviços efetivamente prestados no mês anterior, constantes na Cláusula Quinta do presente Contrato. Após a validação dos documentos, por parte do CONTRATANTE, a CONTRATADA receberá até o décimo quinto (15º) dia útil, 100% (cem por cento) dos serviços prestados e produzidos no último mês.
II - O CONTRATANTE, após revisão dos documentos, os encaminhará à Secretaria Municipal de Fazenda, para que esta efetue o pagamento do valor finalmente apurado, até o 15º dia útil do mês subsequente à prestação de serviços;
III - Para fins de prova da data de apresentação das contas e observância dos prazos de pagamento será entregue à CONTRATADA recibo, assinado ou rubricado pelo servidor do CONTRATANTE, com aposição do respectivo, carimbo funcional.
IV - As contas rejeitadas pelo serviço de processamento de dados serão devolvidas à CONTRATADA para as correções cabíveis, no prazo de 30 (trinta) dias, devendo ser representadas até o quinto (5º) dia útil do mês subsequente àquele em que ocorreu a devolução. O documento reapresentado será acompanhado do correspondente documento original devidamente inutilizado por meio de carimbo.
V - Ocorrendo erro, falha ou falta de processamento das contas, por culpa do CONTRATANTE, este garantirá a CONTRATADA, o pagamento no prazo avençado neste contrato, pelos valores do mês imediatamente anterior, acertando-se as diferenças que houver, no pagamento seguinte, mas ficando a Secretaria Municipal de Saúde exonerada do pagamento de multas e sanções financeiras obrigando-se, entretanto, a corrigir monetariamente os critérios da CONTRATADA.
VI - As contas rejeitadas quanto ao mérito serão objeto de análise pelos órgãos de controle, avaliação e auditoria da Secretaria Municipal de Saúde.
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO REAJUSTE DO PREÇO: Os valores estipulados serão reajustados na mesma proporção, índices e épocas dos reajustes concedidos aos valores constantes na Tabela SIA/SUS, em conformidade com os índices repassados pelo Ministério da Saúde, garantido sempre o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, nos termos do Art. 26, da Lei nº 8.080/90 e das normas gerais da legislação atinente às licitações e contratos administrativos.
PARÁGRAFO ÚNICO: Os reajustes dependerão de Termo Aditivo, sendo necessário anotar no processo administrativo da CONTRATANTE a origem e autorização do reajuste e os respectivos cálculos.
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO CONTROLE, AVALIAÇÃO, VISTORIA E FISCALIZAÇÃO: A execução do presente contrato será avaliada pelos setores competentes da Secretaria Municipal de Saúde, mediante procedimentos de supervisão, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, a verificação do movimento dos atendimentos e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados, bem como ao efetivo cumprimento do Plano Operativo anexo.
Parágrafo Primeiro: Sob critérios definidos em normatização complementar, poderá em casos específicos, ser realizada auditoria especializada.
Parágrafo Segundo: A fiscalização exercida pelo CONTRATANTE sobre os serviços contratados, não eximirá a CONTRATADA de suas responsabilidades perante o próprio CONTRATANTE, ou para com os pacientes ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato.
Parágrafo Terceiro: A CONTRATADA facilitará ao CONTRATANTE o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços, e prestará todos os esclarecimentos que lhes forem solicitados.
Parágrafo Quarto: Em qualquer hipótese estará assegurado à CONTRATADA o direito à ampla defesa e ao contraditório, nos moldes da legislação em vigor.
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS PENALIDADES: Fica a CONTRATADA, sujeita a multa de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, por infração de qualquer cláusula ou condição deste Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na legislação referente às licitações e contratos administrativos, assegurado o direito à ampla defesa.
PARÁGRAFO ÚNICO: O valor da multa poderá ser descontado dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA.
CLÁUSULA DECIMA SEXTA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO:
O Banco Mundial exige que o Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado da Saúde – SESA, Mutuários de Empréstimo (incluindo beneficiários do empréstimo do Banco), licitantes, fornecedores, empreiteiros e seus agentes (sejam eles declarados ou não), subcontratados, subconsultores, prestadores de serviço e fornecedores, além de todo funcionário a eles vinculado, que mantenham os mais elevados padrões de ética durante a aquisição e execução dos contratos financiados pelo Banco . Em consequência desta política, o Banco:
a) define, para os fins desta disposição, os termos indicados a seguir:
(i) "prática corrupta" : significa oferecer, entregar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor com a intenção de influenciar de modo indevido a ação de terceiros;
(ii) "prática fraudulenta" : significa qualquer ato, falsificação ou omissão de fatos que, de forma intencional ou irresponsável induza ou tente induzir uma parte a erro, com o objetivo de obter benefício financeiro ou de qualquer outra ordem, ou com intenção de evitar o cumprimento de uma obrigação;
(iii) "prática colusiva" : significa uma combinação entre duas ou mais partes visando alcançar um objetivo indevido, inclusive influenciar indevidamente as ações de outra parte;
(iv) "prática coercitiva" : significa prejudicar ou causar dano, ou ameaçar prejudicar ou causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte interessada ou à sua propriedade, para influenciar indevidamente as ações de uma parte;
(v) "prática obstrutiva": significa:
(aa) deliberadamente destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em investigações ou fazer declarações falsas a investigadores, com o objetivo de impedir materialmente uma investigação do Banco de alegações de prática corrupta, fraudulenta, coercitiva ou colusiva, e/ou ameaçar, perseguir ou intimidar qualquer parte interessada, para impedi-la de mostrar seu conhecimento sobre assuntos relevantes à investigação ou ao seu prosseguimento, ou
(bb) atos que tenham como objetivo impedir materialmente o exercício dos direitos do Banco de promover inspeção ou auditoria, estabelecidos no parágrafo (e) abaixo:
b) Rejeitará uma proposta de outorga que determinar que o licitante recomendado para a outorga do contrato, ou qualquer do seu pessoal, ou seus agentes, subconsultores, subempreiteiros, prestadores de serviço, fornecedores e/ou funcionários, envolveu-se, direta ou indiretamente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao concorrer para o contrato em questão;
c) Declarará viciado o processo de aquisição e cancelará a parcela do empréstimo alocada a um contrato se, a qualquer momento, determinar que representantes do Mutuário ou de um beneficiário de qualquer parte dos recursos empréstimo envolveram-se em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas durante o processo de aquisição ou de implementação do contrato em questão, sem que o Mutuário tenha adotado medidas oportunas e adequadas, satisfatórias ao Banco, para combater essas práticas quando de sua ocorrência, inclusive por falhar em informar tempestivamente o Banco no momento em que tomou conhecimento dessas práticas;
d) Sancionará uma empresa ou uma pessoa física, a qualquer tempo, de acordo com os procedimentos de sanção cabíveis do Banco , inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado: (i) para a outorga de contratos financiados pelo Banco; e (ii) para ser designado subempreiteiro, consultor, fornecedor ou prestador de serviço de uma empresa elegível que esteja recebendo a outorga de um contrato financiado pelo Banco;
e) Os licitantes, fornecedores e empreiteiros, assim como seus subempreiteiros, agentes, pessoal, consultores, prestadores de serviço e fornecedores, deverão permitir que o Banco inspecione todas as contas e registros, além de outros documentos referentes à apresentação das propostas e à execução do contrato, e os submeta a auditoria por profissionais designados pelo Banco.
Parágrafo Único: O disposto acima se aplicará a todos os processos que envolvam recursos de nível federal, estadual e municipal, ou de quaisquer outras entidades, fazendo-se inclusive valer quando da hipótese de financiamento, parcial ou integral, mediante adiantamento ou reembolso. Ainda permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas, possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.
CLAUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESCISÃO: Constituem motivos para rescisão do presente Contrato, o não cumprimento de quaisquer de suas cláusulas e condições, bem como os motivos previstos na legislação referente às licitações e contratos administrativos, sem prejuízo das multas cominadas na Cláusula Décima Quarta.
Parágrafo Único: Em caso de rescisão contratual, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo à população, será observado o prazo de (60) sessenta dias para a ocorrência de tal rescisão. Se durante este período, a CONTRATADA cometer qualquer infração, seja ela causada por culpa ou dolo, que trague prejuízo à prestação dos serviços contratados, a multa cabível poderá ser duplicada.
CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES: Qualquer alteração do presente contrato será objeto de Termo Aditivo, em atendimento à legislação referente às licitações e contratos administrativos, exceção feita à alteração prevista no parágrafo único da Cláusula Décima Segunda do presente Contrato.
CLAUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO: As partes elegem o Foro da Comarca de Umuarama-PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes e pelo Conselho Municipal de Saúde.
Justas e contratadas, as partes firmam este instrumento com as testemunhas presentes ao ato, a fim de que produza seus efeitos legais.
Umuarama, ___ de _________ de 2018.
CECÍLIA CIVIDINI MONTEIRO DA SILVA
Secretária Municipal de Saúde
CONTRATANTE
Empresa Prestadora dos Serviços
CONTRATADA
TESTEMUNHAS:

ANEXO III
a) Consultas Especializadas:
- Angiologista
- Cardiologista
- Cirurgião cabeça e pescoço
- Cirurgião geral
- Cirurgião vascular
- Cirurgião pediátrico
- Dermatologista/ Dermatologista pediátrico
- Endocrinologista/ Endocrinologista pediátrico
- Fonoaudiólogo
- Gastroenterologista/ Gastroenterologista pediátrico
- Homeopata
- Hematologista
- Neurocirurgião
- Neurologista/ neurologista pediátrico
- Oftalmologista
- Oncologista
- Ortopedista
- Otorrinolaringologista
- Psiquiatria
- Reumatologista
- Urologista
- Traumatologista buco maxilo facial
- Traumatologista
- Proctologista
- Pneumologista
- Traumatologista buco maxilo facial
b) Exames especializados:
- Ultrassonografias com e sem Doppler
- Analises clínicas
- Patologia clínica
- Radiodiagnóstico
- Audiometria
- Imitanciometria
- Tomografia computadorizada
- Mamografia
- Ressonância magnética
- Eletrocardiograma
- Densitometria óssea
- Ecocardiograma
- Teste de esforço
- Anatomo Patológico
- Himunohistoquímica
- Cintilografia
- Eletroneumiografia
- Endoscopia
- Colonoscopia
- Retossigmoidoscopia
c) Atendimentos especializados:
- Procedimentos ambulatoriais especializados de média e alta complexidade
-Atendimento/acompanhamento de pacientes em reabilitação do desenvolvimento neuropsicomotor
- Terapia renal
- Procedimentos oftalmológicos
- Saúde mental
- Órtese/prótese
- Fisioterapia
- Pequenas cirurgias ambulatoriais
- Cirurgia cardiovascular e procedimentos em cardiologia intervencionista – adulto e infantil
- Litotripsia extracorporea
- Avaliação/acompanhamento e tratamento do glaucoma com fornecimento de colírio.
- Procedimentos odontológicos especializados

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO DE JULGAMENTO
REF: EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 001/2018 - PMU
OBJETO: Recapeamento CBUQ, área de 71.967,80 m² em Vias Urbanas da Sede do Município de Umuarama.
01. ABERTURA: 05 de abril de 2018 – ás 09:00 horas, na Prefeitura Municipal de Umuarama, Divisão de Licitações e Contratos, situada à Av. Rio Branco, nº 3717 – Umuarama – Pr.
02. PUBLICIDADE: O aviso de licitação foi publicado nos seguintes diários:
– Diário Oficial do Paraná - no dia 05/03/2018 – edição 10.141;
– Jornal O Diário Norte do Paraná - no dia 03/03/2018;
– Diário Oficial do Município - Jornal Umuarama Ilustrado - no dia 03/03/2018 – edição 11.204.
– Jornal de circulação regional: Jornal Umuarama Ilustrado no dia 03/03/2018 edição 11.204;
– Site do Município de Umuarama;
– Mural de Licitações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
A disponibilidade do edital se deu a partir de 05/03/2018, através do site umuarama.pr.gov.br .
A data da sessão de abertura e recebimento de envelopes foi designada para 05/04/2018, ás 09:00 horas, portanto, cumpriu-se o disposto no art. 21, II e III c/c o § 2º, II, "a" e § 3º da Lei 8.666/93.
03. EMPRESAS QUE ADQUIRIRAM O EDITAL:

Nº	NOME	ENDEREÇO
01	CARAVAGGIO CONSTRUTORA LTDA	Rua da Imigração, 1205 – Cascavel-Pr
02	CONSTRUTORA LONGUINI LTDA – EPP	Rua Edmundo Mercer Junior, 1565 – Jd. Alvorada – Cruzeiro do Oeste-Pr.
03	ALUGALILA – USINA DE ASFALTO, TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA - ME	Rodovia PR 323 – KM 326 +400mts – Perobal – Pr.
04	UNITE CONSTRUTORA DE OBRAS ERELI	Rua Luiz Carlos Zani, 2041 – Jd. San Rafael – Ibiporã – Pr.
05	WEILLER CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA	Rua Braz Izelli, 501 – Cidade Industrial – Maringá-Pr.

04. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS
- Durante o prazo para elaboração das propostas não houve solicitação de esclarecimentos relativo ao edital, modelos e anexos.
05. PARTICIPANTES DO CERTAME

Nº	EMPRESA	REPRESENTANTE CREDENCIADO
01	CARAVAGGIO CONSTRUTORA LTDA	João Aparecido Silverio Padilha
02	CONSTRUTORA LONGUINI LTDA – EPP	André Luiz Longuini
03	ALUGALILA – USINA DE ASFALTO, TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA - ME	Thiago Murilo Foltran
04	UNITE CONSTRUTORA DE OBRAS ERELI	Cristiano Guimarães Junior
05	WEILLER CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA	Luis Paulo Sanches

06. HABILITAÇÃO
Proponentes habilitados:

Nº	EMPRESA
01	CARAVAGGIO CONSTRUTORA LTDA
02	CONSTRUTORA LONGUINI LTDA – EPP
03	ALUGALILA – USINA DE ASFALTO, TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA - ME
04	WEILLER CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA

Proponente inabilitado:

Nº	EMPRESA	MOTIVO
01	UNITE CONSTRUTORA DE OBRAS ERELI	Por não comprovar o vínculo empregatício entre o detentor do CAT e a empresa, engenheiro Gerson Fabiano Almeida – CREA/PR 69.560/D, sendo que foi apresentado o CAT da responsável técnica pela proponente a engenheira Ana Maria Gaissler Moreira Pizzo – CREA/PR 16.606/D, em quantidade inferior ao solicitado no edital, ou seja, apresentou CAT de 531,78 Toneladas, sendo que o edital solicita um mínimo de 2.410,00 Toneladas em CBUQ.

A decisão foi comunicada em 06/04/2018 às empresas credenciadas através de email.
07. RECURSOS RELATIVOS À HABILITAÇÃO - Razões e contra razões

Nº	EMPRESA
01	CARAVAGGIO CONSTRUTORA LTDA
02	UNITE CONSTRUTORA DE OBRAS ERELI
03	ALUGALILA – USINA DE ASFALTO, TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA - ME
04	CONSTRUTORA LONGUINI LTDA – EPP

Em 16/04/2018 a Comissão de licitação deu conhecimento a todas as proponentes da interposição dos recursos, para que estas apresentassem impugnações.
08. JULGAMENTO DOS RECURSOS
Uma vez analisadas as razões recursais e suas respectivas impugnações a Comissão de Licitação decidiu, rever sua decisão e encaminhar os recursos para julgamento da autoridade superior.
09. COMUNICAÇÃO DO JULGAMENTO DOS RECURSOS
Através do ofício nº s/n, foi comunicado via email a todas as proponentes o resultado do julgamento dos recursos. Na mesma oportunidade foi designado o dia 18/05/2018 ás 16:00 horas, para abertura dos envelopes nº 02 – Proposta de Preços.
10. ABERTURA DOS ENVELOPES Nº 02 – PROPOSTA DE PREÇOS
Participaram da sessão de abertura as seguintes empresas:

Nº	EMPRESA	REPRESENTANTE CREDENCIADO
01	ALUGALILA – USINA DE ASFALTO, TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA - ME	Thiago Murilo Foltran
02	UNITE CONSTRUTORA DE OBRAS ERELI	Cristiano Guimarães Junior

Os preços propostos foram:

Nº	EMPRESA	VALOR PROPOSTO R$
01	CARAVAGGIO CONSTRUTORA LTDA	R$ 1.960.000,00
02	CONSTRUTORA LONGUINI LTDA – EPP	R$ 2.153.724,22
03	ALUGALILA – USINA DE ASFALTO, TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA - ME	R$ 2.157.543,13
04	UNITE CONSTRUTORA DE OBRAS ERELI	R$ 2.469.305,85
05	WEILLER CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA	R$ 2.703.946,36

11. JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇO
Inicialmente a Comissão de Licitação analisou a adequação formal das propostas aos termos do Edital. O valor máximo admitido é de R$ 2.760.662,69, o prazo de execução é de 120 dias, o prazo de validade da proposta é de 60 dias.
Na seqüência procedeu-se a conferência das planilhas de serviço e cronograma físico-financeiro, apurando-se os seguintes valores finais:

Nº	EMPRESA	VALOR PROPOSTO R$	VALOR ANALISADO R$
01	CARAVAGGIO CONSTRUTORA LTDA		R$ 1.960.000,00
02	CONSTRUTORA LONGUINI LTDA – EPP		R$ 2.153.724,22
03	ALUGALILA – USINA DE ASFALTO, TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA - ME		R$ 2.157.543,13
04	UNITE CONSTRUTORA DE OBRAS ERELI		R$ 2.469.305,85
05	WEILLER CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA		R$ 2.703.946,36

Após apuração dos valores propostos a comissão constatou empate entre as propostas das empresas CARAVAGGIO CONSTRUTORA LTDA, empresa de grande porte e as empresas seguintes, empresas de pequeno porte: CONSTRUTORA LONGUINI LTDA. ME e ALUGALILA – USINA DE ASFALTO, TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA - ME, nos termos do Art. 44, parágrafo primeiro da Lei Complementar 123/2006. Diante do exposto foi concedido o direito de desempate para a empresa de pequeno porte mais bem classificada, a empresa CONSTRUTORA LONGUINI LTDA. ME, para que apresente proposta de desempate. Devendo apresentar a proposta atualizada juntamente com o cronograma físico financeiro no prazo de até 01 (um) dia útil, a contar do recebimento da ata. As propostas foram rubricadas pela comissão de licitação e pelos presentes que assim desejaram e submetidas ao exame dos representantes das proponentes.
A decisão foi manifestada em ata e comunicada às empresas através de email .
A empresa CONSTRUTORA LONGUINI LTDA – EPP., empresa de pequeno porte melhor classificada no certame apresentou proposta de desempate no valor de R$ 1.959.995,00 (um milhão, novecentos e cinquenta e nove mil, novecentos e noventa e cinco reais), nos termos do Art. 44, parágrafo primeiro da Lei Complementar 123/2006. Após análise e conferencia da proposta a Comissão de Licitação deliberou em declarar vencedora a empresa CONSTRUTORA LONGUINI LTDA. ME., ao valor total de R$ 1.959.995,00 (um milhão, novecentos e cinquenta e nove mil, novecentos e noventa e cinco reais)
12. RECURSOS
Não houve recursos face ao resultado do julgamento das propostas de preços.
13. JULGAMENTO DOS RECURSOS
Não houve recursos face ao resultado do julgamento das propostas de preços.
14. COMUNICAÇÃO DO JULGAMENTO DOS RECURSOS
Não houve recursos face ao resultado do julgamento das propostas de preços.
15. CONSIDERAÇÕES FINAIS
Em face do exposto nos itens anteriores deste relatório e no contido nas demais peças constituintes do processo licitatório, a comissão de licitação emite a seguir seu parecer final.
- Que a contratação do objeto constante do lote adiante descrito, objeto da concorrência nº 001/2018 - PMU, seja adjudicada, com base no edital, na legislação pertinente e nas decisões constantes deste relatório, à respectiva proponente vencedora, para entrega no prazo e de acordo com o cronograma físico-financeiro proposto e pelo valor global seguinte:
Lote único – Recapeamento CBUQ
Proponente : CONSTRUTORA LONGUINI LTDA – EPP
Valor global : R$ 1.959.995,00 (um milhão, novecentos e cinquenta e nove mil, novecentos e noventa e cinco reais)
Prazo de execução : 120(cento e vinte) dias
Umuarama, 04 de junho de 2018.
Presidente da Comissão :
Isamu Oshima: ______________________
Membros:
Paula Cristina Gonfio Pires: ______________________
Valdivino Manuel de Oliveira: ______________________
Andrei Felipe Gomes: ______________________
Juracy Antonio Narcizo: ______________________

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILANDIA DO SUL

ESTADO DO PARANÁ
DECRETO N.º 040/2018
Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial junto ao Orçamento Geral do Município de Brasilândia do Sul, relativo ao exercício de 2018, dando outras providências.
MARCIO JULIANO MARCOLINO, Prefeito do Município de Brasilândia do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando a autorização contida na Lei Municipal n.º 703/2018, datada de 29 de maio de 2018.
DECRETA
Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município de Brasilândia do Sul, do corrente exercício financeiro, um crédito adicional especial na importância de R$30.000,00 (Trinta mil reais), que obedecerá a seguinte classificação:
15 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
15.001 – Coordenação Geral – FMAS
15.001.08. – Assistência Social
15.001.08.244. – Assistência Comunitária
15.001.08.244.1200 – Gestão Municipal de Assistência Social
15.001.08.244.1200.2.042 – Ações e Programas de Assistência Social
4.0.00.00.00.00 - Despesas de Capital
4.4.00.00.00.00 – Investimentos
4.4.90.00.00.00 - Aplicações Diretas
513 – 4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente
Fonte: 70025 – FEAS/ADESPON/FAM.PARANAENSE 30.000,00
TOTAL GERAL 30.000,00
Art. 2º. Para cobertura do Crédito Adicional que trata o art. 1º deste Decreto, serão utilizados os recursos das receitas provenientes de Excesso de Arrecadação Por Tendência, contabilizados na seguinte rubrica abaixo:
Recurso de Excesso Por Tendência:
Receita: (245) - 1.7.2.8.99.11.09.00.00.00.00 – FEAS/ADESPON/FAM. PARANAENSE – R$30.000,00
Fonte: 70025 – FEAS/ADESPON/FAM.PARANAENSE
Total Geral.. 30.000,00
Art. 3º. Ficam incluídas no Anexo II – Programas Finalísticos – Plano Plurianual, na Lei n.º 687/2017 de 22/11/2017, no respectivo programa, no que couber, as metas e os valores discriminados no art. 1º deste Decreto.
Art. 4º. Ficam incluídas no Anexo I – Das Metas e Prioridades da Administração Municipal – Lei de Diretrizes Orçamentárias, previstas no art. 2º e 3º da Lei 688/2017 de 22/11/2017, no respectivo programa, no que couber, as metas e os valores discriminados no art. 1º, deste Decreto.
Art. 5º. Fica criado no Anexo III do Plano Plurianual 2018/2021 e no Anexo 2 das Despesas por Unidade Orçamentária – LOA 2018 – Lei n.º 689/2017 de 22/11/2017, no Órgão 15 – Fundo Municipal de Assistência Social, dentro do Projeto/ Atividade 15.001.08.244.1200.2.042 – Ações e Programas de Assistência Social, o seguinte elemento de despesas e sua respectiva fonte: 4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente – Fonte: 70025 – FEAS/ADESPON/ FAM. PARANAENSE.
Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
PAÇO MUNICIPAL "Deputado Ulisses Guimarães" aos 04 de junho de 2018.
MARCIO JULIANO MARCOLINO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILANDIA DO SUL

ESTADO DO PARANÁ
DECRETO N.º 041/2018
Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial junto ao Orçamento Geral do Município de Brasilândia do Sul, relativo ao exercício de 2018, dando outras providências.
MARCIO JULIANO MARCOLINO, Prefeito do Município de Brasilândia do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando a autorização contida na Lei Municipal n.º 704/2018, datada de 29 de maio de 2018.
DECRETA
Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município de Brasilândia do Sul, do corrente exercício financeiro, um crédito adicional especial na importância de R$41.607,50 (Quarenta e um mil, seiscentos e sete reais e cinqüenta centavos), que obedecerá a seguinte classificação:
16 – FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
16.001 – Coordenação Geral – FMCA
16.001.08. – Assistência Social
16.001.08.243. – Assistência A Criança e ao Adolescente
16.001.08.243.1201 – Gestão dos Direitos da Criança e do Adolescente
16.001.08.243.1201.6.026 – Ações de Atendimento da Criança e do Adolescente
4.0.00.00.00.00 - Despesas de Capital
4.4.00.00.00.00 – Investimentos
4.4.90.00.00.00 - Aplicações Diretas
514 – 4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente
Fonte: 70022 – FIA ESTADUAL – SCFV 41.607,50
TOTAL GERAL 41.607,50
Art. 2º. Para cobertura do Crédito Adicional que trata o art. 1º deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2017, apresentado na fonte específica do recurso, conforme abaixo especificado:

Código da Fonte	Descrição da Fonte	Valor
70022	FIA ESTADUAL SCFV	41.607,50
	SOMA	41.607,50

Art. 3º. Ficam incluídas no Anexo II – Programas Finalísticos – Plano Plurianual, na Lei n.º 687/2017 de 22/11/2017, no respectivo programa, no que couber, as metas e os valores discriminados no art. 1º deste Decreto.
Art. 4º. Ficam incluídas no Anexo I – Das Metas e Prioridades da Administração Municipal – Lei de Diretrizes Orçamentárias, previstas nos arts. 2º e 3º da Lei 688/2017 de 22/11/2017, no respectivo programa, no que couber, as metas e os valores discriminados no art. 1º, deste Decreto.
Art. 5º. Fica criado no Anexo III do Plano Plurianual 2018/2021 e no Anexo 2 das Despesas por Unidade Orçamentária – LOA 2018 – Lei n.º 689/2017 de 22/11/2017, no Órgão 16 – FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, dentro do Projeto/Atividade 16.001.08.243.1201.6.026 – Ações de Atendimento da Criança e do Adolescente, o seguinte elemento de despesa e sua respectiva fonte: 4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente; Fonte: 70022 – FIA ESTADUAL – SCFV.
Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
PAÇO MUNICIPAL "Deputado Ulisses Guimarães" aos 04 de junho de 2018.
MARCIO JULIANO MARCOLINO
Prefeito Municipal

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CISA

AMERIOS - 12ª R. S. CNPJ 86.689.023/0001-70
AV. ÂNGELO MOREIRA DA FONSECA, 866 UMUARAMA - PR
CEP 87.503-030 ZONA ARMAZÉM FONE: (44) 3623-2728
www.cisaamerios.com.br

RESUMO DE ADITIVOS E CONTRATOS
Termo Aditivo n 001/2018
Ref. Contrato de prestação de serviços n°: 075/2017
Contratante: Consórcio Intermunicipal de Saúde – CISA/AMERIOS 12° R.S
Contratado: DHM SERVICE EIRELI – EPP
Objeto: Fica aditado o Contrato de Prestação de serviços n.º 075/2017, prorrogando-se o prazo pactuado na cláusula décima terceira, passando o término para 01 de junho de 2019.

Termo Aditivo n 001/2018
Ref. Contrato de prestação de serviços n°: 094/2017
Contratante: Consórcio Intermunicipal de Saúde – CISA/AMERIOS 12° R.S
Contratado: S. Z. Schulz & Cia Ltda - EPP
Objeto: CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica aditado o contrato de prestação de serviços n.º 094/2017, aumentando o valor pactuado na cláusula segunda, em razão de reajuste da tabela CISA, conforme tabela CISA abaixo descrita:

DESCRIÇÃO	VALOR CISA
Endoscopia digestiva alta com pesquisa H.pylori e foto	147,00
Endoscopia digestiva alta com dilatação sonda de safary	165,00
Exame de endoscopia digestiva alta com esclerose de úlcera	165,00
Endoscopia digestiva alta com dilatação de megaesôfago	183,00
Retossigmoidoscopia	147,00
Endoscopia digestiva alta com retirada de corpo estranho	197,00
Exame de endoscopia pediátrica com foto e sedação, biópsia	315,00
Exame de endoscopia pediátrica com foto, biópsia e anestesia	546,00

CLÁUSULA SEGUNDA: O valor reajustado será aplicado a partir do dia 01 de maio de 2018.

Rescisão de Contrato
Ref. Contrato de prestação de serviços n°: 073/2016
Contratante: Consórcio Intermunicipal de Saúde – CISA/AMERIOS 12° R.S
Contratado: Goiomed Serviços Médicos Ltda - EPP
Objeto: As partes, de comum acordo, resolvem rescindir o presente contrato a partir de 01 de maio de 2018.

Termo Aditivo n 001/2018
Ref. Contrato de prestação de serviços n°: 043/2016
Contratante: Consórcio Intermunicipal de Saúde – CISA/AMERIOS 12° R.S
Contratado: CENP – CLÍNICA DE NEUROLOGIA E PSIQUIATRIA UMUARAMA S/S LTDA - ME
Objeto: Fica aditado o contrato de prestação de serviços n.º 043/2016, prorrogando-se o prazo pactuado na cláusula décima quarta, passando o término para 03 de junho de 2019.

Termo Aditivo n 001/2018
Ref. Contrato de prestação de serviços n°: 089/2017
Contratante: Consórcio Intermunicipal de Saúde – CISA/AMERIOS 12° R.S
Contratado: AUTO POSTO TIGRE LTDA
Objeto: Fica aditado o Contrato de Prestação de serviços n.º 089/2017, prorrogando-se o prazo pactuado na cláusula sexta, passando o término para 09 de junho de 2019.

Termo Aditivo n 002/2018
Ref. Contrato de Fornecimento n°: 099/2017
Contratante: Consórcio Intermunicipal de Saúde – CISA/AMERIOS 12° R.S
Contratado: F. L. RIGOLON – COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS - ME
Objeto: Fica aditado o Contrato de fornecimento n.º 099/2017, prorrogando-se o prazo pactuado na cláusula quinta, passando o término para 09 de junho de 2019.

Termo Aditivo n 001/2018
Ref. Contrato de prestação de serviços n°: 057/2015
Contratante: Consórcio Intermunicipal de Saúde – CISA/AMERIOS 12° R.S
Contratado: ANGIOCOR CLÍNICA CARDIOVASCULAR LTDA
Objeto: Fica aditado o contrato de prestação de serviços n.º 057/2015, prorrogando-se o prazo pactuado na cláusula décima segunda, passando o término para 23 de junho de 2019.

Termo Aditivo n 001/2018
Ref. Contrato de prestação de serviços n°: 068/2017
Contratante: Consórcio Intermunicipal de Saúde – CISA/AMERIOS 12° R.S
Contratado: AYDAR QUADRADO CLÍNICA MÉDICA LTDA - ME
Objeto: Fica aditado o contrato de prestação de serviços n.º 068/2017, prorrogando-se o prazo pactuado na cláusula décima quarta, passando o término para 02 de junho de 2019.

Termo Aditivo n 001/2018
Ref. Contrato de prestação de serviços n°: 087/2017
Contratante: Consórcio Intermunicipal de Saúde – CISA/AMERIOS 12° R.S
Contratado: BARTOLLI CLÍNICA ODONTOLOGICA LTDA - ME
Objeto: Fica aditado o Contrato de Prestação de serviços n.º 087/2017, prorrogando-se o prazo pactuado na cláusula décima terceira, passando o término para 13 de junho de 2019.

Termo Aditivo n 001/2018
Ref. Contrato de prestação de serviços n°: 042/2016
Contratante: Consórcio Intermunicipal de Saúde – CISA/AMERIOS 12° R.S
Contratado: GOMES & GAZOLA LTDA - ME.
Objeto: Fica aditado o contrato de prestação de serviços n.º 042/2016, prorrogando-se o prazo pactuado na cláusula décima quarta, passando o término para 02 de junho de 2019.

Termo Aditivo n 002/2018
Ref. Contrato de fornecimento nº: 088/2017
Contratante: Consórcio Intermunicipal de Saúde – CISA/AMERIOS 12° R.S
Contratado: AUTO POSTO TIGRE LTDA
Objeto: Fica aditado o Contrato de fornecimento n.º 088/2017, prorrogando-se o prazo pactuado na cláusula quinta, passando o término para 09 de junho de 2019.

Termo Aditivo n 001/2018
Ref. Contrato de prestação de serviços nº: 091/2017
Contratante: Consórcio Intermunicipal de Saúde – CISA/AMERIOS 12° R.S
Contratado: CENTRO DE ESPECIALIDADES MEDICAS PAULATTI FREDERICO LTDA - ME
Objeto: Fica aditado o Contrato de Prestação de serviços n.º 091/2017, prorrogando-se o prazo pactuado na cláusula décima terceira, passando o término para 23 de junho de 2019.

Termo Aditivo n 001/2018
Ref. Contrato de prestação de serviços nº: 069/2017
Contratante: Consórcio Intermunicipal de Saúde – CISA/AMERIOS 12° R.S
Contratado: INTERCLINICA ZILIOTTO LTDA - ME
Objeto: Fica aditado o contrato de prestação de serviços n.º 069/2017, prorrogando-se o prazo pactuado na cláusula décima quarta, passando o término para 20 de junho de 2019.

Termo Aditivo n 001/2018
Ref. Contrato de prestação de serviços nº: 028/2014
Contratante: Consórcio Intermunicipal de Saúde – CISA/AMERIOS 12° R.S
Contratado: CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS PAULATTI FREDERICO LTDA - ME
Objeto: Fica aditado o Contrato de Prestação de serviços n.º 028/2014, prorrogando-se o prazo pactuado na cláusula décima quarta, passando o término para 01 de junho de 2019.

Termo Aditivo n 001/2018
Ref. Contrato de prestação de serviços nº: 074/2017
Contratante: Consórcio Intermunicipal de Saúde – CISA/AMERIOS 12° R.S
Contratado: F. C. C. MAIA FILHO CLÍNICA MÉDICA
Objeto: Fica aditado o contrato de prestação de serviços n.º 074/2017, prorrogando-se o prazo pactuado na cláusula décima terceira, passando o término para 01 de junho de 2019.

Termo Aditivo n 001/2018
Ref. Contrato de prestação de serviços nº: 070/2017
Contratante: Consórcio Intermunicipal de Saúde – CISA/AMERIOS 12° R.S
Contratado: LEGNANI CLÍNICA MÉDICA EIRELI - ME
Objeto: Fica aditado o contrato de prestação de serviços n.º 070/2017, prorrogando-se o prazo pactuado na cláusula décima quarta, passando o término para 01 de junho de 2019.

Termo Aditivo n 002/2018
Ref. Contrato de prestação de serviços nº: 078/2017
Contratante: Consórcio Intermunicipal de Saúde – CISA/AMERIOS 12° R.S
Contratado: F. REGIANI & CIA LTDA - ME
Objeto: Fica aditado o Contrato de Prestação de serviços n.º 078/2017, prorrogando-se o prazo pactuado na cláusula décima terceira, passando o término para 07 de junho de 2019.

Termo Aditivo n 001/2018
Ref. Contrato de prestação de serviços nº: 082/2017
Contratante: Consórcio Intermunicipal de Saúde – CISA/AMERIOS 12° R.S
Contratado: TONY SERVIÇOS MÉDICOS LTDA - ME
Objeto: Fica aditado o Contrato de Prestação de serviços n.º 082/2017, prorrogando-se o prazo pactuado na cláusula décima quarta, passando o término para 12 de junho de 2019.

Termo Aditivo n 001/2018
Ref. Contrato de prestação de serviços nº: 044/2016
Contratante: Consórcio Intermunicipal de Saúde – CISA/AMERIOS 12° R.S
Contratado: A. C. MARTINS & CIA LTDA - ME
Objeto: Fica aditado o contrato de prestação de serviços n.º 044/2016, prorrogando-se o prazo pactuado na cláusula décima sexta, passando o término para 01 de junho de 2019.

Termo Aditivo n 001/2018
Ref. Contrato de prestação de serviços nº: 041/2016
Contratante: Consórcio Intermunicipal de Saúde – CISA/AMERIOS 12° R.S
Contratado: A. C. MARTINS & CIA. LTDA - ME
Objeto: Fica aditado o contrato de prestação de serviços n.º 041/2016, prorrogando-se o prazo pactuado na cláusula décima quarta, passando o término para 01 de junho de 2019.

Termo Aditivo n 001/2018
Ref. Contrato de prestação de serviços nº: 077/2017
Contratante: Consórcio Intermunicipal de Saúde – CISA/AMERIOS 12° R.S
Contratado: PANUCCI CLÍNICA DE ATENDIMENTO MÉDICO LTDA – ME
Objeto: Fica aditado o Contrato de Prestação de serviços n.º 077/2017, prorrogando-se o prazo pactuado na cláusula décima sexta, passando o término para 05 de junho de 2019.

Termo Aditivo n 001/2018
Ref. Contrato de prestação de serviços nº: 046/2015
Contratante: Consórcio Intermunicipal de Saúde – CISA/AMERIOS 12° R.S
Contratado: CDO – Aparelhos Auditivos ltda -ME
Objeto: Fica aditado o Contrato de Prestação de Serviços n.º 046/2015, prorrogando-se o prazo pactuado na cláusula décima segunda, passando o término para 01 de junho de 2019.

Contrato de prestação de serviços nº 030/2018.
Contratante: Consórcio Intermunicipal de Saúde – CISA/AMERIOS 12ª R.S.
Contratado: CARDI – CENTRO AVANÇADO DE RADIODIAGNÓSTICO LTDA
Objeto: prestação de serviços aos usuários do CISA, na área da saúde, com a realização de exames/procedimentos de apoio e diagnóstico.
Valor: até R$ 1.000.000,00(um milhão de reais) anuais.
Prazo: início em 01 de junho de 2018 e término em 01 de junho de 2019
Fundamentação: inexigibilidade nº 018/2018

Contrato de prestação de serviços nº 029/2018.
Contratante: Consórcio Intermunicipal de Saúde – CISA/AMERIOS 12ª R.S.
Contratado: Goiomed Serviços Médicos LTDA.
Objeto: contratação de empresa para a disponibilização de médico especialista em infectologia pediátrica para prestação de serviços (consultas, diagnósticos e acompanhamento) no ambulatório de infectologia pediátrica, para atendimento nas dependências do CISA Amerios 12ª R.S.:
Valor: até R$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais) mensais.
Prazo: início em 04 de maio de 2018 e término em 04 de maio de 2019
Fundamentação: Pregão Presencial nº 005/2018

Contrato de prestação de serviços nº 033/2018.
Contratante: Consórcio Intermunicipal de Saúde – CISA/AMERIOS 12ª R.S.
Contratado: A. V. TEOLOGIDES & CIA. LTDA.
Objeto: prestação de serviços aos usuários do CISA, na área da saúde, com a realização de procedimentos de ortopedia a nível ambulatorial.
Valor: até R$ 100.000,00(cem mil reais) anuais.
Prazo: início em 07 de junho de 2018 e término em 07 de junho de 2019
Fundamentação: inexigibilidade nº 021/2018

Contrato de prestação de serviços nº 034/2018.
Contratante: Consórcio Intermunicipal de Saúde – CISA/AMERIOS 12ª R.S.
Contratado: A. V. TEOLOGIDES & CIA. LTDA.
Objeto: realização de procedimentos ambulatoriais na especialidade de oftalmologia, com valores constantes da tabela SUS.
Valor: até R$ 100.000,00 (cem mil reais) anuais.
Prazo: início em 04 de junho de 2018 e término em 04 de junho de 2019
Fundamentação: inexigibilidade nº 020/2018
Umuarama, 04 de Junho de 2018.
NILSON MANDUCA
Coordenador do CISA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILANDIA DO SUL

ESTADO DO PARANÁ
DECRETO N.º 042/2018
Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial junto ao Orçamento Geral do Município de Brasilândia do Sul, relativo ao exercício de 2018, dando outras providências.
MARCIO JULIANO MARCOLINO, Prefeito do Município de Brasilândia do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando a autorização contida na Lei Municipal n.º 705/2018, datada de 29 de maio de 2018.
DECRETA
Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município de Brasilândia do Sul, do corrente exercício financeiro, um crédito adicional especial na importância de R$600.000,00 (Seiscentos mil reais), que obedecerá a seguinte classificação:
08 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
08.001 – Coordenação Geral – FMS
08.001.10. – Saúde
08.001.10.301. – Atenção Básica
08.001.10.301.1300 – Gestão Municipal de Saúde
08.001.10.301.1300.3.012 – Construir, Ampliar e Reformar a Rede Física de Saúde
4.0.00.00.00.00 - Despesas de Capital
4.4.00.00.00.00 – Investimentos
4.4.90.00.00.00 - Aplicações Diretas
512 – 4.4.90.51.00.00 – Obras e Instalações
Fonte: 70023 – Construção de USF Ercilandia – Rec. Estadual 600.000,00
TOTAL GERAL 600.000,00
Art. 2º. Para cobertura do Crédito Adicional que trata o art. 1º deste Decreto, serão utilizados os recursos das receitas provenientes de Excesso de Arrecadação Por Tendência, contabilizados na seguinte rubrica abaixo:
Recurso de Excesso Por Tendência:
Receita: (249) - 2.4.2.8.03.11.00.00.00.00.00 – Transferências de Recursos do SUS - Principal – R$600.000,00
Fonte: 70023 – Construção de USF Ercilandia – Rec. Estadual
Total Geral.. 600.000,00
Art. 3º. Fica criado no Anexo III - do Plano Plurianual 2018/2021, no Órgão 08 – Fundo Municipal de Saúdes, para o exercício de 2018 o Projeto com a seguinte classificação: 08.001.10.301.1300.3.012 – Construir, Ampliar e Reformar a Rede Física de Saúde.
Art. 4º. Ficam incluídas no Anexo II – Programas Finalísticos – Plano Plurianual, na Lei n.º 687/2017 de 22/11/2017, no respectivo programa, no que couber, as metas e os valores discriminados no art. 1º deste Decreto.
Art. 5º. Ficam incluídas no Anexo I – Das Metas e Prioridades da Administração Municipal – Lei de Diretrizes Orçamentárias, previstas no art. 2º da Lei 688/2017 de 22/11/2017, no respectivo programa, no que couber, as metas e os valores discriminados no art. 1º, deste Decreto.
Art. 6º. Fica criado no Anexo III do Plano Plurianual 2018/2021 e no Anexo 2 das Despesas por Unidade Orçamentária – LOA 2018 – Lei n.º 689/2017 de 22/11/2017, no Órgão 08 – Fundo Municipal de Saúde, dentro do Projeto/Atividade 08.001.10.301.1300.3.012 – Construir, Ampliar e Reformar a Rede Física de Saúde, o seguinte elemento de despesas e sua respectiva fonte: 4.4.90.51.00.00 – Obras e Instalações – Fonte: 70023 – Construção de USF Ercilandia – Recurso Estadual.
Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
PAÇO MUNICIPAL "Deputado Ulisses Guimarães" aos 04 de junho de 2018.
MARCIO JULIANO MARCOLINO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILANDIA DO SUL

ESTADO DO PARANÁ
DECRETO N.º 043/2018
Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar junto ao Orçamento Geral do Município de Brasilândia do Sul, relativo ao exercício de 2018, dando outras providências.
MARCIO JULIANO MARCOLINO, Prefeito do Município de Brasilândia do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando a autorização contida no Inciso II do Artigo 4.º da Lei Municipal n.º 689/2016, datada de 22 de novembro de 2017, (Lei Orçamentária de 2018).
DECRETA
Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município de Brasilândia do Sul, do corrente exercício financeiro, um crédito adicional suplementar na importância de R$8.907,00 (Oito mil, novecentos e sete reais), que obedecerá a seguinte classificação:
11 - SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS
001.15.451.1500.3.057- Pavimentação Asfáltica – MCidades – 1023215-91/2015
313– 4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações 8.907,00
Fonte – 01000 Recursos Ordinários – Livres
SOMA 8.907,00
Art. 2º. Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, fica indicado os seguintes recursos:
I – Na importância de R$8.907,00 (Oito mil, novecentos e sete reais), proveniente do produto da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:
11 - SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS
001.15.451.1500.3.058- Construção do Pórtico Municipal
315– 4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações 8.907,00
Fonte – 01000 Recursos Ordinários – Livres
SOMA 8.907,00
Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
PAÇO MUNICIPAL "Deputado Ulisses Guimarães" aos 04 de junho de 2018.
MARCIO JULIANO MARCOLINO
Prefeito Municipal

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 005/2018 - CREDENCIAMENTO DE SERVIÇOS DE SAÚDE
1 - PREÂMBULO
1.1. O MUNICÍPIO DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 08.931.506/0001-26, com sede à Rua Dr. Paulo Pedrosa de Alencar, 4253, de conformidade com a Lei nº 8.666/93, suas alterações, Lei nº 8.080/90, Lei Estadual nº 15.608/2007, art. 24 e demais legislações aplicáveis à espécie, torna pública a realização de CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS DA ÁREA DE SAÚDE, nos termos das condições estabelecidos no presente Instrumento de Chamamento.
1.2. A análise da documentação dos interessados será realizada pelos membros da Comissão Técnica de Credenciamento do Fundo Municipal de Saúde, com avaliação final em conformidade com os parâmetros e requisitos estabelecidos neste Edital;
1.3. O processo de credenciamento contempla a análise documental dos interessados, vistoria técnica e o cumprimento das demais exigências contidas no presente Edital.
2 - OBJETO DO CREDENCIAMENTO
2.1. O presente Chamamento Público tem por objeto o Credenciamento de pessoas jurídicas na Área de Saúde para a prestação de serviços de exames e procedimentos em atendimentos especializados de apoio diagnóstico, nos pacientes encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde, que serão pagos de acordo com os valores constantes na tabela SIA/SUS e complemento de acordo com tabela do anexo I. E o Credenciamento de pessoas jurídicas na Área de Saúde para a prestação de serviços nas Unidades Básicas de Saúde do Município de Umuarama para atender aos usuários do Sistema Único de Saúde do Município de Umuarama, os serviços serão prestados de acordo com o descritivo constantes no anexo V.
OBS: SERÃO FORNECIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE AS MODALIDADES PARA O CREDENCIAMENTO DA ÁREA DE SAÚDE, CONFORME DISCRIMINAÇÃO CONSTANTE NOS ANEXOS DESTE EDITAL.
3 - REGÊNCIA LEGAL
O presente credenciamento é regido pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações posteriores e demais legislação pertinente, aplicando-se, caso necessário, os princípios de direito público, suplementados pelo direito privado.
4 - PRAZOS
4.1. O requerimento de credenciamento deverá ser dirigido à Comissão Técnica de Credenciamento, acompanhado de toda a documentação exigida de acordo com o item 5 deste Edital, devendo ser protocolado junto à Secretaria Municipal de Saúde, a qualquer momento, até o dia 11 de junho de 2018, durante o horário de funcionamento da Secretaria Municipal de Saúde, em envelope lacrado;
4.2. O prazo de vigência do contrato a ser celebrado em decorrência do credenciamento será de até 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme legislação aplicável à espécie;
4.3. O prazo para assinatura do contrato será de 05 (cinco) dias corridos, contados da convocação do interessado.
5 - DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA CREDENCIAMENTO
A) Os documentos para credenciamento de exames e procedimentos especializados de apoio diagnóstico - Media e Alta Complexidade estão presentes no ANEXO II.
B) Os documentos para credenciar de médico clinico geral – Unidades Básicas de Saúde estão presentes no ANEXO VII.
6 - DO PROCESSAMENTO DO CREDENCIAMENTO.
6.1. Serão credenciados os interessados que preencherem os requisitos previstos neste Edital, de acordo com as necessidades e conforme disponibilidade financeira e orçamentária;
6.2. Após análise da documentação e com base no parecer técnico elaborado pela Comissão Técnica de Credenciamento, esta emitirá um Relatório Conclusivo sobre a viabilidade do credenciamento, por especialidade e/ou área de interesse, o qual será submetido de imediato para a contratação;
6.3. Das decisões da Comissão Técnica de Credenciamento caberá recurso à Comissão Especial, no prazo de 05 dias, a contar da data da ciência da decisão;
7. DA CONTRATAÇÃO
7.1. Com a conclusão da análise de toda a documentação, estejam os requisitos atendidos ou não para o credenciamento, os interessados serão comunicados no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data final de entrada das propostas;
7.2. Os interessados que forem habilitados ao credenciamento serão Contratados por meio de instrumento de prestação de serviços, de natureza precária, caracterizado pela unilateralidade e discricionariedade, onde se estabelecerão os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, podendo o contrato ser rescindido, a qualquer tempo, sem que caibam aos contratados quaisquer direitos, vantagens ou indenizações;
7.3. São de inteira responsabilidade das empresas e profissionais contratados, as obrigações pelos encargos previdenciários, fiscais, trabalhistas e comerciais resultantes de execução do Contrato;
7.4. As empresas e profissionais contratados são responsáveis pelos danos causados diretamente a Secretaria Municipal de Saúde, Instituto e seus segurados ou terceiros, decorrentes da execução do contrato.
8. DO PREÇO
Para atender as despesas decorrentes do credenciamento, valer-se-á de recursos próprios e provenientes de repasses pelos governos estaduais e federais, e que estejam livres e não comprometidos, conforme DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA vigente da Secretaria Municipal de Saúde, a serem discriminadas no ato da contratação.
9. DOS RECURSOS FINANCEIROS
Para atender as despesas decorrentes do credenciamento, valer-se-á de recursos próprios e provenientes de repasses pelos governos estaduais e federais, e que estejam livres e não comprometidos, conforme DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA vigente da Secretaria Municipal de Saúde, a serem discriminadas no ato da contratação.
10. DAS SANÇÕES
O inadimplemento contratual implicará em sanções previstas na Lei de Licitações e no contrato, assegurado o direito de ampla defesa.
11 DISPOSIÇÕES FINAIS
11.1. O Fundo Municipal de Saúde poderá, a qualquer tempo, motivadamente, aditar, revogar total ou parcialmente, ou mesmo anular o presente processo, sem que disso decorra qualquer direito ou indenização ou ressarcimento para os interessados, seja de que natureza for;
11.2. O Fundo Municipal de Saúde poderá, a qualquer tempo, realizar novos credenciamentos, através da divulgação de um novo regulamento;
11.3. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital deverá ser encaminhado por escrito à Comissão Técnica de Credenciamento.
12. Este chamamento público será publicado mensalmente no diário oficial do município e na internet através do site. www.umuarama.pr.gov.br
Umuarama, 22 de maio de 2018.
CECÍLIA CIVIDINI MONTEIRO DA SILVA
Secretária de Saúde

ANEXO I
EXAMES E PROCEDIMENTOS ESPECIALIZADOS DE APOIO DIAGNÓSTICO - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
Obs: os exames de apoio diagnóstico e os procedimentos serão realizados nas dependências da contratada, com fornecimento de profissionais especializados para cada área, insumos e todos materiais necessários para realização dos mesmos.
As empresas interessadas localizadas em Umuarama terão preferência, por ser mais cômodo e rápido ao paciente/usuário e não demandar gastos com transporte para a Secretaria Municipal de Saúde. Mas em não havendo empresas aptas e/ou interessadas no município, poderão ser credenciadas empresas de outros municípios, ficando a cargo do contratante o transporte do paciente.
EXAMES:

Descrição	Valor Tabela SUS (federal)	Complemento rec. próprios	Valor total
Teste Cutâneo de Alergia (Prick Test)	0,00	75,00	75,00
Teste Alérgico de Contato (Patch Test)	0,00	75,00	75,00
Espirometria completa com prova de função Pulmonar	6,36	71,64	78,00
Ultrassonografia Obstétrica (Ecocardiograma Fetal)	0,00	200,00	200,00

PROCEDIMENTOS:

Procedimento	Valor tabela SUS	Complemento	Total
Correção Hidrocele	R$ 256,97	R$ 450,00	R$ 706,97
Correção Varicocele	R$ 257,56	R$ 450,00	R$ 707,56
Postectomia	R$ 219,12	R$ 450,00	R$ 669,12
Meatomia Interna	R$ 306,58	R$ 450,00	R$ 756,58
Prostatectomia	R$ 1.001,71	R$ 450,00	R$ 1.451,71

A empresa interessada no edital de credenciamento deverá preencher a proposta de inscrição no cadastro de serviços especializados (modelo em anexo) identificando qual área ou áreas que tem interesse e a quantidade de procedimentos/mês que poderá disponibilizar.
Fica a cargo da contratante estabelecer em contrato a quantidade de consultas, exames ou procedimentos mensais levando em consideração a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, a disponibilidade financeira e orçamentária e a capacidade instalada da empresa.
Todos os serviços são para atendimento de usuários do Sistema Único de Saúde residentes em Umuarama.

ANEXO II
EXAMES E PROCEDIMENTOS ESPECIALIZADOS DE APOIO DIAGNÓSTICO - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
1- DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA CREDENCIAMENTO
Os seguintes documentos abaixo relacionados deverão ser apresentados juntamente com o pedido de credenciamento:
a) Contrato Social e suas alterações;
b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº1.751, de 02/10/2014. A regularidade com a Fazenda Federal e com a Seguridade Social, poderá ser comprovada individualmente, mediante a apresentação da Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, expedida pela Receita Federal e Certidão Quanto a Dívida Ativa da União expedida pela Procuradoria Geral da República e a Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS-CND),desde que dentro do prazo de validade;
d) Prova de Regularidade junto a Fazenda Estadual, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Tributários e a Dívida Ativa Estadual, em plena validade;
e) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, mediante apresentação do alvará de funcionamento (licença) e certidão negativa emitida pela Secretaria de Fazenda do Município da sede da proponente, ou outra equivalente, na forma da lei, em plena validade.
f) Prova de Regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; (FGTS), emitido pela Caixa Econômica Federal, em plena validade;
g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT).
h) Licença de Funcionamento da Secretaria Municipal de Saúde;
i) Inscrição do profissional no Conselho Regional pertinente;
j) Prova de inscrição da empresa no Conselho Regional pertinente;
k) Memorial descritivo com os seguintes itens;
* Recursos humanos;
* Equipamentos;
* Área física;
* Relação do Corpo Clínico para atendimento Ambulatorial, com seu respectivo título de especialidade na área, exclusivamente para hospitais e clinicas.
l)Certificado de Filantropia para entidades filantrópicas emitido pelo CNAS (quando couber);
2. Os documentos exigidos poderão ser apresentados em original ou em qualquer outro processo de cópia autenticada, sendo recepcionado o pedido de credenciamento somente mediante a documentação completa estabelecida;
3. A Comissão Técnica de Credenciamento poderá, durante a análise da documentação, convocar os interessados para quaisquer esclarecimentos que porventura se fizerem necessários;
4. Será inabilitado o interessado que não apresentar toda a documentação exigida no presente Edital.
5. A classificação será de acordo com a ordem de entrega dos envelopes com a documentação exigida.

ANEXO III
EXAMES E PROCEDIMENTOS ESPECIALIZADOS DE APOIO DIAGNÓSTICO - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
(Em papel timbrado da empresa)
Modelo de proposta de inscrição no cadastro de serviços especializados –
Chamamento público nº¬_____
(adequar a área pretendida)
A ………(razão social)………………...CNPJ:…………………………….situada no endereço:………………………………………………..na cidade de ………………………...vem manifestar seu interesse no credenciamento para prestação de serviços especializados de atenção a saúde de acordo com os critérios e condições estabelecidos no Edital de Chamamento Público nº-______Credenciamento de Serviços de Saúde, para prestação de serviços nas seguintes áreas:
Anexo_____ Quantidade de procedimentos/mês
(listar procedimentos conforme consta do edital)
Nome e CRM do médico responsável pela realização dos procedimentos:
Médico responsável pela empresa:
CRM do médico responsável:
RG do médico responsável:
CPF do médico responsável:
Data:
Assinatura do responsável

ANEXO IV
EXAMES E PROCEDIMENTOS ESPECIALIZADOS DE APOIO DIAGNÓSTICO - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS nº ____/2018
Que entre si celebram, de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UMUARAMA, inscrito no CNPJ sob o n° 08.931.506/0001-26, com sede à Rua Dr. Paulo Pedrosa de Alencar, 4253, nesta cidade de Umuarama-PR, neste ato representado por seu Gestor e Secretária Municipal de Saúde, Srª CECÍLIA CIVIDINI MONTEIRO DA SILVA, brasileira, casada, enfermeira, inscrito no CPF sob nº 775.144.169-00, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.621.245-2 SSP/PR, residente e domiciliado nesta cidade de Umuarama, Estado do Paraná, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa ___________________________________, pessoa jurí¬dica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº _______________, com sede à Rua ____________, nº _____ – CEP: ___________, na cidade de Umuarama-PR, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por seu sócio administrador o Sr. _________________________, nacionalidade, estado civil, profissão, portador do RG nº _____________/SSP-__ e inscrito no CPF sob o nº ________________, residente e domiciliado nesta cidade de Umuarama-PR, resolvem firmar o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:
CLÁUSULA PRIMEIRA – FUNDAMENTAÇÃO: O presente contrato é decorrente no Processo de Inexigibilidade nº ____/2018, ratificado em ___ de ____________ de 2018, publicado no jornal Umuarama Ilustrado no dia ___ de ____________ de 2018, edição nº ____, regido pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e posteriores alterações, bem como pelo Decreto Municipal nº 029, de 23 de fevereiro de 2007.
CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa para a prestação de serviços de __________________ aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, do Município de Umuarama, conforme Edital de Chamamento Público nº _____/2018 – Credenciamento de Serviços de Saúde, sendo que os atendimentos serão realizados em local pré determinado pela Secretaria Municipal de Saúde, e todo material, insumos e recursos humanos necessários a sua realização serão de responsabilidade da contratada.
PARÁGRAFO ÚNICO: A CONTRATADA realizará até ____ (__________) procedimentos (consultas, exames e ou atendimentos especializados) anuais, a um valor unitário de R$ ______ (____________________), perfazendo um valor anual de até R$ ________ (________________________).
Descrição Valor Tabela SUS (federal) Complemento rec. próprios Valor total
CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES GERAIS
Na execução do presente contrato, os partícipes deverão observar as seguintes condições gerais:
I - o acesso aos serviços do SUS faz-se exclusivamente pela Secretaria Municipal de Saúde;
II - encaminhamento e atendimento do usuário, de acordo com as regras estabelecidas para a referência e contra-referência;
III - gratuidade das ações e dos serviços de saúde executados, não podendo haver cobrança, aos usuários ou seus acompanhantes, de qualquer complementação aos valores pagos pelos serviços prestados nos termos deste contrato;
IV - a eventual prescrição de medicamentos deve observar a Política Nacional de Medicamentos, conformando-se às listagens Municipal, Estadual e Federal;
V – a eventual prescrição de exames e procedimentos deve conformar-se àqueles preconizados na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS;
VI – as solicitações de exames, procedimentos e medicamentos não contemplados nos instrumentos referidos no inciso anterior, uma vez geradas pela CONTRATADA, passam a configurar como direito do usuário, e deverão ser atendidas exclusivamente pela CONTRATADA, sem expectativa de remuneração adicional pelo CONTRATANTE, a qualquer título;
VII - atendimento humanizado, de acordo com a Política Nacional de Humanização do SUS;
VIII - observância integral dos protocolos técnicos de atendimento e regulamentos estabelecidos pelo Ministério da Saúde e respectivos gestores do SUS;
IX - sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e da normatividade suplementar exercidos pelo CONTRATANTE sobre a execução do objeto deste contrato, fica desde já reconhecida a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da direção nacional e municipal do SUS, decorrente da Lei Orgânica da Saúde 8.080/90.
X - É de responsabilidade exclusiva e integral da CONTRATADA a utilização de pessoal para execução do objeto deste contrato, incluídos encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o CONTRATANTE ou para o Ministério da Saúde.
XI - É de responsabilidade exclusiva e integral da CONTRATADA o fornecimento de todos os insumos necessários à execução do objeto deste contrato, aí incluídos equipamentos, medicamentos, insumos, órteses, próteses e materiais comuns ou especiais, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o CONTRATANTE.
XII - Os serviços serão prestados diretamente por profissionais da CONTRATADA, ou seja, por membro do seu corpo técnico e de profissionais, por profissional que tenha vínculo empregatício com a CONTRATADA ou por profissional autônomo, empresa, grupo, sociedade ou conglomerado de profissionais que exerçam atividades na área de saúde e que prestem serviços à CONTRATADA.
CLÁUSULA QUARTA – DA INDICAÇÃO DO GESTOR: De acordo com os requisitos exigidos no artigo 2º, da Instrução Normativa nº 03/2009, de 22 de junho de 2009, da Divisão de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Umuarama-PR, indica-se como gestor do presente contrato o Sr(a). ___________________________, ocupante do cargo de ________________, portador do RG n° ____________/SSP-PR e inscrito no CPF sob o n° ____________.
CLÁUSULA QUINTA – A CONTRATADA realizará até ____ (__________) procedimentos (consultas, exames e ou atendimentos especializados) anuais, a um valor unitário de R$ ______ (____________________), perfazendo um valor anual de até R$ ________ (________________________), de acordo com os valores constantes na Tabela (SIA/SUS ou do Chamamento ____/2018).
Parágrafo Primeiro: Dos valores a que se refere esta cláusula, será abatido o montante devido a título de ISSQN, nos termos da Legislação Municipal em vigor;
Parágrafo Segundo: Caso o objeto deste contrato se enquadre na Legislação em vigor, o Município fará a retenção de 11% (onze por cento) de INSS sobre a mão de obra utilizada, nos termos da IN-SRP 03/2005, devendo, para apuração da base de cálculo, deduzir os valores relativos à utilização de equipamentos e materiais previstos neste contrato.
CLÁUSULA SEXTA - DA FORMA DE PAGAMENTO:
1 - O pagamento será efetuado mensalmente, até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços, e após a emissão da competente Nota Fiscal (fatura), que obrigatoriamente deverá vir acompanhada com um relatório contendo a qualificação completa (nome, endereço, RG e CPF) de todos os pacientes atendidos, bem como de todos os comprovantes (requisições) de autorização emitidos pela CONTRATANTE.
2 - As Notas Fiscais (faturas) que apresentarem incorreções ou as que não vierem acompanhadas da documentação exigida no item 01 desta cláusula, serão devolvidas à CONTRATADA e seu vencimento ocorrerá após a reapresentação da mesma.
3 - O pagamento será feito mediante depósito (crédito) em conta corrente em nome da CONTRATADA.
Parágrafo Primeiro: A CONTRATADA deverá manter-se regularizada perante o Sistema de Seguridade Social (INSS) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), para que o CONTRATANTE possa efetuar os devidos pagamentos.
Parágrafo Segundo: O pagamento a que se refere esta cláusula fica condicionado à apresentação da CND (INSS) e CRF (FGTS) por parte da CONTRATADA.
CLAUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO:
I - O objeto da presente licitação será realizado conforme encaminhamento a ser efetuado pela Secretaria Municipal de Saúde, não podendo exceder aos quantitativos/mês estabelecidos na Cláusula Quarta do presente contrato.
II - Os serviços ora contratados serão prestados diretamente pela CONTRATADA.
III - A execução do objeto dar-se-á segundo princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde, regulamentados pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.
Parágrafo Primeiro: Sem prejuízo do acompanhamento, da regulação, da fiscalização e da normatividade suplementar exercidos pelo CONTRATANTE sobre a execução do objeto deste contrato, fica desde já reconhecida a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da direção municipal da Secretaria Municipal de Saúde, decorrente da Lei Orgânica da Saúde.
Parágrafo Segundo: É de responsabilidade exclusiva e integral da CONTRATADA a utilização de pessoal para execução do objeto deste contrato, devendo a mesma também arcar com todos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais e fiscais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o CONTRATANTE.
Parágrafo Terceiro: A CONTRATADA se eximirá da responsabilidade de prestar os serviços constantes no presente Contrato, na hipótese de ocorrer atraso superior a noventa (90) dias no pagamento devido pelo CONTRATANTE, ressalvadas as situações de calamidade pública ou grave ameaça da ordem interna ou as situações de urgência e/ou emergência.
Parágrafo Quarto: A CONTRATADA fica obrigada a fornecer ao paciente, demonstrativo dos valores pagos pela Secretaria Municipal de Saúde, pelo seu atendimento, quando solicitado.
CLÁUSULA OITAVA - OUTRAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:
A CONTRATADA ainda se obriga a:
I - Manter sempre atualizado o prontuário médico dos pacientes e o arquivo médico;
II - Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;
III - Atender aos pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade na prestação de serviços;
IV - Justificar ao paciente ou ao seu representante, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato profissional decorrente deste contrato;
CLÁUSULA NONA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA:
A CONTRATADA é responsável pela indenização de dano causado ao paciente e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de ação ou omissão voluntária ou de negligência, imperícia ou imprudência, praticadas pelo profissional e seus empregados, ficando assegurado ao CONTRATANTE o direito de regresso.
PARÁGRAFO ÚNICO: A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste contrato pelos órgãos competentes da Secretaria Municipal de Saúde não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos.
CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de ___ (_____) meses, com início no dia ___ de _________ de 2018 e com término previsto para o dia ____ de _________ de 201__, podendo, contudo ser prorrogável por iguais e sucessivos períodos, até o limite previsto na Lei nº 8.666/93, se for de interesse do CONTRATANTE.
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: Para cobertura das despesas do presente contrato, os recursos correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:
Dotação Orçamentária – Recursos Próprios / Recurso Estadual / Recurso Federal
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Os valores pactuados neste Contrato serão pagos da seguinte forma:
I - A CONTRATADA apresentará mensalmente ao CONTRATANTE, até o quinto (5º) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, as faturas e os documentos referentes aos serviços efetivamente prestados no mês anterior, constantes na Cláusula Quinta do presente Contrato. Após a validação dos documentos, por parte do CONTRATANTE, a CONTRATADA receberá até o décimo quinto (15º) dia útil, 100% (cem por cento) dos serviços prestados e produzidos no último mês.
II - O CONTRATANTE, após revisão dos documentos, os encaminhará à Secretaria Municipal de Fazenda, para que esta efetue o pagamento do valor finalmente apurado, até o 15º dia útil do mês subsequente à prestação de serviços;
III - Para fins de prova da data de apresentação das contas e observância dos prazos de pagamento será entregue à CONTRATADA recibo, assinado ou rubricado pelo servidor do CONTRATANTE, com aposição do respectivo, carimbo funcional.
IV - As contas rejeitadas pelo serviço de processamento de dados serão devolvidas à CONTRATADA para as correções cabíveis, no prazo de 30 (trinta) dias, devendo ser representadas até o quinto (5º) dia útil do mês subsequente àquele em que ocorreu a devolução. O documento reapresentado será acompanhado do correspondente documento original devidamente inutilizado por meio de carimbo.
V - Ocorrendo erro, falha ou falta de processamento das contas, por culpa do CONTRATANTE, este garantirá a CONTRATADA, o pagamento no prazo avençado neste contrato, pelos valores do mês imediatamente anterior, acertando-se as diferenças que houver, no pagamento seguinte, mas ficando a Secretaria Municipal de Saúde exonerada do pagamento de multas e sanções financeiras obrigando-se, entretanto, a corrigir monetariamente os critérios da CONTRATADA.
VI - As contas rejeitadas quanto ao mérito serão objeto de análise pelos órgãos de controle, avaliação e auditoria da Secretaria Municipal de Saúde.
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO REAJUSTE DO PREÇO: Os valores estipulados serão reajustados na mesma proporção, índices e épocas dos reajustes concedidos aos valores constantes na Tabela SIA/SUS, em conformidade com os índices repassados pelo Ministério da Saúde, garantido sempre o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, nos termos do Art. 26, da Lei nº 8.080/90 e das normas gerais da legislação atinente às licitações e contratos administrativos.
PARÁGRAFO ÚNICO: Os reajustes dependerão de Termo Aditivo, sendo necessário anotar no processo administrativo da CONTRATANTE a origem e autorização do reajuste e os respectivos cálculos.
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO CONTROLE, AVALIAÇÃO, VISTORIA E FISCALIZAÇÃO: A execução do presente contrato será avaliada pelos setores competentes da Secretaria Municipal de Saúde, mediante procedimentos de supervisão, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, a verificação do movimento dos atendimentos e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados, bem como ao efetivo cumprimento do Plano Operativo anexo.
Parágrafo Primeiro: Sob critérios definidos em normatização complementar, poderá em casos específicos, ser realizada auditoria especializada.
Parágrafo Segundo: A fiscalização exercida pelo CONTRATANTE sobre os serviços contratados, não eximirá a CONTRATADA de suas responsabilidades perante o próprio CONTRATANTE, ou para com os pacientes ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato.
Parágrafo Terceiro: A CONTRATADA facilitará ao CONTRATANTE o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços, e prestará todos os esclarecimentos que lhes forem solicitados.
Parágrafo Quarto: Em qualquer hipótese estará assegurado à CONTRATADA o direito à ampla defesa e ao contraditório, nos moldes da legislação em vigor.
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS PENALIDADES: Fica a CONTRATADA, sujeita a multa de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, por infração de qualquer cláusula ou condição deste Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na legislação referente às licitações e contratos administrativos, assegurado o direito à ampla defesa.
PARÁGRAFO ÚNICO: O valor da multa poderá ser descontado dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA.
CLÁUSULA DECIMA SEXTA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO:
O Banco Mundial exige que o Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado da Saúde – SESA, Mutuários de Empréstimo (incluindo beneficiários do empréstimo do Banco), licitantes, fornecedores, empreiteiros e seus agentes (sejam eles declarados ou não), subcontratados, subconsultores, prestadores de serviço e fornecedores, além de todo funcionário a eles vinculado, que mantenham os mais elevados padrões de ética durante a aquisição e execução dos contratos financiados pelo Banco . Em consequência desta política, o Banco:
a) define, para os fins desta disposição, os termos indicados a seguir:
(i) "prática corrupta" : significa oferecer, entregar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor com a intenção de influenciar de modo indevido a ação de terceiros;
(ii) "prática fraudulenta" : significa qualquer ato, falsificação ou omissão de fatos que, de forma intencional ou irresponsável induza ou tente induzir uma parte a erro, com o objetivo de obter benefício financeiro ou de qualquer outra ordem, ou com intenção de evitar o cumprimento de uma obrigação;
(iii) "prática colusiva" : significa uma combinação entre duas ou mais partes visando alcançar um objetivo indevido, inclusive influenciar indevidamente as ações de outra parte;
(iv) "prática coercitiva" : significa prejudicar ou causar dano, ou ameaçar prejudicar ou causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte interessada ou à sua propriedade, para influenciar indevidamente as ações de uma parte;
(v) "prática obstrutiva": significa:
(aa) deliberadamente destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em investigações ou fazer declarações falsas a investigadores, com o objetivo de impedir materialmente uma investigação do Banco de alegações de prática corrupta, fraudulenta, coercitiva ou colusiva, e/ou ameaçar, perseguir ou intimidar qualquer parte interessada, para impedi-la de mostrar seu conhecimento sobre assuntos relevantes à investigação ou ao seu prosseguimento, ou
(bb) atos que tenham como objetivo impedir materialmente o exercício dos direitos do Banco de promover inspeção ou auditoria, estabelecidos no parágrafo (e) abaixo:
b) Rejeitará uma proposta de outorga que determinar que o licitante recomendado para a outorga do contrato, ou qualquer do seu pessoal, ou seus agentes, subconsultores, subempreiteiros, prestadores de serviço, fornecedores e/ou funcionários, envolveu-se, direta ou indiretamente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao concorrer para o contrato em questão;
c) Declarará viciado o processo de aquisição e cancelará a parcela do empréstimo alocada a um contrato se, a qualquer momento, determinar que representantes do Mutuário ou de um beneficiário de qualquer parte dos recursos empréstimo envolveram-se em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas durante o processo de aquisição ou de implementação do contrato em questão, sem que o Mutuário tenha adotado medidas oportunas e adequadas, satisfatórias ao Banco, para combater essas práticas quando de sua ocorrência, inclusive por falhar em informar tempestivamente o Banco no momento em que tomou conhecimento dessas práticas;
d) Sancionará uma empresa ou uma pessoa física, a qualquer tempo, de acordo com os procedimentos de sanção cabíveis do Banco , inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado: (i) para a outorga de contratos financiados pelo Banco; e (ii) para ser designado subempreiteiro, consultor, fornecedor ou prestador de serviço de uma empresa elegível que esteja recebendo a outorga de um contrato financiado pelo Banco;
e) Os licitantes, fornecedores e empreiteiros, assim como seus subempreiteiros, agentes, pessoal, consultores, prestadores de serviço e fornecedores, deverão permitir que o Banco inspecione todas as contas e registros, além de outros documentos referentes à apresentação das propostas e à execução do contrato, e os submeta a auditoria por profissionais designados pelo Banco.
Parágrafo Único: O disposto acima se aplicará a todos os processos que envolvam recursos de nível federal, estadual e municipal, ou de quaisquer outras entidades, fazendo-se inclusive valer quando da hipótese de financiamento, parcial ou integral, mediante adiantamento ou reembolso. Ainda permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas, possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.
CLAUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESCISÃO: Constituem motivos para rescisão do presente Contrato, o não cumprimento de quaisquer de suas cláusulas e condições, bem como os motivos previstos na legislação referente às licitações e contratos administrativos, sem prejuízo das multas cominadas na Cláusula Décima Quarta.
Parágrafo Único: Em caso de rescisão contratual, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo à população, será observado o prazo de (60) sessenta dias para a ocorrência de tal rescisão. Se durante este período, a CONTRATADA cometer qualquer infração, seja ela causada por culpa ou dolo, que trague prejuízo à prestação dos serviços contratados, a multa cabível poderá ser duplicada.
CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES: Qualquer alteração do presente contrato será objeto de Termo Aditivo, em atendimento à legislação referente às licitações e contratos administrativos, exceção feita à alteração prevista no parágrafo único da Cláusula Décima Segunda do presente Contrato.
CLAUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO: As partes elegem o Foro da Comarca de Umuarama-PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes e pelo Conselho Municipal de Saúde.
Justas e contratadas, as partes firmam este instrumento com as testemunhas presentes ao ato, a fim de que produza seus efeitos legais.
Umuarama, ___ de _________ de 2018.
CECÍLIA CIVIDINI MONTEIRO DA SILVA
Secretária Municipal de Saúde
CONTRATANTE
Empresa Prestadora dos Serviços
CONTRATADA
TESTEMUNHAS:

ANEXO V
CREDENCIAMENTO DE MÉDICO CLINICO GERAL – UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE
1- CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO
Serão credenciados médicos que atuem na área clínica, para atendimento dos Usuários do Sistema Único de Saúde – SUS das Unidades Básicas de Saúde, recém-nascidos, bebês, crianças, adultos (homens e mulheres), idosos, urgências e emergências, livre demanda bem como deve atender aos programas da Estratégia de Saúde da Família do Ministério da Saúde.

Descrição	Valor mensal	Valor anual
Medico clínico geral para atender 10 horas	4.250,00	51.000,00

Obs: os valores para a contratação foram estipulados com base na média do mercado do Município de Umuarama.

ANEXO VI
CREDENCIAMENTO DE MÉDICO CLINICO GERAL – UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE
(Em papel timbrado da empresa)
Modelo de proposta de inscrição no cadastro de serviços especializados –
Chamamento público nº (adequar a área pretendida)
A ………(razão social)………………...CNPJ:…………………………….situada no endereço:………………………………………………..na cidade de ………………………...vem manifestar seu interesse no credenciamento para prestação de serviços especializados de atenção a saúde de acordo com os critérios e condições estabelecidos no Edital de Chamamento Público nº Credenciamento de médicos clínico geral para atendimento em unidades de saúde:
( ) 10 horas semanais
Nome e CRM do médico responsável pela realização dos procedimentos:
Médico responsável pela empresa: CRM do médico responsável:
RG do médico responsável: CPF do médico responsável:
Data:
Assinatura do responsável

ANEXO VII
CREDENCIAMENTO DE MÉDICO CLINICO GERAL – UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE
1- DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA CREDENCIAMENTO
1.1.Os seguintes documentos abaixo relacionados deverão ser apresentados juntamente com o pedido de credenciamento:
a)Contrato Social e suas alterações;
b)Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
c)Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº1.751, de 02/10/2014. A regularidade com a Fazenda Federal e com a Seguridade Social, poderá ser comprovada individualmente, mediante a apresentação da Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, expedida pela Receita Federal e Certidão Quanto a Dívida Ativa da União expedida pela Procuradoria Geral da República e a Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS-CND),desde que dentro do prazo de validade;
d)Prova de Regularidade junto a Fazenda Estadual, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Tributários e a Dívida Ativa Estadual, em plena validade;
e)Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, mediante apresentação do alvará de funcionamento (licença) e certidão negativa emitida pela Secretaria de Fazenda do Município da sede da proponente, ou outra equivalente, na forma da lei, em plena validade.
f)Prova de Regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; (FGTS), emitido pela Caixa Econômica Federal, em plena validade;
g)Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT).
h)Inscrição do profissional no Conselho Regional;
i)Prova de inscrição da empresa no Conselho Regional;
j)Declaração de que inexiste qualquer fato impeditivo à seu credenciamento com Poder Público, que não foi declarada inidônea e não esta impedida de contratar com o Poder Público, ou suspensa de contratar com Município de Umuarama/PR. e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes.
Documentos que devem ser apresentado por profissional (médico) disponibilizado pela empresa:
a)Cópia autenticada do diploma de graduação médica
b)Se houver alguma pós apresentar cópias autenticadas dos diplomas
c)Cópia do RG.
d)Cópia do CPF.
e)Prova de inscrição dom número do PIS/PASEP;
f)Comprovante de residência atualizado e com CEP;
g)Certificado de Titularidades;
h)Comprovante de inscrição junto ao respectivo Conselho Regional;
i)Certidão negativa atualizada (ético-disciplinar e financeira) do respectivo conselho;
j)Cópia do Titulo de eleitor.
k)Certidão de quitação eleitoral;
1.2.Os documentos exigidos poderão ser apresentados em original ou em qualquer outro processo de cópia autenticada, sendo recepcionado o pedido de credenciamento somente mediante a documentação completa estabelecida;

ANEXO VIII
CREDENCIAMENTO DE MÉDICO CLINICO GERAL – UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE
MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS nº ____/2018
Que entre si celebram, de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UMUARAMA, inscrito no CNPJ sob o n° 08.931.506/0001-26, com sede à Rua Dr. Paulo Pedrosa de Alencar, 4253, nesta cidade de Umuarama-PR, neste ato representado por seu Gestor e Secretária Municipal de Saúde, Srª CECÍLIA CIVIDINI MONTEIRO DA SILVA, brasileira, casada, enfermeira, inscrito no CPF sob nº 775.144.169-00, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.621.245-2 SSP/PR, residente e domiciliado nesta cidade de Umuarama, Estado do Paraná, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa ___________________________________, pessoa jurí¬dica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº _______________, com sede à Rua ____________, nº _____ – CEP: ___________, na cidade de Umuarama-PR, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por seu sócio administrador o Sr. _________________________, nacionalidade, estado civil, profissão, portador do RG nº _____________/SSP-__ e inscrito no CPF sob o nº ________________, residente e domiciliado nesta cidade de Umuarama-PR, resolvem firmar o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:
CLÁUSULA PRIMEIRA – FUNDAMENTAÇÃO: O presente contrato é decorrente no Processo de Inexigibilidade nº ____/2018, ratificado em ___ de ____________ de 2018, publicado no jornal Umuarama Ilustrado no dia ___ de ____________ de 2018, edição nº ____, regido pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e posteriores alterações, bem como pelo Decreto Municipal nº 029, de 23 de fevereiro de 2007.
CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa para a prestação de serviços de __________________ aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, do Município de Umuarama, conforme Edital de Chamamento Público nº _____/2018 – Credenciamento de médicos que atuem na área clínica, sendo que os atendimentos serão realizados em local determinado pela Secretaria Municipal de Saúde, e todo material, insumos e recursos humanos necessários a sua realização serão de responsabilidade da contratante.
Descrição Quantidade Valor mensal Valor total anual
Medico clínico geral para atender 10 horas
Valor total
CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES GERAIS
Na execução do presente contrato, os partícipes deverão observar as seguintes condições gerais:
I - o acesso aos serviços do SUS faz-se exclusivamente pelas unidades básicas de saúde;
II - encaminhamento e atendimento do usuário, de acordo com as regras estabelecidas para a referência e contra-referência;
III - gratuidade das ações e dos serviços de saúde executados, não podendo haver cobrança, aos usuários ou seus acompanhantes, de qualquer complementação aos valores pagos pelos serviços prestados nos termos deste contrato;
IV - a prescrição de medicamentos deve observar a Política Nacional de Medicamentos, conformando-se às listagens Municipal, Estadual e Federal;
V – a prescrição de exames e procedimentos deve conformar-se àqueles preconizados na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS;
VI - atendimento humanizado, de acordo com a Política Nacional de Humanização do SUS;
VII - observância integral dos protocolos técnicos de atendimento e regulamentos estabelecidos pelo Ministério da Saúde e respectivos gestores do SUS;
VIII - sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e da normatividade suplementar exercidos pelo CONTRATANTE sobre a execução do objeto deste contrato, fica desde já reconhecida a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da direção nacional e municipal do SUS, decorrente da Lei Orgânica da Saúde 8.080/90.
IX - Os serviços serão prestados diretamente por profissionais da CONTRATADA, ou seja, por membro do seu corpo técnico e de profissionais, por profissional que tenha vínculo empregatício com a CONTRATADA ou por profissional autônomo, empresa, grupo, sociedade ou conglomerado de profissionais que exerçam atividades na área de saúde e que prestem serviços à CONTRATADA.
XII – O médico contratado deverá atender nos locais indicados pela Secretaria de Saúde, não sendo autorizado a troca de horários ou profissionais para a prestação desses serviço.
XIII - Caso por algum motivo o profissional medico não tiver condições de atender no seu horário ou local, este deve comunicar a Secretaria de Saúde, para que esta tome as devidas providencias para manter o atendimento as usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).
XIX – Os profissionais médicos contratado deverão utilizar o ponto biométrico para registrar sua jornada de trabalho, pois através desse registro de ponto que a Secretaria de Saúde fará o controle das horas trabalhadas por profissional.

CLÁUSULA QUARTA – DA INDICAÇÃO DO GESTOR: De acordo com os requisitos exigidos no artigo 2º, da Instrução Normativa nº 03/2009, de 22 de junho de 2009, da Divisão de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Umuarama-PR, indica-se como gestor do presente contrato o Sr(a). ___________________________, ocupante do cargo de ________________, portador do RG n° ____________/SSP-PR e inscrito no CPF sob o n° ____________.
CLÁUSULA QUINTA – A valor mensal será de R$____ (__________), perfazendo um valor anual de até R$ ________ (__________________________), de acordo com os valores constantes na Tabela do Chamamento ____/2018.
Parágrafo Primeiro: Dos valores a que se refere esta cláusula, será abatido o montante devido a título de ISSQN, nos termos da Legislação Municipal em vigor;
Parágrafo Segundo: Caso o objeto deste contrato se enquadre na Legislação em vigor, o Município fará a retenção de 11% (onze por cento) de INSS sobre a mão de obra utilizada, nos termos da IN-SRP 03/2005, devendo, para apuração da base de cálculo, deduzir os valores relativos à utilização de equipamentos e materiais previstos neste contrato.
CLÁUSULA SEXTA - DA FORMA DE PAGAMENTO:
1 - O pagamento será efetuado mensalmente, até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços, e após a emissão da competente Nota Fiscal (fatura), que obrigatoriamente deverá vir acompanhada pelos relatórios de faturamento do Sistema Informatizado da contratante contendo o nome do paciente, procedimento e data da realização da consulta.
2 - As Notas Fiscais (faturas) que apresentarem incorreções ou as que não vierem acompanhadas da documentação exigida no item 01 desta cláusula, serão devolvidas à CONTRATADA e seu vencimento ocorrerá após a reapresentação da mesma.
3 - O pagamento será feito mediante depósito (crédito) em conta corrente em nome da CONTRATADA.
Parágrafo Primeiro: A CONTRATADA deverá manter-se regularizada perante o Sistema de Seguridade Social (INSS) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), para que o CONTRATANTE possa efetuar os devidos pagamentos.
Parágrafo Segundo: O pagamento a que se refere esta cláusula fica condicionado à apresentação da CND (INSS) e CRF (FGTS) por parte da CONTRATADA.
CLAUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO:
I - O objeto da presente licitação será realizado conforme encaminhamento a ser efetuado pela Secretaria Municipal de Saúde, a carga horária estabelecidos na Cláusula terceira do presente contrato.
II - Os serviços ora contratados serão prestados diretamente pela CONTRATADA.
III - A execução do objeto dar-se-á segundo princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde, regulamentados pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.
Parágrafo Primeiro: Sem prejuízo do acompanhamento, da regulação, da fiscalização e da normatividade suplementar exercidos pelo CONTRATANTE sobre a execução do objeto deste contrato, fica desde já reconhecida a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da direção municipal da Secretaria Municipal de Saúde, decorrente da Lei Orgânica da Saúde.
Parágrafo Segundo: É de responsabilidade exclusiva e integral da CONTRATADA a utilização de pessoal para execução do objeto deste contrato, devendo a mesma também arcar com todos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais e fiscais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o CONTRATANTE.
Parágrafo Terceiro: A CONTRATADA se eximirá da responsabilidade de prestar os serviços constantes no presente Contrato, na hipótese de ocorrer atraso superior a noventa (90) dias no pagamento devido pelo CONTRATANTE, ressalvadas as situações de calamidade pública ou grave ameaça da ordem interna ou as situações de urgência e/ou emergência.
CLÁUSULA OITAVA - OUTRAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:
A CONTRATADA ainda se obriga a:
I - Manter sempre atualizado o prontuário médico dos pacientes;
II - Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;
III - Atender aos pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade na prestação de serviços;
IV - Justificar ao paciente ou ao seu representante, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato profissional decorrente deste contrato;
CLÁUSULA NONA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA:
A CONTRATADA é responsável pela indenização de dano causado ao paciente e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de ação ou omissão voluntária ou de negligência, imperícia ou imprudência, praticadas pelo profissional e seus empregados, ficando assegurado ao CONTRATANTE o direito de regresso.
PARÁGRAFO ÚNICO: A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste contrato pelos órgãos competentes da Secretaria Municipal de Saúde não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos.
CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de ___ (_____) meses, com início no dia ___ de _________ de 2018 e com término previsto para o dia ____ de _________ de 201__, podendo, contudo ser prorrogável por iguais e sucessivos períodos, até o limite previsto na Lei nº 8.666/93, se for de interesse do CONTRATANTE.
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: Para cobertura das despesas do presente contrato, os recursos correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:
Dotação Orçamentária – Recursos Próprios.
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Os valores pactuados neste Contrato serão pagos da seguinte forma:
I - A CONTRATADA apresentará mensalmente ao CONTRATANTE, até o quinto (5º) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços.
II - O CONTRATANTE, após revisão dos documentos, os encaminhará à Secretaria Municipal de Fazenda, para que esta efetue o pagamento do valor finalmente apurado, até o 15º dia útil do mês subsequente à prestação de serviços;
III - Para fins de prova da data de apresentação das contas e observância dos prazos de pagamento será entregue à CONTRATADA recibo, assinado ou rubricado pelo servidor do CONTRATANTE, com aposição do respectivo, carimbo funcional.
IV - As contas rejeitadas pelo serviço de processamento de dados serão devolvidas à CONTRATADA para as correções cabíveis, no prazo de 30 (trinta) dias, devendo ser representadas até o quinto (5º) dia útil do mês subsequente àquele em que ocorreu a devolução. O documento reapresentado será acompanhado do correspondente documento original devidamente inutilizado por meio de carimbo.
V - Ocorrendo erro, falha ou falta de processamento das contas, por culpa do CONTRATANTE, este garantirá a CONTRATADA, o pagamento no prazo avençado neste contrato, pelos valores do mês imediatamente anterior, acertando-se as diferenças que houver, no pagamento seguinte, mas ficando a Secretaria Municipal de Saúde exonerada do pagamento de multas e sanções financeiras obrigando-se, entretanto, a corrigir monetariamente os critérios da CONTRATADA.
VI - As contas rejeitadas quanto ao mérito serão objeto de análise pelos órgãos de controle, avaliação e auditoria da Secretaria Municipal de Saúde.
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO CONTROLE, AVALIAÇÃO, VISTORIA E FISCALIZAÇÃO: A execução do presente contrato será avaliada pelos setores competentes da Secretaria Municipal de Saúde, mediante procedimentos de supervisão, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, a verificação do movimento dos atendimentos e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados.
Parágrafo Primeiro: A fiscalização exercida pelo CONTRATANTE sobre os serviços contratados, não eximirá a CONTRATADA de suas responsabilidades perante o próprio CONTRATANTE, ou para com os pacientes ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato.
Parágrafo segundo: A CONTRATADA facilitará ao CONTRATANTE o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços, e prestará todos os esclarecimentos que lhes forem solicitados.
Parágrafo terceiro: Em qualquer hipótese estará assegurado à CONTRATADA o direito à ampla defesa e ao contraditório, nos moldes da legislação em vigor.
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES: Fica a CONTRATADA, sujeita a multa de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, por infração de qualquer cláusula ou condição deste Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na legislação referente às licitações e contratos administrativos, assegurado o direito à ampla defesa.
PARÁGRAFO ÚNICO: O valor da multa poderá ser descontado dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA.
CLÁUSULA DECIMA QUINTA– DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO:
O Banco Mundial exige que o Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado da Saúde – SESA, Mutuários de Empréstimo (incluindo beneficiários do empréstimo do Banco), licitantes, fornecedores, empreiteiros e seus agentes (sejam eles declarados ou não), subcontratados, subconsultores, prestadores de serviço e fornecedores, além de todo funcionário a eles vinculado, que mantenham os mais elevados padrões de ética durante a aquisição e execução dos contratos financiados pelo Banco . Em consequência desta política, o Banco:
a) define, para os fins desta disposição, os termos indicados a seguir:
f) "prática corrupta" : significa oferecer, entregar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor com a intenção de influenciar de modo indevido a ação de terceiros;
g) "prática fraudulenta" : significa qualquer ato, falsificação ou omissão de fatos que, de forma intencional ou irresponsável induza ou tente induzir uma parte a erro, com o objetivo de obter benefício financeiro ou de qualquer outra ordem, ou com intenção de evitar o cumprimento de uma obrigação;
h) "prática colusiva" : significa uma combinação entre duas ou mais partes visando alcançar um objetivo indevido, inclusive influenciar indevidamente as ações de outra parte;
i) "prática coercitiva" : significa prejudicar ou causar dano, ou ameaçar prejudicar ou causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte interessada ou à sua propriedade, para influenciar indevidamente as ações de uma parte;
j) "prática obstrutiva": significa:
(aa) deliberadamente destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em investigações ou fazer declarações falsas a investigadores, com o objetivo de impedir materialmente uma investigação do Banco de alegações de prática corrupta, fraudulenta, coercitiva ou colusiva, e/ou ameaçar, perseguir ou intimidar qualquer parte interessada, para impedi-la de mostrar seu conhecimento sobre assuntos relevantes à investigação ou ao seu prosseguimento, ou
(bb) atos que tenham como objetivo impedir materialmente o exercício dos direitos do Banco de promover inspeção ou auditoria, estabelecidos no parágrafo (e) abaixo:
b) Rejeitará uma proposta de outorga que determinar que o licitante recomendado para a outorga do contrato, ou qualquer do seu pessoal, ou seus agentes, subconsultores, subempreiteiros, prestadores de serviço, fornecedores e/ou funcionários, envolveu-se, direta ou indiretamente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao concorrer para o contrato em questão;
c) Declarará viciado o processo de aquisição e cancelará a parcela do empréstimo alocada a um contrato se, a qualquer momento, determinar que representantes do Mutuário ou de um beneficiário de qualquer parte dos recursos empréstimo envolveram-se em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas durante o processo de aquisição ou de implementação do contrato em questão, sem que o Mutuário tenha adotado medidas oportunas e adequadas, satisfatórias ao Banco, para combater essas práticas quando de sua ocorrência, inclusive por falhar em informar tempestivamente o Banco no momento em que tomou conhecimento dessas práticas;
d) Sancionará uma empresa ou uma pessoa física, a qualquer tempo, de acordo com os procedimentos de sanção cabíveis do Banco , inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado: (i) para a outorga de contratos financiados pelo Banco; e (ii) para ser designado subempreiteiro, consultor, fornecedor ou prestador de serviço de uma empresa elegível que esteja recebendo a outorga de um contrato financiado pelo Banco;
e) Os licitantes, fornecedores e empreiteiros, assim como seus subempreiteiros, agentes, pessoal, consultores, prestadores de serviço e fornecedores, deverão permitir que o Banco inspecione todas as contas e registros, além de outros documentos referentes à apresentação das propostas e à execução do contrato, e os submeta a auditoria por profissionais designados pelo Banco.
Parágrafo Único: O disposto acima se aplicará a todos os processos que envolvam recursos de nível federal, estadual e municipal, ou de quaisquer outras entidades, fazendo-se inclusive valer quando da hipótese de financiamento, parcial ou integral, mediante adiantamento ou reembolso. Ainda permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas, possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.
CLAUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO: Constituem motivos para rescisão do presente Contrato, o não cumprimento de quaisquer de suas cláusulas e condições, bem como os motivos previstos na legislação referente às licitações e contratos administrativos, sem prejuízo das multas cominadas na Cláusula Décima Quarta.
Parágrafo Único: Em caso de rescisão contratual, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo à população, será observado o prazo de (60) sessenta dias para a ocorrência de tal rescisão. Se durante este período, a CONTRATADA cometer qualquer infração, seja ela causada por culpa ou dolo, que trague prejuízo à prestação dos serviços contratados, a multa cabível poderá ser duplicada.
CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - DAS ALTERAÇÕES: Qualquer alteração do presente contrato será objeto de Termo Aditivo, em atendimento à legislação referente às licitações e contratos administrativos, exceção feita à alteração prevista no parágrafo único da Cláusula Décima Segunda do presente Contrato.
CLAUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO: As partes elegem o Foro da Comarca de Umuarama-PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes e pelo Conselho Municipal de Saúde.
Justas e contratadas, as partes firmam este instrumento com as testemunhas presentes ao ato, a fim de que produza seus efeitos legais.
Umuarama, ___ de _________ de 2018.
CECÍLIA CIVIDINI MONTEIRO DA SILVA
Secretária Municipal de Saúde
CONTRATANTE
Empresa Prestadora dos Serviços
CONTRATADA
TESTEMUNHAS: